



MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE DA UDESC: **acervo e coleções**



Sandra Makowiecky
Beatriz Goudard
Marli Henicka





O Museu da Escola Catarinense (MESC) é um órgão suplementar superior vinculado à Reitoria da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Museu foi criado em 1992, passando a ocupar a atual sede a partir de 2007. O edifício, marcado pelo estilo neoclássico, abrigou inicialmente a Escola Normal Catharinense (1926) e possui alto valor para a paisagem urbana da capital. Localizada no alto de uma colina, a edificação está inserida no coração do centro histórico da Capital, rodeada por várias construções que datam da colonização. A criação do MESM teve como objetivo principal sua consolidação como espaço educativo não formal, responsável pela preservação do patrimônio cultural catarinense ligado à Educação Escolar.



De início, deixamos claro que as autoras do livro não são especialistas da área de patrimônio escolar e, portanto, recorrem no mais das vezes aos teóricos que com competência se dedicam ao tema. Muitos dos autores citados e referenciados oferecem a base teórica de textos sobre determinado assunto. Não nos interessa trazer uma descoberta nova nem esgotar um tema de forma exaustiva. Não nos interessa ineditismo e tampouco o reconhecimento como especialistas, posto que não somos. Pelo contrário, a ideia é fornecer pistas sobre o acervo do Museu da Escola Catarinense (MESM), dar visibilidade ao acervo imagético, facilitando pesquisas futuras ou simplesmente formando um leitor mais qualificado, a partir de autores conceituados.



MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE
DA UDESC: **acervo e coleções**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

Reitor

Dilmar Baretta

Vice-Reitor

Luiz Antonio Ferreira Coelho

Pró-Reitora de Administração

Marilha dos Santos

Pró-Reitor de Planejamento

Alex Onacli Moreira Fabrin

Pró-Reitor de Ensino

Nério Amboni

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade (Proex)

Mayco Morais Nunes

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Letícia Sequinatto

Coordenadora do Museu da Escola Catarinense (MESC)

Sandra Makowiecky





MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE DA UDESC: **acervo e coleções**

Sandra Makowiecky
Beatriz Goudard
Marli Henicka



Pesquisa: Beatriz Goudard, Cassiano Reinaldin, Sandra Makowiecky, Rodrigo Brenner da Silva e Antônio Henrique Ventura Wzorek

Edição dos textos: Sandra Makowiecky, Beatriz Goudard e Marli Henicka

Revisão: Sandra Makowiecky, Beatriz Goudard e Marli Henicka

Edição gráfica e editoração: Marli Henicka

Fotografias: Carlos Pontalti e acervo MESC

© das fotografias: fizeram-se todos os esforços possíveis para identificar e reconhecer os autores das reproduções. Qualquer erro ou omissão será revisto em reedição futura.

© dos textos: seus autores. Os textos dos artigos refletem a opinião dos seus autores e não são necessariamente compartilhadas pelos editores.

A reprodução de imagens de obras nesta publicação tem o caráter pedagógico e científico amparado pelos limites do direito de autor no art. 46 da Lei no 9610/1998, entre elas as previstas no inciso III (a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra), sendo toda reprodução realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.

M235m Makowiecky, Sandra

Museu da Escola Catarinense da UDESC: acervo e coleções. / Sandra Makowiecky, Beatriz Goudard, Marli Henicka. – Florianópolis: UDESC, 2022.

406 p. ; il.

ISBN-e: 978-65-88565-61-2

Inclui Referências

1. Museus e escolas. 2. Museus – Santa Catarina. 3. Universidade do Estado de Santa Catarina. I. Goudard, Beatriz. II. Henicka, Marli. III. Título.

DOI: 10.5965/9786588565612

CDD: 069.098164 - 20. ed.

Sumário



Introdução e breve descrição do Museu da Escola Catarinense (MESC)	10
1. Acervo e coleção, o que diferencia?	20
2. Coleções do MESC – Introdução	24
3. Conhecendo as coleções do MESC	26
3.1. Coleção <i>Aldo Nunes</i> “Brinquedos da minha infância”	28
3.2. Coleção de Material Escolar	
3.2.1. Uso do Professor	36
3.2.2. Uso do Aluno e da Secretaria	64
3.2.3. Máquinas e Equipamentos	90
3.3. Coleção de Quadros de Formatura – <i>Academia de Comércio de Santa Catarina</i>	126
3.4. Coleção de Quadros Miniatura de Formatura e Livros de Formatura	138

3.5. Coleção de <i>Móveis Cimo</i>	150
3.5.1. Coleção de Mobiliário Escolar <i>Cimo</i>	162
3.5.2. Coleção de Poltronas <i>Cimo</i> do Miniauditório	170
3.5.3. Coleção de Miniaturas do Mobiliário Escolar <i>Cimo</i>	180
3.6. Coleção de Carteiras Escolares	190
3.7. Coleção Sala da Direção – <i>Antonieta de Barros</i>	208
3.8. Coleção Sala de Aula de Época	214
3.9. Coleção de Quadros Parietais	224
3.9.1. Coleção de Quadros Parietais I – Quadros Demonstrativos de Produtos Agrícolas	232
3.9.2. Coleção de Quadros Parietais II (quadros instrutivos) – Reproduções da <i>Maison Deyrolle</i>	240
3.9.3. Coleção de Quadros Parietais III – Quadros Originais e Atuais da <i>Mayson Deyrolle</i>	252
3.9.4. Coleção de Quadros Parietais IV – <i>Quadros Parker e Cartas Parker</i>	262



3.10. Coleção de Painéis do Projeto <i>Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense</i>	276
3.11. Coleção de Livros e Cartilhas	288
3.11.1. Coleção de livros/manuais – <i>Ofício de Professor</i>	304
3.12. Coleção de Documentos e Registros Escolares	310
3.13. Coleção de Depoimentos em Áudio do Projeto <i>Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense</i>	324
3.14. Coleção de Catálogos de Fabricantes e Fornecedores de Mobiliário Escolar	330
3.15. Coleção Placas Esmaltadas e Outras	340
3.16. Coleção de Jogos Pedagógicos	348
3.17. Coleção Móveis <i>Jader Almeida</i>	356
3.18. Coleção de Documentos da Secretaria da Extinta <i>Academia de Comércio de Santa Catarina</i>	362
3.19. Coleção de Fotografias do Acervo	378
3.20. Coleção “Faça sua foto aqui” ou “Cenário de Lembrança Escolar”	390
3.21. Coleção de Enciclopédias	394





Figura 1. Fachada do Museu da Escola Catarinense (MESCC). Fonte: MESCC, 2013.

Introdução e breve descrição do Museu da Escola Catarinense (MESC)

1. SOBRE O OBJETIVO DO LIVRO

De início, deixamos claro que as autoras do livro não são especialistas da área de patrimônio escolar e, portanto, recorrem no mais das vezes aos teóricos que com competência se dedicam ao tema. Muitos dos autores citados e referenciados oferecem a base teórica de textos sobre determinado assunto. Não nos interessa trazer uma descoberta nova nem esgotar um tema de forma exaustiva. Não nos interessa ineditismo e tampouco o reconhecimento como especialistas, posto que não somos. Pelo contrário, a ideia é fornecer pistas sobre o acervo do Museu da Escola Catarinense (MESC), dar visibilidade ao acervo imagético, facilitando pesquisas futuras ou simplesmente formando um leitor mais qualificado, a partir de autores conceituados.

Alguns textos e livros já publicados falam detalhadamente sobre o Museu, sua história e evolução, em especial o livros *Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual* (MAKOWIECKY, GOUDARD e HENICKA, 2020)¹ e *Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança* (MAKOWIECKY e GOUDARD, 2018)². Assim sendo, neste volume, apresentamos apenas uma breve descrição.

No MESC buscamos atividades que alcançam iniciativas de construção de arquivos, museus e centros de memórias, bem como experiências de educação patrimonial relacionadas às memórias da educação. A busca pela preservação dos lugares de memória da educação encontra lugar na construção de um museu, o Museu da Escola Catarinense (MESC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), situado em Florianópolis, Brasil, que passou recentemente (de 2013 até hoje), por uma experiência de preservação de seu prédio e espaços físicos, além da construção de seus arquivos de forma virtual, com muito material disponibilizado em sua página, no site da UDESC, ambicionando que sua preservação e valorização possam garantir que os trabalhos de memórias consigam legitimar identidades.

1 MAKOWIECKY, S.; GOUDARD, B.; HENICKA, M.. **Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual**. 1ª ed. Palhoça: Lilás Editora, 2020.

2 MAKOWIECKY, SANDRA; GOUDARD, B. (Org.). **Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança**. 1ª ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. v. 1. 226p.

Nas nossas divulgações procuramos mostrar os avanços tecnológicos implantados no MESC e a sua contribuição na preservação da educação escolar do estado, abordando o espaço escolar preservado, as ações e o desenvolvimento com sustentabilidade que foca no acervo do Museu e na sua importância como patrimônio educativo. Em todo esse processo, coloca-se em evidência a trajetória de preservação de um patrimônio cultural catarinense ligado à educação e que se constitui como fonte de pesquisa ao conter, em seu acervo, materiais que não estão restritos aos suportes tradicionais de documentação histórica, mas são repletos de histórias para contar. Dessa forma, o Museu é um espaço educativo importante para desenvolver a capacidade crítica, reforçar e alimentar energias, e projetar o futuro.

Convém lembrar que os museus escolares e pedagógicos constituíram-se em estratégias relevantes para a implantação dos sistemas públicos de ensino e para o aperfeiçoamento da educação escolar, especialmente a partir do século XIX, por isso a importância do projeto de reativação do MESC estabelecendo relações com contextos gerais.

A experiência dos museus de educação — museus pedagógicos e museus escolares — remonta ao século XIX, às grandes exposições destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais e a concepção pedagógica de Johann Heinrich Pestalozzi, cujos princípios centravam-se na experimentação. No final do século XIX e início do século XX, esses museus ocuparam importante espaço, pelo menos teoricamente, no campo educacional. Perdendo significado com o declínio da escola normal, os museus de educação reaparecem e/ou revitalizam no final do século XX, num movimento de tendência mundial. Desta forma, relativamente jovens e em diferentes denominações — “museus da escola”, “museu pedagógico”, “museus de história da educação”, “museus escolares” — esses museus, cujas coleções centram-se em materiais de ensino e da pedagogia surgem motivados pela necessidade de documentar e interpretar a escola no passado para poder compreender o presente e projetar o futuro. Muitos mantiveram continuidade desde suas origens como museus pedagógicos, mas seus objetivos e funções transformaram-se ao longo do tempo (LINARES, s/d). Esses tipos de museus podem ser compreendidos a partir de uma categoria mais ampla, denominada de museus de educação, na qual estão inseridos os materiais didáticos produzidos no âmbito do método intuitivo; os museus estabelecidos em espaços escolares e os museus pedagógicos nacionais.

Os estudos demonstram que museus escolares constituíram-se em expressão polissêmica ao designar uma variedade de materiais e espaços configurados a partir de diversas práticas (FARIA e POSSAMAI, 2019).

De acordo com Carreño (2008), nos anos 1960 e 1970, a educação ganhou relevo e a massificação impôs transformações nos sistemas de ensino por toda a Europa e surgem os “novos museus” de educação, que se diferenciam claramente de seus antecessores, os museus pedagógicos, surgidos na segunda metade do século XIX. Dife-



Figura 2. Átrio. Fonte: Acervo MESC.

rentes instituições vêm assumindo atividades de preservação da memória educativa. Esse movimento internacional de preservação e de valorização do patrimônio da educação, principalmente na Europa, tem ganhado uma relevância crescente nos campos científicos da educação e da história, bem como a consolidação de instituições museológicas dedicadas aos mesmos temas (MOGARRO, 2013). Sabe-se que o número de instituições museológicas dedicadas ao patrimônio educativo é crescente. Apesar das dificuldades em se obter números exatos dessa tipologia de museus, reconhece-se que a maioria está no ocidente, mais especificamente nos países europeus (em torno de quatrocentos) e que cerca de três quartos são instituições criadas ou recuperadas nas últimas três décadas (BERRIO, 2010).

Os museus funcionam como zonas de contato, espaços em que sujeitos que estavam separados no tempo e na geografia, por razões das mais variadas, têm a oportunidade de se encontrar, ampliar a experiência de vida e ver que o mundo pode ser compartilhado e apreendido. O que se encontra em um museu gera um interesse que não se esgota na visualidade efêmera. Há outras implicações de natureza diversa: a informação e o conhecimento, os vínculos de subjetividade, inclusive identitários, que podem ser criados ou reativados, o exercício da imaginação. O projeto que desenvolvemos no MESC procura devolver para a sociedade todos esses sentimentos e implicações, justificando ainda mais sua execução, em especial no Brasil, onde a musealização do patrimônio histórico-educativo parece um movimento tímido, pouco discutido e teorizado, o que não reflete a realidade. Constatamos que há muita bibliografia sobre o assunto e pesquisadores que têm se dedicado ao tema de forma consistente, responsáveis por uma produção crescente.

Andreas Huyssen, no livro *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória* (2014), ajuda-nos a pensar sobre a febre por ruínas no mundo contemporâneo que reflete, de certo modo, o sentimento da nostalgia como um sintoma desta época. O sentimento nostálgico aparece como uma característica do início do século XXI e pode ser observado na celebração do passado por meio de estilos e de gerações anteriores revisitadas pela arte e pela cultura — como o *design*, a arquitetura, a fotografia, o cinema e a moda *retrô*. Neste contexto, de acordo com o autor, o sentimento da nostalgia evidencia o fim das utopias modernas, representando, assim, uma inversão no pensamento do século XX em relação à ideia de progresso linear e histórico. Igualmente, nota-se o apego do homem à memória e ao passado. Por isso, a cultura voltaria seu olhar à memória em relação às incertezas do futuro, na tentativa de se ancorar sobre uma tradição cultural passada. Dessa maneira, a obsessão da sociedade contemporânea pelo passado contribui para uma polarização entre a memória e o esquecimento.

Compreendemos o MESC como um projeto dessa natureza, permeado por grande sentimento de nostalgia.

2. MUSEUS ESCOLARES: PANORAMA MUNDIAL

O desejo de memória impera na concepção dos museus escola, que se tornaram espaços onde podemos encontrar a história da educação e manter preservada a herança educativa. Nos anos 1980 houve uma explosão de museus na Europa, procurando salvaguardar e mostrar os mais diversos conteúdos educativos, destacando Alemanha, Holanda, Reino Unido, Áustria e França. A partir dos anos 1990, assistiu-se a um movimento de criação de museus escolares em Portugal e Espanha. “Foi um movimento que polarizou as necessidades de identidade social e de democratização cultural” (FELGUEIRAS, 2005, p. 97).

A consciência da mudança levou a um cuidado particular com a constituição de coleções, guarda de espólios e também a criação de novos museus da educação. (...) Os museus aparecem como os lugares privilegiados para a recolha, conservação, estudo e exposição desses artefatos do passado educacional. [...] (FELGUEIRAS, 2011, p. 74-75).

Na América Latina, esse fenômeno de valorização do patrimônio histórico escolar também vem crescendo. Segundo Meneses (1998), um movimento em prol dos arquivos documentais organizados em suas instituições de origem vem ocorrendo em países como Argentina e México. Buscando incorporar o Brasil nesse cenário, as ações desenvolvidas no MESC ganham ainda mais relevância, visto que temos poucos museus desta natureza em nosso país.

Segundo Alves (2016), no Brasil, o movimento de interesse por esse tipo de museu que se reporta à educação, advém das Universidades, com projetos de investigadores ou grupos de pesquisas em prol da recuperação dos acervos nas instituições de origem e enfrenta a falta de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento e a continuidade desses trabalhos, sobretudo, a difusão de seus resultados às comunidades escolares. A autora relata que o quantitativo desse formato de museu é bem pequeno se considerado o universo total de museus brasileiros, em um percentual de aproximadamente 3% e sua distribuição por região e unidades da federação é desigual.

Pode-se destacar como museus que tem como objetivo a preservação do patrimônio educativo as seguintes instituições brasileiras: a) Acervo Histórico do I.E.E. Olavo Bilac — Santa Maria, Rio Grande do Sul, b) O Centro de Referência em Educação Mario Covas (CREMC), em São Paulo, c) Museu da Escola Paranaense (MEP), no Paraná, d) Museu da Escola “Professora Ana Maria Casasanta Peixoto” — Belo Horizonte, Minas Gerais, e) Museu Pedagógico da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) Casa Padre Palmeira — Vitória da Conquista, Bahia e f) Museu da Escola Catarinense. Existem também vários memoriais e centros de memória em instituições educacionais. Citamos apenas os museus assim cadastrados no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).



Figura 3. Imagem da Exposição Nephelê-Fragile, 2019, de Cristina Almeida e 3. Imagem da Sala Mutações, Exposição Metamorfoses do tempo: Matéria, Resíduo, Ferrugem, 2019, de Marivone Dias e Cristina Almeida. Fonte: MESC, 2019.

3. O MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE: UMA BREVE DESCRIÇÃO

O Museu da Escola Catarinense (MESC) é um órgão suplementar superior vinculado à Reitoria da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Inicialmente o edifício abrigou a Escola Normal Catharinense (1926), localizando-se em local privilegiado, no alto de uma colina e marcado por estilo neoclássico. O espaço interno da edificação é belíssimo. Toda a circulação se dá em torno de um átrio iluminado por claraboia (figura 2), apresentando um desenho que foi muito utilizado em instituições de ensino e em mercados públicos. A edificação tem um alto valor para a paisagem urbana (figura 1), pois está inserida no coração de seu centro histórico e rodeada por várias construções que datam da colonização, tendo sido tombada através do Decreto Municipal nº 521/89, e classificado como P1 (imóveis, que pelo seu valor excepcional ou monumentalidade, são totalmente preservados tanto o interior como o exterior, não podem ser demolidos nem modificados).

O Museu foi criado em 1992, passando a ocupar a atual sede a partir de 2007. Sua criação teve como objetivo principal sua consolidação como espaço educativo não formal, responsável pela preservação do patrimônio cultural catarinense ligado à Educação. O Museu se restringe à Educação Escolar, delimitando com mais clareza seu objetivo e estabelecendo similaridade com outro museu desta natureza no Brasil, o Museu da Escola de Minas Gerais, primeiro no gênero no Brasil. Há que se observar que o Museu desenvolveu-se a partir do projeto de pesquisa *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense* e do projeto de extensão *Museu da Escola Catarinense*, ambos concebidos e coordenados pela professora Maria da Graça Machado Vandresen (idealizadora do museu), quando foram realizadas as primeiras atividades de localização, registro e coleta de acervo.

Convém destacar que o Museu permaneceu fechado por um período em função da necessidade de recuperação de suas condições físicas e de acervo e, em 2013, o edifício recebeu uma série de melhorias em sua estrutura física para sediar a 12ª edição da Mostra Casa Nova, uma das ações do projeto dessa coordenadora que será destacado na sequência deste texto. Após a recuperação das instalações físicas, a coordenadora do MESC, realizou um trabalho intenso de análise e estudo, tanto do acervo quanto do espaço do edifício, para estabelecimento da nova configuração do Museu. Com base neste estudo foi definido, ainda em 2013, um plano museológico para o MESC, através do qual se estabeleceram as demais ações de trabalho na coordenação do Museu.

O Plano Museológico do MESC, de 2014-2019, foi elaborado pela museóloga Elisa Guimarães e o novo Plano Museológico (2020-2025) foi elaborado pela museóloga Anna Julia Borges Serafim, contando com a colaboração de Fernanda do Canto e Raisa Ramoni Rosa, juntamente com a equipe do Museu. Nele estão destacados os objetivos, valores e missão, sendo a missão institucional “prestar serviços à sociedade através da valorização e reconhecimento do patrimônio sobre a educação escolar em Santa Catarina de uma forma ampla, contribuindo para pesquisa, divulgação científica e preservação do acervo, bem como integrar o Museu a um roteiro de espaços e atividades culturais, contribuindo para a revitalização da área central da cidade”. Entre os valores do MESC, para além dos esperados em um museu dessa natureza, destacam-se outros que firmam uma marca: “Integração: Tornar o Museu interligado a um roteiro de espaços e atividades culturais, contribuindo para a revitalização da área central da cidade” e “Economia Criativa: estar ligado a atividades que fortaleçam a economia criativa, em que a criatividade e o capital intelectual são a matéria-prima para a criação, produção e distribuição de bens e serviços”³. Sua ligação também se dá através de projetos de extensão com a comunidade, os quais incentivam e contri-

3 **Plano Museológico do MESC. 2020-2025.** Disponível em <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2318/plano_museologico_mesc_20202025.pdf>.

buem com a construção de espaços que propiciem o desenvolvimento da inovação, ajudando a consolidar a vocação criativa do estado de Santa Catarina, criando automaticamente uma rede de parceiros, atividades que também mantém o Museu vivo.

O MESC integra oficialmente o Sistema Nacional de Museus, possui inscrição no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e adesão ao Sistema Estadual de Museus. O Museu também contempla um centro cultural que abriga exposições de artes visuais e de outras naturezas, cursos, apresentações cênicas e musicais, bem como eventos culturais de forma ampla, sobretudo em capacitação (figuras 3.1 e 3.2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vânia Maria Siqueira. **Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

BERRIO, Julio Ruiz (Org). **El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.

CARREÑO, Myriam. (2008). **Los Nuevos Museos de Educación, un Movimiento Internacional. Encounters on Education**, 9, fall 2008: 75-91. <<http://library.queensu.ca/ojs/index.php/encounters/article/view/1769/2210>> Acesso em 21/01/2014.

FARIA, Ana Carolina Gelmini e POSSAMAI, Zita Rosane. O curso de organização de museus escolares do Museu Histórico Nacional (Brasil, 1958). **Revista História da Educação. (Online)**, v. 23, 37 páginas, 2019. e80222. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v23/2236-3459-heduc-23-e80222.pdf>>. Acesso em 23 jun.2020.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. **Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica**. **Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011**. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38507>> Acesso em 10 jun.2020.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Revista Pro-Posições**. v. 16, n. I (46) , p. 87-102, jan./abr. 2005.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LINARES, Maria Cristina. **Museos pedagógicos, museos escolares, Museos de historia de la educación**. s/d. Disponível em <<http://simuseo.net/assets/sim49.pdf>>. Acesso em 18 de jun.2020.

MAKOWIECKY, SANDRA; GOUDARD, B. (Org.) **Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. v. 1. 226p.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz; HENICKA, Marli. **Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual**. Palhoça: Lilás, 2020.

MENESES, Ulpiano T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, n. 21, 1998. p.89-103.

MOGARRO, Maria João. Património educativo e modelos de cultura escolar na historia da educação em portugal **Revista Cuestiones Pedagógicas**, 22, 2012/2013, p. 67-102. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33687/1/2013_património%20educativo%20e%20modelos%20de%20cultura.pdf>. Acesso em 20 jun.2020.

Plano museológico do MESC 2020-2025. [s.d.] Disponível em: <http://www1.udesc.br/?id=2318>. Acesso em: 5 jan. 2021.

Site oficial do Museu da Escola Catarinense. Disponível em <<http://www.museudaescola.udesc.br>>. Acesso em 29 abr. 2021.



Coleções em exposição na Sala Maria da Graça Vandresen, MESC. Foto: Acervo MESC.

1. Acervo e coleção, o que diferencia?

O objetivo dessa diferenciação não é esgotar o tema e tampouco estender sobre o que se constitui a essência de um museu. A ideia é esclarecer a diferença entre esses dois termos a fim de introduzir o assunto no livro. Dessa forma, um texto do Itaú Cultural¹ (2021) é muito adequado e será transcrito:

Acervo e coleção são vocábulos correspondentes, usados como sinônimos na linguagem corrente. Esses termos, entretanto, apresentam características específicas que justificam o uso de um ou de outro em determinados campos de atuação. Ambos derivam do latim e, grosso modo, definem uma reunião ou um conjunto de coisas ou objetos. São termos utilizados, predominantemente, nas áreas de museologia, biblioteconomia e arquivologia.

1. ACERVO

A palavra acervo também possui uma acepção jurídica — “acervo de herança” — para designar uma massa hereditária. Outro aspecto importante é que o termo, acervo, tem uso restrito a países ibero-americanos. Nas línguas inglesa e francesa, por exemplo, usa-se indiscriminadamente o termo collection para designar tanto o primeiro como o segundo sentido. Há também o uso da palavra “corpo”, ou “fundo”, para referir-se aos atributos associados a acervo.

No caso do Português, há uma relação hierárquica entre os dois termos, raramente respeitada em publicações leigas, mas utilizada quando se tornam vocabulário de trabalho. Acervo não é obrigatoriamente um conjunto ordenado de coisas. O Dicionário Michaelis, por exemplo, oferece o sentido de “reunião confusa de objetos” na lista de acepções do termo. Segundo o Dicionário Caldas Aulete², acervo é qualquer “conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio”, enquanto coleção implica coesão entre os itens que a compõem. Coleção é, segundo essa publicação, “um desses conjuntos, organizado, reunido pelo valor artístico, cultural, histórico etc., de seus componentes, ou por sua raridade, singularidade etc., ou pelo interesse do colecionador (coleção de selos, coleção de quadros)”.

¹ Acervo e Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14329/acervo-e-colecao>>. Acesso em: 28 de Jun. 2021. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

² Dicionário Caldas Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/coleção>>. Acesso em: 15 maio 2017.

Acervo costuma designar um conjunto geral, com corpo mais amplo, muitas vezes constituído de várias coleções. É o caso, por exemplo, do acervo corporativo do Itaú Cultural, composto por diferentes coleções. Destaque-se a coleção Brasileira, constituída por Olavo Setubal (1923-2008), e a coleção de Numismática, formada por Herculano Pires (1914-1979).

2. COLEÇÃO

A palavra coleção significa, portanto, um corpo coeso e tem como sinônimos os termos coletânea e compilação. Ela é bastante usada em outras áreas de conhecimento, como a editoração (para designar uma compilação de livros que se destaca do catálogo de publicações de uma determinada editora) e a moda (para indicar o conjunto de roupas criadas por uma marca ou um estilista para uma estação específica).

Em função dessa organicidade necessária à coleção, ela segue critérios e normas de escolha e de organização interna. Ela pode ser formada por objetos materiais ou imateriais, ser mantida por um único indivíduo ou pertencer a uma organização, privada ou governamental, ser secreta ou aberta ao público. Como define a publicação Conceitos-chave de Museologia³, é preciso que os itens reunidos em uma coleção “formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo”.

Apesar desse caráter específico, são várias as possibilidades de seleção, formato, tamanho e alcance dessas compilações. O historiador polonês Krzysztof Pomian⁴ (1934) menciona não ser possível estipular, por exemplo, a quantidade necessária de objetos para que um conjunto seja considerado como uma coleção, posto que isso “depende do local em que se acumulam, do estado da sociedade, das suas técnicas e do modo de vida, da sua capacidade de produzir e acumular o excedente, da importância que se atribui à comunicação entre o visível e o invisível por intermédio dos objetos etc.”.

Na era moderna, a partir do século XVII, com a criação de instituições voltadas para o ato de colecionar — museus e bibliotecas —, a prática de coletar, reunir e organizar está intimamente conectada com a valorização da cultura humanista e o desenvolvimento da ciência. Ao mesmo tempo, as coleções passam a indicar sinais de poder. “As coleções, que, para os membros do meio intelectual e artístico, são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social, são, para os detentores do poder, insígnias da sua superioridade e também instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação neste meio”, sintetiza Pomian.

3 DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013, p. 32. Disponível em: < http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf >. Acesso em: 15 maio 2017.

4 POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Einaudi**. 1 - Memória-História. Porto: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1985. p. 51-86.

As coleções são a alma dos museus, cujas funções primordiais são proteger, organizar, estudar e divulgar os objetos que os compõem. As peças de coleções museológicas apresentam aspectos específicos, uma vez que, incorporadas a uma coleção, adquirem status diferenciado: perdem sua função original, pois são retiradas do circuito de atividades econômicas e submetidas à proteção especial⁵. Em geral, as obras de arte incorporadas ao fundo de uma instituição pública não voltam a circular comercialmente salvo em raras ocasiões⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo e Coleção. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo14329/acervo-e-colecao>>. Acesso em: 28 de Jun. 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

MELLO E SILVA, Maria Celina Soares. Arquivos de museus: características e funções. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2, n. 4, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/9626>>. Acesso em: 24 maio 2017. p. 35-47.

⁵ Pomian lembra os casos do Museu de Arte Moderna de Nova York, que já negociou obras de sua coleção para aquisição de novos trabalhos e da venda de quadros do Museu Ermitage pelo governo soviético entre 1929 e 1937.

2. Coleções do MESC – Introdução

1. ACERVO DO MESC

Entendendo acervo como “conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio”, dizemos que o acervo do Museu da Escola Catarinense é constituído de artefatos que dão suporte, organizam e determinam as práticas e relações que se estabelecem no interior da escola e têm papel de grande importância na definição de sua identidade. Assim sendo, eles não valem pela sua singularidade, mas pela sua capacidade de proporcionar o conhecimento de uma manifestação social, expressiva de uma das mais importantes formas de inserção do indivíduo na sociedade, a escola.

A caracterização dos objetos, afeita ao plano museológico do MESC, os trata como objetos pertencentes ao acervo da cultura material escolar, o que nos permite compreendê-los como documentos de investigação histórica que possibilitam tanto a análise de sua materialidade quanto das relações intrínsecas provocadas por seus usos, por suas compreensões e pelo registro da sua história.

O MESC apresenta uma infinidade de objetos! Uma junção de objetos, naturais e/ou fabricados, pertencentes aos reinos mineral, natural e animal, organizados em coleções pela equipe do Museu e por estudos próprios relativos a algumas categorizações. Veremos uma reunião de objetos comuns e usuais, desde brinquedos, materiais escolares e outros destinados a auxiliar o professor de ensino das diversas matérias do programa escolar, bem como objetos que tendem a facilitar a vida na escola ou que dela fizeram parte. Nas paredes, abundância de quadros intuitivos para o ensino das ciências naturais, história e geografia e quadros Parker para o aprendizado da aritmética. Em lugar de destaque ficavam o globo terrestre para o ensino da geografia, o museu escolar, com sua coleção de objetos, para a prática das lições de coisas de história natural, o quadro-negro para garantir a convergência das atenções dos/as estudantes e indispensável para a prática do ensino simultâneo e a bandeira nacional, símbolo máximo da Pátria e da República, para as lições cívicas. E para completar o cenário, a incorporação ao cotidiano da sala de aula do símbolo da era industrial moderna: o relógio, marcando os ritmos da ação educativa, medindo os rituais, ordenan-

do a vida escolar. Considerados indispensáveis à prática do método de ensino intuitivo ou lições de coisas — ícone da modernidade pedagógica, os materiais escolares constituíram-se, certamente, num dos aspectos mais significativos da cultura escolar brasileira no início do século XX, contribuindo para que a instituição escolar cumprisse a sua dupla tarefa de instruir e educar/moralizar/higienizar/civilizar.

Característico em todos os museus escolares/pedagógicos, o MESC dispõe de uma seção destinada aos materiais de escola, sobretudo do início do século XX até os anos 70, onde podemos encontrar giz, cadernos, lápis, mata-borrão, palmatória, quadros, escrivaninhas, máquinas de escrever, mimeógrafo, apagador, livros de consulta, quadro negro, armários, carteiras, armário porta-bandeira, o púlpito, quadros com amostras de sementes de produtos agrícolas nacionais que recebiam o sugestivo nome de “museu escolar”. Destacam-se também a presença frequente do relógio, crucifixo e de gravuras, mapas, globo terrestre, painéis de formatura. É na sala de aula que se compreende o macro universo existente à nossa volta, que está correlacionado ao nosso universo próprio. Visitar um museu desta natureza não é apenas “absorver” cultura. Esse universo material, sensorial, é muito importante na nossa existência, respondem a valores, interesses, focos de conflitos e suportes de dominação. O acervo hoje existente leva a esta direção.

2. COLEÇÃO DO MESC

Partindo do entendimento que acervo é o “conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio”, as coleções implicam a coesão entre os itens que a compõem, dentro de um acervo. O MESC possui várias coleções que serão descritas ao longo do livro, com suas imagens em destaque, visando fornecer um universo visual expressivo.

3. Conhecendo as coleções do MESC

3.1. Coleção *Aldo Nunes* “Brinquedos da minha infância”

3.2. Coleção de Material Escolar

3.2.1. Uso do Professor

3.2.2. Uso do Aluno e da Secretaria

3.2.3. Máquinas e Equipamentos

3.3. Coleção de Quadros de Formatura — *Academia de Comércio de Santa Catarina*

3.4. Coleção de Quadros Miniatura de Formatura e Livro de Formatura

3.5. Coleção de *Móveis Cimo*

3.5.1. Coleção de Mobiliário Escolar *Cimo*

3.5.2. Coleção de Poltronas *Cimo* do Miniauditório

3.5.3. Coleção de Miniaturas do Mobiliário Escolar *Cimo*

3.6. Coleção de Carteiras Escolares

3.7. Coleção Sala da Direção – *Antonieta de Barros*

3.8. Coleção Sala de Aula de Época

3.9. Coleção de Quadros Parietais

3.9.1. Coleção de Quadros Parietais I –
Quadros Demonstrativos de Produtos Agrícolas

3.9.2. Coleção de Quadros Parietais II (quadros instrutivos) –
Reproduções da *Maison Deyrolle*

3.9.3. Coleção de Quadros Parietais III –
Quadros Originais e Atuais da *Mayson Deyrolle*

3.9.4. Coleção de Quadros Parietais IV –
Quadros Parker e Cartas Parker

- 3.10. Coleção de Painéis do Projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*
- 3.11. Coleção de Livros e Cartilhas
 - 3.11.1. Coleção de livros/manuais – *Ofício de Professor*
- 3.12. Coleção de Documentos e Registros Escolares
- 3.13. Coleção de Depoimentos em Áudio —
Projeto Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense
- 3.14. Coleção de Catálogos de Fabricantes e Fornecedores de Mobiliário Escolar
- 3.15. Coleção Placas Esmaltadas e Outras
- 3.16. Coleção de Jogos Pedagógicos
- 3.17. Coleção Móveis *Jader Almeida*
- 3.18. Coleção de Documentos da Secretaria da Extinta *Academia de Comércio de Santa Catarina*
- 3.19. Coleção de Fotografias do Acervo
- 3.20. Coleção “Faça sua foto aqui” ou “Cenário de Lembrança Escolar”
- 3.21. Coleção de Enciclopédias

3.1. Coleção *Aldo Nunes* – “Brinquedos da minha infância”

A coleção de brinquedos foi doada pelo aluno e professor da extinta *Escola Normal Catharinense*, Aldo Nunes, e por isso leva seu nome. Nascido em 1925 na capital catarinense, Aldo Nunes tinha habilidades manuais tendo se destacado como desenhista, pintor e restaurador. Estudou desenho e pintura com Estanislau Traple (professor de desenho e pintura do Instituto Estadual de Educação (IEE) e da Escola de Belas Artes do Paraná) e Martinho de Haro (renomado pintor catarinense). Também se dedicou ao ofício de lecionar, tendo ingressado no IEE, em 1945, como professor de desenho e desenho pedagógico e mais tarde veio a ocupar os cargos de diretor de cursos e diretor geral. De 1969 a 1981 foi diretor do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC). Já no período de 1982 a 1984 foi diretor da unidade de artes da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e, de 1983 a 1995, implantou e foi responsável pelo Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (ATECOR), do MASC. Nessa “escola”, formou sensibilidades e mãos aptas a reparar as agressões do tempo e dos homens em objetos da cultura material, com enfoque especial à restauração de pintura de cavalete e escultura policromada. Lá realizou trabalhos para orientar a equipe na conservação e restauração do acervo artístico do Museu.

Aldo Nunes está entre as personalidades mais expressivas da arte catarinense, dedicado às artes plásticas, participou ativamente dos movimentos artísticos da década de 1950 como membro do Grupo de Artistas Plásticos de Florianópolis. Sempre manteve uma relação muito próxima com a cidade, levando sua prancheta de trabalho quando caminhava pelas ruas. Também realizava seu trabalho a partir de fotografias, reprodução de revistas e jornais (BORTUCAN e MAKOWIECKY, 2010)

Durante seu percurso profissional participou de várias exposições e entre suas obras, podemos citar três que o MESC recebeu em doação de sua sobrinha, Djanir Cristina Vieira, as quais são representações de brincadeiras e da arquitetura do início do século 20 e que hoje integram o acervo permanente de nosso Museu. De acordo com Brignol e Cherem (2009) Aldo Nunes deixou na sua produção artística a memória da cidade, registros que nos permitem conhecer a capital de Santa Catarina em diversos momentos de sua trajetória, mas as autoras destacam também que existe outra face de Aldo Nunes, a face que nos leva à memória lúdica, que é a sua rela-



ção com os brinquedos. As autoras destacam que ele participou das brincadeiras no centro da cidade e nunca deixou de lado a ludicidade das criações infantis. Segundo elas, ele confeccionava os brinquedos e se apresentava como o negro palhaço em escolas da cidade. Mesmo que o negro palhaço não fizesse muitas aparições públicas, o artista Aldo Nunes seguia sua coleção e produção de brinquedos, ele buscava registrar a cultura lúdica da Ilha. Seus brinquedos são inúmeros: bilboquês, piões, matracas, cinco marias, cavalinhos de bambu, ioiôs, bolas de meia, diabolôs, petecas, etc., e registram momentos diferentes da infância em Florianópolis.

Considerando que Aldo Nunes viveu sua infância e juventude no centro de Florianópolis, onde imperavam as brincadeiras de rua e as crianças mesmas faziam seus brinquedos, como o boi de mamão, carrinho de quatro rodas, bola de mão, pandorga, bilboquê, carrinhos de madeira e de lata e tantos outros, acredita-se que esta vivência inspirou-o a produzir os brinquedos artesanais.

Os brinquedos e brincadeiras apresentados no MESC são peças que, evidentemente, se distanciam da massificação e da reprodução industrial e colocam a criança como protagonista das invenções, das atividades lúdicas e das técnicas que permitem construir seus próprios brinquedos. Eles circulavam pelas escolas. Suas práticas e modos de ação eram disseminados entre os alunos. Tais objetos expressam, portanto, permanências e rupturas sobre a infância e revelam formas de conceber e tratar essa época, não pelos mestres e coordenadores, mas pelas próprias crianças.

Entre os brinquedos da coleção de Aldo Nunes podemos destacar:

1. BILBOQUÊ

Consiste em uma bola de madeira com um furo, presa por um cordão e um bastão pontudo. Tem o objetivo de encaixar a bola no bastão. É um brinquedo muito antigo, encontrado em diferentes países, como Japão, México, Estados Unidos e França, com pequenas variações em sua forma. Pode ser jogado sozinho ou em grupo.



2. SEIS MARIAS

Alguns chamam de Cinco Marias e outros de Sete Marias, caracterizado por pequenos saquinhos recheados de areia ou arroz. Acredita-se que foi trazido ao Brasil pelos portugueses durante o período da colonização, por isso chamado de cinco marias, em função do catolicismo dos portugueses. O jogo consiste em ter habilidade suficiente para jogar um saquinho para o alto e juntar o restante dos saquinhos do chão, antes que o esse volte ao chão. O jogador deverá juntar uma “Maria” por



2



3



4



5

vez, depois duas, e assim sucessivamente. Quem errar deve passar a vez e torna-se vencedor quem conseguir juntas todas as “Marias”. Outra versão do jogo consiste em jogar todos os saquinhos no chão, retirar um deles. Depois, com a mesma mão, jogar o saquinho que esta na mão para o alto e pegar um dos que ficaram no chão. Repetir o procedimento até pegar todos os saquinhos. Numa segunda rodada, jogar todos os saquinhos no chão, depois tirar um e jogá-lo para o alto, enquanto isso pegar dois saquinhos do chão e mais o que foi jogado para o alto, e assim sucessivamente nas demais rodadas. Enfim, são várias as opções e versões que podem ser jogadas.

3. PIÃO

Objeto, em geral de madeira, cujo movimento resulta de um cordel enrolado a sua volta. Quando o cordel é desenrolado e puxado em sentido contrário faz o pião girar. Estima-se que foi um dos jogos tradicionais infantis mais populares do século passado, por ser simples e barato de adquirir, tendo sido usado nos pátios das escolas por quase todas as crianças. Em algumas versões da brincadeira desenha-se um círculo no chão e os jogadores lançam os piões, que devem girar dentro do círculo estabelecido. A grande diversão era observar o pião rodando e fazê-lo rodar o maior tempo possível.

4. BATE-BATE

Consiste em duas bolinhas coloridas de acrílico presas a duas linhas de *nylon* e uma argola para segurar, tendo o objetivo de bater uma bolinha na outra. Faz um barulho característico quando uma bolinha bate na outra.

5. BOLA DE GUDE

Brinquedo pequeno esférico feito de vidro colorido. O jogo consiste em fazer um círculo no chão e colocar as bolinhas de vidro dentro com objetivo de acertar a bola do adversário e tirá-lo do jogo. Em algumas versões quando se acerta a bola do adversário, tem-se o di-



6

reito de ficar com ela. Existem várias regras para jogar e muitos grupos definiam suas próprias regras e passavam horas jogando. Além das regras existem também formas diferentes, onde os participantes devem percorrer caminhos pré-definidos, batendo uma bolinha na outra e, ao final, acertar a caçapa (buraco). Além das possibilidades de jogo, as bolinhas de gude também encantavam por suas diferentes cores, sendo colecionadas pelas crianças.

6. CATA-VENTO

Dobradura em papelão ou cartolina presa por um alfinete a uma varinha que sustenta o material. Tinha o objetivo de medir a velocidade e direção do vento.



7

7. IOIÔ

Composto por um círculo, em geral de plástico ou madeira, com um pequeno barbante que é amarrado no dedo indicador ou médio. Com um movimento do punho deve ser lançado para baixo e puxado para cima repetidas vezes. Algumas versões apresentam suas regras específicas de lançamentos. O ioiô gerou muitas competições entre as crianças, cada qual procurando fazer as manobras mais difíceis com o brinquedo.



8

8. PÉ DE LATA

Composto por duas latas (em geral de leite em pó) com dois furos paralelos, através dos quais se passa um barbante com o tamanho definido com base na altura da criança, para que esta consiga segurar o barbante ao andar.



9

9. PETECA

Possui uma base, em geral de borracha ou couro, e uma extensão de penas sintéticas ou naturais. A brincadeira consiste em um jogador bater no fundo (base) da peteca e passá-la a outro jogador, sem deixá-la cair. A peteca é um jogo de origem indígena e de forma mais rústica pode ser feita com palha de milho, como o exemplar que existe no Museu.

Poderíamos destacar ainda muitos outros

brinquedos e suas diversas formas de uso. O livro *Brinquedos da minha infância*, Coleção Aldo Nunes, organizado pela professoras Vera Lucia Gaspar da Silva & Marília Gabriela Petry¹, aborda os brinquedos concebidos e produzidos por Aldo Nunes e que encontram-se no acervo do MESC.

Observando estes brinquedos podemos verificar o quão diferente eles são dos que existem hoje, onde prevalecem os jogos eletrônicos. Todos os brinquedos buscam encantar, entreter, divertir as crianças e a íntima relação estabelecida entre o brinquedo e o brincar é pontuada por Arendt (1971) apud Almeida (2006, p. 543), quando destaca a crença de outrora sobre o brincar como “o modo mais vívido e apropriado de comportamento da criança no mundo, por ser a única forma de atividade que brota espontaneamente de sua existência como criança”. Para Aldo Nunes os brinquedos também serviam como chave para outros mundos, assim como seus desenhos, pinturas, aquarelas, eles permitiam a interação com “objetos” que despertam os sentidos, que ocupam o olhar para além do visto, que necessitam um maior envolvimento para que a relação se estabeleça.

Brignol e Cherem expõem que “os brinquedos de Aldo Nunes nos permitem o acesso aos múltiplos tempos da memória, mas eles próprios, os brinquedos, guardam sua história na longa duração” (2009, p. 213). É essa história de longa duração que a coleção de brinquedos exposta no MESC quer resgatar proporcionando a seus visitantes sensações, possibilidades e percepções que levam os adultos a revisitar seu passado e as crianças a compreender sua contemporaneidade, a evolução das tecnologias e os fascínios das crianças de outrora.

Em recente pesquisa realizada sobre os museus escolares pelo mundo (http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2730/museu_da_escola_catarinense_da_udesc_e_outros_museus_do_mundo.memoria_e_historia_visual.versao2.pdf) verificou-se que a grande maioria deles expõe jogos, brinquedos, imagens impressas, fotografias e postais com esse conteúdo. Na história das coleções destes museus podem ser encontradas importantes séries de brinquedos da primeira infância, brinquedos de transporte, brinquedos militares, brinquedos científicos, além de bonecas com os seus acessórios e os seus universos (mobiliário, louça, etc.). As séries presentes nas coleções mostram o crescente investimento na produção de brinquedos, bem como uma notável diversificação dos produtos. Assim, para além dos jogos de ilusão de ótica, como os praxinoscópios, os bonecos de sombra, as imagens transformadoras, o cinematógrafo infantil, as coleções incluem séries consideráveis de jogos, jogos de estratégia, jogos de perguntas e respostas, jogos de loto, paciência e *puzzles*, todos eles jogos de piedade, moral, história, geografia ou cultura científica. Para além destes jogos e brinquedos há

¹ Disponível em https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2198/livro_brinquedos_infancia_pag__simples.pdf



Brinquedos diversos. Fotos Acervo MESCC.

ainda, catálogos de brinquedos e documentos relacionados à fabricação de brinquedos. Os catálogos das feiras de grandes armazéns e os catálogos dos fabricantes proporcionam ao investigador uma fonte interessante sobre o mercado dos brinquedos, da moda e, de forma mais ampla, da função social dos brinquedos. Neste sentido, a coleção de brinquedos presente no MESC permite ao visitante compreender melhor o espectro das brincadeiras utilizadas e sua evolução ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. B. L., Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. **Educação Social**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 541-551, maio/ago. 2006. Disponível em file:///F:/livro%20acervo/artigo%20sobre%20brinquedos.pdf, acesso em 12/07/2021.

BRIGNOL, L. M., CHEREM, R. M., Notas para uma relação entre a história da arte e o brinquedo, in **Academicismo e Modernismo em Santa Catarina** [recurso eletrônico] / Rosângela Miranda Cherem, Sandra Makowiecky. Organizadoras – Florianópolis: Ed da UDESC, 2010. CD-Rom., Página 50-63.

BORTUCAN, V., MAKOWIECKY, S., Aldo João Nunes: a alegoria da tragédia de uma cidade a desaparecer, in **Academicismo e Modernismo em Santa Catarina** [recurso eletrônico] / Rosângela Miranda Cherem, Sandra Makowiecky. Organizadoras – Florianópolis: Ed da UDESC, 2010. CD-Rom., Página 64-75.

GASPAR DA SILVA, V. L., Brinquedos da minha infância: coleção Aldo Nunes. **Catálogo**. Vera Lucia Gaspar da Silva; Marília Gabriela Petry (org.) Florianópolis: Secretaria de Estado da Administração - Diretoria de Gestão Documental, 2008.

MASC. Museu de Arte de Santa Catarina. **Aldo Nunes**. Disponível em <https://aplicacoes.fcc.sc.gov.br/wp Masc/artista/aldo-nunes/>, acesso em 12/07/2021.

MAKOWIECKY, S.; GOUDARD, B.; HENICKA, M. **Museu da Escola Catarinense e outros museus do mundo: memória e história visual**. 1. ed. Palhoça: Lilás, 2020.

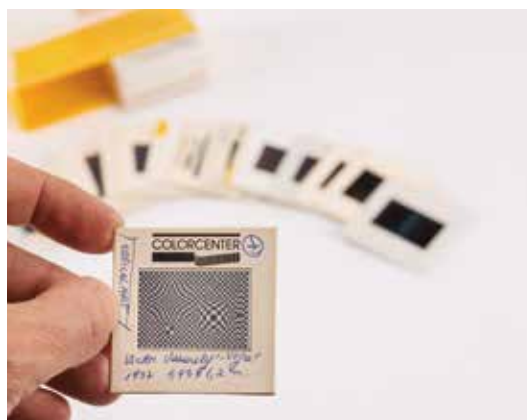
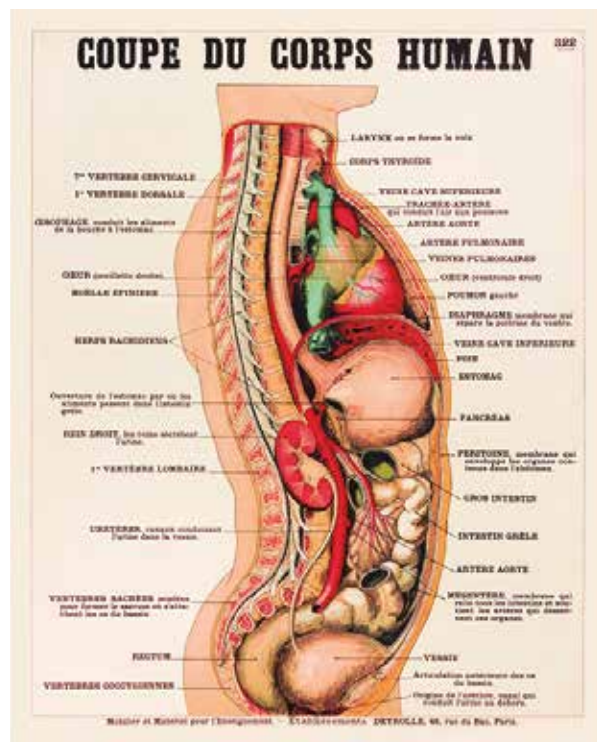
3.2. Coleção de Material Escolar

3.2.1. Uso do Professor

O MESC conta com uma coleção de material escolar dividida em seções. Neste capítulo abordaremos os materiais que eram de uso do professor. São elementos de aula como o giz, o apagador, os livros de consulta, entre outros. Um elemento se destaca por sua forma peculiar: uma longa vara de madeira retorcida sobre si mesma, a palmatória. Estes itens serão abordados de forma a evidenciar algumas de suas especificidades e importância de estarem presentes na coleção de nosso Museu. Convém destacar que na coleção de material escolar, dividimos a seção em:

- Material escolar de uso do professor;
- Material escolar de uso dos alunos e pelas secretarias das escolas;
- Material escolar envolvendo máquinas e equipamentos utilizados para o desenvolvimento das atividades escolares, sendo de uso de professores, alunos ou da secretaria.

A ideia é abordar uma noção geral sobre cada um destes materiais, com destaque para os que estão expostos em nosso Museu. Ao estudar sobre estes elementos observa-se quão grandiosas são as histórias e os ensinamentos que cada um deles pode nos trazer. Muitos deles se constituem como assunto relevante em teses de doutorado, trabalhos de mestrado, artigos... Não conseguimos reproduzir aqui todo esse conteúdo, mas as referências bibliográficas podem apontar caminhos para uma aprendizagem mais significativa sobre o tema e novos trabalhos a serem desenvolvidos. Também é importante destacar que o que ressaltamos como material de trabalho do professor são materiais bastante utilizados e que possuímos em maior quantidade em nosso acervo. Claro está que a atividade docente sempre exigiu muito do professor e não são apenas os materiais aqui relacionados que compunham a totalidade do seu trabalho, mas, dentre os utilizados nas escolas de antigamente, pode-se dizer que aqueles aqui apresentados eram bastante significativos, mesmo porque não existiam tantos recursos tecnológicos como temos na atualidade.





1. GIZ ESCOLAR

O giz é um material escolar usado para escrever no quadro. Ele é feito do calcário retirado das rochas sedimentares que, ao ser misturado com gesso e água, resulta na sua consistência. Tradicionalmente da cor branca, também pode receber adição de pigmentos e apresentar diferentes cores. Apresenta-se na forma de pequenos cilindros alongados. Com o passar do tempo, outras composições e substâncias foram utilizadas/adicionadas na fabricação do giz escolar.

O giz escolar foi utilizado por muito tempo como único instrumento de escrita e desenho nos quadros-negros, tendo sido substituído, na atualidade, pelos pincéis atômicos ou canetas marcadoras (canetas de álcool de secagem rápida). Essa substituição foi fruto de muita reivindicação dos professores, uma vez que o giz escolar está associado a diversas doenças respiratórias, podendo gerar reações extremas em pessoas que já possuem predisposição a alergias, rinite, asma, entre outras. Alguns professores também relatavam problemas de pele causados pelo pó de giz, garganta ressecada e irritabilidade dos olhos. Além disso, alguns alunos também relatavam problemas decorrentes do pó de giz. Todos esses problemas levaram ao declínio da utilização do giz escolar. Coutinho e Lopes (2011), no entanto, destacam que as canetas “marcadores” para lousa branca impigem uma utilização mais limitada do que permitia o giz, retirado do ambiente escolar para evitar problemas de saúde aos seus usuários. O uso do giz na superfície da parede ou madeira favorecia o modo de representação, permitindo executar texturas, sombras, contornos, volumes, contrastes, que o marcador não proporciona na superfície lisa.

Vieira (2012), em seu estudo sobre suportes de escrita, destaca algumas referências ao giz escolar quando aponta o quadro de giz como um dos elementos utilizados diariamente e que serve de base para as atividades realizadas pelos alunos no caderno. Para a autora o quadro de giz é uma superfície que possibilita uma escrita com visibilidade coletiva, que pode ser apagada, o que permite uma generalização do ensino, de maneira simultânea, característica essa que define o ensino moderno e permanece.

O autor Pucci Neto (2009) destaca em seu artigo algumas observações de outros autores onde se verifica que o trabalho docente evoluiu ao longo do tempo e, da mesma forma, os instrumentos por eles utilizados. O autor reproduz o pensamento de Ferreira (2008, apud PUCCI NETO, 2009) que diz que na mudança dos séculos XIX para o XX, o professor ainda utilizava como instrumento de trabalho apenas a fala em suas aulas, mas, com o surgimento do quadro-negro e do giz, o professor re-

agiu questionando como seria o processo da mudança de uma aula dita mais tradicional para uma aula mais moderna, da qual não estava habituado. Em continuidade, reproduz o pensamento de Santos (2003, apud PUCCI NETO, 2009) o qual cita que com o passar do tempo o giz vem cedendo espaço ao computador para se adequar ao mundo globalizado que se conecta as novas tecnologias, sendo assim o professor precisa investir continuamente na construção e reconstrução de seus conhecimentos pedagógicos e tecnológicos.

Utilizado em menor escala que alguns anos atrás, o giz escolar ainda continua existindo e resistindo ao longo do tempo. Hoje com versões antialérgicas e diferentes cores, que são utilizadas para chamar a atenção e facilitar a aprendizagem, podem ser adquiridos em vários locais. Apesar da substituição do giz, pelas canetas marcadoras e, até mesmo, pelas lousas digitais, no MESC é possível contemplar e experimentar a alegria que o giz escolar traz.

2. O APAGADOR



Um material escolar que acompanha o professor em sua atividade docente e que, assim como o giz escolar, apesar de ter seu uso diminuído, ainda continua presente. A trajetória do apagador em muito se assemelha à do giz, já que era utilizado para apagar as escritas por ele produzidas. Ele também teve seu material de constituição substituído/alterado ao longo dos anos, sendo mais comumente encontrado o de madeira com carpete colado na base (como o exemplar presente em nosso acervo).

Importante leitura realizada em artigo produzido por Valle e Costa (2012) revela que a invenção do quadro negro, do giz colorido e, por conseguinte do apagador de giz só ocorreu no final do século XVIII, atribuída a James Pillans (1778-1864), para o ensino da geografia.

De acordo com Barra (2013) em relato sobre o uso do apagador, é destacado que a escrita do giz sobre a lousa era apagada com a esponja nas escolas paulistas do século XIX. A esponja é empregada para diversos usos, dada a sua propriedade de absorver e reter líquidos e também de se deixar espremer com ligeira pressão, ela é empregada no uso escolar: em lugar de umidade, absorve o pó de giz com o qual se escreve sobre a ardósia. A autora segue relatando que no final do primeiro terço do século XIX, os alunos ingleses e norte-americanos usavam o *slate eraser* ou apagador de ardósia, espécie de tampão esponjoso apoiado em metal, os alunos austríacos e alemães utilizavam um apagador em pele delicadamente montado na forma de um pincel pequeno e as crianças francesas utilizavam um pano de limpeza para apagar

os riscos do giz, evitando que se servisse da manga da camisa ou dos próprios dedos para apagar as escritas.

A partir da utilização dos cadernos pelos alunos, o apagador ficou sendo um material escolar de uso do professor e assim segue até hoje.

3. LIVROS DE CONSULTA

Os livros de consulta destacados nesta coleção referem-se aos utilizados pelos professores para produzir o conteúdo de suas aulas, permitindo um embasamento melhor da prática docente. São diferentes dos livros didáticos ou cartilhas (que serão abordados em outro momento), vez que se constituem em material de apoio para uso do professor.

Teixeira (2012) realizou observações e coletou relatos de professores e equipes pedagógicas onde pode constatar que os professores dos primeiros e segundos anos da escola pesquisada não realizavam um trabalho sistemático com os livros didáticos, os livros constituíam-se em mais um dos materiais de consulta e de apoio para a organização das aulas e nas aulas não eram seguidos de maneira sequencial, não sendo utilizados na maior parte das vezes na sua totalidade durante o ano letivo. A autora destaca ainda que o professor, nos seus processos de formação e de construção de uma identidade profissional vivencia situações diferenciadas a partir das quais constrói o seu saber profissional e muito deste saber vem destes livros de consulta. Oliveira (2014) corrobora com esse pensamento quando afirma que a pedagogia contemporânea propõe que os professores utilizem o livro didático como um apoio e não como um guia de suas práticas didático-pedagógicas.

No passado os livros didáticos/cartilhas tinham outro papel e por isso, como já dito, serão explorados em outro tópico. Aqui se busca explorar os demais livros de consulta que eram utilizados pelo professor e que, na atualidade, devem ter o mesmo papel dos livros didáticos. Destaca-se a particularidade destes livros que permitem ao docente estabelecer seu próprio material de apoio para as práticas didático-pedagógicas. Este material encontra-se em expansão no MESC e parte do acervo encontra-se listado na página da internet¹, com destaque para as enciclopédias, atlas, dicionários, entre outros.

Convém destacar que para Santo (2016):

A cada época esses adultos criam, modificam e utilizam diferentes materiais didáticos. Entre eles, os livros aparecem como uma ferramenta fundamental no processo de aprendizagem. São, portanto, chamados livros didáticos as publicações voltadas aos professores e alunos. Eles organizam conteúdos a serem ensinados na escola e indicam a forma como o professor deve planejar e tratar esses conteúdos em sala de aula. Tudo isso é feito

¹ (http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2198/obras_mesc_revisado_maior_2021_2_.pdf)



Itens da Coleção de materiais de uso do Professor. Acervo MESCC.

seguindo uma determinada concepção de aprendizagem. Por outro lado, os materiais didáticos envolvem tudo aquilo que pode servir para enriquecer o trabalho de professores e alunos, tais como: revistas, jornais, panfletos, anúncios. Os conteúdos de sala de aula podem ser abordados de diversas maneiras e o professor deve estar aberto às inovações e disposto a usar sua criatividade. (SANTO, 2016, p. 2)

Assim, em alguns momentos as coleções de livros de consulta do professor e livros didáticos/cartilhas, etc.; acabam se reordenando e restabelecendo, podendo ora estar em uma, ora em outra coleção. Nosso intuito aqui é mostrar que temos diversos livros de apoio ao professor na coleção de acervo do MESC e que, dependendo da época de análise deste material, ele pode se apresentar de diferente maneira/nomenclatura, sem, no entanto, perder seu significado e importância.

Os livros de consulta do professor que dispomos na coleção do MESC abrangem diferentes disciplinas e séries. Alguns são dedicados às coleções de desenho, pintura e modelagem que refletem a escolarização progressiva do desenho e a sua inclusão nas disciplinas obrigatórias do ensino primário. Também estão incluídos manuais escolares destinados aos professores, materiais para desenho de linhas didáticas, com instrumentos, e desenho à mão livre. Livros de alfabetos bordados, as roupas de criança e de boneca e os objetos de madeira ou de ferro, feitos na oficina, constituem prova valiosa deste aspecto ainda pouco estudado do currículo do ensino primário e do ensino secundário, que é o ensino do trabalho manual. No ensino da educação física e desportiva, obras sobre “exercícios corporais” e ginástica. Ainda podem ser encontrados livros que ilustram o tema da “formação da consciência nacional e patriótica”, catecismos, manuais escolares, entre outros exemplares.

Para finalizar este item, apresentamos a declaração de Cunha (2009) após uma análise dos livros escolares do acervo do MESC:

Trabalhar com este material, em acervos como os do Museu da Escola Catarinense, cria possibilidades para pensar, igualmente, em uma perspectiva ampliada de patrimônio cultural capaz de sensibilizar variadas instituições para a gestão e promoção desses materiais. Conhecer mais sobre como os livros eram produzidos, dados a ler e utilizados é, pois compreender como o Estado fez da leitura um saber escolar e deu à Escola a responsabilidade de formar leitores e leitoras. Preservá-los de forma adequada é uma iniciativa que vem demandando esforços e é fundamental que se formulem e se programem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justifiquem sua preservação. (CUNHA, 2009, p. 70)

4. A PALMATÓRIA



A palmatória consiste numa espécie de régua de madeira com uma das extremidades em forma circular geralmente marcada por cinco furos em cruz, utilizada antigamente por pais e professores para castigar as crianças, para bater-lhes na palma da mão. Pode também ser apresentada com outras formas e modelos, mas todos com o mesmo objetivo principal, a saber: instituir a disciplina na escola e castigar quem descumprisse as ordens ou desobedecesse as regras impostas.

Para Fernandes (2006) não bastava ao mestre a palavra como transmissora do seu poder persuasivo sobre o aluno, necessitando de castigo. O autor descreve que o castigo corporal foi uma das heranças transitadas da cultura romana à pedagogia cristã e que o instrumento punitivo preferencial do professor era a palmatória.

De acordo com Ariés (2006), “a disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica ou religiosa; ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual, e foi adotado por sua eficácia, porque era a condição necessária do trabalho em comum, mas também por seu valor intrínseco de edificação e ascese”. Em 1854, os castigos físicos foram substituídos pelo uso de castigos morais. No entanto, há relatos de que após um século da proibição do castigo físico, eles continuaram a ser utilizados em algumas escolas brasileiras.

Os autores Cunha e Bicalho (2015) evidenciam que por muitos anos o castigo e a punição física foram artifícios muito usados por professores, sendo comum a utilização da régua ou da palmatória para bater no aluno que não respondesse, adequadamente, as suas perguntas. A quantidade de palmadas dependia do juízo deste professor sobre a possível gravidade do erro. Segundo os autores o estabelecimento da palmatória como instrumento de castigo disciplinar a ser aplicado por professores vem desde a segunda metade do século XVIII, período em que os erros dos alunos eram considerados como resultantes da indolência. Os autores destacam também que o castigo físico noutras vezes dava-se pela prática de colocar o aluno de joelhos sobre grãos de milho ou feijão, ou ainda, de mandá-lo para frente da classe, voltado para a parede e com os braços abertos, ficar de rosto para a parede, ficar retido na sala de aula durante o recreio, suspender o lanche, realizar tarefas extras em sala de aula, punições recorrentemente utilizadas. Desta forma o aluno era castigado fisicamente e moralmente, já que o castigo se tornava visível a todos os colegas.

Da pesquisa de Almeida (2009) observa-se a importância da palmatória quando um dos entrevistados ressalta: “A palmatória era um sinal de escola; quando se via a palmatória em cima da mesa [...] se dizia: aqui é uma escola!”; expressando por meio de seus comentários que o uso das coerções como instrumento educativo ocupava lugar comum em toda a sociedade. A autora apresenta vários relatos de alunos da época do uso da palmatória, entre os quais destacamos:

Aos que nunca travaram conhecimento com essa espécie de tacaie educacional, expliquemos que uma palmatória era um instrumento de tortura muito usado antigamente para castigar os alunos. Confeccionada em madeira inteiriça, pesada e resistente de 2,5 cm de espessura, compunha-se de uma parte circular, com aproximadamente 5 cm de raio, ligada a um cabo de 30 cm de comprimento. Consistia a punição em segurar-se o instrumento pelo cabo e bater a parte arredondada sobre a palma da mão do castigado. Cada pancada recebia o nome de bolo [...]. Algumas palmatórias possuíam cinco orifícios abertos em cruz como estratégia para aumentar o sofrimento do sevidado, razão pela qual, em alguns lugares receberam a denominação de “menina dos cinco olhos. (ALMEIDA, 2009, p. 225)

A autora relata ainda que era um costume naquela época, os pais já terem a sua própria “menina dos cinco olhos” em casa, ou providenciar uma para o professor, quando a escola era na fazenda ou na residência e, para finalizar, destacamos dois depoimentos interessantes, a saber: “Mestre Lucas, [...] era homem de tão justa regra, e de tão visível correto parecer, que não poupava ninguém: às vezes teve dia de dar em todos os meninos com a palmatória; e mesmo assim nenhum de nós não tinha raiva dele” e “tinha os pais que consideravam a escola a extensão da família, achavam o castigo benéfico e autorizavam o professor, como meio de fazer o filho progredir na escola.”, expressando que ninguém guardava sentimentos de rancor seja pelos pais, seja pelo professor, por ser uma cultura naquele contexto. À medida que se avançou no tempo, os castigos físicos começaram a ser questionados e, aos poucos a palmatória perdeu seu uso, estando hoje restrita aos espaços museológicos e a lembrança daqueles que dela levaram um “bolo”.

5. SLIDES

Os *slides* antigos, também chamados de diapositivos, constituíam-se em lâminas de vidro ou plástico com fotos ou textos, no formato de 35 mm, emolduradas. Usava-se um projetor para mostrar essas imagens para uma plateia, geralmente em uma sala escura. Como em uma sessão de cinema, um quadro de cada vez, é projetado em uma tela ou parede branca. A foto era emoldurada para não ser danificada e proporcionar um melhor manuseio na hora de inserir no projetor. As molduras também protegiam a película quando esta estava inserida entre dois vidros finos, eram feitas de papelão ou plástico. Os *slides* disponíveis no acervo do MESC eram utilizados nos antigos projetores (os quais serão apresentados no tópico sobre equipamentos escolares). A palavra *slide* tem origem na língua inglesa e significa deslizar.



A coleção de slides utilizados nas aulas por professores e que foram recebidas em doação no MESC tem inúmeros exemplares, nas mais diversas áreas, com destaque para a área de artes.

De acordo com Armelin Junior (2004) os *slides* chegaram a seu auge entre 1950 e 1975, perdendo destaque pelo surgimento e popularização dos filmes super 8 e 8 mm. Com o advento do computador pessoal tem-se a retomada da produção caseira de *slides*, mas este ganha outra forma e é projetado em *data show* ou projetor multimídia. Certamente era uma forma interessante de apresentação, revolucionária para a época. Sua preparação não era tão fácil. Era preciso comprá-los prontos, pagar para um estúdio fotográfico produzi-los ou você ter habilidade e tempo suficiente para essa atividade, coisa que os professores em geral, não tinham. Na hora da projeção era preciso tomar cuidado ao inseri-los no projetor para que não fossem projetados de forma invertida.

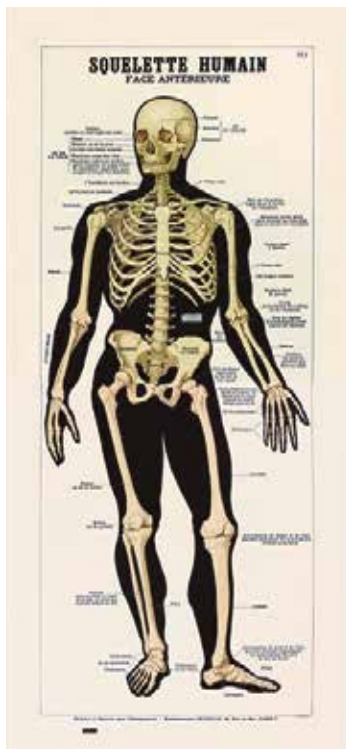
Armelin Junior (2004) relata que as escolas utilizaram este suporte tecnológico como recurso pedagógico, mas o grande custo da produção dos *slides* impediu um melhor aproveitamento deste recurso, principalmente entre 1950 e 1975. O autor evidencia que cada unidade é um fotograma em diapositivo transparente (permite a passagem da luz) e que uma sequência de *slides* não serve apenas para se contar história, mas também para apresentar fatos, gerar discussão sobre uma determinada imagem ou parte dela, analisar os detalhes desta, descrever situações, aprimorar o estudo de elementos muito pequenos, entender o funcionamento de órgãos vivos ou máquinas, comparações, etc. Estas opções favorecem o trabalho com a inter-relação de conteúdos, a pesquisa, e a consequente construção do conhecimento pelo aluno.

Para Diniz (2001) o *slide* continua a ser um recurso particularmente útil quando se trata de analisar imagens estáticas. Permite o acesso à realidade ou experiências inacessíveis diretamente. Muito indicado no estudo de geografia e obras de arte. Apresenta um inconveniente de precisar de ambiente escurecido, mas é de fácil confecção, funcional e versátil, com muitas possibilidades de reorganização e reestruturação. Permite adequar o ritmo de uso às necessidades de aprendizagem e aos condicionamentos no momento da exposição

6. CARTAZES

De acordo com Rosa (2013) o cartaz é um meio de comunicação e produtor de cultura criado para um ambiente urbano. A autora cita que os cartazes começaram a circular com mais frequência a partir de 1800, quando apresentavam um formato pequeno e constituía-se apenas de texto disposto na página sem qualquer preocupação estética. Ao longo do tempo foram se modificando e hoje podem ser encontrados em grande formato para fixação em ambientes amplos ou ao ar livre, com predomínio da imagem e com pouco texto.

Fazendo a analogia dos cartazes urbanos com os cartazes pedagógicos, observa-se que a preocupação com a estética é determinante em sua produção, sendo



que a predominância dos cartazes escolares é pela produção artesanal, sendo sua confecção realizada, em sua maioria, pelos estudantes em geral.

Os cartazes representam um gênero textual muito utilizado em sala de aula com um propósito comunicativo. Esse tipo de material influencia na aprendizagem, uma vez que estimula a trabalhar tanto com a linguagem verbal quanto com a não verbal. Nas escolas de antigamente podia-se observar vários cartazes nas paredes, com objetivo didático, mesmo que, por vezes, podiam causar ao seus espectadores a sensação de poluição visual.

Além dos cartazes produzidos pelos alunos, nas escolas também era comum a presença de cartazes como material de referência do professor. Eram cartazes didáticos com conteúdos e/ou figuras utilizadas para melhor explicação de um tema, onde a linguagem visual tinha relevância sobre a escrita, levando a reflexão acerca do tema em estudo, por isso apresentava pouco texto escrito.

A princípio, o cartaz deve permitir uma leitura rápida, resumida e as figuras devem envolver os alunos, permitindo uma melhor aprendizagem do conteúdo. Como exemplo de alguns cartazes artesanais, produzidos por professores em conjunto com alunos, podemos citar os de numerais, do alfabeto, de rotina da sala de aula, do ajudante do dia, do calendário, dos aniversariantes, entre outros. Já para os cartazes utilizados pelos professores, produzidos de forma digital e graficamente, podemos citar aqueles com desenhos do corpo humano, de plantas, de animais e outros. Alguns cartazes incorporam as salas de aula com função mais decorativa do que pela importância na aprendizagem, mas nem por isso deixamos de citá-los aqui. Hoje, assim como acontece com outros recursos didáticos, também os cartazes podem ser feitos com o uso de novas tecnologias digitais e tornam-se visualmente mais atraentes, mas aqueles produzidos manualmente pelos alunos, principalmente das séries iniciais, carregam em si toda a dinâmica da socialização e da troca de saberes entre os colegas de turma.

No MESC temos alguns cartazes em exposição. Convém destacar que muitos visitantes que adentram na sala de época de nosso Museu se deparam com vários cartazes nas paredes e aqui destacamos que este material constitui uma coleção específica que é tratada no item sobre quadros parietais.

7. MAPAS

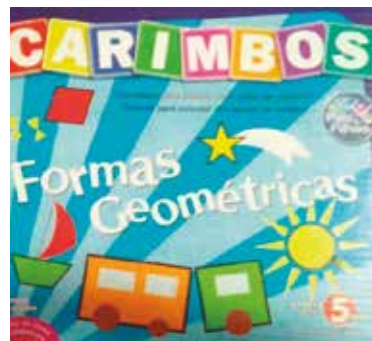
Para Almeida (2004 apud BERNARDINO, 2010, p. 129) “é função das escolas preparar o aluno para compreender a organização espacial da sociedade, o que exige o conhecimento de técnicas e instrumentos necessários à representação gráfica dessa organização”. O pensamento de Almeida está retratado no estudo de Bernardino (2010) que ressalta a significância que os mapas desenvolvem na espacialização gráfica das variáveis realçadas pelo homem enquanto agente no meio ao qual está inserido. Para o autor os mapas são instrumentos de informação utilizados desde a antiguidade, quando tinham a função de localizar fontes de alimentos, terras ou mares desconhecidos, ou ainda para demarcar territórios e, por muito tempo ficaram associados à localização de coisas e lugares.

Souza e Pereira (2017) reforçam essa teoria quando afirmam e citam em seu estudo que desde a antiguidade até a sociedade atual a cartografia sempre foi relevante e presente na geografia. As autoras destacam Brabant (2003 apud SOUZA e PEREIRA, 2017) que comenta um texto de 1822 no qual a relação da Geografia com o desenho dos mapas já era reconhecida como uma atividade necessária e ensinada aos alunos, e definida como “uma ‘ciência e um desenho’ se exprime antes de tudo pelo mapa”. Assim as autoras reforçam a valorização da cartografia para o registro do estudo ‘concreto’ realizado pela matéria de geografia e evidenciam que desde muito tempo verifica-se a associação da geografia com o uso do mapa e este como um recurso imprescindível para lecionar essa disciplina.

Visando valorizar este importante recurso didático utilizado pelos professores, mantemos no acervo do MESC uma coleção de mapas. Temos o destaque do mapa *mundi* na sala de época, mapa do Estado de Santa Catarina na sala das carteiras, entre outros, bem como o destaque para o globo terrestre presente em várias salas.

8. CARIMBOS

Seiça (2012) define carimbo desta maneira: “A palavra carimbo significa instrumento esculpido em metal, madeira ou borracha, à qual se aplica tinta à imagem ou padrão gravado e que se emprega para marcar papéis de uso oficial ou particular”. A autora relata que a história dos carimbos de madeira inicia-se com a descoberta da borracha, em 1736, pelo cientista francês Charles Marie de La Condamine, que durante uma expedição pela Amazônia, observou o látex, proveniente da árvore seringueira, recolhendo uma amostra e enviando-a para o Instituto Francês, em Paris. As pesquisas seguiram, vieram outras descobertas e em 1892 a indústria de carimbos verificava uma grande expansão. Na época, os carimbos de borracha eram compostos por letras e números, frequentemente encontrados em empresas privadas e públicas, escritórios e bancos. A autora segue a referência histórica dos carimbos e evidencia:



Para preservar e permitir ao público a visualização deste recurso, o MESC dispõe de vários carimbos em sua coleção de material do professor, sendo com representação de diferentes tipos de letras, inclusive carimbos com o alfabeto produzidos em madeira, carimbos de formas geométricas, carimbos de datas, de página, entre outros.

No início do século XX surgiram as primeiras empresas produtoras de carimbos com imagens, utilizados como carimbos educacionais. O aparecimento de carimbos didáticos manifestou-se de grande importância para o ensino primário, trazendo uma ferramenta inovadora, de grande aplicação na vida escolar. (SEIÇA, 2012, p. 24)

O estudo de Seica (2012) também destaca que os carimbos com imagens tiveram grande importância no âmbito educacional, sendo preciosos recursos auxiliares na prática docente, principalmente no período em que não estavam disponíveis tantos recursos tecnológicos, como os computadores e fotocopiadoras. Segue afirmando que “a imagem representa um papel fundamental na aprendizagem, por permitir a associação da imagem ao que ela simboliza. Sendo a leitura e a escrita áreas fundamentais na idade escolar, os carimbos assumem um papel de relevante interesse”.

Jacques (2011) corrobora com a importância dos carimbos quando afirma que

A marca constante dos carimbos nos cadernos dos alunos evidencia que a presença da imagem como um arquivo da memória escolar e da memória das práticas educativas é um dispositivo de informação e de formação. A professora ao fazer uso intensivo do “carimbo” em suas correções e verificações das atividades desenvolvidas pelos alunos nos cadernos visava valorizar os recursos audiovisuais em sala de aula e organizar a prática docente em um amplo sistema simbólico. Assim, o processo de alfabetização da escola primária também envolvia uma alfabetização visual, como fonte de conhecimento e inteligência. A imagem do carimbo deveria impregnar o estímulo, como mais um dispositivo produtor de mensagens didático-pedagógicas. Nesse caso, a imagem do carimbo presente nos cadernos escolares, além de atuar como uma ilustração e uma marca de correção, também exercem uma função formativa do imaginário social, importantes ferramenta de aculturação do sujeito, perpetuando identidades, valores, tradições e cultura. (JACQUES, 2011, p. 77)

Os carimbos eram comprimidos sobre uma almofada com tinta e depois impressos nas folhas de cadernos e documentos. Quem nunca pintou os dedos com a famosa tinta para carimbo? Apesar de todo o suporte didático que os carimbos ofereciam ao professor, esse era um dos inconvenientes, pois muitas vezes os carimbos sujavam os dedos, papeis e até a roupa dos professores, mas que logo era superado pela vantagem que seu uso oferecia.

Para Jacques (2011) o carimbo surge como um adalamento para a criança e demonstra que o professor prestou atenção à parte afetiva da personalidade infantil. Muitas vezes ao final da verificação das atividades realizadas pelos alunos, o professor deixava registrado um carimbo com uma figura, mostrando que avaliou a tarefa desempenhada. Alguns alunos retribuía o carinho, colorindo os carimbos em seus cadernos. Em outros casos, carimbos eram utilizados como parte da lição, ou seja, se o texto tratava da sílaba “pa” e a palavra pato era o destaque, logo aparecia um carimbo com a figura de um patinho na lição, concretizando a palavra em destaque na escrita das frases. Por vezes também era utilizado como uma marca de correção do

professor. A autora relata ainda que os carimbos aparecem nos cadernos para revelar que as atividades foram realizadas com distinção, buscam uma aproximação com o universo do aluno, permitindo que o aluno interaja com a correção, pintando e imprimindo mais estética ao seu caderno, uma vez que o capricho e a completude das atividades eram aspectos rigorosamente observados na correção.

Outra forma de uso dos carimbos nas escolas era para acompanhar a assinatura do professor ou diretor da instituição, seja nos recados enviados aos pais e/ou responsáveis, seja no registro dos boletins, ou ainda em outros documentos que se fizessem necessário. Podiam também vir como registro de datas, número de páginas, logomarca da instituição escolar, entre outros usos correntes do ambiente educacional.

Atualmente os carimbos pedagógicos tornaram-se obsoletos, frente aos recursos tecnológicos disponíveis, mas tiveram grande importância como material de aprendizagem.

9. DISCOS DE VINIL

A música é uma importante ferramenta pedagógica para auxiliar as crianças em seu desenvolvimento, se planejada e contextualizada corretamente. Godoi (2011) afirma que a presença da música na vida das pessoas é incontestável. Em muitas culturas vem acompanhando a história da humanidade e se fazendo presente em diferentes continentes. Existem muitas possibilidades de buscar as contribuições da música no desenvolvimento da criança, uma vez que ela se faz presente em suas vidas antes de sua alfabetização. Neste sentido Cappi (2007) acrescenta que o sentido da audição se desenvolve muito antes da visão e de os outros sentidos começarem a funcionar. Com ele, ouvimos a fala antes de falar e de entender. Assim, ouvir é a condição para entender e falar. A audição é o sentido social e o som é a essência do universo.

Hoje muitas crianças não tem conhecimento e/ou lembrança dos disquinhos infantis, mas vários adultos guardam na memória um pouco dessa tradição, quando ouviam as histórias e estórias contadas/cantadas através dos disquinhos coloridos, que apesar de estarem disponíveis para aquisição ao mercado consumidor, muitas vezes eram de acesso para crianças apenas no ambiente escolar, dado o seu custo de aquisição. Os professores utilizavam a música para as atividades recreativas, para as atividades lúdicas e também para auxiliar no processo de aprendizagem das crianças.

Em seu estudo Cappi (2007) destaca que na primeira metade da década de 1940 lançou-se uma das mais importantes e extensas coleções de mídia sonora infantil de que se tem conhecimento no país: a *Coleção Disquinho*, tendo como responsável Carlos Alberto Ferreira Braga, Braguinha, também conhecido como João de Barro. Em 1938, ele foi responsável pela dublagem brasileira de *Branca de Neve e os sete anões*, de Walt Disney. Nos anos seguintes Braguinha continuou participando das versões bra-



No Museu da Escola Catarinense é possível encontrar alguns destes discos em exposição, recordando para muitos as histórias e histórias contadas e cantadas no período escolar.

sileiras dos desenhos de Walt Disney: em 1940, gravou *Pinóquio*, em 1941, *Dumbo*, em 1942, *Bambi* e continuou por muito tempo desenvolvendo esses trabalhos. O interesse despertado pelos filmes de Disney deu à Braguinha a ideia de lançar as historinhas infantis em disco, tendo realizado as adaptações de *Branca de Neve e os sete anões* e *Chapeuzinho Vermelho* e, na sequência, a coletânea de *Cantigas de roda*. Depois vieram *Os três porquinhos*, *O pequeno polegar*, *A gata borralheira*, *Festa no céu* etc. A coleção se tornou uma paixão das crianças da época tendo feito sucesso até o fim dos anos 1980. Em complemento Cappi (2007) cita que no início da década de 1960, a *Coleção Disquinho* é relançada no mercado, com uma grande inovação. Além da capa e do encarte desenvolvidos por profissionais da área do *design*, os próprios disquinhos de vinil eram coloridos. O lançamento dos disquinhos em diferentes cores deu à coleção um simbolismo muito especial. Importante destacar que nesta coleção as músicas eram adaptadas em língua portuguesa e os arranjos eram feitos e executados no Brasil.

O autor acrescenta que, em 1970, foi lançada pela Editora Abril, a coleção

Historinhas de Walt Disney, com 48 fascículos (quinzenais), acompanhada de disquinhos com a narração das histórias e as gravações das trilhas sonoras originais de Walt Disney. Em cada volume, a história era narrada num disco, acompanhado de livrinhos com as histórias impressas e ilustradas e com figuras para serem coloridas. Publicaram-se *Mogli*, *Pedro e o lobo* e *Aladim*, entre outras. Já em 1982, lançava-se no mercado a coleção *Taba*, uma produção também da Editora Abril. Cada edição da *Taba*, que era quinzenal e continha um livro com histórias sobre o folclore brasileiro, sugestões para encenações teatrais com máscaras e acessórios, e também de um disco compacto, em que a narração das histórias era combinada a canções famosas que fossem correlatas ao tema do fascículo. Depois vieram outras coleções musicais, como a *Palavra Cantada*, *Canções de Ninar*, *Canções de Brincar*, *Cantigas de Roda*, *Canções Curiosas*, *Canções do Brasil*, etc. Os últimos citados já produzidos em CD, não mais nos tradicionais discos de vinil.

Albuquerque (2013) complementa sobre a coleção *Disquinho* informando que ao lado de historinhas como *Chapeuzinho Vermelho* e *Pinóquio*, dois discos com a temática *História do Brasil Cantada*, foram publicados nos anos 1968 e 1972, nos quais eram destacadas a história do descobrimento do Brasil e a dos indígenas.

10. ESTAMPAS EUCALOL

As *Estampas Eucalol* são imagens com textos instrutivos que acompanhavam a linha de perfumaria e produtos de higiene da marca Myrta, uma estratégia usada pelos irmãos Stern, fundadores da perfumaria no Rio de Janeiro para aumentar as vendas dos produtos.

Samuel Gorberg (2000), num livro hoje raro e de referência, historiou e reproduziu estas estampas, do qual nos apropriamos para trazer um pouco de história para o item. Eucalol foi uma empresa de produtos de higiene pessoal brasileira, fundada no Rio de Janeiro, pelos irmãos alemães Paulo e Ricardo Stern. Seu sabonete, feito de eucalipto, apresentava uma coloração verde, causando no público da época certo estranhamento e rejeição, pois os sabonetes eram normalmente nas cores rosa e branco. Com as vendas do produto em baixa, os empresários buscaram estratégias. Inicialmente tentaram conquistar o público com um concurso de poemas tendo o sabonete por tema. Os vencedores recebiam prêmios em dinheiro e menções honrosas publicadas na revista *Fon-Fon*, em 1928. Mesmo assim as vendas do Eucalol não eram satisfatórias. Os irmãos Stern lembraram-se das estampas Liebig que tanto sucesso faziam na Europa e resolveram lançar, em 1930, as *Estampas Eucalol*, convidando o público a colecioná-las. O sucesso foi estrondoso, crianças e adultos colecionavam as estampas impulsionando as vendas do sabonete e a empresa crescia vertiginosamente. Em 1932, ingressou na sociedade o terceiro irmão, Erich Stern, e a empresa alterou a razão social para Perfumaria Myrta S/A.

Por três décadas as estampas foram vendidas junto com o sabonete Eucalol impressas em cartão formato 6x9 cm (tamanho de uma carta de baralho), apresentando na frente desenhos com temas variados e no verso um texto explicativo sobre o assunto. Elas participavam do cotidiano de crianças e adolescente que privilegiavam as “figurinhas” instrutivas, que, em 54 temas, distribuídos em 2400 estampas, conduziam-nos por viagens imaginárias entre animais pré-históricos, peixes das profundezas oceânicas, índios do Brasil e episódios da história brasileira. Visando reduzir custos a fim de enfrentar a concorrência das multinacionais que se estabeleciam no Brasil, a Perfumaria Myrta decidiu encerrar a impressão das *Estampas Eucalol* em 1957, e, apesar do esforço despendido, a empresa não suportou a concorrência e em 1978 acabou por ser vendida, tendo sido requerida sua falência em 1980.

As primeiras séries das *Estampas Eucalol* tiveram temas bem brasileiros: *A Vida de Santos Dumont*, *Episódios Nacionais*, *Produtos do Brasil*, *Cachoeiras do Brasil*, *Aves do Brasil*, entre outros, intercalados com outros temas de âmbito universal como *Dom Quixote*, *Compositores Célebres* (incluindo Carlos Gomes), *Viagens através dos Continentes*, *Lendas da Antiguidade*, *Precursores do automobilismo*. Uma série bonita é a dos *Uniformes do Brasil desde 1730*, publicada com autorização do Ministério da Guerra.

As séries sobre *Histórias do Brasil*, *Lendas do Brasil* e *Índios do Brasil*, foram largamente usadas em escolas pelo país como material didático e, por isso, este item encontra-se aqui apresentado. A importância das estampas também pode ser observada no artigo de Rizzo e Mello (2010) o qual cita que as *Estampas Eucalol*, deslizaram do produto, de modo a assegurar, com vida própria, seu lugar na memória de muitos, posto que acionadoras de imaginários, fonte de inspiração poética, catálogo, referência de qualidade gráfica, motivadoras de colecionismo, enfim, de variadas maneiras inscreveram-se na fisionomia da cena brasileira em temporalidades múltiplas e propondo perguntas.

Tiveram ainda as séries *Bandeiras*, *Viajando pelo Brasil*, *As Danças através do Mundo*, séries de histórias infantis como *João e Maria*, *Branca de Neve*, *Gato de Botas*, *Gata Borralheira*, *Chapeuzinho Vermelho* e *A Bela Adormecida*, entre outras que proporcionaram belas estampas. O último tema impresso, em 1957, foi a série Escotismo. São essas as mais importantes estampas da América Latina, encontrando-se colecionadores em vários países.

Importante destacar também que conforme apresentado na página Escrita Global (2014) as estampas inspiraram o jornalista e compositor baiano Helio Contreiras a produzir a composição *Estampas Eucalol*, sua grande marca. Cita-se que “Mais do que um registro nostálgico das velhas coleções do sabonete Eucalol, que apresentava o mundo às crianças, tornou-se uma letra que alude os grandes trovadores nordestinos, em suas narrativas míticas e lusitanas”. Também é informado que através



No MESC dispomos de algumas estampas da série *Escotismo* e *Brasões*, com destaque para a Bandeira de Santa Catarina



destas estampas era possível ter contato com eventos da história, informações culturais de maneira geral e a mitologia grega.

Muitos estudos têm envolvido as *Estampas Eucalol* resultando em trabalhos como teses de doutorado, artigos publicados e livros, como por exemplo, *Fina(s) Estampa(s): as Estampas Eucalol e a memória publicitária brasileira*. No sentido didático das *Estampas Eucalol*, também destacamos o pensamento de Rizzo e Mello (2010) que citam a abordagem de James Clifford em relação ao colecionismo, colocando as coleções das crianças como rituais, exercícios do indivíduo para se apropriar do mundo, mas pode-se e deve-se, fazer do gesto de “selecionar, ordenar, classificar [...] para fazer boas coleções”. E prossegue “o bom colecionador tem bom-gosto e é reflexivo. A acumulação se desdobra de maneira pedagógica e edificante”. Neste sentido o autor também apresenta alguns depoimentos em seu artigo dos quais selecionamos algumas frases marcantes e aqui reproduzidas, como por exemplo, o que foi dito por José Gomes de Sá Dezinho:

[...] Uma coleção se destacava sobre as demais: as das estampas do sabonete Eucalol. [...] Distribuíam as famosas estampas Eucalol, nas caixas dos sabonetes que trazia três delas e na do creme dental apenas uma. Eram as mais instrutivas, belas e cobilhadas figurinhas que conseguiram atravessar longos anos, pois, o início de sua publicação se deu na década de 20, e o seu encerramento no ano de 1957. Alguns de seus temas dão uma ideia de sua importância e valor cultural: Lendas do Brasil, As danças através do Mundo, curiosidades Mundiais, Celebidades da Tela, Lendas da Antiguidade, fatos decisivos na História do mundo, Uniformes do Brasil, escotismo, História do Brasil, Viagem Pitoresca através dos Continentes. Todas as outras coleções eram desfeitas, perdidas, vendidas, jogadas fora, dadas, deixadas de lado. Mas os que colecionavam as Estampas Eucalol as guardavam como se guardam uma preciosidade. (RIZZO e MELLO, 2010, p. 8)

E também o depoimento de Athos Eichler Cardoso:

Eu não me lembro de algo didático com riqueza de detalhes de colorido como eram as Estampa [...] foi um dado muito importante as Estampas do sabonete Eucalol. Que também era muito fácil de guardar na bolsa, era durinha, guardava com facilidade e não estragava não, não amassava. E era muita importância da Estampa Eucalol, não tinha enciclopédia. Então ali era uma coisa que circulava, atraía e culturalmente era importantíssimo nessa época. (RIZZO e MELLO, 2010, p. 9)

Corroborando com esses depoimentos e a importância pedagógica das *Estampas Eucalol*, destacamos ainda a citação de Pereira (2019):

Colecionando e interagindo com os mitos, essas gerações tiveram oportunidade de se relacionar com estes arquétipos, sob a forma de relato, e de um discurso sobre elementos do mundo social e/ou do mundo cultural. O mito apresentado naquelas estampas criava uma narrativa dando aqueles jovens à oportunidade de conhecer e vivenciar estes elementos das divindades e as diversas culturas. Como pesquisador e amante da filosofia, tenho certeza que cada mito e sua importância, foi fundamental no imaginário destes jovens, que puderam sonhar e viajar através daquelas estampas. Assim, da mitologia

grega a Idade Média era um pulo [...] Tenho certeza que não falta elementos nas diversas ciências que poderia usar como objeto de estudo este fenômeno e a contribuição que estas estampas tiveram no inconsciente de várias gerações. As Estampas Eucalol [...] Fizeram parte da vida brasileira durante quase 30 anos, deixando marcada sua presença nas gerações que as vivenciaram. (PEREIRA, 2019, p. 1)

11. ÁLBUNS DE CROMOS

Também conhecido como caderneta de cromos, livro ilustrado ou popularmente chamado de álbum de figurinhas, é uma publicação na qual são colados adesivos colecionáveis de acordo com a numeração estabelecida, devendo haver compatibilidade entre a figura e o local onde esta será inserida. Os cromos (figurinhas) são estampas coloridas relativas a algum tema, como esportes, música, filmes, programas de TV, sendo bem tradicionais os álbuns com figurinhas relativas aos times de futebol e à Copa do Mundo. Mas as figurinhas podem também ter seu cunho didático e versar sobre cultura geral, história, geografia, civilizações, fauna, flora, entre outros.

Uma empresa tradicional na produção de álbuns de figurinhas é a multinacional Panini Group e a inglesa Merlin. Atualmente algumas coleções podem ser encontradas no formato digital sendo chamados cromos digitais, onde os utilizadores podem colecionar e fazer as suas trocas online. Retrocedendo no tempo, buscamos destacar um pouco da história dos álbuns de figurinha, destacando dois autores que apresentam informações sobre o tema. Ramone (2015) afirma que em 1895 a fábrica paulista França & Mursa lançou, como parte das embalagens de cigarro, a série *Marinha Brasileira*, inaugurando oficialmente no País um dos passatempos mais divertidos e saudáveis para crianças e adultos: a coleção de figurinhas, mas foi somente em 1928 que apareceu o primeiro catálogo para o colecionador colar figuras provenientes da Fábrica de Balas e Biscoitos Novo Mundo, que lançou o álbum *Novo Mundo*. Outros historiadores apontam como pioneiro *A Hollandeza*, lançado em 1934 pela fábrica de balinhas de mesmo nome. Foi assim que figurinhas e álbuns passaram a andar juntos nas promoções de guloseimas. Em 1949, com a publicação do álbum *Branca de Neve e os Sete Anões*, a Editora Vecchi entrou para a história do colecionismo brasileiro ao criar os envelopes de figurinhas. Antes disso, os cromos eram vendidos avulsos. Para os colecionadores de hoje, talvez o grande marco desse secular *hobby* fosse a coleção *Amar é...*, publicado pela Editora Abril, em 1979, correspondendo a primeira coleção de figuras autocolantes lançada no Brasil. Nos anos 1980 e 1990, os chicles de bola Ping Pong e os iogurtes da Danone se destacaram dentre os demais na venda de produtos com figurinhas. *Amar é...* foi lançado muitas vezes no País, em vários formatos e tamanhos, por diversas editoras, até 2010. Ao lado dos estrelados pelos personagens da Hanna-Barbera, Disney e Turma da Mônica, e do já tradicional Campeonato Brasileiro, é o título mais recorrente em álbuns de figurinhas no Brasil.

Já Duarte (2013) afirma que o primeiro álbum de figurinhas do Brasil co-

meçou a circular no início dos anos 1900, através de uma publicação da tabacaria Estrela de Nazareth e cada uma das 60 figurinhas correspondia a uma bandeira de um país. Depois vieram os álbuns de figurinha de balas (Balas Futebol, Balas Cinédia, Balas Fruna, Balas Ruth) que acabaram alavancando a indústria de doces. Em 1961, veio a prova da consolidação do nicho das figurinhas no mercado de entretenimento infanto-juvenil com a fundação da italiana Panini. Os irmãos Panini eram, desde 1945, donos de uma banca de jornal em Modena, na Itália. Em 1954, fundaram uma companhia de distribuição de jornais que, mais tarde, daria lugar à fábrica de álbuns de figurinhas. O grupo é, desde então, líder mundial no setor. Ainda de acordo com Duarte (2013) o primeiro álbum oficial de figurinhas de futebol a circular no Brasil foi o da Copa de 1950. O produto era patrocinado pelas Balas Futebol, virando febre entre a criançada, alavancando as vendas da indústria de doces Americana, que fabricava as balas. A Editora Dimensão Cultural inovou ao lançar um álbum de figurinhas metálicas. A geração de crianças do fim da década de 70 costumava exibir bicicletas, pastas e até peças de roupas cheias de “chapinhas de ouro” grudadas. O álbum da Copa do Mundo de 1982 foi patrocinado pelos chicletes Ping Pong. Dentro da embalagem da goma de mascar, vinha uma das 300 estampas de figurinhas confeccionadas pela marca. Foram vendidos cerca de 600 mil álbuns em um período de seis meses. A Editora Abril lançou em 1977 um álbum do campeonato de futebol brasileiro que englobava 62 times brasileiros. A experiência só se repetiu uma década depois, quando o mesmo grupo colocou nas bancas o álbum da Copa União de 1987, torneio que correspondeu ao Campeonato Brasileiro naquele ano. Foi só em 1989, no entanto, que a Abril, já em parceria com a Panini, iniciou a tradição anual da confecção de álbuns de figurinhas do Campeonato Brasileiro. Em 1994, a sociedade entre os dois grupos foi rompida, e a Panini assumiu de vez a produção.

Ramone (2015) afirma que as figurinhas também passam regularmente por um banho de atrativos, como cromos aromatizados, fosforescentes, metalizadas, transparentes, em transfer, plástico com recheio acolchoado e variadas texturas, como glitter e purpurina. Para o autor, mesmo que as diversões hoje sejam bem diferentes, o hábito de colecionar figurinhas continua forte no Brasil.

Para Balthazar (2016) o álbum de figurinha é uma atividade lúdica e de aprendizagem, que pode ser utilizado no desenvolvimento das crianças. Divertir-se enquanto aprende e envolver-se com a aprendizagem faz com que a criança se desenvolva e participe ativamente do processo educativo. Aprender brincando é o mais simples e natural na criança. A brincadeira envolve toda a vida da criança e o professor deve ser um gerador de situações estimuladoras e eficazes. É nesse contexto que a ludicidade se torna uma ferramenta ideal de aprendizagem, um instrumento pedagógico, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno. Para a autora,

A escola deve aproximar do aluno o que for interessante e motivador que contribua para

a sua aprendizagem, sendo um dos recursos o incentivo à utilização do álbum de figurinhas, que tem caráter pedagógico formador e é um atrativo para o aluno. Além do resgate da brincadeira, o álbum de figurinhas, desperta o interesse pela leitura, pois, uma palavra, imagem, números, incitando a curiosidade no preenchimento das páginas, na marcação dos números que já saíram, quais que ainda faltam para completar o álbum, sendo um veículo eficaz para o processo de aprendizagem da criança. Esse recurso também promove comunicação com o meio e com as pessoas, fortalecendo vínculos e criando laços afetivos, o que o torna uma atividade inspiradora e lúdica! (BALTHAZAR, 2016, p. 1)

Alves (2018) corrobora com esse pensamento e afirma que o uso do álbum de figurinhas como recurso didático-pedagógico é uma forma educativa que estimula o interesse, a participação e a criatividade no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando um aprendizado mais significativo aos alunos. O álbum de figurinhas como recurso didático-pedagógico é uma ferramenta lúdica e criativa que possibilita trabalhar os processos cognitivos da aprendizagem, buscando desenvolver despertar a curiosidade, estimular o interesse e auxiliar na construção dos conhecimentos para uma melhor compreensão dos conteúdos. O autor afirma ainda que o álbum de figurinha funciona como objeto de desejo tanto para crianças, adolescente e até adultos pelo simples fato de colecionar e aprender/descobrir mais sobre personagem, lugares, passagem e/ou eventos como a exemplo da copa do mundo e desenhos animados. Em seu estudo destaca que outros autores citam que imagens são mais facilmente lembradas do que suas respectivas representações verbais e que isso é um fator positivo na aprendizagem dos alunos. Associar as imagens das figurinhas aos conceitos abordados no álbum e na disciplina é o principal meio de aprendizagem.

O álbum de figurinhas é eficiente como ferramenta didática na educação sobre diversos temas e mostra-se ainda hoje como um método eficiente, rápido, de custo baixo, facilmente aplicável e bem aceito pelos estudantes. Quando os professores convidam seus alunos a trabalhar com coleções de figurinhas observam um maior envolvimento dos alunos, que se empolgam até hoje com essa prática. Preparar um álbum de figurinhas exige envolvimento durante a separação das figurinhas, a escolha de quais irão anexar ao álbum e em como farão as colagens. Durante o processo podem realizar atividades de forma individual e também em grupo e acabam gerando as discussões de como farão as atividades e a melhor maneira de se organizarem. Desta forma as crianças se deparam com a aprendizagem de coisas que nem percebem que estão vivenciando, tais como contagem, sequências numéricas, registros numéricos, grafia de números e situação problema, além das demais que já citamos anteriormente. Nesse contexto, podemos inferir que também os álbuns de figurinhas foram bastante utilizados pelas escolas, tanto por alunos, quanto por professores e ainda o são até hoje. O MESC possui algumas dessas figurinhas em seu acervo, para lembrar esse importante item da infância de muitos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. Entre não, sons e sins: atitudes educativas e vicissitudes do ser índio. In: **Simpósio Nacional de História**, 22-26 jun. 2013, Natal (RN). Anais... Natal (RN): ANPUH, 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42348>. Acesso em 30 ago. 2021.

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Os Cadernos do Pedrinho: lições, palmatória, memorizações. **Projeto História**, São Paulo, n.39, pp. 217-234, jul/dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5843/4194>. Acesso em 02 set. 2021.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ALVES, Toni José Isídio. **O Álbum de Figurinhas O Estudo das Plantas como Recurso Didático-Pedagógico para o Ensino-Aprendizagem de Botânica no Ensino Fundamental II**. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Federal da Paraíba – PB. 2018. 57f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20211/1/TJIA22062021.pdf>. Acesso em 24 set. 2021.

ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. apud SCHÜEROFF, Dilce. **“Não obedeceu, pode punir”: Castigos Escolares no Ensino Primário Catarinense (1910–1940)**. Florianópolis, 2006.

ARMELIN JÚNIOR, Vivaldo. Uso de projetor de *slides*, retroprojetor e episcópio. **Arte Educar**, 2004. Disponível em: <https://silo.tips/download/curso-uso-do-projetor-de-slides>. Acesso em 05 set. 2021.

BALTHAZAR, Fatima. **O Álbum de figurinhas – uma ferramenta lúdica e de aprendizagem**. 2016. Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/o-album-de-figurinhas-uma-ferramenta-ludica-e-de-aprendizagem/>. Acesso em 24 set. 2021.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n 49, p. 121-137, jul/set – 2013. Editora UFPR.

BERNARDINO, Virgílio Manuel Pereira. Produção de Mapas Escolares: Uma Proposta de Oficina Pedagógica. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, PR v.1n.2 p.129 - 134 2º Sem 2010. Disponível em: http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/view/24/pdf_13. Acesso em 18 ago. 2021.

CAPPI, Juliano. **Cantos e Encantos: os “Rumos” da História da Mídia Sonora para Crianças no Brasil**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/4935/1/Juliano%20Cappi.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

CIPRIANO, Cláudia Correia. **Jogos no Ensino Fundamental: um recurso pedagógico**. 2017. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia). Faculdade de Educação – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19050/1/2017_ClaudiaCorreiaCipriano.pdf. Acesso em 30 ago. 2021

COUTINHO, Solange Galvão; LOPES, Maria Teresa. *Design para educação: uma possível contribuição para o ensino fundamental brasileiro*. Em: **O Papel social do desing gráfico: história, conceitos e atuação profissional**. Editora SENAC- São Paulo, ed. 1, cap 6. P. 137-162, jan/2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236681984_Design_para_educacao_uma_possi-vel_contribuicao_para_o_ensino_fundamental_brasileiro. Acesso em 06 set. 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). **Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60/século XX)**. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009. 80 p.

CUNHA, Thiago Colmeneiro; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Da palmatória à Polícia: Genealogia das lógicas disciplinares no contexto escolar In: **Psicologia, Educação, Saúde e Sociedade: Transversalizando**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2015, v.1, p. 143-156. Disponível em: https://www.academia.edu/33337294/Da_palmat%C3%B3ria_%C3%A0_Policia_Genealogia_das_%C3%B3gicas_disciplinares_no_contexto_escolar. Acesso em 28 ago. 2021.

DINIZ, Sirley Nogueira de Faria. **O uso das novas tecnologias em sala de aula**. 2001. 186f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

DUARTE, Marcelo. A história dos álbuns de figurinhas de futebol. 2013. **Blog dos curiosos**. Disponível em: <https://www.guiadoscuriosos.com.br/blog/bau/a-historia-dos-albuns-de-figurinhas-de-futebol/>. Acesso em: 24 set. 2021.

ESCRITA Global. **Estampas Eucalol**. 2014. Disponível em: <http://www.escritaglobal.com.br/2014/04/estampas-eucalol-contreiras-e-xangai.html>. Acesso 24 set. 2021.

FERNANDES, Naraline Alvarenga. **Uso de jogos educacionais no processo de ensino e de aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em mídias na educação). Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS. Alegre – RS, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141470/000990988.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2021.

FERNANDES, Rogério. Da Palmatória à Internet: uma revisitação da profissão docente. **Revista brasileira de história da educação**, nº 11 jan./jun. 2006.

GODOI, Luis Rodrigo. **A Importância da Música na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011. Disponível em: <https://www.educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/03/A-importancia-da-m%C3%BAsica-na-ed.-infantil.-pdf.pdf>. Acesso em 12 set. 2021.

GORBERG, Samuel. **Estampas Eucalol**. Imprinta Gráfica e Editora. Rio de Janeiro, 2000. 274 páginas.

JACQUES, Alice Rigoni. **As marcas de correção em cadernos escolares do curso primário do Colégio Farroupilha (RS), 1948-1958**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, João Paulo Teixeira de, A Eficiência e/ou Ineficiência do Livro Didático no Processo de Ensino-Aprendizagem. **IV congresso ibero-americano de política e administração da educação/ VII congresso Luso-Brasileiro de política e administração da educação**. 2014. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT4/GT4_Comunicacao/JoaoPauloTeixeiradeOliveira_GT4_integral.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

PEREIRA, Carlos Roberto. **A importância das Estampas Eucalol**. 2019. Disponível em: <https://www.sudoestedigital.com/2019/09/artigo-importancia-das-estampas-eucalol.html>. Acesso em 24 set. 2021.

PUCCI NETO, João. A Inclusão Digital Docente: do Giz a Era Computacional. Revista Multidisciplinar da UNIESP. **Saber Acadêmico** - n.º 07 - Jun. 2009/ ISSN 1980-5950. Disponível em http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403123814.pdf. Acesso em 30 ago. 2021.

RAMONE, Marcus. **Álbuns de figurinhas no Brasil: colecionando histórias**. 2015. Disponível em: <https://universohq.com/materias/albuns-de-figurinhas-no-brasil-colecionando-historias/>. Acesso em: 24 set. 2021.

RIZZO, Wagner Antonio; Mello, Maria Thereza Negrão de. Narradores trocando figurinhas: as *Estampas Eucalol* como suporte de memórias e representações. **X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Recife, 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269111026_ARQUIVO_CONGRESSO_HIST_ORAL_PERNAMBUCO_FINAL.pdf. Acesso em 24 set. 2021.

ROSA, Rita Miranda. **O cartaz no contexto escolar: a “educação do olhar” em foco**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2013.

SANTO, Wéllia Pimentel. Material Didático e Ensino-Aprendizagem de Línguas. **Revista Desempenho**, n.26, v.2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rd/article/download/9337/8259/>. Acesso em 01 set. 2021.

SEIÇA, Joana. **Carimbos Didáticos Portugueses / Criações Agatha 1970 – 1996**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Design de Comunicação) – Escola Superior de Arte e Design – Matosinho, Portugal, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/5436>. Acesso em 25 ago. 2021.

SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira, PEREIRA, Milla Barbosa Pereira. Cartografia Escolar na Formação do Professor de Geografia e a Prática com Mapas Mentais. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 248-276, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/513/255>. Acesso em 20 ago. 2021.

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista. **A Experiência do Professor com Livros Didáticos**. IX ANPED SUL, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3091/575>. Acesso em 06 set. 2021.

TORRES, Rejane Martins. **História e Historiografia do RS. As Estampas Eucalol**. 2019. Disponível em: <https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2019/10/as-estampas-eucalol.html>. Acesso

em 24 set. 2021.

VALLE, Aílton Ferreira do, COSTA, Armando João Dalla. Visão histórica e manipulação. Caderno: **O Professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense**. Vol 1, 38 f. Secretaria da Educação. Governo do Estado do Paraná. 2012.

VIEIRA, Letícia. **Cadernos, Lápis, Tela de Computador: cultura material escolar e suportes de escrita em Diários de Estágio Docente do Curso de Pedagogia UFRGS (2007-2012)**. 35 f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67889?locale-attribute=es>. Acesso em 30 ago. 2021.

3.2. Coleção de Material Escolar

3.2.2. Uso do Aluno e da Secretaria

A coleção de material escolar que iremos explorar aqui é constituída por materiais de uso dos alunos, como os cadernos, lápis, canetas, apontador, entre outros. Além disso, também alguns utilizados pelas secretarias das escolas, como grampeador, perfurador, caixa de primeiros socorros, instrumentos musicais. Iremos apresentar algumas particularidades destes materiais, evidenciando os itens do acervo do MESC. Resgatar essa cultura material das escolas tem sido uma importante ação de nosso Museu, buscando preservar a história e as recordações que estes objetos podem transmitir ao público.

1. CADERNOS ESCOLARES

Os cadernos escolares são suportes da escrita utilizados por alunos para registrar as atividades diárias nas escolas. Cassab e Selles (2009) retrataram o pensamento de Vinao (2008 apud CASSAB e SELLES, 2009, p. 5) apresentando que o caderno é concebido como um produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares. Seguem afirmando que velhos cadernos escolares são fontes privilegiadas para a pesquisa educativa na medida em que carregam marcas dos conteúdos e atividades desenvolvidos durante a vivência da sala de aula.

Santos (2010) em sua pesquisa estuda cadernos de alunos catarinenses no período de 1930 a 1940. O autor destaca que os cadernos escolares trazem aspectos da penetração do nacionalismo, via educação, na cultura das escolas catarinenses. Também apresenta o pensamento de Peixoto (2004, apud SANTOS, 2010, p. 105) que diz que a presença de cadernos nos acervos dos museus escolares é numericamente pequena, pois guardar cadernos antigos não é uma prática usual no Brasil. Segue informando que entre os cadernos utilizados em escolas catarinenses do período são encontrados aqueles com capas típicas do período de nacionalização, como por exemplo o “Avante”, cuja primeira capa apresenta cinco jovens escoteiros, uniformizados, empunhando a bandeira do Brasil, adentrando a mata verde, onde se destaca uma palmeira. Capas como estas são consideradas de conteúdo ideológico declarado: conclamam a uma identificação com o patriotismo. Neste viés o autor destaca que:



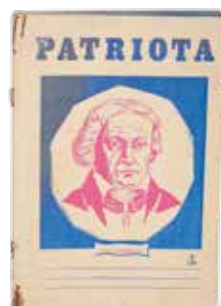
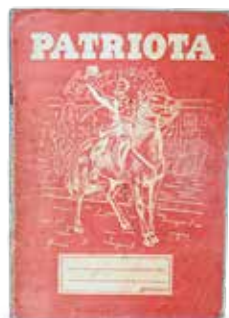
Os cadernos podem ser analisados tanto em seu conteúdo como em relação a aspectos materiais como capa, tipo de papel, tamanho, ou ainda quanto às modalidades de emprego que são reveladas em cadernos como de caligrafia ou quadriculados (xadrez). Ajudam na elaboração da história das culturas escolares e dos costumes educativos, permitindo o acompanhamento de aspectos da história da própria escrita (especialmente da escrita infantil), da alfabetização e da didática. Possibilitam, também, por meio dos múltiplos níveis de leitura, reunir aspectos de cunho histórico sobre as ideologias dominantes em cada época, o imaginário dos atores (mestres, alunos, administradores) do ponto de vista escolar. Como fonte complexa, o caderno escolar auxilia nas investigações sobre diversas disciplinas, levando a elaborar questões sobre a própria história da pedagogia e da didática, quanto à editoria e às ilustrações. Revela aspectos sociais da infância quer na perspectiva da linguística, quer da antropologia cultural, constituindo uma fonte que pode ser alojada entre fronteiras de diversas áreas. (SANTOS, 2010, p. 5)

De acordo com Puentes (2017) o período da didática da escrita estende-se entre 1844, com o surgimento do caderno de papel celulose e do manual escolar de papel celulose até 1920. Neste período o quadro-negro adquiriu centralidade na escola. Passado o período da didática da oralidade, tanto o professor quanto os alunos passam a falar menos e a escrever mais. O autor afirma que:

A aula se foca em dois momentos importantes, diferentes, mas ao mesmo tempo complementares; em primeiro lugar, na arguição e explicação dos conteúdos por parte do professor, com o uso do quadro-negro e do giz; em segundo, na atenção dos alunos à explicação do professor sobre os conteúdos e nas anotação no caderno escolar. Esse é o motivo pelo qual a atividade pedagógica passa a ser muito mais auxiliada do que antes por recursos tecnológicos antigos surgidos na etapa anterior: o lápis, o caderno e o quadro-negro. (PUENTES, 2017, p. 25)

Importante registrar o pensamento do autor quando cita que a partir de 1844, o caderno que era um objeto raro entre o século XVI e XIX, passou a ser um material didático corriqueiro na sala de aula e na mala dos alunos, permanecendo assim até os dias atuais, sendo o protagonista do ensino, junto com o lápis. Complementa dizendo que o caderno passou por numerosas e drásticas modificações em razão da época histórica e das exigências pedagógicas, a maior parte delas associadas ao tamanho, formato e preços. Além de registrar o conteúdo específico de cada matéria, é também um registro importante da história de cada aluno em particular e da experiência vivida em sala de aula e para corroborar com seu pensamento apresenta as palavras de Ana Crystina Mignot:

Eles não servem apenas para registrar os conteúdos estudados em sala de aula. Guardam também a memória de um tempo em que crescer é um desafio em meio a tantas brincadeiras. O recado da paquera, o ensaio da poesia, um desenho inacabado, o telefone do amigo, as preocupações de uma época e até mesmo as marcas de correção de uma professora nunca esquecida. Assim são os cadernos escolares: um verdadeiro baú de memórias. (MIGNOT, 2008 apud PUENTES, 2017, p. 26)



Coleção de materiais de uso do Aluno. Fotos Acervo MESCC.

A autora Ferreira (2017) destaca também uma citação importante sobre os caderno e sua evolução que diz:

Historicamente, a escrita passou por vários objetos até chegar ao caderno. Foram muitas mudanças. Antes existia o uso de tabuinhas de madeira cobertas de cera, frequentes nas escolas da antiguidade greco-romana. Depois os alunos passaram a utilizar areia fina para escrever; e somente no século XVIII a ardósia a substituiu. Houve mudanças também do dedo para a caneta de pena e da ardósia veio a ideia para o quadro negro que era coletivo. (FERREIRA, 2017, p. 125)

Com essa breve apresentação sobre as funcionalidades e importância de preservar os cadernos antigos, procuramos destacar os exemplares disponíveis no acervo do MESC, onde podem ser encontrados: cadernos de desenho, cadernos de escrita (aqui chamamos atenção para os cadernos distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Educação, na época), cadernos de caligrafia, cadernos produzidos com capa de madeira. Ao observar o caderno com capa de madeira e o exuberante trabalho de marfeteria, ao qual foram inseridas flores na capa, é possível imaginar como este material era valorizado durante o período letivo.

Em Frade e Galvão (2016) é possível observar o relato da existência de uma tipologia dos cadernos em relação as funções, estando assim organizados: a) registros de pontos: usado para escrever aquilo que deveria ser retomado e memorizado, ou seja, o conteúdo que seria cobrado pela professora nas avaliações; b) caligrafia: normalmente eram aqueles que tinham pauta de duas linhas e cumpriam o papel de ensinar a técnica da escrita – particularmente, a caligrafia, c) ditado: utilizado para as avaliações das palavras/frases ditas pela professora e anotada pelos alunos, corrigidas na sequência, d) avaliação: servia para realizar e armazenar as provas, ficava sob a guarda do professor e só era entregue aos alunos no dia da prova e ao final do ano letivo.

Neste contexto, podem ser abordados os diferentes tipos de cadernos utilizados pelos alunos ao longo da história escolar. Há que se destacar a evolução que se deu neste dispositivo até chegar aos tablets e celulares, já utilizados pelos alunos atualmente. Como nosso principal objetivo é apresentar os cadernos mais antigos utilizados passaremos a apresentar, na sequência, o quadro de ardósia.

2. QUADRO DE ARDÓSIA (LOUSA DE ARDÓSIA)

O quadro de ardósia consiste em uma pequena pedra que era utilizada como caderno. Para melhor compreender esse material teceremos alguns comentários sobre este importante instrumento utilizado pelos alunos. Inicialmente relatamos a afirmação de Oliveira *et al* (2015) onde consta que a ardósia foi considerada o ancestral do quadro-negro e surgiu numa época em que se queria ensinar aos pobres, (instrução elementar), coincidindo com o ingresso dos meninos à escola. A utilização de materiais como o papel ou a pena era inviável naquele período, pois eram caros e deman-



2

davam trabalho; o preparo da pena exigia habilidade e era tarefa do professor. Quanto ao papel, era caro, gastava-se depressa e sujava-se muito, além disso, exigia uma mesa e acessórios como o tinteiro, a pena, a régua, o lápis.

Corroborando com essa afirmação, Barra (2013) traz em seu estudo várias citações importantes sobre a ardósia que reproduzimos ali. Afirma que a ardósia, também conhecida como “pedra”, “laje” ou “lousa”, podia ser utilizada pelas crianças das escolas infantis, encostando-a aos joelhos, sem correr o inconveniente de chegar em casa com a roupa e os dedos cheios de tinta.

Em outra citação a autora diz que a provável origem etimológica da palavra “ardósia” seria correlata do seu emprego arquitetônico na “Irlanda, numa localidade chamada Ardy, portanto do nome celta *ard*, pedra”, ter-se-ia “formado este de ardósia”. A ardósia no estado natural podia ser chamada “rocha folhada”, podendo ser encontrada em diferentes cores: marrom-avermelhado escuro, cinza claro, verde, azul escuro ou violeta.

Do texto de Barra (2013) seguem ainda outras importantes observações sobre a ardósia, donde pode-se ver que o emprego da ardósia em atividades de escrita é anterior ao seu emprego escolar: no século XIV, pequenas ardósias podiam ser usadas como uma espécie de registro de bolso. Pestalozzi teria sido o responsável pela introdução do emprego escolar da ardósia nas escolas primárias da Suíça. Os diretores das escolas mútuas teriam preconizado e difundido o emprego escolar da ardósia. Seu uso sucedeu ao das caixas de areia e daria lugar mais tarde ao papel e à pena.

É dito ainda que as ardósias destinadas ao uso escolar podem ser de duas maneiras: naturais ou artificiais. As naturais se parecem com aquelas usadas na arquitetura, guardadas as especificidades do emprego escolar, a escrita. Constituem-se de pequenas placas escolhidas entre placas mais ou menos regulares, têm a superfície lisa, cortadas regularmente e aplainadas nas bordas, um lápis também em ardósia permite marcar nela traços suficientemente visíveis. Já a ardósia artificial poderia se apresentar sob a forma de “uma lamina de folha de ferro esmaltada” ou de “uma folha de cartão coberta por uma massa delgada de madeira pintada de preto” – ou seja, um pequeno quadro-negro. O uso escolar da ardósia natural revela inconvenientes:

é dura, pesada, difícil de carregar, fria e frágil — somando-se aos inconvenientes do lápis de ardósia, que por sua vez é muito duro, pesa, e muito quebradiço, tornando-se logo um fragmento que irrita os dedos pequenos das crianças, mas tinham como grande vantagem o baixo custo. Os inconvenientes revelados pelo uso que dela se fazia eram reduzidos graças a alguns aperfeiçoamentos, tais como a fixação de ardósias sobre a superfície das mesas e a colocação das ardósias em quadros de madeira, o que as tornava portáteis e menos frágeis. Persistindo os inconvenientes de uso, introduziu-se as ardósias artificiais, produzidas em papelão ou madeira, o quadro-negro, uma prancha de madeira de dimensões maiores suportada por cavaletes, regulável por tarraxas na altura e inclinação da prancha, de superfície pintada de cor escura, para ser usada com giz, um material com mobilidade, isto é, portátil.

Importante observar a colocação que cita Barra (2013) quando diz que a ardósia servia como “caderno de rascunho”, enquanto o papel era empregado para a “caligrafia” ou para os trabalhos nos quais se desejava “conservar o traço”, observando que alunos norte-americanos e ingleses usavam a ardósia, com uma habilidade manual que não impedia a escrita correta e elegante. Complementa sua citação informando que no decorrer do século XIX ocorrem diferentes transformações da ardósia, em particular às tentativas de reduzir seus inconvenientes, onde alguns tentaram ainda gravar nela uma serie de traços destinados a guiarem a mão do aluno e a regular as dimensões de inclinação da escrita.

Frade e Galvão (2016) também trazem importantes observações sobre a lousa de ardósia quando citam que o uso da ardósia parece ter sido ainda mais longo do que normalmente apontado pela historiografia da educação. O enquadramento da lousa em madeira era realizado para facilitar seu traslado e evitar seu esfacelamento, pois ela era levada para a escola todos os dias. Essa materialidade da lousa de ardósia tinha consequências nos modos de pensar sobre as especificidades da escrita e sobre o aprender a escrever. As consequências da “dureza” da pedra no treinamento do gesto da escrita, revelavam uma certa dificuldade ao gerar, por assim dizer, um atrito entre a mão do estudante, o lápis e a lousa, necessitando um controle da força da mão para escrever. Outra consequência do uso da lousa é a percepção, pelos alunos, da efemeridade da escrita. O caráter efêmero da escrita já estava presente nas mesas de areia usadas no Brasil no século XIX. De modo geral, a escrita está associada à fixidez, à estabilidade, à permanência, à perenidade, à longevidade, e, por oposição, a oralidade se relaciona à efemeridade, à instabilidade, ao presente. Na lousa, a possibilidade e a necessidade de apagar e voltar a escrever tornam a escrita efêmera. As autoras afirmam ainda que a lousa também não era, para muitas famílias, de fácil acesso, mesmo sendo mais barata do que o papel, nem todos podiam comprá-la. De modo geral, a lousa é referida como o lugar do treino das mãos pouco habituadas aos instrumentos e suportes da escrita, muitas vezes vistos e manipulados pela primeira vez somente quando chegavam à escola.

Este importante material utilizado nas escolas de antigamente pelos alunos pode ser encontrado no MESC, onde temos uma lousa de ardósia original antiga, inclusive com uma pequena trinca, evidenciando a fragilidade do material, conforme anteriormente exposto, outra com traços para melhor guiar a escrita e outros dois exemplares, totalizando 4 exemplares desse importante objeto..

3. O LÁPIS



De acordo com Puentes (2017) o lápis existe como tecnologia desde 1565, tendo surgido no século XVI, é considerada a ferramenta mais utilizada pelo homem desde as primeiras civilizações até os dias atuais, mesmo em países com baixos níveis educacionais. O autor destaca que foi a partir do século XIX que seu uso se popularizou, associado ao caderno de estudo e à realização das lições, aliado ao quadro- negro passou a ser um complemento da atividade pedagógica e escolar inseparável do estudante e do professor.

Barra (2013) destaca que em francês, a palavra *crayon*, “lápís”, é derivada de *craie*, “calcário”, “giz”. O giz foi o primeiro lápis, e o canivete (fino, para apontar a pena; ordinário, para o lápis de pedra), o primeiro apontador ou aparador. Segue relatando que nas escolas do início do século XIX, era usado o lápis de ardósia ou lápis cinza, destinados a escrever ou desenhar sobre a ardósia; frequentemente, compõem-se de fragmentos de ardósia um pouco mais macia. Também chamados de “rude lápis de ardósia”, “pena de lousa”, “pena de pedra”, “giz de pedra”, “grafite de pedra”, “grafite”, “caneta de ardósia”, “lápís”, tinha inconvenientes, entre os quais as professoras de escrita o criticavam por tornar a escrita rígida e seca, não permitindo formar os traços redondos e finos das letras e forçando o aluno a se apoiar, a pesar sobre o lápis e por serem muito duro e muito quebradiço, tornando-se logo um fragmento sobre o qual os dedos se irritavam. Os inconvenientes eram minimizados com a colocação do lápis de ardósia em porta-lápis, espécie de anel feito de cobre, invólucro cilíndrico de madeira ou caneta de latão. Mais tarde, o lápis de ardósia foi substituído por um lápis de massa menos dura, que não fazia a mão pesada, e que podia ser colocado numa lapiseira. O novo lápis era chamado “lápís da Alemanha” e sua maciez proporcionava uma grande vantagem sobre o lápis de ardósia.

Frade e Galvão (2016) corroboram com o exposto quando afirmam que a percepção de que, ao causar atrito em uma superfície dura, o lápis para pedra produzia traços finos que talvez dificultassem tanto o ato de escrita quanto o de leitura, fato que fez surgir a publicação de uma instrução, em 1912 por Roca Dordal, conde-

nando o uso do lápis de pedra e aconselhando o banimento desse instrumento e defendendo o uso do lápis para iniciantes.

As autoras defendem também que o lápis é um instrumento associado ao caderno e sua utilização ganha contornos próprios segundo a época e/ou tipo de escola. Esses contornos dependem, fundamentalmente, da qualidade do instrumento, a qual é avaliada, entre outros aspectos, pelo tipo de grafite — resistente ou quebradiço —, por sua maciez ou dureza, por sua capacidade de deslizamento no suporte. Dependem, ainda, de sua relação com outros artefatos, como a borracha e o apontador. Em seu estudo é mostrado que por volta de 1930, em Minas Gerais, mesmo supondo sua ampla disseminação na cultura escrita escolar, há indícios de que o acesso ao lápis era ainda restrito, pois diferentes artifícios tinham de ser usados pelos alunos e/ou por suas famílias, como o uso partilhado do lápis em uma mesma família, ou ainda fazê-lo durar para outro turno de escola, ou até mesmo utilizar um prolongador. As autoras relatam o depoimento de entrevistadas donde se pode observar que, ainda na década de 1950, o lápis era algo restrito entre seus usuários. Diz uma entrevistada: “O lápis de escrever era usado até ficar minúsculo, eu usava o lápis pela manhã e meus irmãos usavam o mesmo lápis à tarde...”. A outra entrevistada relata: “Quando o lápis acabava colocava um cano feito de bambu, caderno de oito folhas, que eram escura”. O uso de material encontrado na zona rural, sob a forma cilíndrica adaptável ao resto de lápis, mostra apropriações singulares de instrumentos utilizados aqui no Brasil, enquanto em outros países já existiam artefatos mais elaborados, como os *prolongateurs de crayons* anunciados no *Journal des Instituteurs*, na França no final do século XIX no MESC temos um exemplar de prolongador de lápis, feito em metal, decorado com pedra vermelha e com inscrições marcadas, acreditando-se serem de seu fabricante e/ou distribuidor..

Apesar das interessantes descobertas sobre o lápis obtidas com essa pesquisa, restringimos a apresentar aqui parte do estudo e dizer que na coleção de lápis do MESC podem ser encontrados diversos tipos e modelos, desde os lápis de ardósia, até as lapiseiras, sem contar o famoso lápis com a tabuada, onde estavam gravadas todas as contas de multiplicação que os alunos deveriam saber de cor. O complicado era ter que apontar o lápis e ir perdendo as impressões dos números aos poucos. O lápis de tabuada era proibido de ser usado nas provas e, curiosamente, estavam em muitos estojos mais raramente eram usados, para evitar de perder a impressão.

4. O APONTADOR

O apontador é outro objeto que evoluiu ao longo do tempo nas escolas. Essa evolução se deu em função dos diferentes tipos de lápis de escrever que foram sendo adotados. Barra (2013) descreve que o uso de canivetes como apontadores e diz:

“Canivetes diferentes eram usados para aparar penas ou para desbastar lápis de pedra



e garantir melhores traços sobre a ardósia. Nas escolas paulistas, eram usados dois tipos de canivete, os “ordinários” e os “finos”. Os ordinários eram usados para “desbastar” os lápis de pedra; os finos destinavam-se ao preparo das penas, tarefa de responsabilidade do professor quando se tratava de alunos menores.” (BARRA, 2013, p. 132)

Frade e Galvão (2016) apresentam a relação entre o lápis e o apontador quando citam que o lápis e seu uso dependem de sua relação com outros artefatos, como a borracha e o apontador e, anteriormente, com o canivete. Destacam ainda que o próprio tempo gasto na rotina escolar com o “apontar” faz diferença no tempo dedicado ao ato mesmo de escrever. Neste sentido, destacam o depoimento de uma entrevistada que cita: “Os lápis muito ruim. Fazia ponta, o lápis quebrava, não tinha nada daqueles apontador, a gente fazia ponta na faca, quebrava, quando olhava o lápis estava desse tamanho, a gente ia fazendo ponta...”. As autoras relatam também questões de segurança das crianças com o uso de canivetes, utilizados enquanto apontadores. Em alguns estudos foi possível verificar que os professores tinham cuidado com essa atividade e o uso do canivete era restrito a ele, não permitindo as crianças o seu acesso. Da mesma forma, o uso do estilete como apontador, deveria ser restrito aos adultos, de modo a garantir a segurança das crianças.

Com o objetivo de produzir uma ponta adequada para uma escrita perfeita, diferentes tipos de apontadores surgiram, desde os modelos coletivos que ficavam na mesa do professor (do qual temos alguns exemplares no Museu), passando para os individuais, aqueles com depósito, até seu declínio quando o advento das lapiseiras, mas ainda assim podem ser adquiridos e utilizados na atualidade.

5. AS CANETAS E OS TINTEIROS

As canetas, assim como os lápis, foram instrumentos criados para registrar pensamentos e difundir conhecimentos, desde a antiguidade. Neste tópico um pouco sobre a evolução das canetas e as tintas utilizadas para a escrita.

Inicialmente eram utilizados pedaços pontiagudos de madeira ou osso para realizar marcações na argila. Depois utilizou-se o osso molhado em tintas vegetais para fixar a escrita. Mais tarde passaram a utilizar as penas de ganso e somente no final do século XVIII é que as penas de metal começaram a ser utilizadas. No século XIX, em 1884, Lewis E. Waterman patenteou a invenção da caneta com tinta em seu interior, conhecida como “caneta tinteiro”. As canetas esferográficas surgiram a partir de 1937, em aprimoramento as dificuldades da caneta tinteiro, as quais borravam muito e a tinta secava em seu interior, mas sua popularização aconteceu em 1945, através do francês Marcel Bich, quando um processo de fabricação passou a ser realizado, gerando



um produto final mais econômico. As canetas foram “batizadas” com o nome de “BIC”, uma abreviação do sobrenome do francês, tendo feito bastante sucesso na época, sendo conhecida até os dias atuais e que se popularizaram no Brasil a partir da década de 1960.

Importante resgatar um pouco deste histórico, pois hoje muitas crianças, acostumadas a leitura e escrita em computadores, tablets e celulares, que fazem uso cada vez menor da caligrafia, não conseguem imaginar como a escrita era realizada. O objetivo principal de manter esses instrumentos no arquivo do Museu é resgatar o passado, assim como para todos os demais itens de nosso acervo, e mostrar como eles se modernizaram ao longo do tempo.



A caneta tinteiro exigia delicadeza na escrita, bem diferente do uso dos lápis de ardósia, e permitia que alunos desenvolvessem uma caligrafia bem elaborada. É preciso ter muita habilidade para o uso das canetas tinteiro evitando quebrar sua ponta, ou até mesmo manchar/rasgar o papel. Para se escrever com a caneta tinteiro era preciso abastecer um depósito com tinta, chamado “tinteiro”, feito em sua grande maioria de vidro. Por vezes, realizar essa ação acabava por sujar as mãos, roupas e carteiras dos usuários.

Por volta dos anos 1950, as crianças iniciavam seus processos de escrita utilizando o lápis. Quando ingressavam no segundo ano, já alfabetizados, podiam fazer uso da caneta e do vidro de tinta. Destacado o cuidado que era necessário para escrever com esse instrumento, a ponta da pena era molhada na tinta disponível nos tinteiros. Em muitas escolas os tinteiros eram fixos nas carteiras. Ao ingressarem no terceiro ano podiam fazer uso da caneta tinteiro, de custo mais elevado e por isso não adotada pela maioria dos alunos. Essa afirmação pode ser confirmada através do depoimento de alunos apresentado no estudo de Frade e Galvão (2016) que diz:

Os alunos que ainda não tinham destreza suficiente copiavam o que estava no quadro nas poucas lousas individuais existentes – nelas, iam “aperfeiçoando” – para, posteriormente, passar o escrito para o “caderninho mixuruca”. Modestino, [...] afirma que, somente no segundo ano, depois de muito usar a lousa, começou a usar a caneta tinteiro. Geraldo, que estudou em escola rural nos anos 1940 em Minas, também afirma que somente os alunos que passavam para o segundo ano e, mesmo assim, só “aqueles mais desenvolvidos” é que poderiam escrever com tinta. Escrever com caneta já passava o aluno simbolicamente para um nível superior: “Aí a gente sentia que tava bastante adiantado [...] adiantado porque já sabia escrever com caneta, com tinta. (FRADE e GALVÃO, 2016, p. 328)

As canetas de bico de pena e tinteiro precisam ser utilizadas mais deitadas,

com escrever suave, apenas arrastando a ponta de leve sobre o papel; diferente das esferográficas que deveriam ser utilizadas mais na vertical e por isso cansavam bem mais, já que é preciso forçar a caneta contra o papel para a tinta sair. Marques (2016) corrobora com a afirmação quando cita que outro instrumento utilizado por muitos anos no Ginásio foi a Caneta Tinteiro, ou *Plumes à la ronde*, em Francês, essas canetas precisavam de prática para escrever corretamente, pois era preciso que não apertasse a mesma contra o papel, mas sim, deslizar suavemente, esses objetos foram utilizados pelos alunos para registrar suas atividades.

De acordo com Frade e Galvão (2016) a caneta tinteiro não permitia borrões, requerendo um tipo de escrita muito controlada. Em seus estudos as autoras apresentam vários depoimentos onde fica evidente as dificuldades da escrita com a caneta de pena e o uso do tinteiro e acrescentam: “Nota-se que o domínio de instrumento sofisticado não era facilmente aprendido fora dos meios escolares, reforçando que o controle, a maturidade no uso do instrumento, era uma etapa a ser vencida e comemorada”.

Na sequência do artigo as autoras Frade e Galvão (2016) mostram que o uso da pena ajustava a uma base de madeira ainda era utilizado no Brasil na década de 40 e destacam que “O Catálogo Deyrolle (1889) contém pistas da variedade de materiais com que esses instrumentos [penas] eram fabricados. Nele, aparecem vários modelos de plumas de aço, com seus correspondentes porta-plumas, que iam dos materiais mais nobres aos mais simples, como a madeira”. Citam ainda que embora a caneta tinteiro apareça em vários depoimentos, era também considerada cara e rara, que os traslados (modelos que continham as lições de escrita a serem copiados pelos alunos em papel transparente; a cópia se dava calcando e cobrindo com o lápis o modelo que aparecia no papel transparente) eram realizados com caneta e as contas feitas a lápis, possibilitando o erro.

Em relação às tintas utilizadas para a escrita com a caneta, as autoras acrescentam que poucos entrevistados se referiram às tintas para as canetas tinteiro e aos modos utilizados para adquiri-las e/ou fabricá-las. Embora tivessem encontrado durante a pesquisa o registro de marcas de caneta como Maillat e lápis como Faber, pouco se mencionam as marcas de tinta e destacam o depoimento de uma aluna, alfabetizada no início dos anos 1930 em uma escola rural do Ceará, que menciona práticas artesanais de fabricação de tinta, a saber: “Não existia quadro-negro, escreviam com penas; a tinta fazia com pau de ferro, casca de catingueira, etc. Sentavam em rodas e soletravam os nomes de colegas, frutas, trava línguas. Levavam lição para praticar em casa. Porém escreviam pouco”. Posteriormente vieram as tintas fabricadas pela indústria, destacando-se a tinta nanquim, que foi obtida, por muitos anos, a partir da tinta preta liberada pelos moluscos marinhos (polvo e lula), depois passaram a ser obtidas a partir do carvão, que trazia problemas a seus usuários e por isso passou a ser produzida por produtos sintéticos de corantes.

Importantes considerações apresentadas por Frade e Galvão (2016) relatam ainda que a caneta tinteiro constituía-se, assim, em muitas práticas pedagógicas, no principal instrumento da primeira etapa de um processo mais longo que culminava com o domínio da tecnologia da escrita. Esse domínio significava, sobretudo, saber manejar a caneta tinteiro sem se sujar e sem sujar o caderno. A escrita é vista, nessa etapa posterior, como algo perene, definitivo, como um documento, cujas marcas eram impossíveis de apagar.

Evitando apagar as lembranças e ensinamentos que este instrumento trouxe para os alunos, pesquisadores e visitantes/admiradores da cultura material escolar destacamos na coleção do Museu algumas dessas canetas e as respectivas penas e tinteiros.

6. O MATA-BORRÃO



O mata-borrão é um instrumento que acompanha o uso da caneta tinteiro e tem como principal função absorver a tinta em excesso e não borrar o papel. Ele pode ser sofisticado tal qual um berço de madeira oscilante ou simplesmente uma folha específica. O mata-borrão pode ser encontrado como a denominação total do instrumento, ou o mesmo pode ser apresentado como composto por duas partes, uma caracterizando o berço (suporte em madeira, na maioria das vezes) e outra na folha de mata-borrão. A folha de mata-borrão constitui-se por um papel específico, grosso, poroso, sem cola e com alto poder de absorção que deve ser pressionado levemente sobre a escrita para retirar o excesso de tinta. Tem

um formato similar a um carimbo de madeira, com uma base ovalada para facilitar a aplicação, onde é fixado o papel que absorve a tinta fresca.

Muitas vezes no verão, os alunos iam utilizar as canetas tinteiro e, como a mão suava, em contato com a tinta acaba por borrar a escrita e espalhava tinta. Então usavam um papel mata-borrão embaixo da mão para não suar e se a tinta demorava a secar, esse papel era usado também para absorver o excesso de tinta. Esse papel precisa agir como um filtro, sendo produzido, na maioria das vezes, com fibras de algodão.

Como pode ser observado, para utilizar a caneta tinteiro sem muito problema, era necessário estar familiarizado com a caneta, as penas, a tinta (azul ou preta) e também não podia faltar o mata-borrão.

Durante a pesquisa observou-se que o mata-borrão além de suas funcionalidades e aplicações na área escolar, também inspirou poetas como Mario Quintana e arquitetos como Oscar Niemeyer, no projeto do auditório da Escola Estadual Professor Milton Campos, projeto tombado pelo IPHAN, em Belo Horizonte.

Squarisi (2011), em uma matéria publicada em seu *blog* no Correio Brasileiro, afirma que antes da caneta esferográfica, no tempo da escrita com tinta líquida era preciso que ela secasse antes de se dobrar a folha de papel, a fim de evitar os borrões. Superando os métodos mais antigos, de se jogar areia em cima do papel, foi desenvolvido um papel espesso e absorvente, o mata-borrão, que era calcado sobre o texto escrito, para sugar a tinta ainda úmida. Para facilitar essa operação, tiras desse papel eram presas num dispositivo de madeira – o berço – que agia como se alguém estivesse balançando a caminha do bebê para ele dormir. Com essa apresentação entende-se a função da palavra “berço” para a base do mata-borrão.

Convém destacar que a maioria dos mata-borrão era feita com a base de madeira na medida de 20 cm de largura por 10 cm de altura, que levemente pressionados sobre a tinta fresca, sugava o excesso de tinta, mantendo uma aparência de trabalho bem feito e sem rasuras, como os que se encontram no acervo do Museu, onde podem ser apreciados e conhecidos.

7. BORRACHA



A borracha ficou conhecida como a companheira inseparável do lápis, com a função de apagar as escritas e/ou desenhos, se constituindo em objeto escolar de grande importância.

Por volta de 1960 o lápis passou a ser a principal ferramenta utilizada para a escrita pelos alunos e consequentemente as borrachas acompanharam essa tendência e passaram a ser lançadas sob vários formatos, cores e posteriormente com cheiros. Os principais formatos de borracha podem ser retângulos, quadrados, círculos, paralelogramo, em forma de objetos, animais, ou até mesmo em formato de coração e flores. Existem borrachas de cores variadas, sendo as mais comuns as de cor branca, verde e azul. Com o passar do tempo surgiram ainda os lápis borracha (um amarelo cintilante e muita gente reclamava que ele só borracha e, em alguns casos, chegava a rasgar o papel, mas fez sucesso nos anos 90) e as que eram de duas cores, onde diziam que uma era para apagar lápis e outra apagava caneta. Para alguns o fato de apagar caneta não passava de uma lenda, a qual acreditávamos em nossa infância. Com o passar do tempo descobriu-se que tanto um quanto outro serviam apenas para apagar lápis, mas a parte azul, não apagava a escrita à caneta, como relatado pela própria fabricante da borracha, essa parte é mais abrasiva, que possui cristais pontiagudos em sua composição, fazendo com que seja possível desgastar (lixar) a folha até a remoção parcial ou total da tinta, ou seja, a borracha não apaga a tinta do papel, mas desgasta a ponto de conseguir removê-la.

A borracha natural era feita do látex, que consiste num leite extraído da árvore da seringueira, sendo atualmente feita a partir do petróleo em composição com outros compostos, como por exemplo enxofre e óleos especiais, que fazem com que o

grafite se desprenda do papel onde foi escrito, caracterizando o ato de apagar.

Atualmente existem diferentes tipos de borracha e cada qual tem seu uso definido, em especial no caso de desenhos, onde as produções devem estar limpas e sem manchas, a escolha da borracha ideal faz toda a diferença.

De acordo com Frade e Galvão (2016),

Assim como na escrita na pedra, havia a possibilidade de reutilização constante e o apagar estava contido na possibilidade de escrever. Da mesma forma, a popularização da borracha e do seu uso associado ao lápis certamente produziu outras práticas escolares. Se o aluno não podia apagar, a escrita se revestia de uma atividade que implicava muita vigilância, tanto da escola para o seu uso, como dos escreventes, para seus gestos. (FRADE e GALVÃO, 2016, p. 321)

As autoras destacam em seu artigo que a borracha parecia estar relacionada, inicialmente, a um uso institucional da escrita na escola e menos pelos alunos. Aos poucos, o quadro se modificou e a borracha chegou às mãos dos alunos, tornando possível, com mais frequência, a possibilidade do erro, mas a recorrência do erro poderia levar a causar um estrago nos cadernos ou outros suportes de escritas utilizados, no entanto a dificuldade de acesso a esse material também ocorria, assim como para os cadernos e demais materiais escolares nas décadas de 1940 até 1960. Importante apresentar aqui que as autoras relatam que alguns entrevistados, escolarizados entre os anos 1940 e 1960, contam que, diante da impossibilidade de comprar borrachas, apagavam o erro com conta-gotas de remédios, aquelas borrachas presentes na ponta dos conta-gotas era utilizadas como material escolar. A forma arredondada do contador de gotas de remédio, facilmente adaptável ao topo do lápis, embora sujando muito a superfície, era, portanto, a estratégia utilizada por muitos, alguns entrevistados iam, inclusive, procurar no lixo esse artefato. Outra depoente afirma, que estudou em uma escola de Belo Horizonte na década de 70, informa que chinelos velhos também serviam de borracha. Por fim as autoras constatarem que

A borracha, mesmo sendo feita de forma artesanal, passou a fazer parte do cotidiano escolar. A existência desse instrumento e a repetição de seu uso para se conseguir uma escrita correta – o que provocava até mesmo furos na página do caderno – possivelmente favoreceram um maior relaxamento no gesto de escrever e de copiar, mesmo que supostamente o erro permanecesse como sombra na página escrita. Assim, tornou-se possível escrever mais de uma vez para acertar. Diferentemente do que ocorreu com a lousa, essa mutação é importante porque impacta o plano simbólico e as dimensões cognitiva e corporal do ato de escrever, sobretudo porque se podiam deixar vestígios desse apagamento em uma superfície, profanando o papel que antes recebia uma escrita mais ritual.”(FRADE e GALVÃO, 2016, p. 320)

Sem adentrar no histórico da descoberta da borracha e seus idealizadores, registra-se aqui apenas que no início da década de 1860, Faber Castell já produzia lápis com pontas de borracha, que se tornaram especialmente populares nos EUA. Já a

fabricante de borrachas mais antiga a chegar no Brasil foi a Mercur, que começou a produzir as borrachas de apagar em 1938, e destacam que “a borracha de apagar com a figura do deus Mercúrio fez parte da vida escolar e do imaginário de diversas gerações”. Um depoimento interessante de uma usuária sobre as borrachas na página da internet da Mercur diz que a borracha é um equipamento tão importante quanto outros, principalmente pela possibilidade que ela oferece de podermos recomeçar, fazer de novo, porque a aprendizagem se dá com tentativas. A borracha é algo que faz parte da escola e da vida de muitas pessoas. Com essa declaração pode-se verificar a importância deste material escolar e por isso, ele também aparece na coleção de nosso Museu.

8. MATERIAIS DE ESCRITÓRIO



8.1. Grampeador: ferramenta utilizada para grampear papeis. De acordo com o dicionário o verbo grampear se refere a unir, acoplar ou prender com grampos, que são peças de metal que, quando dobradas, são cravadas para prender dois ou mais elementos. Os grampeadores mais comuns são os grampeadores manuais, que possuem uma base, uma tampa, um empurrador e um carregador de grampos que são montados no mesmo eixo.



A primeira máquina de grampear papéis foi feita à mão para uso exclusivo do rei francês Luís 15, no século 18. A partir do século 19, com o crescente uso do papel, novos grampeadores surgiram: eles suportavam grampos de vários tamanhos, um por vez, e prendiam desde livros até carpete e caixa de madeira. A base do modelo que utilizamos hoje foi patenteada em 1866 e desde então tem diminuído de tamanho e peso. (Super interessante, 2008)

8.2. Perfurador: ferramenta utilizada instrumento para fazer furos em papel. Seu funcionamento consiste numa alavanca que comprime um cilindro de metal afiado na ponta, perfurando o papel. Os perfuradores mais comuns são os que fazem dois furos, mas existem também os de 4 e 6 furos, e também apresentam diferentes capacidades de folhas a serem furadas, de acordo com o tamanho do perfurador. Na maioria das vezes estes furos são feitos nas folhas de papel para que possam ser arquivadas em fichários ou arquivos específicos.

O perfurador foi inventado na Alemanha, por Matthias Theel e patenteado por Friedrich Soenneken, inventor dos fichários, em 14 de novembro de 1886 (Tompkin, 2015).

8.3. Carimbo alto relevo (chancela): é um tipo de carimbo diferente dos ca-



rimbos didáticos, utilizado para realizar marcações em alto relevo no papel. Por não utilizar tinta é também chamado de carimbo seco, carimbo chancela, relevo seco, chancela, selo branco, ou ainda marca d'água. Muito utilizado na época para dar credibilidade a um documento, para sua validação, identificação ou personalização, confirmando a representação oficial da instituição. Os documentos que apresentavam o carimbo chancela demonstravam uma segurança maior, já que seu formato reduzia a fraude na

produção de documentos e ofícios, além disso, mostrava a logomarca da instituição e caracterizava a mesma.

Em seu funcionamento, o papel é prensado entre duas matrizes produzindo um efeito, sem tinta. Ferramenta de fácil manuseio, sendo mais indicada para papéis de média gramatura, sem no entanto haver impedimento para uso em qualquer tipo de papel. No âmbito escolar seu maior uso estava atrelado a produção de diplomas.

8.4. Fita para máquina de escrever: até a década

de 1980 as máquinas de escrever eram amplamente utilizadas nas escolas e escritórios. Para que estas máquinas pudessem ser utilizadas era necessário que as mesmas estivessem equipadas com a "fita". Essas fitas eram, em sua maioria de nylon, produzidas com uma cor (preta) ou duas (preta e vermelha) e vinham em carretel plástico específico para ser adaptado em cada tipo de máquina. Antes de

comprar a fita era preciso saber o modelo de máquina para que a fita se encaixasse perfeitamente e as palavras pudessem então ser datilografadas.

Com o avanço das máquinas de escrever, também as fitas acabaram por apresentar modificações e dentre estas, a principal inovação foi a fita corrigível para máquina de escrever. As fitas disponíveis no mercado vinham, em geral, com 13mm de largura e comprimento em torno de 8 a 9 metros, dependendo da fabricante. Considerando o material com que eram fabricadas, as fitas precisavam ser guardadas protegidas do sol, evitando o ressecamento destas. Estas fitas permitiam escrever muitas palavras e tinham grande durabilidade.

Enquanto as letras são datilografadas, ou seja são prensadas sobre a fita, ocorre a passagem da fita de um carretel para outro dentro da máquina. Quando um dos carreteis fica completo, o outro está vazio e, conseqüentemente, dali por diante ocorre uma inversão do sistema de deslocamento da fita, permitindo que ela seja utilizada várias vezes, até que fique sem tinta. Grande parte das máquinas tinha uma pequena alavanca em sua extremidade que permitia escolher a cor da fita a ser utilizada, mas nem todas tinham essa possibilidade e também nem todos os locais a fita

de duas cores estava disponível.

Dentre tantos outros materiais escolares que possuímos no acervo do MESC, além daqueles já destacados nesse tópico, que fazem parte da cultura material escolar e que estão disponíveis para apreciação de nossos visitantes, encontram-se:

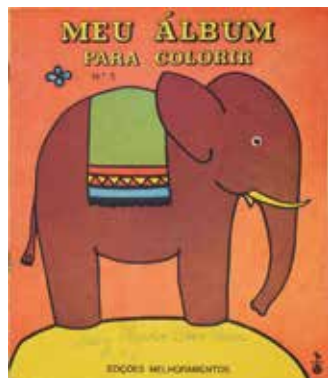
8.5. Flâmulas: as flâmulas presentes nas escolas e muito procurada por colecionadores nos anos 1960 e 1970, constitui um tipo de bandeira triangular usadas principalmente nas competições esportivas, nos desfiles cívicos e nas bandas dos colégios. A palavra flâmula tem origem no latim, significando uma pequena chama. Eram confeccionadas, em sua maioria, em seda e estampadas com os dizeres sobre o que representavam.



8.6. Marcador de página: são objetos bastante úteis na leitura de textos extenso para o leitor não se perder durante a leitura. Possui diferentes formas e modelos, sendo os mais tradicionais de forma retangular e de papel com alta gramatura. Muito utilizado como brinde ou recordação, acabou se tornando um objeto de marketing das empresas. Conforme o hábito da leitura foi se popularizando pelo país, os marcadores de página foram surgindo e passaram a acompanhar os livros. Os marcadores são objetos bastante antigos, sendo inicialmente feitos em papel vegetal, depois passaram a ser feitos de couro ou vitela. Depois vieram os marcadores em tecido, alguns com bordados e também com fitas de seda.

No período em que a leitura era restrita às altas classes sociais, os marcadores eram considerados artigos de luxo, sendo feitos em materiais nobres como ouro e madrepérola. Com o passar do tempo os marcadores se popularizaram e passaram a ser feitos de cartolina (às vezes distribuídos pelas próprias editoras dos livros) e ganharam outras formas, inclusive no formato de clips. Podiam estar fixos ao livro ou soltos. No Museu temos alguns exemplares produzidos em madeira com marchetaria que foram recebidos em doação e constituem parte do acervo.

8.7. Livro para colorir: de acordo com Guillem e Viadel (2020) os livros de colorir para meninas e meninos são um produto industrial muito popular que, até recentemente, foram direcionados quase exclusivamente ao público infantil, mas que nos últimos anos se tornaram também uma atração para os adultos e passaram a ser um dos maiores sucessos comerciais da indústria editorial. As autoras destacam que colorir um *design* impresso é uma atividade divertida e isso é uma das principais razões para a abundância e persistência desse tipo de publicação. Livros para colorir publicados, especialmente para o público mais jovem, incluem mais atividades além da co-



loração, atividades como conectar os pontos para desenhar uma linha ou imagem, ou usando adesivos para completar uma cena. Pode-se dizer que este tipo de material pode garantir diversão e ajudar a desenvolver a habilidade motora, além de diferenciar as cores, entre outras ações, permitindo que a criança aprenda se divertindo.

Em seu estudo Sabatini (2016) traz uma série de reflexões importantes sobre a pintura presente nos livros de colorir, onde diz que a pintura é de extrema importância como método educativo para se organizar e se apropriar de um pensamento plástico-visual que está se constituindo, reunindo a experiência visual e tátil, sendo também o encontro entre a imaginação formal e material, podendo ser considerada também o diálogo da visão e da ação. A pintura dá permissão a quem pinta, vivencia proximamente da experiência do mundo pela luz, para fazer parte da renovação incessante do seu universo. Já a cor é uma ocorrência que pode ser vista a partir de experiências diversas, sendo um manifesto da força e da beleza assim que nossos olhos a atingem. As crianças se aproveitam dessa permissão para exercitar as possibilidades do lúdico gerando a sua produção do mundo. A criança tem na pintura um jogo livre com a cor. Essa sua transformação das superfícies de forma lúdica atinge um nível de significação que o campo verbal não supre nessa idade. O produto da pintura é a materialidade colorida, esse ato exige de quem o faz um dinamismo entre visão, sentimento e imaginação na mesma ação. Ao pintar, as crianças não só impõem uma concentração ao olhar, como também isso gera prazer, e a primeira forma de dividir isso é chamar atenção de todos ao seu redor. A pintura permite a criança traduzir plasticamente suas experiências visuais.

Desta forma pode-se entender porque os livros de colorir eram bastante utilizados pelas crianças e agora também o são por adultos com outros objetivos. No Museu temos alguns livros de colorir para o público infantil de uma época passada. Vale destacar também, que nem todos possuem recursos para aquisição dos livros e alguns professores utilizavam outros recursos para permitir que a pintura pudesse fazer parte das atividades escolares.

8.8. Normógrafo: ferramenta auxiliar para desenhos composto por réguas que servem de molde. Apresentam-se sob a forma de desenhos de caracteres e letras, tipo mais comum, e também para desenho de formas geométricas. Em geral é feita de uma placa fina de celuloide ou plástico, em diferentes tamanhos e tipos, dependendo do uso. Alguns dizem que com o normógrafo é possível escrever letras como se fossem do computador, mas escritas a mão. Tem uso simples e intuitivo, principalmente quando utilizada com lápis. Quando o uso é feito com o apoio de caneta com tinta (nanquim por exemplo) é preciso cuidado para não borrar a letra e principalmente,



em alguns modelos de normógrafos, para a tinta não escorrer para além do molde.

A régua pode ser vazada ou sulcada. Para o uso da régua sulcada é preciso o acompanhamento do instrumento chamado “aranha” para normógrafo, através do qual o formato definido nos sulcos são transferidos para o papel. A régua sulcada e a aranha eram muito utilizados para os projetos de engenharia e foram substituídos pelo uso da computação gráfica. A aranha possui um ponto de apoio, chamado ponta seca, que segue o sulco do normógrafo e uma extremidade onde é presa a caneta com tinta, que vai transferindo o desenho para o papel.

Já a régua vazada é bastante usada na educação infantil e educação artística. Neste caso, já existem também vários normógrafos desenvolvidos com material alternativo como EVA.



8.9 Estojo escolar: compartimento para armazenar lápis, canetas, borracha e outros materiais escolares. Também chamado somente de estojo e em algumas cidades do Paraná e Santa Catarina eram conhecidos como penal, pois serviam para guardar as penas utilizadas para a escrita.

Os estojos escolares evoluíram bastante ao longo do tempo. Nos anos 40 predominavam os estojos de lata, que eram barulhentos e amassavam com facilidade, no entanto fizeram muito sucesso, apesar de serem, em geral, bem compactos. Por volta dos anos 60 predominaram os estojos de madeira. Havia um modelo interessante com uma abertura deslizante, que parecia se esconder como mágica. Alguns desses estojos apresentavam divisões para os materiais a serem armazenados.

Já nos anos 80 passaram a existir os chamados estojos automáticos, que possuíam dois andares, tinham vários formatos e cores, feitos de plástico ou lata. Apresentavam uma série de botões que ao estavam relacionados as diferentes funcionalidades do estojo, entre as quais estavam o apontador, lupa, espaço para borracha, clips, tesoura, régua, alguns tinham até termômetro mostrando a temperatura ambiente, mas de fato apresentavam pouco espaço para os lápis e canetas. Depois dos estojos automá-

tigos vieram os estojos de pelúcia, com opções de diferentes animais de pelúcia produzidos com aberturas e espaço para armazenar os apetrechos escolares. Atualmente temos vários tipos de estojos, pois os mesmos continuam a ser utilizados. No Museu temos alguns exemplares, em destaque um de madeira e um de couro, com materiais característicos da época, mantido tal qual foi deixado de utilizar e permanece exposto na nossa coleção, além de um estojo com vários botões e compartimentos.

8.10 Lancheira: caracterizada como um tipo de mala que os alunos utilizavam para levar o lanche para a escola, principalmente na época em que as cantinas nas escolas eram raras e as crianças levavam o lanche preparado em casa para comer no recreio. As lancheiras também foram evoluindo ao longo do tempo. Tal qual os estojos, as lancheiras foram fabricadas em lata, em couro, em plástico até chegar as lancheiras térmicas, mais recentes e utilizadas inclusive atualmente por adultos na busca de uma alimentação mais saudável. Nos anos 1960 era comum encontrar lancheiras de lata, muitas delas com propagandas das empresas alimentícias (bolachas/biscoitos) da época. Depois tornaram-se comuns as lancheiras plásticas, bem simples, que vinham acompanhadas de uma garrafinha, também plástica, para levar a bebida que acompanhava o lanche. Depois vieram as lancheiras com garrafinhas térmicas. Todas essas lancheiras tinham uma alça para que pudessem ser levadas a tiracolo.

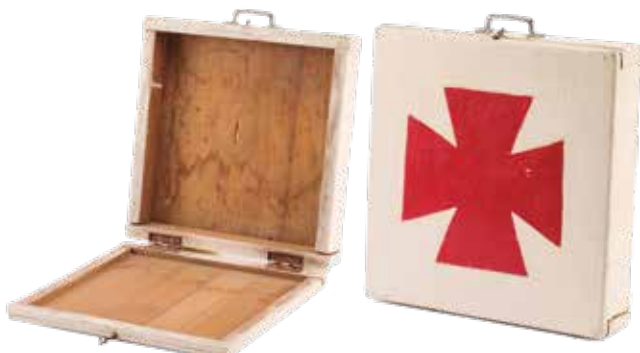
Como um atrativo a mais, as lancheiras, em geral, eram estampadas com personagens famosos da época. Tínhamos as lancheiras com personagens da *Turma da Mônica*, da *Moranginho*, do *Superman*, *Smurfs* e assim por diante. Convém destacar que as mais simples produzidas em plástico, não tinham estampa, algumas apenas eram com a base de uma cor e a tampa branca, e no máximo um destaque em relevo com figurinhas de patinhos ou algo do gênero feito no mesmo material e mesma cor da base. E numa época mais remota, as lancheiras em lata vinham estampadas com imagens de história e geografia, como mapas, ou com imagens de filmes e desenhos em evidencia no período. Enfim, as estampas das lancheiras são as mais variadas de modo a agradar a todos.

8.11 Mala: as malas escolares são objetos utilizados para transportar os materiais escolares pelos alunos. Podem ser encontradas também sob a denominação de saco escolar, bolsa, simplesmente mala, ou mochila (sendo estas, em geral, as que eram carregadas nas costas), todos com o mesmo sentido e funcionalidade. Assim como para outros itens já relacionados aqui, a mala também foi sofrendo modificações ao longo do tempo. No Brasil, uma mala que ficou bastante famosa foi o tradicional “Bauzinho” utilizado nos anos 1970 e 1980, que apresentava travas conhecidas como “olho-de-gato” que brilhavam sob uma luz forte e foi sucesso entre os estudantes. Podia ser encontrada em várias cores, modelos, com alça de carregar na mão, alça a tiracolo ou ainda alça para carregar nas costas.



Antes do uso das malas, as crianças levavam seu material para a escola em pastas ou na mão. Depois vieram as malas que eram feitas em madeira, couro, tecido. Também teve uma época em que as malas emborrachadas fizeram sucesso, pois não permitiam que a água molhasse os materiais que estavam nas famosas mochilas. Logo na sequência passou a haver uma preocupação com relação a quantidade de peso que as

crianças estavam carregando pelo excesso de material que havia dentro das mochilas, quando surgiu o carrinho de 4 rodas para auxiliar no transporte das malas. No livro *Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual* podem ser encontrados alguns modelos de malas presentes nos museus escolares espalhados pelo mundo. Deste livro também citamos uma referência do Museu da Escola Saarland, em Ottweiler, Alemanha, onde diz que quando o número de objetos a serem transportados aumentou, algumas crianças usaram as chamadas tiras de livros — tiras de couro simples ou com uma alça presa — e que na virada do século, nem todo aluno do ensino fundamental tinha sua própria mochila. Cita também que as mochilas de meninas e meninos diferiam pelo tamanho da aba de fechamento e da guia da alça e pelas decorações e finaliza dizendo que a mochila se tornou um símbolo de status por volta de 1925, quando as crianças usavam modelos com elaborados bordados de tapeçaria. Em nosso Museu dispomos de um exemplar de mala de couro bastante utilizado no Brasil.



8.12 Caixa primeiros socorros: essa caixa sempre foi muito presente nas escolas para prestar um atendimento imediato quando ocorrem acidentes no ambiente escolar, visando evitar o agravamento do problema. As caixas eram compostas pelos chamados “kit de primeiros socorros”, onde comumente eram encontrados compressas de algodão, pacote com gaze, esparadrapo, curativos (tipo

Band-Aid, por exemplo), termômetro, álcool, entre outros itens tornando a caixa bastante completa. Esse tipo de objeto também sofreu ajustes para atender a nova legislação no decorrer do tempo. No Museu temos uma caixa de primeiros socorros grande em madeira, bem identificada, pintada de branco com o símbolo da cruz vermelha,

indicando primeiros socorros. Mas atualmente as caixas devem ser de material lavável por isso a indicação de caixas em acrílico/PVC. Não é recomendado utilizar pomadas, spray's antissépticos, ou outros produtos no ambiente escolar para evitar risco de alergias, tampouco a disponibilização de remédios, assim que esses itens não devem ser incluídos nas caixas.

Importante destacar que apesar de já existir a muito tempo nas escolas, essas caixas hoje tem uma importância maior ainda, em função do crescente número de acidentes que passaram a ocorrer, e por isso devem ser inspecionadas constantemente, verificando a validade dos itens em seu interior, estarem sempre em local de fácil acesso, protegida da umidade e calor e devidamente identificadas.



9. INSTRUMENTOS MUSICAIS

Objetos utilizados para fazer música encontrados em todas as culturas e períodos históricos. Os instrumentos musicais podem expressar emoções humanas, ser tocados de forma individual ou em grupo, formando uma banda. Podem ser classificados em três grupos, como instrumentos de cordas, de sopro e de percussão. São utilizados desde milhares de anos atrás e foram evoluindo ao longo do tempo e se modernizando, desde os tambores de argila até os modernos e caros instrumentos que conhecemos hoje. Vão desde um piano até um apito ou sino. Já foram e continuam sendo empregados com diferentes finalida-

des, principalmente para o lazer e entretenimento.

Para Oliveira (2019) os instrumentos inseridos no contexto pedagógico devem ser utilizados para tentar superar algo que não foi possível da forma convencional. Semelhante aos jogos, o objetivo da utilização dos instrumentos musicais é fazer com que seus usuários consigam internalizar e reter mais informações, trazendo significado para o que estão tentando aprender. O autor afirma também que a utilização de instrumentos musicais possibilita a exploração da parte cognitiva, mas principalmente a motora e afetiva, aumentando por exemplo, a capacidade de concentração e memória, citando um estudo que apontou que tocar um instrumento musical gera em torno de 18 benefícios. Este estudo recente nos remete a entender porque desde muito tempo atrás as escolas utilizavam instrumentos musicais em suas atividades. No arti-

go de Souza (2007) que aborda alguns aspectos da cultura escolar desenvolvida pela Deutsche Schule (Escola Alemã), em Curitiba da virada do século XIX, é possível verificar que, já em 1907, o inspetor escolar informou que “a escola está muito bem montada, dispondo de móveis e utensílios imprescindíveis em estabelecimento de tal natureza”, estando contemplado entre estes utensílios mapas, quadros para exercícios, aparelhos para ensino de física, química e anatomia, além de piano e outros instrumentos musicais não especificados, donde observa-se que já naquela época os instrumentos musicais estavam presentes nas escolas.

Neste sentido Marques (2016) destaca que o Canto Orfeônico teve seu início no Brasil em meados dos anos 1930. Em 1942, com a Reforma Capanema, o canto orfeônico passou a ser obrigatório nas escolas, no curso ginásial e em 1946 a distribuição das aulas de canto foi alterada e passou a ser obrigatória a avaliação dessa matéria, passou ainda a compor todas as séries do curso ginásial, onde eram utilizados instrumentos como o teclado, a cítara, o violino e o acordeão. Com o passar do tempo e com as mudanças na educação, o canto orfeônico passou a não fazer mais parte do currículo escolar. Para o autor música era um meio também de organização, de matéria, educar, além de estimular o patriotismo nos alunos, onde eram ensinados canções e hinos patrióticos. Com essas afirmações pode-se ver a importância do uso da música nas escolas, bem como dos instrumentos musicais, dado os inúmeros benefícios que poderiam ser gerados a seus usuários. Da pesquisa realizada em vários museus e publicada no livro *Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual* observa-se que vários museus tem instrumentos musicais em seu acervo e mostram que as escolas tinham estrita relação com a música. Além disso, tem-se alguns registros significativos, como por exemplo, que em muitos locais, a música era matéria de presença obrigatória nas escolas, sendo ministrada na maioria das vezes ao piano, em salas de música ou auditórios. Outro destaque foi uma escola da Alemanha onde os professores tiveram que aprender a tocar órgão e violino; como sacristão e organista, eles mesmos tinham interesse – mesmo que apenas por causa da renda adicional – em garantir que música adequada fosse reproduzida em funerais, casamentos e serviços religiosos.

Considerando a relação das escolas com os instrumentos musicais, temos em nosso acervo o destaque para um grande piano (de 1886), uma flauta doce e uma antiga gaita de boca, acompanhados de vários livros de música.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRA, Valdeniza Maria Lopes. A lousa de uso escolar: traços da história de uma tecnologia da escola moderna. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 121-137, jul./set. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KLsQrbTwjvBmszsQyqGtssc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 set. 2021.

CASSAB, Mariana; SELLES, Sandra Escovedo. A Invenção da Disciplina Escolar Biologia no Colégio Pedro II: um estudo de cadernos escolares da década de 1970. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência**. Florianópolis, 2009. Disponível em <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viienpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/702.pdf>. Acesso em 10 set. 2021.

FERREIRA, Élide Cristina Silva. **As Instituições Escolares de Cachoeira Dourada de Goiás: a interação entre o público e o privado (1960-1971)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia – MG, 2017. 145f. Disponível em <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/20913/1/InstituicoesEscolaresCachoeira.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX). **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 297-334, jan./abr. 2016. Disponível em: https://media.proquest.com/media/hms/ORIG/1/Gl6xB?_s=Nj2CT1t7tp-dOwlxazbts8fGILY4%3D. Acesso em 05 set. 2021.

GUILLEM, Clara Deguines; VIADEL, Ricardo Marin. Ligue os pontos para colorir. Livros para colorir, erradicar seu uso nas escolas: um projeto de A/r/tografia Visual. **DATJournal** v.5 n.2 2020. Disponível em: <https://datjournal.emnuvens.com.br/dat/article/view/204/165>. Acesso em 10 set. 2021.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz; HENICKA, Marli. **Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual**. Florianópolis: UDESC, 2021. 415 p. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2730/ebook_udesc_2021_compressed.pdf. Acesso em 23 set. 2021.

MARQUES, Mirian Ramos. **Cultura Material Escolar, Patrimônio e Tecnologias: os objetos de ensino do Ginásio São José da Lapa – Paraná (1949-1981)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias. Centro Universitário Internacional – UNINTER. Curitiba – PR, 2016. 114f. Disponível em <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/69/MIRIAN-RAMOS-MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 set. 2021.

MERCUR. **Conheça mais sobre a nossa caminhada**. Disponível em: <https://mercur.com.br/sobre-a-mercur/historia/>. Acesso em 12 set. 2021.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; LIMA, Daniella de Jesus; CONCEIÇÃO, Sheilla Silva. Do Quadro Negro à Lousa Digital Interativa: ressonâncias de uma tecnologia educacional. **Encontro Internacional**

de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/1704/180>. Acesso em 02 set. 2021

OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. A música no contexto da Psicopedagogia e a utilização de instrumentos musicais como ferramentas de aprendizagem. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 10, 17 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/10/a-musica-no-contexto-da-psicopedagogia-e-a-utilizacao-de-instrumentos-musicais-como-ferramentas-de-aprendizagem>. Acesso em 18 set. 2021.

PUENTES, Roberto Valdés. **Tecnologias de informação e comunicação no ensino de Matemática**. Licenciatura em Matemática. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia – MG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25245/1/Tecnologias%20de%20informacao%20e%20comunicacao.pdf>. Acesso em 10 set. 2021.

SABATINI, Bruna Sparano. **Arte e Educação Infantil: um diálogo fecundo**. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em Pedagogia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro – RJ, 2016. 47f. Disponível em: <http://www.biblioteca.unirio.br/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/BRUNASPARANOSABATINI.pdf>. Acesso em 02 set. 2021.

SANTOS, Ademir Valdir. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira História Educação**, Campinas-SP, n. 24, p. 83-111, set./dez. 2010. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38518/20049>. Acesso em 08 set. 2021.

SQUARISI, Dad. O berço do mata-borrão. **Correio Braziliense**, 02/03/2011. Disponível em https://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/o_berco_do_mata-borao/. Acesso em 02 set. 2021.

SOUZA, Regina Maria Schimmelpfeng de. A cultura material escolar da Deutsche Schule. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 14 maio/ago. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38599/20130>. Acesso em 12 set. 2021.

SUPER Interessante. **Como surgiu o grampo? E o grampeador?** 30/11/2008. Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/como-surgiu-o-grampo-e-o-grampeador/>. Acesso em 05 set. 2021

TOMPKIN, Julian. Dez invenções genuinamente alemãs. **Deutsche Welle**. 21/07/2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/dez-inven%C3%A7%C3%B5es-genuinamente-alem%C3%A3s/g-18595161>. Acesso em 12 set. 2021.

3.2. Coleção de Material Escolar

3.2.3. Máquinas e Equipamentos

Dando sequência a coleção de material escolar, nesta seção abordaremos os principais equipamentos utilizados nas escolas e que hoje foram substituídos por outros tecnologicamente mais desenvolvidos. Destacamos dentre estes materiais as máquinas de escrever (ou datilografar), o mimeógrafo, o projetor de *slides*, os retroprojetores, as máquinas de calcular, o microscópio, aparelhos de som, gravadores/toca-fitas, o vídeo cassete e o telefone. Sabemos que outros equipamentos podem ser encontrados no contexto escolar desde a antiguidade até o momento, mas vamos destacar estes citados, procurando recordar e/ou apresentar para nosso público, alguns dos mais utilizados. Conforme destacado por Souza (2007) no artigo de Rodrigues *et al* (2020):

Como uma instituição social, a escola se insere em um processo mais amplo que constitui o imaginário sociotécnico de uma dada época e espaço geográfico. Nesse contexto, os objetos escolares contribuem não apenas para compreender a cultura material escolar, mas a própria configuração do processo educativo e da sociedade em última instância. (SOUZA, 2007 apud RODRIGUES et al, 2020, p. 99)

Observa-se que a tecnologia também influenciou nos equipamentos utilizados na escola, enquanto fenômeno global da sociedade, transformando não só os trabalhos administrativos como também, e principalmente as práticas pedagógicas. Hoje fala-se muito nas famosas TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) no processo educacional, e vamos mostrar aqui um pouco dos avanços tecnológicos sofridos pelos então equipamentos que eram utilizados para os que temos disponível hoje. Estaremos abordando as tradicionais falas como “quem não lembra da prova com cheiro de álcool” e “precisamos de uma canela para escrever na transparência para a próxima aula”, mostrando a ressignificação da escola e o uso que os professores fizeram desses artefatos tecnológicos, bem como toda a comunidade acadêmica abordando, assim, materiais escolares envolvendo máquinas e equipamentos utilizados para o desenvolvimento das atividades escolares, sendo de uso de professores, alunos ou da secretaria.

Convém destacar aqui que se trata apenas de uma pequena introdução sobre cada um destes equipamentos sem contemplar toda a história, especificidades e características destes, compreendendo uma apropriação de conteúdos já publicados, dos quais resumimos alguns detalhes para incorporar a este item, de modo a justificar sua importância e existência no acervo de nosso Museu. Maiores detalhes sobre cada item podem ser obtidos junto as referências bibliográficas que registramos ao final do texto, bem como nas diversas produções de material sobre o assunto, muitas das quais já disponíveis de forma digital nas páginas da internet.



1. MÁQUINAS DE ESCREVER

A máquina de escrever era utilizada pelas escolas principalmente nos setores administrativos, bem como por praticamente todas as empresas de antigamente, na qual as secretárias faziam os registros e documentos que hoje são elaborados nos computadores. É um instrumento que revolucionou a escrita e a documentação pela praticidade tecnológica, sendo também chamada de máquina de datilografia ou máquina datilográfica, pode ser do tipo manual, elétrica ou eletrônica, com teclas que quando são digitadas, acabam por imprimir o respectivo caractere no papel. Ferreira (2013) cita que o método pelo qual uma máquina de escrever deixa a impressão no papel varia de acordo com o tipo de máquina, sendo que habitualmente é causado pelo impacto de um elemento metálico, com um alto-relevo do caractere a imprimir, numa fita com tinta que em contato com o papel é depositada na sua superfície.

As máquinas de escrever marcaram um período importante na história da tecnologia e sua constante evolução durante vários anos. Ao final do século XX sua utilização foi diminuindo e sendo substituída pelo computador, que possuíam processadores de texto e possibilitavam efetuar o mesmo trabalho de modo muito mais eficiente e rápido, com muito mais qualidade de serviço. Os fabricantes de máquinas de escrever mais importantes incluem E. Remington and Sons, IBM, Godrej, Imperial Typewriter Company, Oliver Typewriter Company, Olivetti, Royal Typewriter Company, Smith Corona, Underwood Typewriter Company, Adler Typewriter Company e Olympia Werke. Já no Brasil, as máquinas de escrever foram importadas até que passassem a existir as condições de instalação das primeiras indústrias metalúrgicas, a partir da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, sendo a americana



Remington a primeira empresa a se instalar no Rio de Janeiro, em 1948, depois, a sueca Facit chegou em Minas Gerais, em 1955, e, finalmente, a italiana Olivetti passou a produzir em São Paulo, em 1959. Depois vieram outras fábricas, como a Precisa S/A, de origem Suíça e a IBM, especializada em máquinas eletrônicas para os escritórios, sendo que o mercado das máquina de escrever entrou em decadência a partir do início da década de 1990, com a redução da demanda.

Relacionando um pouco da história da máquina de escrever é possível distinguir as fases que mapeiam a trajetória desta grande invenção, que revolucionou a sociedade e todos os segmentos ligados a escrita até então feito de forma manual (FERREIRA, 2013). O autor cita que as máquinas foram inventadas e desenvolvidas na segunda metade do século XIX e contribuíram decisivamente para um grande impulso nas comunicações da época. Na primeira metade do século XX, com a introdução das máquinas de escrever portáteis e das elétricas, a máquina de escrever já mais desenvolvida e sofisticada, tornou-se mais rápida, silenciosa, prática e ao alcance de todos. Com um maior acesso à escolaridade, o curso de datilografia passou a ganhar ênfase sendo ministrado para aperfeiçoar o uso das máquinas de escrever, sendo datilografia — palavra de origem grega *dactilo* = dedo e *grafia* = escrita, por isso as máquinas de escrever tinham também a denominação de máquina de datilografia. Também relata que a máquina de escrever difundiu-se largamente com a expansão do setor comercial e serviços, pela necessidade de uma maior rapidez e uniformidade da escrita contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O autor complementa dizendo que

A ideia de escrever de um meio mecânico começou antes mesmo da era da máquina e se focava em duas ações: a de imprimir tipos padrões de letras, herdado da impressão de Gunteberg. Dessa forma o texto se mostrava uniforme e mais rápido do escrever do que com uma pena ou caneta. Essa “história” fabulosa só terminou há poucos anos atrás pelo uso geral do computador, que incluía o ato de escrever por meio de programas específicos e de imprimir através de um equipamento separado. No entanto os teclados modernos dos computadores de hoje preservam ainda o mesmo formato “QWERTY” das antigas máquinas de escrever. (FERREIRA, 2013, p. 1)

Temos alguns relatos que a máquina de escrever teve uma origem brasileira, conforme pode ser verificado em Radioagência (2015) quando cita que com apenas uma lixa e um canivete, o inventor Francisco João de Azevedo construiu, em madeira, uma máquina de escrever. Nascido na Paraíba, em 1814, aprendeu com o pai princípios de mecânica e ainda jovem trabalhou como tipógrafo. Ele foi padre e professor no Arsenal da Marinha de Pernambuco, onde começou a criar a máquina de escrever, feita em Jacarandá, equipada com 14 teclas, o móvel se parecia com um piano. Cada tecla adicionava uma haste comprida com uma letra na ponta. A máquina permitia datilografar as letras do alfabeto e os sinais ortográficos. Um pedal era utilizado para trocar de linha. O invento foi exibido na Exposição Agrícola e Industrial de Pernambuco de 1861, onde foi premiado com a medalha de ouro, na presença do Imperador

Pedro Segundo. Francisco João de Azevedo morreu em 1880 sem completar o sonho de patentear a máquina, pois de acordo com o biógrafo Ataliba Nogueira, o projeto de Francisco foi roubado por um agente de negócios norte-americano que teria passado os desenhos ao tipógrafo Christopher Lathan Sholes, também norte-americano, que aperfeiçoou o invento e foi reconhecido como o inventor da máquina de datilografia.

Sinhori (2014) relata que a primeira patente americana (1829) é de William Austin Burt, de Detroit, mas em 1833 o francês Xavier Progin, de Marselha, apresentou um invento que utilizava barras de tipo, com uma alavanca para cada letra. Somente em 1867 chegou-se a uma versão prática e adequada para fabricação em escala industrial, graças aos trabalhos de Christopher Sholes, Carlos Glidden e Samuel Soulé. Em 1873, os inventores firmaram contrato com a E. Remington & Sons, fabricante de armas de Nova York, e a máquina começou a ser comercializada no ano seguinte. O autor destaca que

Os velhos datilógrafos afirmam que a máquina propiciava a quem aprendia datilografia um manejo muito mais rápido do teclado, pois não era permitido enxergar os tipos para ser aprovado. Dizem ainda que eram exímios no uso da língua portuguesa, uma vez que não havia corretor ortográfico. E que os escritores daquela época tinham raciocínio bem mais rápido, porque as frases eram concatenadas mentalmente e lançadas no papel, sem muitas possibilidades de revisão – extremamente trabalhosas. (SINHORI, 2014, p. 1)

Importante ainda apresentar a observação que o autor faz quando diz que hoje muitos datilógrafos relembram, nostálgicos, das árduas jornadas “batucadas” nas indefectíveis máquinas Remington, que pararam de ser usadas em meados dos anos 90, a profunda sulcagem do papel suporte pela força muscular necessária à impressão de cópias, o papel carbono que as propiciava, o “errorex” e as arcaicas folhas de papel de seda (utilizadas para cópias). E ainda, que

Houve um tempo em que a pessoa que não soubesse datilografar (não, não conhecíamos ainda o verbo digitar) era considerada analfabeta. É como se fosse, hoje, despreparada para usar um teclado de computador. Naquela época (e até por volta dos anos 1990), as máquinas eram mecânicas em sua maioria, não precisavam parar quando acabava a bateria ou a energia elétrica. Também não havia impressora, pois as velhas máquinas imprimiam diretamente do teclado. E faziam várias cópias, caso se intercalasse entre as folhas de papel algumas de carbono. (SINHORI, 2014, p.1)

O comentário de Fernandes explicita bem a questão histórica da máquina de escrever quando cita que definir exatamente quando a máquina de escrever foi inventada e fabricada é um desafio, pois existem incontáveis versões, mas estima-se que a primeira patente foi registrada e concedida na Inglaterra, ao inventor inglês Henry Mills, no ano de 1713. Existem historiadores que posicionam a origem da máquina de escrever em 1808, sob responsabilidade do italiano Pellegrino Turri, que teria criado a máquina de escrever a fim de que sua amiga cega pudesse enviar cartas. Destaca também que, como é de praxe para as inovações, a máquina de escrever enfrentou

resistência a princípio, pois muitos estavam acostumados com o modelo tradicional de produção. Ou seja, no papel e caneta para registrar documentos, escrever cartas e afins. Popularizada a partir do início do século XX, a máquina de escrever manual cedeu espaço aos poucos para a máquina elétrica, substituída depois pela eletrônica. No fim do século, o computador com editor de texto, que poupa trabalho e recursos materiais, relegou a máquina de escrever à obsolescência.

Rodrigues *et al* (2020) cita que a máquina de escrever é um “objeto escolar” ou “artefato tecnológico” da cultura material escolar que perdeu sua utilidade. Ainda dentro do contexto escolar, Marques (2016) acrescenta que na matéria de Técnicas Comerciais ensinavam práticas de escrita em máquinas de escrever que poderiam ser aplicadas em seus futuros trabalhos, em escritórios ou outros, essa técnica consistia em digitar sem olhar muito nos teclados e com certa velocidade, era muito utilizada em escritórios na preparação de documentos. Assim, seja para trabalhos administrativos, escolares, para a didática, ou mesmo como instrumento de ensino de uma disciplina, a máquina de escrever esteve presente nas escolas e perpassou para os lares e locais de trabalhos dos alunos.

Temos vários modelos de máquinas de escrever que foram produzidos ao longo do tempo e alguns destes podem ser encontrados no MESC, onde destacamos a Royal, a Olivetti Lettera 25 e a Olivetti Linea 98, uma das mais encontradas cuja durabilidade e qualidade eram seu ponto forte, por isso muito utilizada em vários estabelecimentos, tanto de ensino, quanto comerciais, entre outras. Os modelos portáteis que vinham em uma maleta também fizeram sucesso entre os estudantes e temos um modelo dessa natureza também em nosso Museu, contemplando assim várias categorias e épocas deste equipamento, sendo hoje o de maior número em nosso acervo. Um registro importante a ser acrescentado a esse item é um relato que recebemos de uma avó que, ao apresentar uma máquina de escrever a seu neto e permitir que datilografasse algumas palavras, ouviu do menino a seguinte frase: “Vó que interessante esse computador que imprime enquanto a gente digita!” demonstrando a visão diferenciada de uma criança com relação a esse instrumento e a importância de valorizar esse patrimônio cultural das escolas para que as gerações presentes e futuras possam compreender melhor a vivência de suas atuais práticas escolares.

2. MIMEÓGRAFO

Nas primeiras frases deste tópico destacamos “quem não lembra da prova com cheiro de álcool?” pois o cheiro de álcool desperta hoje nas gerações mais antigas o sentimento de nostalgia dos tempos de colégio, onde os professores utilizavam o mimeógrafo para copiar provas e outras atividades escolares, como exercícios e tarefas de casa. Pode-se dizer que o mimeógrafo era a máquina de xerox dos anos 1980, hoje quase que inutilizado e típico de peça de museu.



A palavra mimeógrafo deriva do grego mimeo = imitar, copiar e grafia = escrita, caracterizando-se em um instrumento utilizado para fazer cópias de papel escrito em grande escala e utiliza na reprodução um tipo de papel chamado estêncil. Foi um dos primeiros sistemas de cópias em série utilizados no ensino, lançado em 1880 e com utilização efetiva a partir do século XX. O primeiro modelo era a manivela, mas surgiram variações mais avançadas, como o mimeógrafo elétrico. O protótipo mais simples teve a patente registrada em 1887, pelo cientista e empresário norte-americano Thomas Edison.

Para a utilização do equipamento, inicialmente o professor escrevia à mão ou datilografava os exercícios sobre uma folha especial, chamada estêncil, que tinha carbono. O texto então aparecia do lado oposto da folha, que era colocada sobre um rolo com a parte escrita para cima, e uma manivela era girada para exercer pressão e liberar a tinta que ia na folha em branco e as cópia começavam a sair. O processo era um pouco demorado, mas resolvia. O estêncil era na verdade uma matriz, que só passava o texto para outra folha porque no meio havia um feltro umedecido em álcool. A quantidade do líquido determinava a clareza da impressão. Quanto mais álcool, mais forte saía o texto. As cópias produzidas eram inconfundíveis: cheiravam a álcool, e as letras vinham em um azul-arroxado característico.

Seu ponto positivo é o baixo custo por cópia incluindo-se aí o fato de não utilizarem energia elétrica uma vez que são acionados manualmente, enquanto seus pontos negativos são as doenças decorrentes do uso, a baixa qualidade da cópia, os desperdícios de material (nem sempre a cópia é gerada com clareza) e a lentidão do serviço. Raramente precisa ser consertado, e quando precisa o custo de manutenção é baixo, quando comparado aos de fotocopiadoras, impressoras e scanners, o que fez

ele ser muito utilizado principalmente nos ambientes educacionais. Eles também eram comumente usados para publicações amadoras de baixo orçamento, incluindo boletins de clubes e de igrejas.

De acordo com Marques (2016) o mimeógrafo era um instrumento tecnológico utilizado na preparação de atividades de diversas matérias, por muito tempo na maioria das escolas brasileiras, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Esta máquina foi muito utilizada nas escolas, pois o custo era baixo e poderiam ser feitas várias cópias.

Para Negresio (2016) o mimeógrafo foi uma ferramenta importantíssima de comunicação em termos de divulgação de conhecimento, em um período em que não havia internet e a difusão de informações era muito mais lenta, complicada e, sobretudo, cara. A autora destaca que se no século XV a prensa de Gutenberg revolucionou o mundo, permitindo a impressão de textos e a disseminação de informações, o mimeógrafo veio para popularizar essa produção, quando uma pessoa comum passa a não mais depender das gráficas para realizar cópias. Da mesma maneira que, hoje em dia, a internet e as redes sociais possibilitam a difusão de ideias que desafiam o status quo e promovem debates e o engajamento no espaço público, o mimeógrafo, em sua época, foi um instrumento que abriu caminhos, conectou mentes e causou impactos reais na sociedade. Destaca ainda que a fotocopadora, sucessora do mimeógrafo, surgiu em 1938 e chegou ao mercado duas décadas depois, em 1959, pela Xerox, mas seu alto custo determinou a sobrevivência do mimeógrafo por mais umas dezenas de anos. Eventualmente, com a popularização das máquinas de copiar da Xerox, que faziam cópias mais rapidamente, sem deixar cheiro ou depender de força motriz, o mimeógrafo ficou para trás e hoje é apenas memória dos anos escolares das gerações passadas.

Mimeógrafos e os duplicadores a álcool são intimamente relacionados, mas distintamente diferentes e por terem coexistido num mesmo período acabam sendo muito confundidos, sendo poucos os recursos bibliográficos que fazem essa distinção de forma caracterizada e bem explicada. Os autores Arume e Barros (2020) afirmam que o mimeógrafo era comercializado em uma caixa de madeira contendo um estilo cego para escrever, uma chapa de escrita com superfície semelhante a uma lima, uma moldura articulada com base plana para fixar o estêncil, um rolo de tinta e uma lousa de entintamento. Insumos como tinta, verniz, papel estêncil encerado e papel mata-borrão também eram fornecidos. Para os autores

A duplicação por estêncil é essencialmente uma invenção do final do século XIX e sua adoção pelo mundo comercial foi um evento de tal importância que revolucionou completamente os escritórios de seu tempo, fazendo historiadores do comércio concluir que a evolução do escritório moderno começou com a invenção do estêncil e sua associação, logo em seguida, com a máquina de escrever. Escolas, repartições públicas, sindicatos e igrejas também adotaram duplicadores para impressão de publicações internas. Quan-

do os duplicadores a estêncil, como o mimeógrafo, e duplicadores a álcool passaram a habitar as salas de cópias destas organizações não-comerciais, começaram a ser confundidos entre si, encorajando o uso popular do nome “mimeógrafo” para descrever estas duas tecnologias. Assim, “mimeógrafo” tornou-se um termo genérico para técnicas de impressão disponíveis fora da gráfica. No entanto, suas tecnologias de impressão e sua evolução tecnológica são muito distintas. Os duplicadores a estêncil fazem uso de um estêncil perfurado e tinta oleosa para impressão, enquanto os duplicadores a álcool, frequentemente usados em escolas primárias até a década de 1990 no Brasil e muito lembrados por seu odor característico, utilizam insumos como corante de anilina (geralmente na cor púrpura) e álcool, e não são um processo permeográfico. (ARUME e BARROS, 2020, p. 8)

Relacionando o mimeógrafo a cultura escolar, Campos (2009) afirma que o uso do mimeógrafo envolve o professor significativamente em seu dia-a-dia, podendo ter uma representação pessoal positiva ou negativa pautada no ontem, no hoje e no amanhã deste profissional, ou seja, depende da concepção de cada um em relação à utilização deste equipamento e o que o mesmo acarreta em sua vida. Alguns professores se baseiam em lembranças que dizem ser agradáveis e/ou situações vivenciadas no passado, como por exemplo, a ajuda que davam aos seus professores no preparo das atividades por meio do mimeógrafo; outros se referem a ele com certo desdém porque diz que o cheiro do álcool é muito forte, o peso é imenso, há morosidade na utilização do mesmo para o preparo das atividades, etc.; tem ainda aqueles que dizem que o mimeógrafo é a “salvação da pátria” já que não sabem lidar com a tecnologia informacional, os quais enxergam o computador como algo superior às suas capacidades. A autora destaca que o mimeógrafo tem seus pontos positivos como o baixo custo por cópia gerada, incluindo o álcool e o estêncil. Porém, tem os pontos negativos quanto à qualidade da cópia, a morosidade do serviço, o desperdício de materiais, as doenças decorrentes do seu uso e, principalmente, à falta de atenção aos alunos quando as atividades são preparadas pelo professor simultaneamente às aulas. Um enfoque bastante amplo é dado por esta autora, quando mostra em sua pesquisa, que mesmo no ano de 2008, o equipamento em questão faz parte do presente de muitos usuários inseridos no universo educacional em pleno século XXI, e diz que embora estejamos na “era digital”, num mundo globalizado onde os avanços tecnológicos e informacionais estão a todo vapor, ainda fazemos uso de uma máquina aos nossos olhos arcaica, mas que na verdade funciona como “muleta” do professorado público estadual, talvez por inúmeros fatores sociais, políticos ou mesmo econômicos e, com isso, pode contrariar as afirmações de que o rápido avanço tecnológico torna os equipamentos obsoletos em pouco tempo e que ainda há aceitação mercadológica para o mimeógrafo.

No MESC podem ser encontrados alguns exemplares de mimeógrafos, com destaque para um mimeógrafo alemão da marca Gestetner, fabricado no ano de 1920, em ferro e acompanhado de tampa para proteção do equipamento e outros dois modelos mais novos, utilizados a partir da década de 1960.

3. PROJETOR DE *SLIDES*

O projetor de *slides* é um aparelho óptico e mecânico usado para ampliar imagens de suportes laminados (*slides*).

Para Marques (2016) o projetor de *slides* era um recurso que auxiliava e complementava as aulas, não sendo um recurso específicos de uma matéria, mas de atividades gerais. Esse recurso era utilizado pelas professoras para facilitar suas aulas, sendo movido a energia elétrica, funcionava colocando-se manualmente placas com as figuras para serem projetadas na parede (ou tela branca) em tamanho maior.

Puentes (2017) afirma que um projetor de *slides* é um aparelho óptico-mecânico utilizado para projetar fotos em transparência no formato 35 mm, emolduradas chamadas de *slides* ou diapositivos em uma tela ou parede. O equipamento utiliza uma fonte de luz que atravessa o slide e um conjunto de lentes (que ampliam sua imagem) para projetar a imagem estática na tela. O mesmo foi criado no início de 1950 e entrando no auge a partir de 1970. Projeta uma imagem em preto e branco ou em cores. A princípio essas imagens eram adicionadas manualmente, mas com o avanço da tecnologia surgiram os controles remotos com cabo (fio) ligado ao aparelho. Esse aparelho possui um dispositivo que permite aproximar ou afastar a lente do slide para que a imagem se forme exatamente sobre objeto exposto, além de um sistema de arrefecimento para evitar que o slide e a lâmpada se danifiquem.

No estudo de Oliveira *et al* (2015) é afirmado que com o desenvolvimento tecnológico e a consolidação do uso da lousa parietal, ou seja, pendurada a parede da sala de aula, uma série de dispositivos foram desenvolvidos com o objetivo de incrementar e até substituir o quadro-negro. Esses dispositivos cada vez mais inteligentes ganharam cores e sons e novas perspectivas para o professor e para o processo de ensino-aprendizagem. Os autores citam o projetor de *slides* como sendo um aparelho utilizado para projetar fotos em transparência emolduradas, denominadas de *slides*, ou em dispositivos em uma tela ou parede e utilizam uma fonte de luz que projeta sua imagem. Destacam ainda que a reprodução de imagens chegou a ser vista como uma ameaça ao ensino tradicional com livros.

Armelin Junior (2004) tem um material relativamente significativo sobre o projetor de *slides* que reproduzimos aqui. Para o autor o projetor de *slides* propicia ao professor de qualquer disciplina dinamizar suas aulas, enriquecendo-as com trabalhos que permitem um estudo mais detalhado do conteúdo abordado e cita como exemplo uma aula de ciências que poderá ser mais dinâmica e esclarecedora se o aluno puder visualizar uma célula e não simplesmente copiar informações de um texto colocado na lousa, ou seja, na prática ele (aluno) terá uma informação mais completa. Como outro exemplo ele cita que um professor de história poderá exibir construções históricas de povos antigos e até mesmo aquelas contemporâneas, também cenas de momentos

cotidianos de outros povos em épocas bem variadas. Segue afirmando que o projetor de *slides* foi uma tecnologia capaz de levar imagens de qualidade que enriquecem muito os conteúdos abordados nos livros didáticos e permitem ao professor ilustrar conceitos, apresentar esquemas, pranchas, mapas etc., de uma forma bem mais prática e agradável do que fazendo uso apenas da lousa e do giz. Em relação a história do projetor, o autor afirma que este equipamento foi lançado no início da década de 70 e permitia a sincronização de áudio (gravado) e imagem. Este recurso proporcionou o lançamento de diversos títulos sobre o tema, mas pouco utilizados nas unidades escolares, sendo que o comércio e a indústria, em feiras e cursos, aproveitou de forma coerente e muito bem os recursos oferecidos por esta mídia, não nos esquecendo que o cinema o utilizou para fazer projeções em fundos de cenas gravadas. Destaca também que é importante saber que toda projeção, seja com *slides*, cinema, retroprojeção, episcópio (projeção de documentos opacos), a imagem obtida é apenas uma sombra, que poderá ser em preto e branco ou em cores.

É possível observar na página da internet <http://formacao.fikaki.com/manual/recursos-didaticos/audiovisuais/exemplos/> algumas vantagens e desvantagens do uso do projetor de *slides* como recurso didático na época que ainda não existiam os data show, como temos hoje, entre as quais destacamos:

- Aspectos positivos decorrentes da utilização do projetor de *slides*: a qualidade da imagem; a confiabilidade do aparelho; a possibilidade de projetar o que se fotografa; a facilidade de transporte; o slide é sempre compatível, seja qual for o projetor; estimula a concentração; é de utilização simples; permite voltar a visualizar a imagem anteriormente projetada; pode ser usado para ampliação rudimentar de pequenos desenhos.
- Já em relação aos aspectos negativos destacamos: a necessidade de escurecimento da sala, com a consequente quebra de comunicação visual docente/alunos; não permite intervir diretamente no documento; imagem não animada; quando associada com outros meios audiovisuais aumenta a dificuldade de utilização; a posição do aparelho é oposta à do formador.

O documento apresenta também alguns cuidados que deveriam ser tomados ao utilizar o projetor, a saber: garantir que a imagem projetada tenha dimensões adequadas ao número de aluno; garantir o escurecimento da sala; ordenar a posição dos *slides* no carregador; conhecer tecnicamente o aparelho e destaca que o projetor de *slides* ficou obsoleto com a massificação da fotografia digital e com a utilização de outros meios de projeção como o videoprojetor ou o quadro interativo e a aplicação da *Microsoft PowerPoint* foi inspirada no velho projetor de diapositivos (ou *slides*), sendo que em inglês uma apresentação do *PowerPoint* é chamada de *slide show*.



Diferentes modelos de equipamentos para projeção de *slides*. Acervo MESC

Temos alguns modelos de projetor de *slides* no Museu, que juntamente como as máquinas de escrever, correspondem ao nosso maior acervo de instrumentos. Incluem-se aí desde os modelos mais antigos (Modelo TDC RN DUO fabricado pela Marca Three Dimension Company, Chicago, USA), aqueles que eram apropriados para apresentação de apenas um *slide* por vez, os que possuíam o chamado carrossel (da famosa marca Kodak), que permitia a colocação de vários *slides* em sequência. Importante destacar que alguns deles ainda estão em funcionamento. Há que se destacar também a presença de um equipamento chamado visor de *slides*, que diferente do projetor, a imagem aparece dentro do equipamento e pode ser observada pelo usuários que precisa colocar um slide de cada vez para ser visualizado. O que temos no acervo do MESC é da marca americana Pana Vue.

4. RETROPROJETOR

O retroprojetor é um equipamento que foi muito utilizado nas escolas e projetava sobre uma tela (ou numa parede da sala de aula) imagens ampliadas de textos ou fotos, que eram impressas ou escritas/desenhadas em lâminas de plástico transparente, conhecidas como transparências. Diferente dos projetores de dados (*datashow*) que temos atualmente onde podem ser exibidas imagens que encontram-se na tela do computador, no retroprojetor, só é possível o uso das transparências, que devem ser colocadas umas após a outra sobre o equipamento. Convém destacar que o uso do computador melhorou a qualidade da apresentação das lâminas do retroprojetor, através do aplicativo *PowerPoint*, que tanto pode ser utilizado para fazer lâminas para utilização no retroprojetor como para ser apresentado, de forma mais dinâmica, com o uso da multimídia (*data show*, também conhecido como canhão).

Este dispositivo consiste em uma unidade que incorpora uma superfície transparente, na realidade uma grande lente plana (lente de Fresnel), sob a qual se situa a fonte luminosa. Sobre a lente existe uma placa de vidro, na qual se coloca o material a projetar. Um sistema de espelho e lente recolhe a imagem (transparência) e projeta-a sobre um alvo (tela ou qualquer tipo de pigmento apropriado). O aparelho está concebido para permitir ao utilizador escrever diretamente sobre uma lâmina de acetato transparente, projetando-se nas suas costas, no alvo, tudo o que se escreve ou desenha.

Puentes (2017) informa que o retroprojetor foi desenvolvido em 1853 por Edmond Becquerel, tendo recebido inicialmente o nome de Lanterna Vertical, que deu lugar ao Retroprojetor, em 1940. Já Bruzzi (2016) cita que o retroprojetor começou a ser utilizado em 1930, tendo sido empregado inicialmente na área militar.

De acordo com Oliveira *et al* (2015) aproximadamente nos anos 1980 o retroprojetor surgiu e ganhou espaço, sendo usado para exibir planos estratégicos do exército. O retroprojetor é um sistema de projeção de imagem fixa que permite pro-



jetar não só figuras em suportes transparentes, mas também objetos opacos, obtendo-se imagens em silhueta. Para os autores o retroprojeto é considerado um recurso audiovisual que surgiu para auxiliar a exposição do conteúdo curricular e sistematizar as apresentações em um modo visual mais atrativo, reproduzindo o conteúdo de transparências, que geralmente o próprio professor confeccionava com canetas coloridas ou pretas.

Para Neves e Zamperetti (2010) dentre as inúmeras tecnologias consideradas tradicionais e que podem ser usadas nos processos educativos, destaca-se o retroprojeto, que pode ser utilizado sem que se precise escurecer completamente a sala de projeção. Destacam que a concepção tecnicista inicial do uso do meio tecnológico como auxiliar do ensino vem sofrendo alterações conforme as propostas educativas se atualizam e o contato com o retroprojeto possibilitou a ampliação do horizonte dos educadores e acenou com novas possibilidades pedagógicas, pois os recursos tecnológicos são mutáveis e o sujeito é quem determina o uso que fazemos desses recursos. Com o uso deste equipamento audiovisual, a curiosidade pode ser despertada nos estudantes, uma vez que a escolha de determinado tipo de tecnologia altera todo o processo comunicativo de ensino e a participação efetiva no trabalho.

Vidal e Maia (2012) apresentam algumas orientações acerca do uso dos recursos tecnológicos mais comumente utilizados na educação e afirmam que a literatura mostra que não existem regras rígidas neste campo, portanto, a ideia é fornecer algumas orientações operacionais de como preparar e utilizar os recursos mais acessíveis às escolas brasileiras, como é o caso do retroprojeto, que por estar em uso há mais tempo, já pode fornecer algumas orientações seguras. Para os recursos mais novos, há muito ainda o que desenvolver e aprender até que fique mais claro como inseri-los no currículo escolar. O retroprojeto exibe a imagem do que está contido nas transparências de modo que o professor conduza a sua exposição ou aula, previamente preparada. Basicamente, a lâmina é usada como apoio a uma exposição oral — seminário, palestra, aula expositiva apresentação de painel, etc. — e tem entre suas atribuições facilitar:

- A apresentação de figuras de difícil execução, como mapas, gráficos, infográficos, tabelas, esquemas, etc.
- A apresentação de fotografias.
- A apresentação de equações extensas e absolutamente indispensáveis à compreensão do assunto.

Desde os fins dos anos 1990, o uso do retroprojeto está sendo gradativamente substituído pela dupla — computador e *datashow* (um equipamento mais moderno, que conectado ao computador realiza projeções de melhor qualidade que o

retroprojektor). Muitos aplicativos utilizados hoje em dia permitem a preparação de lâminas para exposição didática.

Corroborando com o exposto, Rocha (2013) afirma que a escola tem incorporado recursos didáticos de forma assistemática — retroprojektor, tevê, videocassete etc. — sem que os seus usos tenham alterado a sua tradicional configuração. A convivência da escola com equipamentos eletroeletrônicos é antiga. Alguns ficaram tecnologicamente ultrapassados, mas continuam a fazer parte do acervo escolar. O retroprojektor é um exemplo. Foi considerado um importante recurso didático, apesar de pouco versátil: as transparências, uma vez elaboradas, dificilmente podem ser modificadas.

Retomando um pouco da história do retroprojektor Gomes (2014) cita que este equipamento deu os primeiros passos na formação militar, durante a segunda guerra mundial, e chegou à sala de aula nos anos de 1950, mas teve um caminho lento e controverso nas nossas escolas. Projetores de diapositivos (projetores de *slides*) e retroprojetores são agora arcaísmos suplantados por tecnologias baseadas no omni-presente computador pessoal. A apresentação *PowerPoint* tomou conta da sala de aula, ainda que não tenha ultrapassado as deficiências pedagógicas do retroprojektor ou do projetor de diapositivos.

Apresentamos ainda algumas considerações gerais em termos do retroprojektor que foi idealizado para projetar documentos de grande formato a curta distância, sem perda sensível de qualidade: não é necessário alterar a luz ambiente da sala, o que o permite utilizar em simultâneo outros recursos didáticos; o funcionamento do retroprojektor passa pelo bom estado dos seus componentes; estava presente na maioria das escolas; tinha fácil transporte, sobretudo dos retroprojetores portáteis; econômico; permite a utilização de vários materiais que conferem cor aos documentos; poupa tempo na sessão, pois permite a preparação prévia; as transparências podem ser várias vezes utilizadas, se devidamente acondicionados em capas próprias; fácil operacionalidade; funciona como recurso visual à atuação do professor; cria interesse (ilustrações, etc.), entre outras.

Armelin Junior (2004) traz importantes contribuições sobre o retroprojektor e a produção das transparências, onde muitas informações podem ser encontradas sobre estes itens. Destacamos apenas que estas podem ser feitas de forma artesanal (manual) ou através de serigrafia, copiadoras e impressoras.

Em nosso Museu dispomos de apenas um equipamento retroprojektor, até o momento, sendo este um pouco mais moderno e menos pesado, possuindo forma de maleta para melhor armazenamento e transporte do dispositivo.

5. CALCULADORA

Você consegue imaginar sua vida hoje sem a calculadora? Com tantos cálculos complexos que precisam ser resolvidos, nas mais variadas áreas, quanto tempo seria necessário para a realização desta tarefa sem o auxílio deste instrumento? Sabe-se que os instrumentos de cálculos facilitaram muito a vida do homem e daí a importância de se falar um pouco sobre a calculadora e sua evolução. Nos tempos de hoje, a calculadora é uma ferramenta indispensável, devido à extrema necessidade do homem moderno de fazer cálculos com maior rapidez e precisão. A calculadora é então caracterizada como um dispositivo para a realização de cálculos numéricos.

O ábaco foi a primeira calculadora da história, que segundo muitos historiadores, foi inventado na Mesopotâmia, por volta de 3500 a.C, e depois os chineses (por volta de 2600 A.C) e romanos realizaram aperfeiçoamentos. Ela dispunha de fios paralelos e arruelas deslizantes que eram capazes de realizar contas de adição e subtração. Embora fosse um instrumento bastante limitado, o ábaco acabou sendo o principal mecanismo de cálculo durante os 24 séculos seguintes. A palavra ábaco vem do grego *abakos*, derivado de *abax* que significa tábua de cálculos, e era considerado como uma extensão do ato de se contar nos dedos. Em muitas escolas o ábaco é utilizado ainda hoje para ensinar às crianças as operações de soma e subtração.

Após essa pequena abordagem sobre o ábaco, ressaltamos que nas pesquisas de Oliveira (2011) e Oliveira (2013) são apresentadas os acontecimentos históricos sobre a calculadora, que registramos de maneira breve. A primeira calculadora mecânica foi inventada pelo professor alemão Wilhelm Schickard em 1623. Essa calculadora era capaz de somar, subtrair, dividir e multiplicar números até 6 dígitos, indicando o resultado através de um toque de sino, por isso ficou conhecida como relógio calculador. Como o único exemplar dessa calculadora (ainda incompleto) foi destruído em um incêndio, muitos não relatam esse invento. Em 1642, o ábaco sofreu uma grande evolução por meio do francês Blaise Pascal que idealizou uma máquina automática de cálculos, permitindo realizar os cálculos de forma bem mais rápida que o ábaco, mas que também ainda realizava apenas operações de adição e subtração. Ficou conhecida como Pascaline e não teve muita aceitação. Já em 1671, o filósofo e matemático alemão Gottfried Wilhelm von Leibniz desenvolveu a roda graduada que era um mecanismo capaz de realizar as outras operações. As calculadoras foram evoluindo, novos modelos foram surgindo e em 1948, surge uma calculadora mecânica de tamanho compactado, projetada pelo engenheiro austríaco Curt Herzstark, e denominada como curta. Era uma calculadora de manivela com *design* extremamente compacto em forma de um pequeno cilindro que cabe na palma da mão, com a qual se podia fazer cálculos de adição, subtração, divisão, multiplicação, e com um pouco de dificuldade dava para se calcular raízes quadradas e fazer outras operações nela, tendo sido bastante utilizada até a década de 70, quando surgiram as calculadoras eletrônicas que



se popularizaram no mercado. A primeira calculadora eletrônica do mundo foi produzida pela Casio em 1957, chamava-se 14-A e efetuava operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com até 14 dígitos. Em 1965 vieram as calculadoras eletrônicas com memória e as calculadoras científicas (são capazes de executar funções trigonométricas normais e inversas, além de armazenar dados e instruções em registros de memórias, aproximando-a de computadores menores). Convém destacar que no fim do século XIX e início do século XX, as calculadoras eram objetos de uso bastante restrito. Foi nos anos seguintes, com a criação de máquinas cada vez menores e mais baratas que a calculadora se transformou no popular instrumento que conhecemos atualmente. As calculadoras de hoje são eletrônicas e construídas por vários

fabricantes, em diversas formas e tamanhos variando em preço de acordo com a sofisticação e os recursos oferecidos. Entre as companhias que desenvolvem calculadoras profissionais para a área financeira e engenharia podemos citar as mais conhecidas como Sharp, Casio, Procalc, Hewlett-Packard (HP) e Texas Instruments (TI), estas duas últimas empresas, os mais tradicionais fabricantes de calculadoras. Hoje temos então calculadoras gráficas (aquelas que podem plotar gráficos 2D ou 3D em seu display), calculadoras científicas (não plotam gráficos, mas calculam funções como seno, cosseno, etc.), calculadoras financeiras (voltadas para o meio financeiro, com muitas funções já prontas) e as calculadoras simples (com as 4 operações básicas)

No estudo de Marques (2016) a matéria da Matemática era uma das principais a utilizar os diferentes recursos materiais disponíveis. Além das moedas antigas, utilizava-se também as calculadoras manuais, que faziam parte da educação escolar, pois com elas os alunos aprendiam muito de Economia, além de auxiliar também na realização das operações matemáticas. Esses materiais foram utilizados nas aulas de Matemática, durante o período de 1950 a 1981. Sabe-se que há vários anos os humanos procuram facilitar as suas vidas e assim construíram máquinas para facilitar esse processo, e para facilitar o cálculo diversos instrumentos foram desenvolvidos, como o ábaco, régua de cálculo e a calculadora. O autor destaca também o estudo de Schiffll (2006) que aponta sobre detalhes de calculadoras na época de 1950, quando havia venda, desde ábacos e régua de cálculo, até computadores digitais e analógicos, passando por uma grande variedade de calculadoras mecânicas e eletromecânicas que eram capazes de fazer quatro operações aritméticas, sendo que algumas vinham com a opção de impressão dos resultados. Essas calculadoras tornaram grandes aliadas da educação, onde auxiliavam no entendimento da matemática, e algumas delas ainda permanecem até hoje em utilização, a tecnologia evoluiu muito e com isso as calculadoras também se modernizaram e por volta da década de 1970 apareceram as calculadoras eletrônicas e rapidamente os instrumentos de cálculo até aí concebidos e usados ficaram ultrapassados. Cabe ressaltar que nas cidades do interior, no entanto, essa tecnologia chegou anos mais tarde (em alguns locais por volta de 1980) e que também no início da produção das calculadoras elas não eram tão acessíveis em função do preço.

Ainda referindo-se a questão didática das calculadoras, o trabalho de Oliveira (2011) destaca que o advento de novas tecnologias possibilitou ao homem aplicá-las nas mais diversas atividades, precisamente a tecnologia utilizada a serviço da aprendizagem do aluno através do uso da calculadora. Segundo o autor não podemos ignorar o fato de que a tecnologia vem aos poucos sendo inserida na maioria dos nossos afazeres e com esse pensamento, devemos observar que a calculadora pode ser uma máquina benéfica ao aluno, desde que utilizada da maneira correta e cita que deve-se reconhecer que, no ensino tradicional, gasta-se muito tempo com mecanismos de cálculo, ao invés de se ressaltar o significado dos cálculos. Atualmente, as propostas

de ensino da Matemática não mais consideram importante que os alunos façam cálculos expressivos. Ao invés disso, elas consideram fundamental que os alunos compreendam e relacionem os diversos ramos da matemática e possam resolver problemas em diferentes situações. O autor também destaca o pensamento de Strassacappa (1998) o qual afirma que

A calculadora é um instrumento popular, assim como outros instrumentos eletrônicos, é fruto da tecnologia alcançada pela humanidade, faz parte do nosso presente e fará do nosso futuro. Os alunos de hoje serão a força ativa do futuro, e para que participem efetivamente da sociedade, entre outras coisas, é preciso que sejam criativos, capazes de resolver problemas e que dominem os recursos tecnológicos disponíveis. O grande desafio é trazer a calculadora para a sala de aula, com o intuito de auxiliar a aquisição de conceitos matemáticos, oportunizando ao aluno o desenvolvimento do seu raciocínio e da sua capacidade de resolver problemas. O aluno também, ao fazer uso da máquina, terá um domínio cada vez mais significativo de suas funções, tirando proveito máximo desse recurso tecnológico. (STRASSACAPPA, 1998 apud OLIVEIRA, 2011, p. 29)

Oliveira (2011) destaca ainda um pensamento de outro autor onde podemos verificar que o uso da calculadora contribui bastante para a consolidação de conceitos e resoluções matemáticas, desmentindo mitos de que com a calculadora não existe raciocínio. Entretanto, caberá ao professor saber aplicar a calculadora para introduzir conceitos e procedimentos matemáticos ou aprofundá-los, utilizando atividades e problemas significativos. Assim, seja na vida profissional ou acadêmica, hoje praticamente não ficamos sem este importante material e que desde muito tempo tem facilitado e agilizado nossos afazeres. A fim de recordar um pouco da evolução deste instrumento, temos no Museu, até o momento, três modelos de calculadora, sendo um ábaco, que se constitui em uma calculadora da marca FACIT, da década de 60, que possui 3 mostradores (numerados I, II e III), 3 alavancas, para limparem os mostradores, e uma manivela para fazer os registros das operações, efetua adições, subtrações, multiplicações e divisões, e a mecânica usada para efetuar essas operações é incrível. Outro modelo que temos é conhecida como Rapid-Calc, uma calculadora dita de bolso da década de 50, que adiciona, subtrai, multiplica e divide. Importantes instrumentos para mostrar a evolução destes e o quão importantes foram os seus criadores, dado o processo de cálculo que estes instrumentos utilizam.

6. MICROSCÓPIO

O microscópio é um instrumento que permite aumentar/ampliar imagens de objetos muito pequenos (não visíveis a olho nu). Isso se consegue mediante um sistema óptico composto por lentes de cristal que atravessadas pela imagem do objeto ampliam-na. A invenção do microscópio mudou completamente a maneira do homem ver o mundo. A microscopia possibilitou a observação e exploração de diversas áreas até então desconhecidas, revolucionando o conhecimento científico permitindo



maior compreensão sobre as doenças e as criaturas microscópicas que a originavam e possibilitando a evolução no tratamento e funcionamento das doenças. A palavra microscópio tem sua origem nos termos *mikrós* (do grego, pequeno) e *scoppéoo* (do grego observar, ver através) e muitos ainda discutem quem teria inventado esse equipamento. Mas para chegar na forma que conhecemos hoje foi preciso um processo longo, que começou com algo simples, as lentes.

O microscópio pode ser simples (constituído por apenas uma lente, sendo comumente chamado de lupa, existem numerosos modelos e variedades) ou composto (com duas ou mais lentes associadas). Os microscópios compostos apresentam duas ou mais lentes, conectadas por um cilindro. A lente superior, a qual a pessoa olha, é chamada de ocular. A lente inferior, próxima ao objeto, é conhecida como lente objetiva. Então hoje, quando dizemos “microscópio”, estamos falando do microscópio composto, referindo-se aos microscópios que estamos acostumados a ver nos laboratórios.

Na página virtual da empresa Kasvi (uma empresa de produtos para laboratórios) é possível obter várias informações importantes sobre os microscópios, inclusive sua história e evolução, a qual produzimos em parte na sequência. Câmara (2013) também apresenta um histórico bem completo sobre a história dos microscópios.

Desde 721 a.C há relatos de um cristal, conhecido como lente de Layard, que foi talhado, polido e tinha propriedades de ampliação. O uso de lupas remonta

a diversos povos da antiguidade. Os romanos já usavam lentes biconvexas. Nero, segundo relatos, assistia combates de gladiadores com o auxílio de uma esmeralda talhada. O que leva a supor que era conhecida, em alguma medida, a propriedade das lentes para correção da miopia. Porém as lentes passaram a ser realmente conhecidas e utilizadas por volta do ano 1280 na Itália, com a invenção dos óculos.

Durante a década de 1590, dois fabricantes de óculos holandeses, Zacharias Jansen e seu pai Hans, começaram a experimentar as lentes. Eles colocaram várias lentes em um tubo e fizeram uma descoberta importante. O objeto perto do final do tubo pareceu ser muito ampliado, maior do que qualquer lupa simples poderia alcançar. A princípio era tratado como um brinquedo pela realeza europeia. O aparelho foi denominado de microscópio e constituiu a principal janela da ciência para o mundo além da capacidade de resolução do olho humano, possibilitando a visualização de imagens de objetos ampliados em até 10 vezes.

Tudo indica, porém, que o primeiro a fazer observações microscópicas de materiais biológicos foi o neerlandês Antonie van Leeuwenhoek (1632-1723). Os microscópios de Leeuwenhoek eram dotados de uma única lente, pequena e quase esférica. A qualidade das lentes que Leeuwenhoek produziu, promoviam uma ampliação que variava de 40x a 160x. Um de seus microscópios proporcionava um aumento de 280x. Nesses aparelhos ele observou detalhadamente diversos tipos de material biológico. Foi também Leeuwenhoek quem descobriu a existência dos micróbios, como eram antigamente chamados os seres microscópicos, hoje conhecidos como micro-organismos. Em 1665, o inglês Robert Hooke usou um microscópio para observar uma grande variedade de pequenos objetos, além de animais e plantas que ele mesmo representava em fiéis ilustrações. Hooke percebeu que a casca do carvalho era formada por uma grande quantidade de alvéolos vazios, semelhantes à estrutura dos favos de uma colmeia. Publicou as suas descrições e ilustrações em uma obra denominada *Micrographia*, em que usa a designação *little boxes or cells* (pequenas caixas ou celas) para denominar os alvéolos observados, dando origem assim ao termo célula. O termo acabou tornando-se definitivo.

Ao longo dos anos foram realizadas muitas mudanças e a qualidade dos microscópios aumentaram muito. As melhorias, principalmente nas lentes, resolveram diversos dos problemas óticos. Em meados de 1880, os microscópios ópticos atingiram a resolução de 0,2 micrômetros (equivalente a milionésima parte do metro), limite que permanece até hoje. Em 1933, Ernst Ruska inventa o primeiro microscópio eletrônico. Esse equipamento possui um poder de resolução muito maior. Ao contrário do microscópio óptico que usa a luz, o microscópio eletrônico utiliza feixe de elétrons e lentes eletromagnéticas para observar o objeto, atingindo a ampliação de até um milhão de vezes. A importância do equipamento foi tão grande que em 1986, Ruska recebeu o Prêmio Nobel de Física. Mais recentemente, em 1981, Gerd Binnig e Heinrich

Rohrer inventam o microscópio de tunelamento por varredura que fornece imagens tridimensionais de objetos ao nível atômico.

As lentes, os filtros e a iluminação do microscópio podem ser manipulados para ampliar, resolver e intensificar uma variedade de imagens. O tipo de amostra usada e a documentação que necessita fazer determinam qual o método a ser escolhido. Os microscópios dividem-se basicamente em duas categorias: ótico e eletrônico. Há ainda os microscópios de varredura de ponta que trabalham com uma larga variedade de efeitos físicos. Um tipo especial de microscópio eletrônico de varredura é por tunelamento, capaz de oferecer aumentos de até cem milhões de vezes, possibilitando até mesmo a observação da superfície de algumas macromoléculas, como é o caso do DNA. As máquinas mais atuais permitem aumentos de 5 mil a 500 mil vezes, sem muita dificuldade. Hoje os microscópios digitais permitem a transmissão da imagem, em tempo real, a uma televisão ou computador e está ajudando a revolucionar a microfotografia. Há uma terceira ocular com uma câmera acoplada, permitindo a visualização em uma TV ou no computador.

Na área escolar, o microscópio desenvolve papel vital no estudo das ciências, permitindo aos alunos um treinamento para futuras carreiras, além de auxiliar na pesquisa científica e no desenvolvimento de investigações que abre perspectivas para um novo mundo de possibilidades acadêmicas e práticas. O microscópio está sempre presente como um símbolo do desenvolvimento científico.

Para Oliveira e Gomes (2020) a compreensão da história do microscópio na esfera de unificação e constituição da ciências biológicas é essencial para entendermos a importância do mesmo no contexto escolar. As autoras destacam que o microscópio e seu ramo de estudo, a microscopia, tiveram um papel fundamental na validação das ciências biológicas enquanto um campo legítimo, sendo muito importante nas aulas práticas. Na análise empírica, verificaram um papel de centralidade atribuído ao microscópio no delineamento da cultura disciplinar do ensino de Biologia, pois este foi o artefato mais utilizado em todos os anos letivos que abrangeram o estudo das autoras. Informam que os objetos utilizados nas aulas práticas de biologia, guardam referências com o conhecimento científico, produzido na academia, porém, ao serem introduzidos no ambiente escolar, escolarizam as práticas científicas, produzindo conhecimentos que ora correlacionam-se com tradições acadêmicas, ora com tradições pedagógicas e utilitárias. Nesse sentido, a utilização do microscópio dialoga com o mundo cotidiano do aluno, estabelecendo relações com este. Além disso, o microscópio pode ser visto como essencial na materialização das atividades práticas, associando o bom professor com aquele que concretiza o ensino prático, não se restringindo apenas à teoria.

Marqui *et al* (2019) corroboram com a importância do microscópio nas ati-

vidades escolares e dizem que o uso da microscopia como recurso didático é de suma importância no processo de ensino e aprendizagem, visto que potencializa o senso crítico dos alunos, pois provoca no aluno curiosidade e questionamentos permitindo assim que as dúvidas acumuladas na teoria sejam sanadas, permitindo também uma aproximação com sua realidade. Dessa forma, é fundamental associar o que é ofertado pelo livro didático e contrastar com as aulas práticas, visando um melhor aprendizado ao aluno.

Temos em nosso acervo a presença de um microscópio japonês do ano de 1962 e também um *kit* que era utilizado pelas crianças para aprender brincando algumas lições das ciências biológicas.

7. APARELHO DE SOM, GRAVADOR/TOCA-FITAS, VÍDEO CASSETE

Neste item vamos abordar equipamentos como os aparelhos de som, os gravadores, toca-fitas e o videocassete que foram, e alguns ainda são, utilizados no ambiente escolar. Por possuírem uma evolução histórica sequenciada preferimos abordar todos juntos, mas apresentaremos algumas especificidades destes recursos tecnológicos.

Aparelhos de som são caracterizados como equipamentos que podem fazer gravação ou reprodução de áudios. Classificados como aparelhos eletroacústicos tiveram seu desenvolvimento baseado nos avanços tecnológicos, especialmente na área da eletrônica.

Um aparelho de som é tipicamente composto por fontes de áudio, um amplificador, caixas acústicas e cabos. Cada componente tem sua função específica visando uma melhor qualidade do som emitido.

Analizando um pouco da história destes aparelhos encontramos diversas informações. Páginas virtuais como a da Audioprime e Durate (2014) trazem importantes relatos, os quais apresentaremos aqui de forma bastante resumida na sequência.

Em 1857 o francês Édouard-Leon Scott criou a primeira engenhoca relacionada a um aparelho de som, que gravava, mas não reproduzia sons, sendo um sistema pioneiro no estudo visual das ondas de som. O fononautógrafo, como foi batizado, foi fundamental para que 20 anos mais tarde Thomas Edison e sua equipe inventassem o primeiro aparelho de som: o fonógrafo. Nesse ponto da evolução dos aparelhos e recursos para ouvir música, o fonógrafo fazia apenas a gravação de mensagens. Só com o passar do tempo ele passou a ser usado para fazer registros musicais através dos cilindros. Mesmo assim, o fonógrafo só podia ser utilizado para duas ou três gravações, pois o cilindro se deteriorava com muita facilidade. O problema foi em parte resolvido pelo próprio Thomaz Edison, criando o cilindro de cera, que tinha maior durabilidade. Mais ou menos na mesma época, aconteceu um novo aprimoramento nos aparelhos sonoros, quando Alexandre Graham Bell, o cientista, inventor e fonoaudiólogo

escocês, criador do telefone, juntamente com o engenheiro e inventor norte-americano Charle Sumner Tainter, aprimorou o fonógrafo, removendo o cilindro dos aparelhos e popularizando sua comercialização.

No entanto, o aparelho que viria a ser conhecido como o “pai do disco de vinil” só foi criado mesmo dez anos depois. Em 1887, o alemão radicado nos Estados Unidos Emile Berliner inventou o gramofone e os discos que seriam os primeiros a reproduzir músicas, significando um adeus definitivo aos cilindros. O disco plano, como era chamado, foi patenteado em 1888, mas só seis anos depois teve sua fabricação e comercialização iniciada nos EUA. Na trilha da evolução dos aparelhos de som, ainda foi criado o disco em goma laca em 1910, aquele tocados em 78 rotações por minuto que acabou se tornando o principal produto de comercialização em todo o mundo. Dez anos depois é a vez de ser criada a fita de gravação magnética, patenteadas pelo alemão Fritz Pfleumer, em 1928, na Alemanha. Alguns anos mais tarde, em 1935, a empresa alemã I. G. Farben foi a responsável pela criação de uma fita magnética de rolo.

No fim da década de 1940 o vinil, feito principalmente de PVC, chega ao mercado. Ele registrava a música em microrrachaduras no disco e era reproduzido em um toca-discos por meio de uma agulha. Por serem maleáveis, compactos e com capacidade para quase uma hora de gravação, os discos de vinil, cuja maior representação são os *Long Plays* (LP), se tornaram extremamente populares nas décadas subsequentes, perdendo espaço somente após o surgimento dos CDs, na década de 1980. Hoje, no entanto, o LP ainda é a paixão de muita gente, cultuado tanto por uma questão de nostalgia, quanto de gosto pessoal.

O gravador cassete apareceu em 1963. Para encorajar a utilização do aparelho em todo o mundo, a holandesa Philips abriu a patente para qualquer interessado na sua produção. Paralelamente, o Japão desenvolvia um projeto secreto: a fita VHS, cujo primeiro protótipo apareceria em 1972. O aparelho para sua reprodução, entretanto, só surgiu quatro anos depois, também no Japão, dando início aos primórdios do conceito de cinema em casa, ou *home theater*.

As fitas cassetes tiveram papel muito importante na evolução do som ao reunir duas qualidades sensacionais para a época: uma excelente qualidade de reprodução e, o que era ainda mais inédito, uma portabilidade extrema. Foi ela também que possibilitou a mixagem, ou seja, a gravação de dois ou mais áudios diferentes em fitas diferentes e a capacidade de passar tudo para uma única fita. Fascinante, a fita cassete moderna reinou absoluta entre as décadas de 1970 e 1990. Elas são um padrão de fita magnética constituída por dois rolos de fita e todo o mecanismo para movimentação dentro de uma caixa plástica, facilitando e muito a vida de todo mundo.

Em 1979, chega a nossas mãos (e ouvidos) o pai do *iPod* e *mp3 players*, o *Walkman*, da Sony. A princípio reproduzindo apenas fitas cassete, logo passou a tocar



Aparelho de som, videocassete e gravadores. Fotos Acervo MESCC.

também os CDs, cuja popularização no Brasil só ocorreu mesmo no início dos anos 2000. Essa invenção possibilitou levar a música para onde você quisesse. Bastava colocar sua fita favorita e criar a trilha sonora de suas caminhadas pelo parque.

Puentes (2017) apresenta que o videocassete, também conhecido pela sua sigla inglesa VCR (*Video Cassette Recorder*), é um aparelho eletrônico capaz de gravar e reproduzir imagens que são registradas em fitas magnéticas acondicionadas em caixas plásticas (cassetes) para facilitar o manuseio. Ele é o sucessor do gravador de videoteipe (VTR, na sigla em inglês), que utilizava fitas magnéticas em carretéis plásticos. Inicialmente, os videocassetes eram dirigidos ao mercado amador, mas com o tempo a tecnologia foi aperfeiçoada e usada para fins profissionais. O primeiro videocassete criado ou, pelo menos, o primeiro a receber grande sucesso comercial foi o U-matic da Sony, introduzido no mercado em 1971. Este aparelho usava uma fita $\frac{3}{4}$ de polegada de largura. As primeiras máquinas não tinham os sintonizadores de televisão ou timers (relógios para programar a gravação), mas logo vislumbrou-se que o potencial do mercado seria o de se gravar em casa a programação da televisão, o que fez com que os aparelhos fossem aperfeiçoados neste sentido.

Na década de 1980, chega ao mercado uma das maiores inovações no armazenamento de mídia: o CD (*Compact Disc*). Compacto, durável, com um preço acessível e extremamente poderoso, conseguia gravar até duas horas de áudio em um qualidade nunca antes vista. Foi extremamente popular desde então, sendo ainda um padrão para a indústria fonográfica, com uma grande taxa de vendas ainda hoje em dia. Derivado dele, surgiu o DVD, em 1996, aumentando ainda mais a capacidade de armazenamento e qualidade do som, acompanhando as evoluções no conceito *Surround*. Ao lado do CD, o áudio digital já se tornava maduro o suficiente para participar do próximo passo na evolução de armazenamento de áudio. Os computadores se tornavam cada vez menores, e os HDs adquiriram mais espaço, possibilitando armazenar dias e dias de música com grande qualidade. Muitos computadores passaram a dispor de leitores e gravadores de CDs, permitindo ouvir seus discos preferidos e até gravar os seus próprios.

A evolução dos aparelhos de som finalmente chega aos áudios e vídeos digitais, com computadores pessoais cada vez menores, celulares mais inteligentes e HDs com muito mais espaço, até a chegada do armazenamento em nuvem e dos serviços de streaming (permite a execução de áudio e vídeo em tempo real sem a necessidade de transferência do arquivo para o computador), como *Spotify* e *Netflix*. Com isso, não só os dispositivos portáteis ganharam força, mas também os equipamentos de home theater.

Já no campo educacional, Silva *et al* (2013) afirmam que a tecnologia invadiu nosso cotidiano e os equipamentos tecnológicos são usados cada vez mais frequente-

mente, seja para comunicação, informação, aprendizado ou lazer. O universo tecnológico oferece um mundo de cores, imagens e sons do qual a escola se distancia muito, causando um desinteresse pela escola atual. Destacam também que cada vez mais as novas tecnologias devem ser inseridas na escola, pois o uso destes recursos facilita o processo ensino-aprendizagem. Na pesquisa os autores reportam que muitos professores não utilizam esses recursos por diferentes motivos (principalmente por não saberem e/ou por não terem aprendido a lidar com eles). Destacam ainda que a utilização de recursos audiovisuais requer do professor um direcionamento didático acerca destes, devendo o uso ser adequado ao assunto relacionando outras atividades como debates, exercícios e conversas para fixação da aprendizagem, a fim de que não se tornem mera ferramenta usada para ganhar tempo ou preencher espaços vazios.

Santo *et al* (2020) corroboram com o contexto quando afirmam que a utilização de recursos tecnológicos deve mediar o processo de ensino e aprendizagem, mas precisam ser bem escolhidos para que o aprendizado do educando possa ser motivado. Para tanto é importante conhecer as particularidades da realidade escolar e assim introduzir diferentes tecnologias na escola: computador, vídeos, internet, *datashow*, aparelho de som, TV, entre outros recursos que sejam positivos na prática pedagógica. A aprendizagem necessita ser desafiadora, com vistas a compreender o mundo e atuar na própria rede de conhecimentos, buscando desenvolver nos alunos as aptidões, devendo haver um processo contínuo de adaptação às especificidades do alunado.

Alencar (2010) destaca a importância da música na escola afirmando que a música é uma expressão de linguagem, a partir da qual podemos interagir com o meio, reviver lembranças e emoções. O uso correto da música pode dar bons resultados na sala de aula, ajudando tanto na concentração quanto no relaxamento da mente e do corpo antes, durante e depois da realização de alguma atividade escolar. A música pode ser uma atividade divertida, que ajuda na construção do caráter, da consciência e da inteligência do indivíduo. Segue apresentando que a música é uma excelente fonte de trabalho escolar porque, além de ser utilizada como terapia psíquica para o desenvolvimento cognitivo, é uma forma de transmitir ideias e informações, fazendo parte da comunicação social.

Já Mandelli (2011) traz uma informação muito importante quando cita em sua pesquisa que as escolas afirmam que não eliminam o computador, o DVD, o aparelho de som e a televisão da rotina dos seus alunos. Que mesmo a prioridade sendo permitir ao aluno descobrir a natureza e o espaço, não é por isso que deixariam de ter uma brinquedoteca, um parquinho e uma sala de informática bem equipada, afinal, há dias em que chove e que a única opção é mantê-los dentro da sala de aula com esses recursos, por isso são tão importantes ainda hoje nas escolas. Do que podemos inferir que a música e, conseqüentemente, os aparelhos de som, vídeo cassete e outros, são importantes aliados tanto nas práticas pedagógicas, quanto nas práticas recreati-

vas dos ambientes escolares. Na pesquisa de Sebastião e Freire (2009) é possível observar que os aparelhos de som, cd's, fitas cassete, são utilizados como materiais nas aulas de educação física, para atividades como dramatização, dança e brincadeiras

Rodrigues *et al* (2020) acentua que muitos desses objetos, como por exemplo os aparelhos de som e toca-fitas, em um período de tempo relativamente curto, perderam sua função, especialmente pela introdução de outros considerados mais “modernos” e que acabaram agregando mais funções. Corroborando com o exposto, Rocha (2013) afirma que a escola tem incorporado recursos didáticos de forma sistemática — retroprojeto, tevê, videocassete etc. — sem que os seus usos tenham alterado a sua tradicional configuração. A convivência da escola com equipamentos eletroeletrônicos é antiga. Alguns ficaram tecnologicamente ultrapassados, mas continuam a fazer parte do acervo escolar. O videocassete já não é mais citado. No início da década passada o sistema baseado em fitas de vídeo VHS foi desbancado pelo DVD. O formato digital apresentava maior capacidade de armazenagem e facilidade operacional nas mudanças de faixa ao toque no controle remoto. Alguns DVDs podem ser gravados e regravados em computador, o que permite disponibilizar em classe uma grande quantidade de informações multimídia. Os aparelhos de DVD — substitutos dos videocassetes — são ainda usados para passar vídeos relacionados aos conteúdos curriculares.

Complementando o já exposto, acrescenta-se que todos esses equipamentos, cada qual com sua função, especificidade e período de uso teve e/ou tem importantes contribuições na área educacional e por isso estão presentes nas escola já faz algum tempo. De modo a resgatar um pouco destes equipamentos, que hoje são obsoletos para a maioria dos estudantes, mantemos no acervo do Museu um aparelho de som (com rádio, toca discos de vinil, toca fita cassete, CD), vários tipos de gravadores, walkman e um vídeo cassete.



8. TELEFONE

O telefone é um aparelho bastante utilizado na comunicação a longa distância, através do qual uma pessoa pode conversar quase que instantaneamente com alguém do outro lado do mundo. Assim como todos os demais equipamentos já apresentados, eles também tiveram uma evolução significativa ao longo do tempo.

Na página virtual da Escola Britannica (<https://escola.britannica.com.br/artigo/telefone/482652>) podemos encontrar apresentado, de forma resumida, os principais tipos de telefone, como destacado a seguir.

Alguns tipos de telefone se ligam uns aos outros por meio de fios. Outros, como os celulares, são conectados por ondas de rádio invisíveis que viajam pelo ar. O telefone tradicional, ou fixo, depende de fios para enviar o som. O aparelho é formado por um fone e por uma base, ligados entre si por um fio. O fone é a parte que a pessoa segura para fazer ou atender uma chamada. Uma extremidade do fone tem um microfone, junto ao qual a pessoa fala; a outra extremidade tem um pequeno alto-falante, pelo qual a pessoa escuta. A base fica conectada a uma corrente elétrica através de um fio. Quando a pessoa fala ao telefone, o microfone transforma o som da voz em um sinal elétrico, que em seguida sai da base através do fio. A partir daí, a forma como o sinal viaja varia. Ele pode permanecer na forma de corrente elétrica e ser enviado através de fios e cabos, ou, na forma de luz, viajar através de filamentos chamados fibras ópticas. O sinal pode ainda ser transformado em ondas de rádio e enviado pelo ar através de antenas e satélites. Quando o sinal chega ao telefone na outra ponta, o alto-falante o transforma de novo no som da voz.

O telefone sem fio usa tanto sinais elétricos quanto ondas de rádio. A base recebe a ligação como um sinal elétrico, da mesma forma que o telefone com fio. Em seguida, a base transforma esse sinal em ondas de rádio e, por meio de uma antena, envia as ondas ao fone através do ar. A antena do fone capta as ondas e as transforma em som.

Os telefones celulares funcionam em uma área muito mais ampla. Eles enviam e recebem ligações usando ondas de rádio. As empresas de telefonia celular dividem uma área — por exemplo, uma cidade — em seções chamadas células. Cada uma dessas células tem uma torre para receber e enviar ondas de rádio. Se a pessoa passa de uma célula para outra durante uma chamada, a ligação muda de uma torre para outra. Isso significa que um telefone celular pode funcionar em qualquer lugar onde haja torres da empresa à qual ele está vinculado. As redes de telefone celular podem se estender por um país inteiro. O telefone celular envia um sinal especial sempre que é ligado. Esse sinal permite que a rede saiba para onde deve direcionar as chamadas quando alguém liga para aquele telefone. Muitos celulares podem fazer outras coisas além de ligações telefônicas. A maioria é capaz de enviar mensagens de texto para outros celulares. Muitos servem para tirar fotos, gravar vídeos, tocar música, navegar na internet e trocar e-mails. Em alguns tipos, conhecidos como smartphones, é possível instalar programas de computador chamados aplicativos. Os aplicativos servem para ler, jogar, fazer compras, consultar mapas, dentre muitas outras tarefas. Por esse motivo, smartphones são considerados pequenos computadores portáteis.

Dando conhecimento de um pouco da história do telefone, nos referenciamos tanto a página da escola britannica (anteriormente citada), como também da toda matéria (<https://www.todamateria.com.br/historia-do-telefone/>). Assim reproduzimos de forma resumida essa história.

Não existe consenso em relação a quem foi o criador do telefone, mas Alexander Graham Bell, cientista norte-americano de origem escocesa, costuma ser considerado seu inventor. A invenção do telefone teria ocorrido de maneira acidental para aperfeiçoar as transmissões do telégrafo, que possui conceitos estruturais muito semelhantes. Ao telégrafo, contudo, era possível a transmissão de apenas uma mensagem por vez. Tendo bons conhecimentos de música, Graham Bell percebeu a possibilidade de transmitir mais de uma mensagem ao longo do mesmo fio de uma só vez na concepção de “telégrafo múltiplo”. Outros tentaram, mas foi o norte-americano quem conseguiu esse progresso e utilizou a eletricidade para conduzir a voz humana. As experiências foram apoiadas por um auxiliar, Thomas Watson, o primeiro a ouvir uma voz humana pelo dispositivo denominado telefone em junho de 1875.

Em 1876, ele transmitiu as primeiras palavras por telefone. Mais tarde, naquele mesmo ano, Bell fez a primeira ligação a longa distância, conversando com seu assistente, que estava a uma distância de 3,2 quilômetros. No ano seguinte, Graham Bell fundou a Companhia Telefônica Bell que tornou-se posteriormente a American Telephone & Telegraph, a maior companhia telefônica do mundo. Foi ele quem registrou a primeira patente de invenção em março de 1876, horas antes de outro estudioso, Elisha Gray. O registro deu início a uma das mais longas batalhas judiciais por patentes da história. Houve resposta ao Tribunal dos EUA a pelo menos 600 ações movidas por Gray reivindicando a invenção. No entanto, Bell ganhou todas.

A primeira linha telefônica instalada no Brasil foi concretizada por ordem o imperador Dom Pedro II em 1877. A linha interligava o Palácio da Quinta da Boa Vista às casas ministeriais. A empresa responsável pelo trabalho era a Western na Brazilian Telegraph.

Quase 20 anos depois da invenção de Graham Bell, Landell de Moura realiza a primeira transmissão de voz em telefonia sem fio.

Em 1915, as pessoas já podiam fazer telefonemas por todo o território dos Estados Unidos. O serviço telefônico através do oceano Atlântico começou em 1927.

Em 1950 foi desenvolvido o modelo clássico de telefone, onde girava-se um anel para discar o número desejado. Até hoje, algumas residências contam com esse aparelho, seja para fazer ligações, ou como aspecto decorativo.

Já em 1970 surgem os telefones fixos com botões para fazer as ligações. Embora seja um modelo antigo, ainda é muito utilizado até hoje, tanto no ambiente doméstico, como em ambientes comerciais.

Os primeiros celulares apareceram no final dos anos 1970. Por volta da mesma época, os avanços na eletrônica tornaram os telefones úteis para outras funções além de falar. Os aparelhos de fax se popularizaram no final da década de 1970, utilizando

os fios de telefone para enviar palavras e imagens. Depois, os computadores passaram a se conectar à internet por meio das linhas telefônicas. No início do século XXI, com a popularização dos smartphones, muitos lares vêm deixando de ter telefone fixo.

Em 1978 no Japão foi ativada a telefonia móvel de celular. No Brasil, 20 anos depois, em 1998, aconteceu a ativação dos primeiros celulares em São Paulo. Hoje em dia, os telefones móveis são objetos indispensáveis na vida do homem moderno.

Importante destacar que o telefone, antes da existência do celular, nas escolas era utilizado apenas nas secretarias e com acesso restrito, com objetivo de dar vazão as atividades administrativas e para estreitar a relação entre os responsáveis pelos alunos e a instituição de ensino, quando necessário.

Ferreira (2009) destaca que a utilização do celular pelos jovens em contextos informais inclui múltiplas práticas digitais, como a gestão de múltiplas fontes de informação, o manuseamento de diversos tipos de mídia e o funcionamento colaborativo em rede. A utilização, como recurso educativo, de uma tecnologia propriedade dos jovens, altamente personalizada e utilizada intensivamente em contextos informais, potencializa a ligação entre contextos de aprendizagem informais e formais. No entanto, a escola permanece como um dos únicos contextos da vida dos jovens onde o celular é, quase sempre, proibido de ser utilizado. A expressiva e forte relação dos jovens com os celulares não foi bem recebida pelas escolas por ser percebida como potencialmente disruptiva dos sistemas de aprendizagem formal. A divulgação de receios, relacionados com os efeitos da sua utilização na saúde, contribuiu para fortalecer as resistências à sua utilização em contexto escolar. Embora a grande maioria das escolas, a nível europeu, proíba a utilização dos celulares nas salas de aula, é cada vez mais evidente que os jovens os utilizam de forma dissimulada e subversiva. Estudos realizados em contextos de aprendizagem formal indicam que a atração que os celulares exercem sobre os jovens pode ser utilizada para aumentar a motivação em contexto escolar. Não vamos aqui adentrar no mérito desta temática, apenas utilizamos esse contexto para confirmar a evolução que os telefones tiveram e como a ampliação de seu uso influencia atualmente no contexto escolar. Ou seja, passou de um equipamento restrito a vários equipamentos disponíveis na palma da mão de quase todos os alunos.

Muitos dos usuários dessas tecnologias hoje não tem sequer noção de como eram os telefones na década de 1950, tampouco do caminho evolutivo dessa tecnologia e das dificuldades de acesso que eram impostas pelos altos custos das “linhas telefônicas”. Assim sendo, apresentamos em nosso acervo um telefone bem característico de uma época remota, através do qual podemos explorar essas questões como nossos visitantes e aprimorar esse equipamento em sua cultura material escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Shirley Correia. A utilização da música como ferramenta no ensino-aprendizagem. Construir notícias. **O valor do conhecimento**. Edição nº 53. Ano 09. 2010. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/a-utilizacao-da-musica-como-ferramenta-no-ensino-aprendizagem/>. Acesso em 27 set. 2021.

ARMELIN JÚNIOR, Vivaldo. Uso de projetor de *slides*, retroprojetor e episcópio. **Arte Educar**, 2004. Disponível em: <https://silo.tips/download/curso-uso-do-projetor-de-slides>. Acesso em 05 set. 2021.

ARUME, Igor; BARROS, Helena de. Do mimeógrafo à risografia: desvendando o funcionamento dos duplicadores a estêncil. SPGD 2020. **6º Simpósio de Pós-Graduação em Design da ESDI**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/45421406/Do_mime%C3%B3grafo_%C3%A0_risografia_desvendando_o_funcionamento_dos_duplicadores_a_est%C3%A0ncil. Acesso em 10 set. 2021.

AUDIOPRIME. **Evolução dos Aparelhos de Som**. 2020. Disponível em: <https://blog.audioprime.com.br/2020/09/24/evolucao-dos-aparelhos-de-som/>. Acesso em 25 set. 2019.

BRUZZI, Demerval Guillarducci. Uso da tecnologia na educação, da história à realidade atual. **Polyphonia**, v. 27/1, jan./ jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/download/42325/21309/0>. Acesso em 18 set. 2021.

CÂMARA, Brunno. **Um breve histórico sobre o Microscópio**. 2013. Disponível em: <https://www.biomedicinapadiao.com.br/2013/05/um-breve-historico-sobre-o-microscopio.html>. Acesso em 27 set. 2021.

CAMPOS, Joseane Gomes. **Políticas Públicas de Educação. Condições de Trabalho do Professor: os reflexos do uso do mimeógrafo no dia-a-dia dos professores e dos alunos da rede estadual paulista – ensino fundamental I**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. São Paulo. 2009. 136f. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2009/joseane_gomes_campos.pdf. Acesso em 15 set. 2021.

COELHO, Pedro. **História da calculadora**. 2012. Disponível em: <https://www.engquimicasantosp.com.br/2012/09/historia-da-calculadora.html>. Acesso em 26 set. 2021.

DUARTE, Henrique. **Players de música têm mais de um século de história; veja evolução**. 2014. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/players-de-musica-tem-mais-de-um-seculo-de-historia-veja-evolucao.html>. Acesso em 27 set. 2021.

ESCOLA BRITANNICA. **Telefone**. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/telefone/482652>. Acesso em: 26 set. 2021.

FERNANDES, Cecília. **Máquina de escrever – História e modelos desse instrumento mecânico**. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/maquina-de-escrever-historia-curiosidades/>. Aces-

so em 12 set. 2021.

FERREIRA, Breno. **História da Máquina de Escrever**. 2013. Disponível em: <https://www.oficinadana-net.com.br/post/11116-maquina-de-escrever>. Acesso em 16 set. 2021.

FERREIRA, Eduarda. Jovens, **Telemóveis e Escola**. Dissertação de Mestrado. Gestão de Sistemas de e-Learning. Lisboa – Portugal. 2009. 88f. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/3368>. Acesso em 28 set. 2021.

GOMES, José Ferreira. A **tecnologia na sala de aula. Novas tecnologias e educação...** Porto: Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 17-44. 2014. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13290.pdf>. Acesso em 27 set. 2021.

KASVI. **Microscopia: A história e evolução dos microscópios**. 2019. Disponível em: <https://kasvi.com.br/microscopio-microscopia-historia-evolucao/>. Acesso em 27 set. 2021.

MANDELLI, Mariana. Escolas estimulam brincar em área aberta. **O Estado de São Paulo**, 2011, Vida, p. A20. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/355187/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 set. 2021.

MARQUES, Mirian Ramos. **Cultura Material Escolar, Patrimônio e Tecnologias: os objetos de ensino do Ginásio São José da Lapa – Paraná (1949-1981)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias. Centro Universitário Internacional – UNINTER. Curitiba – PR, 2016. 114f. Disponível em <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/69/MIRIAN-RAMOS-MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 set. 2021.

MARQUI, Fernanda Petrancini; MACHADO, Marion Haruko, FERREIRA, Letícia Vieira; ROCHA, Mariana Yolanda de Castro; ROCHA, Igor Fernandes; GIANOTTO, Dulcineia Ester Pagani; INADA, Paulo; LUZ, Marcos Rogério Busso. **Microscopia: Aproximando a Prática da Teoria**. 2019. Disponível em: <http://www.eaex.uem.br/eaex2019/anais/artigos/227.pdf>. Acesso em 25 set. 2021.

NEGRESIOLO, Letícia. **Como o mimeógrafo influenciou movimentos culturais**. 2016. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Caminhos-para-o-futuro/Desenvolvimento/noticia/2016/08/ha-140-anos-thomas-edison-recebia-patente-do-mimeografo.html>. Acesso em 12 set. 2021.

NEVES, Angela Balzano; ZAMPERETTI, Maristani Polidori. Artes Visuais, Tecnologia e Educação: experiências pedagógicas com o retroprojeto na sala de aula. **Momento**, Rio Grande, 19 (2): 9-22, 2010. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/momento/article/view/1421/1108>. Acesso em 20 set. 2021.

OLIVEIRA, Edvaldo Fialho de. **A Calculadora como Ferramenta de Aprendizagem**. Trabalho de Graduação. Licenciatura em Matemática. Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista – UNESP. 2011. 53f. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120264/oliveira%20_ef_tcc_guara.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 set. 2021.

OLIVEIRA, Flaviana Alves de; GOMES, Maria Margarida Pereira de Lima. O Microscópio como Obje-

to Escolar da Disciplina Biologia no Colégio Pedro II (1960-1970). **Ciência & Educação**, Bauru, v. 26, e20066, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/39Ld8FSRBMtBKPXkZW6MyjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 26 set. 2021.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; LIMA, Daniella de Jesus; CONCEIÇÃO, Sheilla Silva. Do Quadro Negro à Lousa Digital Interativa: ressonâncias de uma tecnologia educacional. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/1704/180>. Acesso em 02 set. 2021

OLIVEIRA, Mário André de. **Proposta de Atividades com a Calculadora no Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Matemática – Centro de Ciências e Tecnologia – Universidade Federal de Campinha Grande – UFCG. Campina Grande – PB. 2013. 47f. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/3408/1/M%C3%81RIO%20ANDR%C3%89%20DE%20OLIVEIRA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PROFMAT%202013..pdf>. Acesso em 25 set. 2021.

PUNTES, Roberto Valdés. **Tecnologias de informação e comunicação no ensino de Matemática**. Licenciatura em Matemática. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25245/1/Tecnologias%20de%20informacao%20e%20comunicacao.pdf>. Acesso em 10 set. 2021.

RADIOAGENCIA. **Saiba como foi inventada a máquina de escrever**. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/07/saiba-como-foi-inventada-maquina-de-escrever>. Acesso em 12 set. 2021.

ROCHA, Ubiratan. Escola, História e Tecnologias Digitais. **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Nacional**. ANPUH, Natal. 2013. Disponível em http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371263418_ARQUIVO_Escola,HistoriaetecnologiasdigitaisANPUHNATAL2013.pdf. Acesso em 23 set. 2021.

RODRIGUES, Ana Paula da Silva; CASAGRANDE JUNIOR, Eloy Fassi; SILVA, Maclovio Corrêa; ZAGO, Marcia Regina Rodrigues da Silva. Tecnologia e Educação: um estudo de caso dos objetos escolares na cultura material da escola dos anos iniciais do ensino fundamental no século XXI. **Diversa**. Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos, v. 13, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/download/69828/41486>. Acesso em 15 de set. 2021.

SANTO, Sandra Aparecida Cruz do Espírito; MOURA, Giovana Cristina de; SILVA, Joelma Tavares da. O uso da tecnologia na educação: Perspectivas e entraves. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 01, Vol. 04, pp. 31-45. Janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/uso-da-tecnologia>. Acesso em 26 set. 2021.

SEBASTIÃO, Luciane Lima; FREIRE, Elisabete dos Santos. A Utilização de Recursos Materiais Alternativos nas Aulas de Educação Física: Um Estudo de Caso. **Pensar a Prática**, v. 12 n. 3. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/6766/5982>. Acesso em 20 set. 2021.

SILVA, Bárbara Brooklyn Timóteo Nascimento; SANTOS, Hilda Michelly de Paiva; SILVA, Pablo Henrique Rodrigues da; ELIAS, Laise de Souza; MACIEL, Gyl Everson de Souza; NERI, Herlane Cristina; MAIA, Carina Scanoni. Recursos Audiovisuais disponíveis em Escolas da Rede Municipal da Cidade do Recife. **XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (JEPEX 2013)**, UFRPE: Recife. 2013. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R0530-3.pdf>. Acesso em 27 set. 2021.

SINHORI, Sérgio Renato. **Tributo às velhas máquinas de escrever**. 2014 Disponível em: <https://memorial.mppr.mp.br/pagina-121.html>. Acesso em 10 set. 2021.

TODA MATÉRIA. Diana, Daniela. **História do Telefone**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-do-telefone/>. Acesso em: 27 set. 2021

UOL. Aventuras na história. **Alguém se lembra do mimeógrafo?** Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/mimeografo-historia.phtml>. Acesso em 20 set. 2021.

VIDAL, Eloisa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Tecnologias na Educação. Introdução à Educação a Distância**. Disponível em: http://www.uece.br/ppgcc/wp-content/uploads/sites/58/2012/04/texto_2_tecnologias_na_educacao.pdf. Acesso em 22 set. 2021.

3.3. Coleção de Quadros de Formatura – *Academia de Comércio de Santa Catarina*

Nas paredes de duas salas do Museu da Escola Catarinense, é possível vislumbrarmos uma tradição perdida com os anos: os quadros/painéis de formatura. No ano de 2005, recebemos todo um acervo documental da extinta Academia do Comércio, além dos painéis de formatura, que foram doados ao MESC pela Secretaria de Educação (SED). Foram recebidos 13 painéis (quadros de formatura), produzidos com madeira laminada, cujo teor já foi contemplado em livro denominado *Painéis de formatura do acervo do Museu da Escola Catarinense: patrimônio histórico cultural do estado* (MAKOWIECKY, GOUDARD e HENICKA, 2019). Nesse livro você encontrará toda a documentação dessa coleção. No livro acima citado, apresenta-se um breve histórico da Academia do Comércio e dos painéis de formatura. São abordados aspectos relevantes destes painéis e sua utilização nas décadas de 1940 e 1950 e os símbolos que os compõe, bem como informações importantes dentro do panorama histórico das personalidades catarinenses que configuram os formandos destes painéis. Também é apresentado o processo utilizado para recuperação dos painéis, com um arquivo fotográfico significativo com imagens de como estavam e como se encontram atualmente.

1. SÍNTESE SOBRE A COLEÇÃO

Como sabemos, no século passado era costume que cada turma, depois de formada, deixasse de recordação para a instituição um quadro com fotografias dos alunos, mestres e homenageados. Atualmente são produzidos apenas os álbuns de formatura. Werle (2006) nos leva a refletir quando afirma que diferentemente de um quadro de formatura, o álbum é uma produção em série que perde um pouco da importância e do poder simbólico: eles são documentos que representam a turma e a festividade da formatura, mas marcam o início do processo da passagem da memória da formatura para o âmbito privado, da história institucional para a memória pessoal. Desta forma, mostrar os quadros de formatura e sua magnitude nos remete a recorrer a história e a pesquisa da importância deste legado para as futuras gerações.

Os quadros de formatura são importantes registros históricos de nossas escolas que quase desapareceram. No passado, eram verdadeiras relíquias, feitos por artesãos reconhecidos, peças que enobreciam escolas e faziam parte da história dos formandos.



Sala de Acervo . Coleção de poltronas dos móveis Cimo do miniauditório e coleção de quadros de formatura da Academia de Comércio de Santa Catarina. Fonte: Acervo MESC.

Segundo Werle (2006), os quadros de formatura são monumentos que comemoram a conclusão do curso, perpetuam a memória do acontecimento e do grupo, são uma forma específica do mesmo grupo estar e apropriar-se da instituição escolar — dimensão pessoal/grupal de sucesso —, proclamam a presença institucional na memória coletiva e o sucesso da escola no alcance de seus objetivos e missão pedagógica —, dimensão institucional de sucesso. Apresentam um significado social afirmativo para a escola e para o grupo de alunos formados.

Até os colégios tinham e preservavam os quadros de formatura. Além de contribuição histórica como registro de alunos, são peças de artesanato primorosa. Analisando as reportagens sobre este tema, pode-se afirmar que estes quadros eram viabilizados com satisfação e carinho pelos formandos, os quais presenteavam a instituição, e esta por sua vez, os mantinha expostos (alguns nas paredes da instituição, outros eram produzidos com pedestais para serem apoiados no chão, com peso e dimensões significativas). Ainda não encontramos registros sobre a confecção destes quadros do acervo do MESC. Se era um artesão individual que os fazia, se era uma empresa contratada, pois existiam empresas que realizavam este trabalho, nem mesmo sabemos se eram feitos em Santa Catarina. Mistos de álbum fotográfico e artesanato, os quadros de formatura podem ser analisados sob diversas perspectivas. Uma delas trata de objetos pertencentes ao acervo da cultura material escolar, na concepção proposta por Souza (2007), que permite compreender esses objetos como documentos de investigação histórica, que possibilitam tanto a análise de sua materialidade quanto das relações intrínsecas provocadas pelos usos, por suas compreensões, pelo registro da história. De acordo com Souza (2007, p. 170), a cultura material escolar é composta por:

[...] artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social. (SOUZA, 2007, p. 170)

Dessa forma, os quadros de formatura da Academia do Comércio de Santa Catarina podem ser entendidos como objetos componentes da cultura material do lugar, os quais guardam em sua materialidade a capacidade de perenizar rituais, saberes e práticas na passagem do tempo e fornecem elementos para o estudo e compreensão da sociedade da época.

Alguns destes quadros de formatura eram mais simples, com moldura, fotografias e desenhos. Outros, extremamente elaborados, como os do acervo do Museu, confeccionados em madeira maciça, de grandes proporções. Pode-se dizer que se constituem em artísticos quadros de formatura, dada a riqueza de detalhes entalhados na madeira e significados que transmitem. Em sua maioria continham imagens dos formandos, professores, patronos, paraninfos, apresentados com suas respectivas foto-



Sala de Acervo. Coleção de carteiras escolares e coleção “Tire sua foto aqui” e dois quadros de Quadros de formatura - Academia de Comércio de Santa Catarina Fonte: Acervo MESC.

grafias e devidamente identificados (com seus nomes abaixo da fotografia).

Os quadros de formatura são magníficas representações da história institucional e do seu projeto educacional no tempo e no espaço. Esta afirmativa apresentada pelos autores da página pátria mineira¹ nos leva a pensar mais ainda na função da exposição destes quadros hoje no acervo do MESC, procurando manter viva a história institucional da Academia do Comércio e da educação superior no Estado de Santa Catarina.

Em texto muito elucidativo de Werle (2006), denominado: *Ancorando quadros de formatura na história institucional*, podemos ampliar o conhecimento sobre estes objetos. A autora se refere a quadros mais simples e também aos painéis mais complexos, como os do MESC.

Iremos nos deter nestes, utilizando as descrições do texto. Diz a autora, que os quadros de formatura não são apenas fotografias de um conjunto de formandos, mas fotografias de um grupo de alunas (os), concluintes de um curso, identificados individualmente, organizados numa totalidade, — o quadro — referidas ao momento histórico e às propostas da escola, tendo como finalidade colocar-se como conjunto articulado, em exposição, nas dependências da escola. As fotografias em suas pro-

¹ Disponível em <<http://www.patriamineira.com.br>>. Acesso em 22 out.2019

priedades — papel plano, em preto e branco — nas quais as pessoas fotografadas — alunos, homenageados, paraninfo — são representados em face e busto, homogeneizados pela iluminação, dimensão, formato — geralmente ovais — pela vestimenta e pela posição, são articuladas, superando a redução aos indivíduos representados em cada uma delas isoladamente, rearticuladas num todo: o quadro de formatura. Tais quadros (início do século XX) são peças grandes — alguns com dois metros de altura —, agregando fotografias sustentadas em madeira pintada ou esculpida em relevo. Quando feitos de variados tipos de madeira, exploram, esteticamente, texturas e tons de espécies diferentes. Não apenas esculturas, mas dizeres compõem a estética dos quadros de formatura.

Os elementos escritos são identificadores da instituição escolar, da cidade em que a escola se situa, do ano de conclusão, e sempre trazem o nome completo dos alunos, alguns mencionam a cidade de origem, bem como dos professores homenageados e paraninfo, ancorando as imagens no social, no institucional, no tempo e no espaço. Os quadros de formatura dão visibilidade às pessoas que passaram pela escola e ao acontecimento de sua formatura, adornam os corredores da escola e são uma peça apreciável, digna de ser guardada. Eles são um objeto cultural que tem uma intenção determinada: celebrar um fato notável, não cotidiano — a conclusão de um curso, festejado como uma solenidade — a formatura marcada com vestes não usuais, postura estudada —, importante de ser lembrada.

Os quadros de formatura hierarquizam. Alunos são homogeneizados em roupas, cabelos e poses, bem como na regularidade com que as fotos são distribuídas no conjunto do quadro. Em separado, e em fotos de maiores dimensões do que as dos alunos, estão homenageados e paraninfo, figuras ilustres, por isto, maiores, distintas e articuladas, como grupo, em espaço diferente do de alunos. De modo geral não há mulheres paraninfando turmas de formandos. Ou seja, o lugar de patrono ou protetor de turma, na época, era geralmente reservado a homens, enfatizando, portanto, uma tradição do início do século XX e que perdurou, ao menos no âmbito deste estudo, do ano de 1938 até o último quadro de formatura, no ano de 1950. Os quadros de formatura, na época em que foram construídos eram expostos em salas de visitas, em salões reservados para solenidades, em corredores.

No MESC encontram-se 10 quadros na sala Euterpe, constituindo parte do acervo museológico, em uma ideia de imersão, derivado do latim *immersio*, sinônimo de mergulho, que significa possibilitar a introdução dos visitantes do Museu num determinado ambiente, seja este real ou imaginário. Dois outros quadros estão na sala ao lado. Tais quadros e sua exposição pública explicitam redes de relacionamento pessoal e a importância institucional.

Convém destacar que falta-nos apresentar dados concretos a partir da aná-



Professores homenageados. Paineis Contadores 1947.

lise dos quadros. Este texto busca evidenciar uma reflexão sobre o potencial informativo dos quadros, mas não avança em relação à leitura dessas obras.

2. OS QUADROS DE FORMATURA DA EXTINTA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

Em duas salas, encontramos expostos, em destaque, os 13 (treze) quadros de formatura da extinta Academia de Comércio de Santa Catarina. A tradição dos painéis de formatura pode ser analisada sob diversas perspectivas. Uma delas, possível e afeita ao plano museológico do MESC, os trata como objetos pertencentes ao acervo da cultura material escolar. Alguns destes quadros de formatura eram mais simples, com molduras, fotografias e desenhos. Já outros, extremamente elaborados, eram feitos em madeira maciça e em grandes proporções. A análise desses artefatos, onde predominam imagens fotográficas, os concebe como suportes de marcas que podem revelar nuances do investimento político, institucional e pessoal engendrados pela efervescência da construção social de necessidades e crenças na formação através da educação. Tais quadros e sua exposição pública explicitam redes de relacionamento pessoal e a importância institucional.

Os quadros que retratavam os alunos da Escola Normal e Instituto Dias Velho se perderam no tempo, mas nesta sala são apresentados outros quadros contemporâneos àqueles, que pertenceram à extinta Academia de Comércio de Santa Catarina que foram doados ao MESC em 2005. Com a guarda do material, a equipe técnica do MESC realizou entre os anos 2004 e 2008 pesquisas e sistematização visando a recomposição técnica, executada posteriormente por Cassiano Reinaldin e por Dario Luciano de Aguiar e Emília Aguiar, entre os anos de 2015, 2016 e 2017.



Painel 1938 – Contadores
Recuperação: Cassiano Reinaldin
Suporte original



Painel 1939 – Contadores
Recuperação: Cassiano Reinaldin
Suporte secundário original



Painel 1940 – Contadores
Recuperação: Dario Luciano de Aguiar
e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1941 – Contadores
Recuperação: Dario Luciano de Aguiar
e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1942 – Contadores
Recuperação: Cassiano Reinaldin
Suporte secundário novo



Painel 1943– Contadores
Recuperação: Cassiano Reinaldin
Suporte secundário original



Painel 1944 – Contadores
Recuperação: Dario Luciano de Aguiar
e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1945 – Administração e Finanças
Recuperação: Dario Luciano de Aguiar
e Emília Aguiar.
Suporte secundário novo



Painel 1945 – Contadores
Recuperação: Cassiano Reinaldin,
Dario Luciano de Aguiar e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1946 – Contadorandos
Recuperação: Dario Luciano de Aguiar e
Emília Aguiar Suporte secundário novo



Painel 1947 – Contadores
Recuperação: Dario Luciano de
Aguiar e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1949 – Contadores
Recuperação: Dario Luciano de
Aguiar e Emília Aguiar
Suporte secundário novo



Painel 1950 – Contadorandos
 Recuperação: Dario Luciano de Aguiar e Emília Aguiar
 Suporte secundário novo



Detalhes dos quadros: Caduceu, Roda dentada, Tábua da lei com os 10 mandamentos

Hoje contamos com 13 (treze) painéis que conseguimos recuperar, bem como fotografias que constituem um registro importantíssimo da memória dos catarinenses ilustres que tiveram sua formação escolar na Academia do Comércio.

Em três painéis (1938, 1939 e 1943), os suportes secundários originais foram mantidos, bem como os ornamentos originais. Em outros nove, a saber — 1940, 1941, 1942, 1944, 1945, 1945 (Adm. e finanças), 1947, 1949, 1950 — os suportes originais foram descartados e foram criados novos suportes secundários, mantendo ornamentos originais, bem como reposição de ornamentos faltantes, através de recuperação cuidadosa e atenta aos detalhes, com o uso de chapas que reproduzem as características das madeiras da época de criação dos quadros de formatura. Dois dos painéis, a saber — 1946 e 1949 — estavam praticamente destruídos por insetos xilófagos e foram refeitos através de parcos registros fotográficos, mantendo e mesclando os ornamentos e letras originais e recuperadas, quando possível. Dos treze painéis recebidos, conseguimos recuperar os treze, sendo que dois estavam praticamente destruídos. Este trabalho constitui-se de grande envergadura e merece ser admirado.

3. SÍMBOLOS UTILIZADOS NOS PAINÉIS DA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

Observamos pelo texto de Werle (2006) que era muito comum a decoração dos quadros/painéis com esculturas que lembram instrumentos de estudo e leitura como mapa *mundi*, mapa do Brasil, mapas dos estados, das cidades, esquadro, pergaminho, compasso, livros; elementos cívicos, bandeira dos estados e do Brasil, escudo nacional, pira da pátria, entre outros; e religiosos, imagem de santos, Nossa Senhora e Cristo, que podem ser considerados como instrumentos de afirmação de determinadas identidades.

Outros elementos comuns são os lemas, um preceito escrito, uma sentença. Os lemas dos quadros de formatura são breves afirmativas escritas em latim ou português. Um bastante significativo no painel de 1945 da academia do Comércio é: *Labor Omnia Vincit*, ou “O trabalho vence tudo”, fragmento de versos de Virgílio, os quais se tornaram proverbiais.

Outro elemento bastante presente é o *Caduceu de Mercúrio*, insígnia do deus do Comércio. O Caduceu é um bastão (poder, que no caso tem por objeto o patrimônio de quaisquer entidades), entrelaçado com duas serpentes (sabedoria, isto é, quando se deve estudar antes de agir, para escolher o caminho correto), tendo na parte superior duas pequenas asas (diligências, ou seja, a presteza, a solicitude, a dedicação e o cuidado no exercer da profissão) e um elmo alado (pensamentos elevados, uma peça de armadura antiga que cobria a cabeça, tem significado de proteção contra ações desonestas), o qual é um dos atributos do deus Mercúrio (Hermes), protetor do comércio, emblema da paz e prosperidade. Os livros, muito comuns, adequados para a nu-

trição do espírito e da mente. A roda da Fortuna, presente no painel de 1949, uma roda com seis raios, indica destino, reflexão, em que tudo acontece a seu tempo, fazendo lembrar da garantia de cumprimento de um destino, representado pela lei de causa e efeito e também pela lei da compensação. Fortuna quer dizer sorte, destino e não fortuna material.

No painel de 1945 (Administração e Finanças), encontramos uma cornucópia, antigo símbolo da abundância e que simboliza agricultura e comércio. Outro símbolo recorrente são as Tábuas da Lei com a legenda *LEX*, advindas da antiga tradição judaica, de que a lei foi entregue por Deus a Moisés em tábuas, contendo os Dez Mandamentos. No caso, mencionam 12 leis. Há cinco focos temáticos predominantes nos lemas dos quadros de formatura, conforme o caso: religião, ascese, sucesso, civismo e ciência.

O mapa do Brasil e símbolos da cidade de Florianópolis, como a Ponte Hercílio Luz também aparecem. Os lemas compunham, com as esculturas dos quadros, um contexto simbólico modelar para os(as) formandos(as), alinhados com as propostas formativas da instituição. Um lema inscrito num quadro de formatura, sempre exposto à vista, tem um impacto mais permanente, como que relembrando seu conteúdo constantemente. Ou seja, um lema como inspirador, impõe demonstração na vida prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz; HENICKA, Marli. **Painéis de formatura do acervo do Museu da Escola Catarinense: patrimônio histórico cultural do estado**. Florianópolis: Udesc, 2019. v. 1.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 152-178.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. Ancorando quadros de formatura na história institucional. In: **Reunião Anual da ANPED**, 28., 2005, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/28/textos/GT02/GT02-322-Int.rtf>. Acesso em: 26 jul. 2019.

3.4. Coleção de Quadros Miniatura de Formatura e Livros de Formatura

Um excelente texto para entender essas tradições é o de Flávia Obino Corrêa Werle (2005), chamado *Ancorando quadros de formatura na história institucional*. Dele se extrai os argumentos e a pesquisa. Não citaremos frase por frase, pois a construção textual aqui apresentada se refere a síntese do texto de Werle (2005).

Diz a autora que os quadros de formatura e os álbuns de fotografias podem ser discutidos como representações de momentos da história institucional e como *monumentos* que atestam seu projeto formativo: a conclusão do curso em sua solenidade de formatura.

A formatura é uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar institucionalizada. Como símbolos rituais os quadros de formatura situam-se numa abordagem de história da cultura de instituições escolares. A abordagem cultural das instituições escolares considera-as como coletividades sociais nas quais as pessoas desenvolvem padrões ritualizados de comunicação, são construções sociais únicas pelo partilhar de símbolos, significados, crenças e valores em comum. Tal perspectiva cultural identifica regras e convenções de condutas que formatam processos sociais, o que os torna inteligíveis para as pessoas que constituem a organização e para o mundo exterior. Uma formatura é um importante momento no funcionamento das instituições escolares, destacada referência por comprovar os atos pedagógicos de sucesso processados em seu interior. Ela é o momento final de um processo de formação, significando uma graduação, um avanço reconhecido publicamente na escala de escolaridade, que diferencia os que a obtiveram das demais pessoas e que, no caso de cursos de formação profissional, marca uma prerrogativa de trabalho.

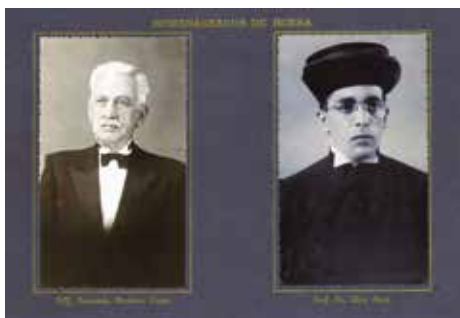
1. O PODER SIMBÓLICO DOS QUADROS DE FORMATURA

Os quadros têm maior poder simbólico do que as atas de registro de notas. As origens de cada aluno(a) são marcadamente enunciadas nos quadros pois cada um(uma) tem nele pronunciado seu nome completo e o lugar de onde é natural – proveniência local e social.

As atas não expõem para a escola e para a sociedade, com imponência e beleza a conclusão do curso, a envergadura do ato final de encerramento da formação



Álbum de fotografias de João Makowiecky, Faculdade de Ciências Econômicas, 1949, Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2316/livro_de_formatura_faculdade_de_ciencias_economicas.1949__baixa.pdf?>.



Homenagens de honra
Professores Fernando Machado Vieira e Vitor Lima.



Formandos João Makowiecky (orador)
e David Gomes Mendonça.



Ainda de João
Makowiecky, o quadro
de formatura pequeno,
Bacharel em Direito pela
Universidade Federal
de Santa Catarina,
1955, Florianópolis.

escolar e os testemunhos de autoridades e homenageados que presenciaram o evento de conclusão do curso, a notabilidade da pessoa escolhida como patrono, protetor ou paraninfo da turma. Tudo isso, entretanto, permanece articulado no quadro de formatura. Um diploma também atesta a conclusão de curso, mas é um documento eminentemente individual, bidimensional e sem a possibilidade de ser exposto na instituição escolar que o outorgou. Se exposto em quadro, não traz a vinculação ao grupo de colegas nem aos homenageados e paraninfo. Como um documento em papel tem dimensões muito mais reduzidas que o quadro de formatura, embora muitos diplomas tenham ornatos que lembrem os utilizados nos quadros de formatura (livro, *mapa mundi*, por exemplo) e o texto do diploma indique de onde o diplomado é natural, os quadros de formatura, ao contrário, configuram para a memória coletiva a formatura e seu contexto de participantes e papéis.

No Museu temos alguns exemplares doados pela família de João Makowiecky (pai de Sandra Makowiecky, coordenadora do Museu). Para ver um álbum completo, vá no link <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2316/livro_de_formatura_faculdade_de_ciencias_economicas.1949__baixa.pdf?>.

De quadros de formatura a álbuns de fotografia: dissociando o grupo de formandos da instituição, multiplicando o quadro agora transformado em álbum, para consumo privado, é o título do tópico em que a autora Werle (2005), aborda os álbuns de fotografias.

Os quadros de formatura foram tão marcantes que sua estrutura permaneceu nos primeiros álbuns de fotografias. Comparativamente, um álbum é uma redução se comparado a um quadro de formatura, apresentando, como vantagem, a acessibilidade não considerada de um ponto de vista institucional, mas privado, bem como pela mobilidade. É uma redução na dimensão, na característica de exposição e no significado de memória escolar. Se os quadros eram a memória institucional exposta nas paredes da escola, quase um relatório anual do cumprimento do papel social da escola, os álbuns, pelo menos os primeiros, afiguram-se como a memória da escola espalhada com as pessoas.

O álbum equivalia, em imagens a um quadro de formatura, mas cada formanda/o poderia levar o seu para casa e vê-lo, lembrando a formatura e as colegas, sem se deslocar para a escola, como teria que ser feito no caso do quadro de formatura.

A produção em série desqualificava a reprodução que perdia em imponência e poder simbólico. Os primeiros álbuns de fotografia de formatura eram documentos que representavam a turma e a festividade da formatura mas demarcaram o início de um processo definitivo de descaracterização de ruptura da pertença do grupo de diplomados em relação à escola. Os álbuns inauguram a passagem das memórias de formatura para o âmbito do privado. É como se as lembranças daquele momento deixassem de ser possuídas pelas escolas, que mesmo tendo diplomado as alunas, na



Em 1966, Patrono da turma de Economistas da Universidade Federal de Santa Catarina. Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1964, foi homenagem de turma de Economistas da Universidade Federal de Santa Catarina. Faculdade de Ciências Econômicas.



Painel de formatura de Contadores do ano de 1945, em fotografia do acervo da família de João Makowiecky.

forma de quadro as mantinha sob seu teto, passando, quando álbum, do âmbito da história da instituição escolar para o âmbito das memórias pessoais.

Acrescento ainda que João Makowiecky está presente no Painel de formatura de Contadores do ano de 1945, quando se diplomou Técnico em Contabilidade, pela extinta academia de Comércio em 1945 e que guardou igualmente uma fotografia do painel como lembrança.

O fato de guardar esses painéis de formatura mostra o apreço aos estudos e valor dado à formação recebida. No ensino superior do nosso Estado, teve papel de destaque. Formou-se como Técnico em Contabilidade, pela extinta academia de Comércio em 1945. Tornou-se bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de SC, em 17.12.1949, sendo o orador na turma. Especialista nas áreas das ciências contábeis e econômicas, foi Presidente do conselho regional de contabilidade de SC em 1955. Se formou Bacharel em Direito pela UFSC. Em 18.8.1959, foi nomeado para o cargo de consultor jurídico do Ministério Público. O primeiro curso superior de Ciências Contábeis em Santa Catarina, teve seu embrião em 1963, no Departamento de Contabilidade da Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC, com a participação dos professores Luiz Eugênio Beirão, Hylton Gouveia Lins, Gustavo Zimmer, Oscar Pereira, João Ferrari Dias e João Makowiecky. A primeira turma colou grau em 1966. Em 1964, João Makowiecky tornou-se Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC. Para exercer o cargo de diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC, licenciou-se sem vencimentos, do cargo que exercia no Ministério Público, por ato governamental publicado em 15.09.1964. Integrou o grupo de docentes pioneiros na consolidação da nossa Universidade Federal de Santa Catarina. Dirigiu, por diversos mandatos, a então Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC, a qual funcionou, até 1970, na Rua Almirante Alvim, no 19. Fez parte de Conselhos Superiores e Comissões Especiais, dentre as quais as que viabilizaram a implantação do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani S. Thiago e o Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, na Trindade. Em sua atuação docente, auxiliou na formação de profissionais técnicos de contabilidade, economia, ciências contábeis e administração e direito. Na área acadêmica/jurídica, não encontramos textos a respeito da profissão, da academia, do direito e outros. Era um profissional do mundo de ordem prática. Tanto que sua atuação na Universidade foi maior na disciplina do final de curso, que está ligada ao Núcleo de Práticas Jurídicas. Assim, sua carreira esteve mais ligada à atuação prática. Aliado a este fato, naquela época, no caso dele, a pós-graduação era algo muito distante. Soma-se que sempre esteve em cargos administrativos na Universidade.

Na comemoração dos 50 anos da UFSC, no ano de 2010, foram lembrados e homenageados, os três sub-reitores que deram significativa contribuição à consolidação da UFSC: professores Aníbal Nunes Pires, João Makowiecky e Samuel Fonseca.



Outros exemplares do acervo do MESC.

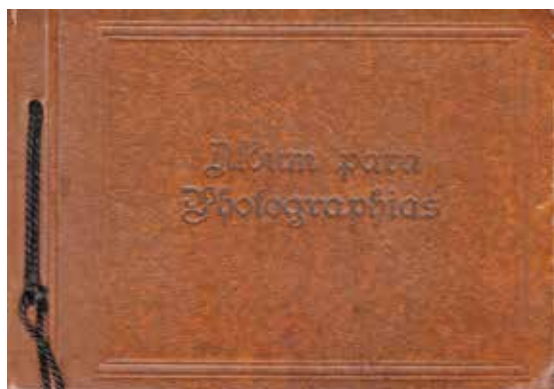
Na ocasião, foram também lembrados e homenageados, o professor Jorge Seara Polidoro, o vice-reitor, Roberto Mündell Lacerda, e o professor Ernani Bayer, colaboradores diretos daquele que foi o primeiro reitor da UFSC, João David Ferreira Lima. Todos esses dados foram colocados pois dão a dimensão dessa expressiva doação recebida destes objetos tão importantes para a família.

João Makowiecky (1924- 2006).

A vida do homem só se justifica quando deixa de ser uma constante disputa, para se constituir no objetivo de um encontro consigo mesmo. Me considero um homem realizado, não pelas vitórias que aconteceram naturalmente, mas sim, e somente, porque encontrei na caminhada a verdadeira razão de minha passagem pela vida. Sou um homem feliz. Os bens materiais que se acoplaram à minha vida, foram consequências de meu trabalho, sem, no entanto, constituir o objetivo maior da minha existência. João Makowiecky

2. OUTROS EXEMPLARS DO ACERVO DO MESC

Também temos o arquivo digital de um álbum de normalista. As colegas assinavam entre si suas fotografias, como lembrança.



Outra coleção de fotografias em acervo digital é a Coleção Maria Carolina Gallotti Kehrig, com fotografias de sua vida escolar de Normalista.









Acima, Antonieta de Barros em 1947, com a turma do 3º ano de normalistas e, ao lado, Antonieta de Barros em fotografia de 1938.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria Teresa S. Centelha de Idealismo: ser professora nos discursos de formatura do Curso Normal. IN: SCHEIBE, Leda, DAROS, Maria das Dores (org.) **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. pp. 71-91.

NASCIMENTO, Carla D' Lourdes do, DANIEL, Leziany Silveira. Instituto de Educação de Florianópolis e os Intelectuais Catarinenses na década de 40. IN: SCHEIBE, Leda e DAROS, Maria das Dores (org.) **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002. pp. 53-70.

WERLE, Flávia O C. História das instituições escolares: de que se fala? IN: LOMBARDI, José Claudinei, NASCIMENTO, Maria Isabel (org). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. pp. 13-35.

WERLE, Flavia Obino Corrêa. **Ancorando quadros de formatura na história institucional**. In: **Reunião anual da ANPED**, 28, 2005, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPED, 2006. Disponível em:<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt-02-322-int_ok.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

3.5. Coleção de *Móveis Cimo*

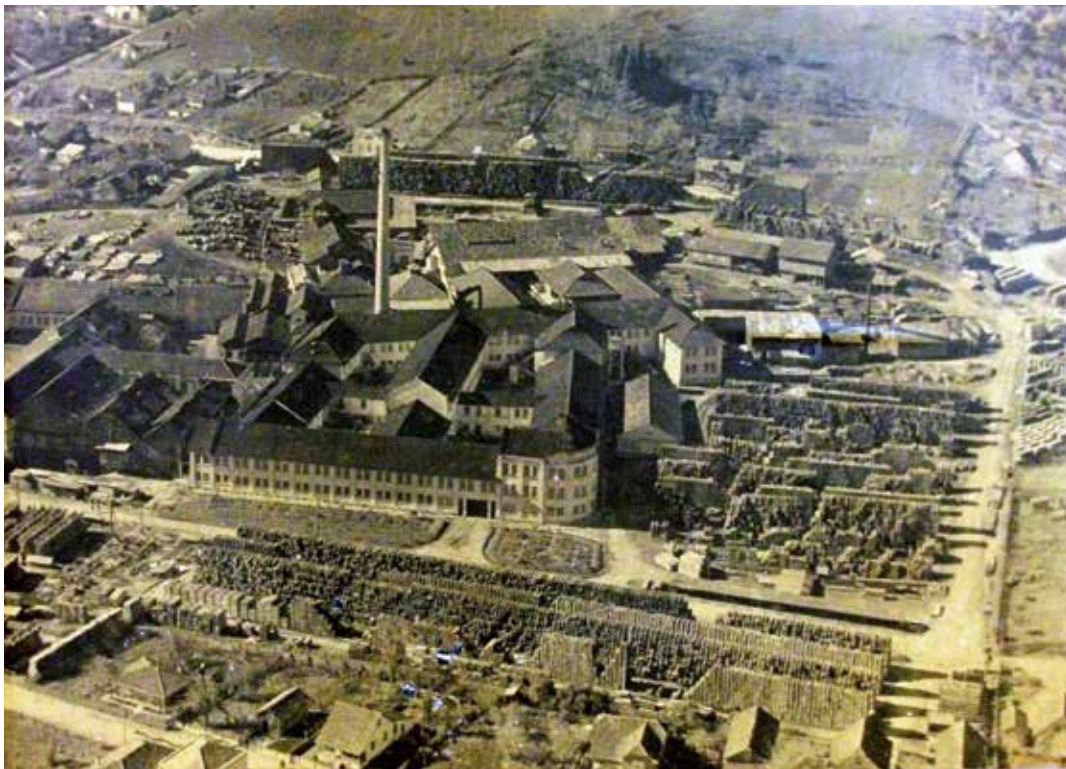
Quem já passou dos 40 anos certamente vai lembrar daquelas carteiras de madeira do colégio. E também lembrará das poltronas de madeira dos cinemas, do banco das repartições públicas, da cadeira da casa da vovó e de muitos outros clássicos do mobiliário brasileiro. O que eles têm em comum? Possivelmente, todos foram concebidos pela CIMO, uma vez que os produtos desta empresa dominaram durante anos o mercado nacional de móveis para instalações comerciais e institucionais, com repercussão em diversos países da América Latina.

Conforme destaca o *designer* industrial da Desmobília (loja de móveis em Curitiba), João Livoti, “Quando você acha que conhece todos os modelos, sempre aparece mais um”. Assim, trazemos aqui um pouco mais dessa histórica fábrica e seus diferentes modelos produzidos, em especial para as instituições escolares.

1. A EMPRESA CIMO

A fábrica de móveis CIMO foi criada por Jorge e Martin Zipperer, em 1912, na cidade de Rio Negrinho (SC). Sem dúvida que o maior impulso na modernização do quadro econômico de cidade viria com a evolução dos empreendimentos desenvolvidos sob a liderança de Jorge Zipperer, que iriam acabar por se transformar numa grande indústria de móveis, a Móveis CIMO, como passaria a ser conhecida. É interessante observar que este empreendimento se desenvolveu com base na administração de brasileiros, descendentes dos colonos da primeira leva que haviam se radicado quatro décadas antes na região. Convém destacar que de acordo com Vidal e Silva (2010) os dados sobre o ano de instalação da indústria são bastante desconstruídos indo de 1873 a 1916. Para as autoras há indicativos de que a fábrica tenha mudado de nome ao longo de sua existência, o que poderia ter gerado desconfortos desta ordem.

A Móveis CIMO, em seu embrião, foi uma iniciativa inovadora do ponto de vista comercial e tecnológico. Em 1932 a companhia foi organizada pelo formato jurídico de uma Sociedade Anônima de Ações, passando a girar como Cia. M. Zipperer — Móveis Rio Negrinho S/A. Uma corporação de sete fábricas de móveis acabaram formando a Cia. Industrial de Móveis S/A, cuja abreviação passou a ser como a empresa seria conhecida doravante — CIMO, CIMO S/A ou “Móveis CIMO”.



Indústria de Móveis CIMO, em Rio Negrinho (SC), na década de 1950.

Fonte: <<https://www.jornaldopovorn.com.br/2.1564/um-olhar-sobre-rio-negrinho-64-1.1831906>>. Acessado em: 14 dez 2020.



Logotipo na década de 1950.

Em 1954 a empresa passa a se chamar oficialmente Móveis CIMO S/A, caminhando então para se tornar a maior fábrica de móveis da América Latina, embora com a administração agora descentralizada. Possuía fábricas em Rio Negrinho (derivadas da M. Zipperer S/A e da Schauz & Buchmann, uma pequena fábrica, quase que de fundo de quintal, de Victor Buchmann, genro de Jorge Zipperer), em Curitiba (derivadas de Raymundo Egg e Móveis Maida), em Joinville (derivada de Leopoldo Reu) e no Rio de Janeiro (ligada à família Kastrupp). Corroborando com o exposto, Sousa (2015) apresenta as diferentes razões sociais da empresa enquanto esteve ativa, a saber: Jung & Cia; A. Ehrl & Cia; N. Jacob & Cia; Jorge Zipperer & Cia; Indústrias Reunidas de Madeiras — Jorge Zipperer e Cia.; Cia. Martim Zipperer — Móveis Rio Negrinho S/A; Cia. Industrial de Móveis S/A; Móveis CIMO S.A.

Inicialmente a sede da empresa era no Rio de Janeiro, com representantes no Brasil inteiro e exterior. Num primeiro momento o controle decisório majoritário do novo conglomerado industrial ficou ligado à empresa Kastrupp, que detinha grande prestígio comercial em todo o país. Passados alguns anos a família e a empresa Kastrupp se afastaram da sociedade, retomando seu rumo independente no Rio de Janeiro. Com a saída dos Kastrupp a sede da empresa foi transferida para Curitiba.

O conglomerado CIMO produzia móveis para cinemas e auditórios, onde conquistou o monopólio do mercado. Diversificou com móveis escolares e linhas institucionais de escritório, de quarto, salas, etc., completa gama de produtos em alta qualidade. Tinham muita facilidade em vencer grandes concorrências governamentais para fornecer móveis escolares e institucionais em fantásticas quantidades. Com a administração corporativa e descentralizada, as grandes decisões ficaram cada vez mais distantes da sua origem, em Rio Negrinho. O poder decisório passou para os administradores de Curitiba.

No final da década de 1960 se instalam no Brasil duas grandes plantas para a produção de painéis de fibra de madeira aglomerada. Essa matéria prima desloca o eixo da produção de móveis e cria uma concorrência muito competitiva aos produtos fabricados pela CIMO. Como esta mantinha sua produção verticalizada pelo uso da madeira maciça e compensada, além disso não havia feito nenhum movimento para se adaptar ao uso do aglomerado, começam a experimentar afrontas importantes de concorrentes em potencial que usavam essa nova variante tecnológica e produtiva.

Livoti em entrevista para Galani (2017) afirma que depois da década de 1960, com a morte da dupla criadora, a empresa quis mudar sua linguagem e acabou perdendo identidade. Foram contratados diversos *designers* holandeses e franceses, responsáveis por munir os móveis com uma roupagem mais neoclássica. Mas a ideia não pegou.

No início da década de 1970 já se manifestam sintomas de grave crise ad-

ministrativo-financeira na empresa. Em 1972, através de assembleia se decide pela construção de uma nova e moderna unidade fabril. Em abril do mesmo ano, a fábrica de Rio Negrinho sofre um grande incêndio, na seção de estofaria e lustração, complicando ainda mais os problemas da empresa. A unidade de Rio Negrinho, que era a segunda maior do grupo naquele momento, tinha um padrão construtivo muito arcaico, pois era externamente de alvenaria e todas as divisões internas eram de madeira. Tecnicamente essa fábrica também já era obsoleta.

Em fevereiro de 1982, é decretada a falência da Móveis Cimo S/A, terminando assim uma era.

De acordo com Galani (2017) a CIMO é referência histórica máxima do *design* brasileiro de móveis. Nasceu primeiramente para reaproveitar as sobras de imbuia da serraria familiar que produzia caixas. A partir de então, os irmãos Jorge e Martin Zipperer começaram a fabricar pés de cadeiras e logo em seguida se dedicaram a desenvolver diferentes móveis, e souberam preencher com sabedoria e disciplina germânica o vácuo moveleiro que existia no país. Na época, não havia empresas que produzissem móveis de boa qualidade em escala industrial, mas existiam cada vez mais lugares que precisavam ser equipados, como casas, cinemas, repartições públicas e escolas.

Zamoner (2016) corrobora com a análise da importância que a CIMO teve afirmando que o mobiliário da Cimo, simboliza uma época de mudanças e representa hoje uma referência na identidade da população brasileira por resgatar momentos significativos de seu passado e de sua história. Destaca-se que esta autora apresenta em seu estudo uma análise histórica bem abrangente sobre a empresa, desde sua constituição até sua extinção.

2. UMA EMPRESA MUITO A FRENTE DE SEU TEMPO

Com um espírito claramente vanguardista, a CIMO antecipou conhecimento específico do *design*, curiosamente, 20 anos antes da criação da primeira escola superior de desenho industrial no País, a ESDI, no Rio de Janeiro. Também foi uma das primeiras no país a utilizar o processo de curvar madeira por meio do vapor e a adotar uma máquina laminadora, capaz de produzir madeira compensada.

Desde o início, e apesar das inúmeras mudanças de sociedade que fizeram parte da história da CIMO, a empresa sempre produziu sua própria matéria-prima. Possuía suas próprias máquinas, serrarias e técnicas para o tratamento da madeira. Exigentes, os irmãos Zipperer preferiam o uso da imbuia (comum naqueles tempos), madeira resistente e de cor avermelhada, que caracterizou a maioria das peças da CIMO.

As poltronas de cinema foram, por décadas, o principal meio de lucro da empresa, tendo equipado salas de cinema de todo Brasil. Apesar do negócio ser promissor, a CIMO sentia necessidade de um carro-chefe de vendas. Assim surgiu a Ca-

deira 1001, móvel fabricado exatamente com o mesmo *design* inicial, por anos a fio. A CIMO fabricou vários modelos de cadeira, desde a simples “1001” (que de “simples” não tinha nada!) até alguns modelos giratórios e com regulagem de altura. Importante destacar que o trabalho de Zamoner (2016) apresenta todo o processo produtivo da cadeira 1001, suas características e diferentes denominações recebidas ao longo da história de sua produção.

Certo é que a empresa sempre focou no desenvolvimento técnico dos produtos. Martin Zipperer fez diversos cursos de marcenaria e trabalhou em outras fábricas de móveis, antes de montar a empresa. Quando veio para o sul para iniciar, com o irmão, uma fábrica de cadeiras, trouxe consigo especialistas em marcenaria. Ou seja, desde o início a companhia utilizava técnica e profissionais experientes para realizar seus projetos. Conhecida por 10 entre 10 amantes do *design* nacional, a qualidade dos móveis CIMO é inquestionável. Apesar disso, a marca desenvolveu suas linhas sem os preceitos teóricos do *Design*. Naquele tempo, as escolas técnicas de marcenaria correspondiam aos cursos de móveis da atualidade. E foi assim que a equipe técnica da CIMO produziu um *design* funcional e esteticamente equilibrado, harmonioso e ergonômico, mesmo sem um ensino formal. Um *design* criado por profissionais formados em escolas técnicas, mas que possuíam total habilidade em utilizar as regras de aplicação do *design* nos móveis que desenhavam.

Livoti em entrevista para Galani (2017) cita que os irmãos Zipperer eram super atentos, faziam viagens ao exterior com frequência, e produziam peças seriadas de qualidade, casando uma estética atraente, típica do pós-guerra, com formas mais confortáveis e ergonômicas, em madeira maciça ou laminados curvados. Eles também exploravam bastante as diferentes tonalidades das madeiras em um mesmo móvel, o que era algo avançado para a época, configurando uma linguagem essencialmente moderna. Livoti acrescenta que as formas curvas que proporcionavam o diferencial aos móveis da CIMO só foi possível porque os irmãos Zipperer importaram de Hamburgo, na Alemanha, a tecnologia de laminação da madeira a vapor. Foram os primeiros no Brasil a fazer isso. “Eles atendiam todos os gostos e isso não é dito, mas vê-se nas primeiras criações muita influência daquele mobiliário de xerife dos filmes preto e branco”, conta o *designer*.

Os produtos CIMO foram comercializados por todo Brasil, até mesmo em grandes lojistas como a Mesbla e o Mappin, de São Paulo. Suas cadeiras são, até hoje, verdadeiros ícones vintage. Do modelo mais modesto ao mais sofisticado, percebe-se uma coerência estética nas criações da empresa.

O *design* simples (enxuto), mas autoral, dessas peças é um exemplo de como a marca foi uma das primeiras a construir uma identidade própria, tanto de material quanto de forma. Percebe-se facilmente a similaridade entre suas criações, o que tor-

na fácil saber quando um produto pertence à marca. Outro padrão que a CIMO seguia é que todas as cadeiras recebiam uma identificação na parte de trás, com o símbolo da empresa.

Após a criação da Escola Superior de *Design* Industrial (ESDI), em 1962, *designers* formados passaram a fazer parte da equipe da CIMO. Mas, por sua resistência em aderir a modismos e persistência em manter o estilo clássico, a indústria fechou suas portas, em 1982. No entanto, o seu legado de pioneirismo e inovação perduram. Afinal, até hoje um móvel CIMO é sinônimo de *design* nacional de qualidade. Uma empresa fundamental para o desenvolvimento do setor moveleiro no País e precursora em diversos processos tecnológicos, com um toque empírico bem ao estilo brasileiro de ser, agir e criar. Hoje, ela é reconhecida como a maior empresa do setor da América Latina, entre as décadas de 60 e 80. Complementando sua importância, destaca-se a afirmação de Sousa (2015) quando cita que a Móveis CIMO foi uma das pioneiras na produção de móveis seriados do Brasil (e não apenas de relações com grupos escolares catarinenses), sendo ainda hoje reconhecida pela expressiva presença de seus mobiliários em residências, escolas, cinemas e teatros, e também pelas participações e premiações em Exposições Universais. O autor cita ainda as palavras de Arruda (2009) que identifica a fábrica como um dos marcos mais expressivos entre a herança artesanal e o início da fabricação seriada no Brasil e de Santi (2013) que destaca o crescimento da CIMO e o sucesso de seus produtos, os quais marcaram época e foram destaques no setor moveleiro brasileiro.

Para Vidal e Silva (2010) as peças produzidas pela CIMO ostentavam a marca da inovação tecnológica, compondo um cenário distintivo no que concerne ao mobiliário. As autoras destacam que referências como estas são cruciais no desenho da trajetória dos objetos escolares, para tanto a localização, recuperação e preservação precisam estar em pauta e se desenvolverem cada vez mais. Destacam também que o selo redondo que carregava sua inscrição (logomarca da CIMO) ainda hoje agrega valor ao móvel.

Galani (2017) destaca as citações da artista plástica e *designer* Angélica Santi, júri de diversas edições do Prêmio *Design* do Museu da Casa Brasileira, com relação a admiração pela Móveis CIMO dizendo: “é difícil pensar peças com mais clareza”, e “são móveis de uma linguagem simples, mas não gratuita. Essa forma reflete a matéria prima utilizada e os meios de produção empregados”, “Vale lembrar que eles não eram consumidos pela elite. Tinham muito claramente a função social de equipar os espaços coletivos”. Galani acrescenta que em seu momento áureo, entre as décadas de 1940 e 1960, a Móveis CIMO chegou a fabricar 10 mil cadeiras de madeira maciça por mês, vendidas para todo o Brasil. Hoje essas peças são disputadas por todo o país e no exterior, como raridades do modernismo brasileiro.

Importantes reflexões podem ser obtidas ao observar o estudo desenvolvido por Zamoner (2016) quando cita que

São inegáveis as contribuições que a Móveis Cimo S.A. deixou para o desenvolvimento industrial moveleiro, especialmente ao segmento de madeira no país. A importância dessa empresa, que foi considerada a maior produtora de móveis da América Latina e que teve um papel fundamental sendo pioneira em vários setores, pode ser observada sobre o contexto das questões ambientais, sociais e econômica envolvidas. Aspectos ambientais: uso de matéria-prima renovável; pioneirismo no reflorestamento de diferentes espécies; minimização do uso de materiais a partir do uso da madeira compensada e multilaminada; aproveitamento de resíduos sólidos para elaboração de novos materiais; produção de móveis com alta resistência e de fácil manutenção; “desmontabilidade” das peças otimizando o espaço para o transporte. Aspectos sociais: desenvolvimento das cidades e das regiões onde atuou; desenvolvimento de estradas para facilitar o transporte; legado histórico e cultural. 106 Aspectos econômicos: incorporação de novas tecnologias de produção; inovação em processos gerando produtos com preço competitivo; avanço na produção seriada do país; geração de trabalho e renda. (ZAMONER, 2016, p. 105 e 106)

A autora afirma também que o vanguardismo da CIMO vai além da aquisição de novas tecnologias para melhorar o processo dentro da indústria. Diversas estratégias citadas sobre a empresa vão ao encontro dos requisitos para o desenvolvimento de produtos sustentáveis propostos por teóricos do *design*, mostrando que, mesmo em uma época onde os conceitos de sustentabilidade não eram conhecidos, a empresa já aplicava técnicas projetuais e produtivas com a intenção de gerar menor impacto ambiental. As estratégias adotadas para a produção de móveis utilizadas no passado, ainda são úteis hoje e, podem contribuir para o *design* de móveis contemporâneo. Para Zamoner a durabilidade do móvel pode ser uma intenção prevista no projeto de novos produtos, a partir da associação dos requisitos do *design* para a sustentabilidade ambiental e da aplicação de novas tecnologias, que possibilitam a solução de diferentes problemas, além de permitirem o resgate de técnicas que estão se perdendo por falta de mão de obra especializada. A referida autora ainda acrescenta que mesmo com o fim das atividades da Móveis Cimo S.A., sua história e valores continuam vivos na memória de muitas pessoas por meio de artefatos e documentos e atualmente a empresa tem um significado representativo da nossa cultura.

3. MOBILIÁRIO ESCOLAR CIMO E AS TENDÊNCIAS MERCADOLÓGICAS DA ÉPOCA

A Móveis CIMO trabalhava com diversos tipos de mobiliário, sendo que dentre as suas linhas de produção possuía uma especializada na fabricação de mobiliários escolares. Apresentar a coleção de mobiliário escolar CIMO no acervo do Museu é procurar resgatar e evocar memórias que remetam a comparação com outros modelos de móveis escolares, bem como trazer lembranças do período escolar. Destacando essa coleção, objetiva-se dar visibilidade a importância deste mobiliário como um componente pedagógico e de cultura material escolar. Assim, procura-se eviden-

ciar tanto a empresa, por suas características e importância, quanto o mobiliário propriamente dito, e suas especificidades dentro do ambiente escolar.

A fábrica de móveis CIMO teve grande preocupação em atender aos preceitos médicos-higienistas que influenciaram o cenário escolar no início dos anos 1900. Com isso, buscou desenvolver um mobiliário que atendesse esses preceitos e que proporcionassem conforto aos estudantes, com adequação ao desenvolvimento físico destes, de modo a tornar a sala de aula um ambiente agradável e saudável.

Considerando o trabalho desenvolvido por Sousa (2015), o qual contempla muitas informações importantes sobre o mobiliário escolar produzido pela CIMO, re-produzimos aqui parte de seu estudo. Para o referido autor os produtos da Móveis CIMO, particularmente o mobiliário idealizado e comercializado para as escolas, podem contribuir para uma maior compreensão a respeito das tendências e/ou modelos pedagógicos de cada período, fornecendo também subsídios para maior compreensão de uma cultura escolar. Relacionando o método de ensino simultâneo e a aprovação das leis de obrigatoriedade do ensino e a organização da aula a partir deste método, a escola passou a ser um mercado consumidor atraente, tendo em vista o fortalecimento da noção de que os objetos escolares (carteiras, bancos, quadros negros, mesas, livros, entre outros) eram requisitos para uma boa qualidade de ensino e aprendizagem, além do lastro do Estado como um forte comprador, neste sentido Sousa (2015) destaca que

Ao analisar a fábrica Móveis CIMO, verifica que a empresa adotou diferentes tecnologias na sua linha de produção ao longo do tempo. Por meio dos catálogos, nota-se que seus produtos foram sofrendo alterações não apenas para atender às exigências de design, ergonômicas e também produtivas, mas também para que a CIMO pudesse ofertar ao mercado escolar uma maior quantidade de produtos e, muitas vezes, com valores menores, o que poderia influenciar diretamente a quantidade adquirida pelos Estados. (SOUZA, 2015, p. 43)

Os regimentos escolares produzidos pelo governo revelam a preocupação política em atender às demandas materiais das escolas, bem como definiam que as escolas e grupos escolares catarinenses deveriam ser equipados com materiais adequados às práticas modernas de ensino. O Regimento de 1914 chama a atenção para a necessidade dos materiais estarem adequados às diferentes idades e alturas dos alunos, evitando o aparecimento de males físicos e intelectuais e que o uso das carteiras escolares deveria ser orientado pelos professores, os quais tinham que estar atentos aos erros posturais das crianças. Sousa (2015) cita que ao analisar os catálogos da Móveis CIMO, identifica-se alguns mobiliários que a fábrica produzia para atender as demandas escolares descritas nos Regimentos, demonstrando que a mesma estava atenta ao mercado e, com isso, buscou elaborar produtos adequados às prescrições do período. Segue afirmando que

Como se pode observar pelos catálogos encontrados da fábrica, os artefatos escolares tive-

ram grande destaque na linha de produção da empresa, que inclusive vinculava em seu slogan a especialização na fabricação de carteiras escolares: “Indústria Reunidas de Madeira — Rio Negrinho — Santa Catarina - Fábrica de cadeiras e carteiras escolares [grifo nosso], instalações para theatros, cinemas, bares e restaurantes”. Desse modo, com base em diversos documentos até então localizados no processo de pesquisa, entende-se que a CIMO buscava atender ao mercado escolar produzindo, divulgando e também adaptando seus mobiliários às novas tendências do mercado, as quais estavam em sincronia com um modelo ideal de escola. Dentre as ideias que circulavam, destaca-se o movimento higienista, que produziu diversos trabalhos com o intuito de adequar a escola e seus mobiliários. (SOUZA, 2015, p. 75)

Neste sentido, o mobiliário escolar precisava ser ajustado ao corpo dos alunos, oferecendo movimento e deixando de serem rígidos e estáticos. Com essa idéia de movimentos, aparecem as inovações das curvas dos assentos e bancos para melhorar o conforto, do ajuste de altura das carteiras, bancos e mesas para melhor acomodar seus usuários, dos movimentos de engrenagens e parafusos que propiciavam as poltronas girarem, subirem e descenderem, das gavetas que passaram a abrir em diferentes sentidos, que podem ser visualizadas no mobiliário produzido pela CIMO.

Corroborando com essa exigência, Sousa (2015) apresenta a análise de Rocha (2005) e Alcântara (2014) sobre a obra escrita pelo Dr. Balthazar Vieira de Mello, *A hygiene na escola* (1902), mostrando que havia uma necessidade de adequar, não apenas a arquitetura escolar, mas também seus mobiliários e materiais aos corpos dos alunos. Havia uma preocupação muito clara com relação à mobília escolar, com o corpo das crianças e pela forma que a organização da escola vinha ocorrendo em diferentes países. Desta forma, a indústria passou a desenvolver materiais que pudessem atender a essas demandas. Com o intuito de mostrar a importância que o mobiliário escolar passou a representar, destaca-se na continuidade a análise de Alcântara sobre a obra *Hygiene escola e a pedagogica*, também de autoria do Dr. Balthazar Vieira de Mello, datada de 1917, que no item sobre móveis escolares, destaca que as carteiras devem ser individuais e adaptáveis à altura dos alunos, enquanto as duplas ou para mais alunos, que não possuíam reguladores de altura deveriam ser abolidas das escolas, uma vez que poderiam causar moléstias para a visão, para os aparelhos digestivo, respiratório e circulatório, além de problemas de coluna, como escoliose e cifose. Outro ponto que o Dr. Balthazar chama a atenção é com relação a distância entre o banco e a carteira, a qual era diferenciada para a escrita e a leitura, alegando que a falta desse conhecimento por parte dos professores e de uma mobília adequada a esses preceitos poderia dar origem a moléstias.

Para atender a essas questões, as indústrias de móveis escolares precisaram adequar suas produções. Como forma de mostrar as adequações a legislação, estas indústrias passaram a fazer parte das Exposições Universais, que na época, caracterizavam grandes feiras nacionais e internacionais para mostrar as novidades do

mercado, sendo que a escola passou a merecer especial atenção nestes eventos. Para Alcântara (2014, apud SOUSA, 2015) as Exposições Universais foram disseminadoras de “objetos de desejos” e necessidades, pois esses eram uma expressão da modernidade, uma vez que esses espaços apresentavam o que existia de “mais moderno”. Pe-savento (1997, apud SOUSA, 2015) denomina as exposições como “palcos da modernidade” e cita que essas vitrines mundiais apresentavam não apenas um modelo ou um projeto, mas sim uma promessa de bem estar que seria alcançado a partir de uma escola racional e promotora de saúde, a qual poderia difundir amplamente o modelo capitalista e o sistema de fábricas, que vinha ganhando força desde a Revolução Industrial. Os investimentos em pesquisas realizados em torno da Móveis CIMO mostraram que a fábrica também participou destas exposições e, inclusive, chegou a conquistar prêmios pelos móveis apresentados, uma vez que a empresa se destacava pela grande quantidade de modelos e qualidade dos móveis produzidos. Também por ter uma linha de produção específica para mobiliário escolar, a qual tinha como objetivo atender um mercado que vinha em um processo de expansão e institucionalização.

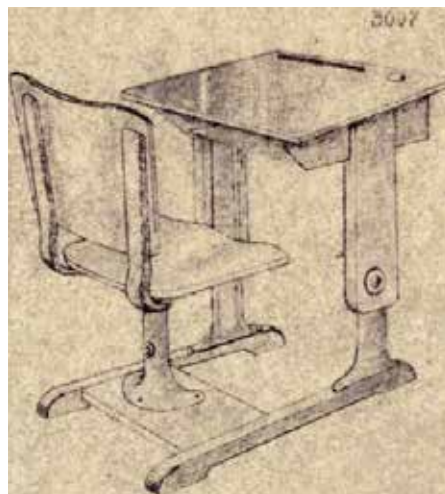
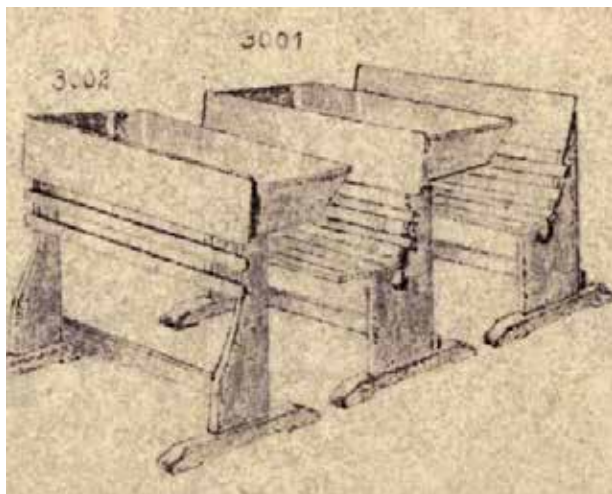
Sousa (2015) destaca bem a relação que as Exposições Universais trouxeram ao mercado e sua influência no ambiente escolar, exemplificando com o trabalho de Alcântara (2014), que buscou apresentar os modelos de carteiras escolares presentes nas Exposições, as quais, por estarem nesses espaços, eram consideradas os “mais modernos”, “avançados” e, portanto, “modelares”. Essa reflexão se faz importante, uma vez que esses modelos inspiraram indústrias, dentre as quais, pode-se identificar a Móveis CIMO, uma vez que é possível identificar semelhanças entre os modelos produzidos pela fábrica e os apresentados nas exposições.

Outra forma de divulgação do mobiliário escolar para além das Exposições Universais, eram os catálogos de produtos. Sousa (2015) também analisou alguns catálogos divulgados pela Móveis CIMO, ao longo de sua trajetória, através dos quais conseguiu observar as suas diferentes razões sociais e mudanças no *design* dos mobiliários fabricados. Os catálogos, além de serem estratégias de divulgação da empresa, consistiam-se em importantes ferramentas para que os consumidores pudessem conhecer os produtos fabricados, já que neles constavam imagens, preços e características técnicas dos produtos. O autor também destaca que em alguns dos catálogos notam-se referências de que móveis fabricados pela CIMO foram premiados em Exposições, caracterizando a preocupação da fábrica em vincular a premiação dos seus produtos com as Exposições das quais participou. Importante destacar que um dos catálogos indica que a fábrica foi premiada com uma medalha de ouro na Exposição de Sevilha, Espanha, realizada em 1929. Nesse mesmo contexto o autor cita que a apresentação nos catálogos das premiações recebidas pela Móveis CIMO nas Exposições, vem a colaborar com o entendimento de que a fábrica buscou certificados internacionais de qualidade, os quais vinculavam o mobiliário produzido com a excelência do perí-

odo. Para que as empresas pudessem ser premiadas nas exposições, o mobiliário exposto deveria estar em consonância com os preceitos divulgados nesses eventos, ou seja, as inovações deveriam atender a um determinado modelo proposto e aceito internacionalmente, o que direcionou as fábricas a atenderem as demandas sinalizadas pelas exposições.

A pesquisa de Sousa (2015) traz ainda outras contribuições quando apresenta que a partir das imagens dos catálogos é possível perceber também que o mobiliário produzido pela CIMO apresentava uma tecnologia avançada e estava em consonância com preceitos ergonômicos do período, os quais buscavam por móveis confortáveis e adequados para o ensino, além de um cuidado com a estética dos produtos. A referida pesquisa também apresenta dados que demonstram a realização de atividades comerciais entre o Estado catarinense e a Móveis CIMO. Além disso, outros documentos comprovam a comercialização de carteiras escolares com o Estado de São Paulo, entre 1928 e 1931, e permitem inferir que o aumento da demanda por materiais escolares pelo Estado paulista a partir da expansão do ensino do final dos oitocentos e início dos novecentos contribuiu para que a fábrica pudesse também ampliar os negócios nessa região. A venda de mobiliários para São Paulo demonstra que a fábrica vinha produzindo peças que atendiam aos requisitos adequados para que fossem utilizados em nichos de mercado mais sofisticados, assim como eram planejados os grupos escolares.

Para Sousa (2015) a especialização na fabricação de produtos escolares por parte da CIMO, assim como na formação de uma estratégia que buscava fortalecer a marca da empresa junto ao mercado escolar, arrisca-se dizer que a instituição escolar pode ter contribuído também para o aumento na produção de outros mobiliários fabricados pela empresa. Com o aumento da demanda escolar por mobiliários e o surgimento de novas indústrias, a CIMO procurou desenvolver móveis que estivessem em consonância com os ideais do período, aumentando assim sua competitividade.



Reproduções de desenhos de peças do mobiliário da Indústria de Móveis CIMO e as "Salas de Aula" em exposição no Museu.
Fonte: MESC

3.5.1. Coleção de Mobiliário Escolar *Cimo*

A Móveis CIMO concentrou suas atividades na produção de móveis de madeira, para atender o mercado escolar. Apesar dos produtos escolares da Móveis CIMO não estarem contidos em um catálogo específico para atender apenas o mercado escolar, Sousa (2015) destaca que os catálogos continham pequenas frases e títulos, ao lado das imagens dos produtos, que indicavam qual a função dos móveis aos consumidores e também vinculavam estes móveis aos preceitos higiênicos difundidos na época. Podiam ser encontrados no mobiliário, cadeiras, escrivaninhas, porta-chapéus, mesas, poltronas, carteiras e cestos de lixo que atendiam as demandas de instituições escolares. Considerando a análise desenvolvida pelo autor com base nos catálogos, este compreende que, mesmo que o catálogo não aparente possuir uma função explícita para atender apenas ao mercado escolar, esse foi organizado de forma que os produtos demandados pela escola estivessem presentes todos em um mesmo material. Talvez, o intuito da CIMO fosse utilizar esse mesmo catálogo em diferentes mercados, uma vez que continha móveis que poderiam atender tanto as escolas, como escritórios e repartições públicas. O autor ainda buscou indícios de uma circulação de ideias pedagógicas por meio dos catálogos pesquisados,

Analisando diferentes tipologias de mobiliários escolares fabricados pelas empresas Móveis CIMO, Geo. M. Hammer & Co., The Columbia School e a Maison Deyrolle. Para essa tarefa, foram escolhidos os mobiliários que mais apareciam nos catálogos, como as poltronas, cadeiras e sofás; os armários-museus; escrivaninhas; quadros-negros; e as carteiras escolares. Essa escolha se sustenta na ideia de que modelos ideais de artefatos e escolas foram difundidos em diferentes regiões, os quais influenciaram a idealização e a fabricação de produtos para o mercado escolar. (SOUSA, 2015, p. 131)

E complementa dizendo que a partir das imagens dos catálogos da Móveis CIMO, pode-se formar uma ideia acerca dos diversos objetos que estiveram presentes nas instituições escolares, além de que foram realizados investimentos por parte do Estado na elaboração de prescrições e da indústria na fabricação de artefatos conizentes com a modernidade. Compreende-se que os artefatos fabricados pela Móveis CIMO que estiveram presentes em diversos espaços no Brasil, receberam contribuições de uma circulação de ideias pedagógicas que direcionavam para a formação de um modelo de escola. A partir da comparação com catálogos de móveis escolares elaborados por empresas estrangeiras, o autor evidenciou que o mobiliário é um importante indício de um projeto brasileiro que buscava fazer da escola um espaço moderno e provido materialmente conforme os modelos referenciais de outros países.



Numa análise conjunta dos estudos desenvolvidos por Sousa (2015) sobre exemplares de mobiliário escolar produzidos pela CIMO e outras empresas internacionais (aquelas apresentadas na citação anterior), bem como os exemplares existentes no MESC, apresenta-se na sequência algumas informações sobre este mobiliário.

1. OS ARMÁRIOS-MUSEUS

Conforme apresentado na dissertação de Sousa (2015), aqui reproduzimos o texto na íntegra:

Os armários-museus correspondem a um móvel que tem como função armazenar “coleções de objetos para as lições de coisas, que também pode ser nomeado de museu escolar” (PETRY, 2013, p. 35 apud Sousa, 2015, p. 132). Para Marília Petry, esse modelo de mobiliário, caracterizado como um armário de madeira e portas envidraçadas, foi utilizado em diversas escolas ao longo dos novecentos e, dependendo do uso poderia assumir a função de museu. Esse exemplar passou a ser considerado um mobiliário fundamental para a escola moderna, uma vez que seria o responsável por armazenar e expor os objetos que vinham adentrando no universo escolar. (SOUSA, 2015, p. 132 e 133)

Ainda de acordo com Sousa (2015, p. 133):

A partir da investigação dos catálogos das indústrias, pode-se perceber que essas buscaram atender demandas das escolas por armários-museus, devido ao grande número de modelos apresentados aos seus consumidores. Destaca-se que as fábricas, embora estivessem em regiões diferentes, compartilharam de um design ideal, o qual contribuiu para a idealização de seus mobiliários. Ao analisar mais precisamente o design e as características dos armários-museus, nota-se que esses estavam em consonância com os preceitos pedagógicos apresentados por Petry (2013) e que possuíam muitas semelhanças entre si. A partir das datas dos catálogos, entende-se que esse modelo de armário-museu circulou por pelo menos seis décadas. Nesse sentido, Maria Helena Câmara Bastos (2002) indica que as Exposições Internacionais e o contato com publicações estrangeiras contribuíram para a circulação no Brasil da concepção de um museu pedagógico, o qual era representado como um das modernidades na educação do país.

No MESC temos alguns exemplares de armário-museu produzidos pela CIMO, que foram recuperados e estão sendo utilizados na biblioteca, no núcleo educativo e na sala de época, compondo a exposição de longa duração.

2. CADEIRAS E POLTRONAS

Aqui também reproduzimos o estudo de Sousa (2015, p. 133 e 134):

Sobre estes itens o qual cita que cadeiras e poltronas também eram mobiliários muito utilizados pelas escolas. Como um primeiro indício, pode-se citar os próprios catálogos das empresas pesquisadas: em todos são apresentados uma grande variedade de modelos, com diferentes funções, designs e tecnologias, o que induz a pensar que as fábricas buscavam atender a uma demanda. Outro sinal que indica a utilização de cadeiras e poltronas pelas escolas pode ser encontrado em acervos de instituições como a Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares, localizada em Rio Negrinho (SC) e o Colégio Estadual

do Paraná, situado em Curitiba, nos quais se localizou um grande número de cadeiras e poltronas. Além disso, colaborando com esse entendimento, também se pode citar os editais de compra de mobiliários elaborados pelo Estado catarinense, os quais requeriam cadeiras e poltronas para o uso das escolas públicas.

O autor acrescenta que:

A partir dos modelos apresentados pelos catálogos, destaca-se que tanto as cadeiras como as poltronas têm um design que busca maior conforto. Essa característica pode ser identificada a partir das curvaturas no assento e no encosto. Ao observar os catálogos das Geo. M. Hammer & Co. e Maison Deyrolle, por exemplo, localizou-se modelos de cadeiras que se assemelham tanto no design, quanto na técnica utilizada para a sustentação do produto. Diferentemente, a Móveis CIMO e a The Columbia School apresentam uma maior variedade de poltronas em seus catálogos, as quais, pelas pesquisas realizadas, eram mais utilizadas em salas administrativas, por professores e diretores. Inclusive, na Escola de Educação Básica Professora Marta Tavares foi possível localizar, em seu acervo, uma poltrona fabricada pela Móveis CIMO a qual, de acordo com os relatos de funcionários, era utilizada por um diretor da escola. (Sousa, 2015, p. 135)

Em nosso Museu também temos vários exemplares de cadeiras e poltronas produzidos pela CIMO, que encontram-se compondo o cenário de salas de exposição de longa duração, como por exemplo a “cadeira xerife” que está na sala em homenagem a Antonieta de Barros (comentada em outro item deste livro), as cadeiras que acompanham as escrivatinhas na sala dos brinquedos, as poltronas que estão na sala Vitor, além daquelas que estão na sala das carteiras escolares, entre outras. A cadeira xerife é um modelo complexo produzido pela CIMO, que possui assento, encosto, braços e pé com mecanismo giratórios e quatro apoios. Este modelo é feito em madeira compensada curvada e com pés maciços, todo envernizado.

3. QUADRO-NEGRO

Sousa (2015) apresenta as contribuições de Valdeniza Maria Lopes da Barra (2013) para a qual a produção da sala de aula como um espaço escolar moderno é constituída a partir da intenção de difundir o ensino da escrita e da leitura para as classes mais populares. Dentre os diversos mobiliários desenvolvidos para atender as demandas desse modelo de escola, o quadro-negro se tornou um dos mais populares. De acordo com os trabalhos da autora, o quadro-negro teria surgido entre o final dos oitocentos e início dos novecentos e está diretamente ligado à concepção do ensino moderno, coletivo e simultâneo. Sua entrada no cenário escolar também foi motivada por interesses econômicos, uma vez que auxiliava o ensino de um maior número de alunos. A partir desse mobiliário, poderia ser possível ensinar os alunos a ler e escrever ao mesmo tempo, além de possibilitar a visão das informações para um grande número de pessoas.

A dissertação de Sousa (2015) traz ainda a contribuição de Bastos (2005), a

qual indica que o quadro-negro já foi preto, passou a ser verde e, agora, está se tornando branco. Para a autora, esse mobiliário tem uma especial centralidade na sala de aula, uma vez que pode substituir a necessidade de utilização de manuais pedagógicos e possibilita a utilização de outros recursos visuais para a aprendizagem. Bastos (2005) também sinaliza que a entrada do quadro-negro na escola possibilitou um maior distanciamento entre o professor e alunos, contribuindo assim para uma centralidade no papel do docente. Nesse contexto, devido à importância e a sua permanência no espaço escolar, ao pensar sobre a constituição de uma sala de aula, o quadro-negro tornou-se um dos mobiliários mais presentes nos imaginários das pessoas quando se trata de escola.

Sousa (2015, p. 137) acrescenta ainda que os modelos de quadros produzidos pelas empresas Móveis CIMO, Geo. M. Hammer & Co., The Columbia School e Maison Deyrolle, possuem muitas semelhanças. Havia quadros apoiados em cavaletes específicos e outros que poderiam ser fixados diretamente nas paredes. Além disso, tinham os quadros próprios para o ensino de matemática e música (produzidos pela empresa francesa Deyrolle), nos quais é possível identificar linhas realizadas na ardósia para auxiliar os professores e alunos no processo de escrita.

Infelizmente não temos no MESC nenhum exemplar de quadro-negro produzido por nenhuma destas empresas, mas seguimos na busca de algum destes para integrar nosso acervo. Temos dois exemplares de quadro-negro, no entanto, nenhum deles é de empresa reconhecida como a CIMO.

4. ESCRIVANINHAS

Em relação a este tipo de mobiliário, Sousa (2015, p. 138) cita que ele é localizado com muita frequência nos catálogos das fábricas, destacando-se pela grande quantidade de modelos que as empresas ofereciam aos seus clientes. Podiam variar desde exemplares considerados mais simples, até aqueles com suporte para máquinas de escrever e diversas repartições e gavetas. O autor observa que, no caso da empresa The Columbia School, os catálogos apresentam, ao lado das imagens das escrivaninhas, descrições sobre as características, diferenciações dos modelos e buscam vincular esses produtos aos preceitos higienistas. Em um dos modelos a fábrica expõe que o mesmo é higiênico, está imune a sujeiras e é praticamente a prova de incêndios. Além disso, também chama atenção para a intenção da empresa em apresentar os detalhes do interior das gavetas, assim como de repartições internas.

Sousa (2015) cita ainda que

Ao comparar com os outros catálogos, pode-se concluir que as escrivaninhas, embora possuísem matérias-primas diferenciadas, têm um mesmo padrão de design e apresentavam como preocupação estar em consonância com os preceitos higiênicos do período. Talvez devido à concorrência e aos diversos espaços em que as escrivaninhas pudessem

ser utilizadas, nota-se que todas as empresas investiram na produção de diversos modelos. No caso específico da Móveis CIMO, pode-se notar que os produtos possuíam muitas semelhanças com aqueles produzidos nas fabricas estrangeiras, o que demonstra que a CIMO estava atenta às tendências do mercado e de certa forma, era influenciada pela circulação de um padrão ideal de mobiliários para a escola. (SOUZA, 2015, p. 140)

Em nosso Museu temos vários exemplares de escrivaninhas produzidas pela CIMO, sendo que três exemplares encontram-se em exposição de longa duração na sala dos brinquedos. Temos ainda um exemplar na biblioteca, outro no núcleo educativo. Também podem ser encontrados exemplares na sala de época, sala em homenagem a Antonieta de Barros e sala da coordenação do Museu.

5. CARTEIRAS ESCOLARES

Baseado no estudo de Sousa (2015) que relaciona o trabalho de Machado (2004), para definir a carteira escolar como um objeto composto por mesa e banco ou cadeira, unidos ou separados entre si e que faziam parte do mobiliário de uma sala de aula. As carteiras escolares tinham por função servir ao aluno quer na sua atitude de sentado em descanso, quer na sua atitude de trabalho. (Machado, 2004, apud Sousa, 2015, p. 142)

Apresentamos um pouco mais sobre as carteiras em item específico deste livro, mas ampliamos a informação aqui com as contribuições de Sousa (2015), o qual acrescenta que ao analisar o papel da carteira escolar na escola moderna, pode-se identificar que essa adquire uma importância central, uma vez que esse mobiliário, adequado aos preceitos higiênicos, além de contribuir para as práticas de ensino baseadas no método intuitivo, também tem como função regular os corpos dos alunos, contribuindo assim como uma ferramenta importante para a disciplina em sala de aula. O autor cita ainda que visando atender ao objetivo de se ter um aluno normalizado e regrado, as indústrias passaram a desenvolver diversos modelos de carteiras escolares. Nos catálogos que foram consultados, o autor identificou um grande número de exemplares, que embora semelhantes e higiênicos, possuem diferenças no *design* e nas soluções para a escola. No entanto, ressalta a existência de um modelo padrão de carteira que foi difundido, uma vez que foi possível identificar diversos modelos da fábrica Móveis CIMO semelhantes a outros, produzidos em distintos países. (Sousa, 2015, p. 142)

Sousa (2015) também traz uma contribuição importante ao relacionar diferentes modelos de carteiras escolares produzidos pela CIMO, como por exemplo, Trazeiro, São Paulo, Individuais, Chandler, Prefeitura. O autor cita algumas particularidades dos diferentes modelos que reproduzimos aqui. A carteira escolar denominada “São Paulo”, segundo Santi (2013 apud SOUSA, 2015, p. 151), pode ser considerada um exemplo de destaque na produção da CIMO devido ao seu desenho moderno e

ao uso da madeira laminada moldada com formato anatômico, o que buscava fortalecer o conforto. O diferencial desse modelo é a possibilidade de recolhimento e regulação da altura do assento e da mesa, o que poderia trazer à escola a opção de utilizar a mesma carteira com alunos de diferentes idades e tamanhos. Os modelos — Trazeiros (SIC), Individuais, e Prefeitura — também contavam com o mesmo ajuste de altura e banco retrátil, no entanto não eram fabricados a partir da tecnologia da madeira laminada, a qual poderia ser moldada de forma a favorecer o conforto. Já a carteira escolar “Prefeitura” tinha como destaque a resistência, constando no catálogo: “Carteiras extra fortes para escolas superiores, individual ou dupla”. Com relação ao modelo “Trazeiros”, acredita-se que correspondam as “Carteiras Santa Catarina”, que eram divididas em “dianteiras, centro e trazeiras”, e o texto do catálogo dizia: “Carteira de mais solida construção para as escolas primarias — modelo economico adaptado em centenas de escolas do Brasil” (SOUSA, 2015, p. 154), sendo que essa carteira contava com a regulação de altura do assento, o qual também era retrátil, atendendo dessa forma, preceitos médico higienistas. Com relação ao modelo de carteira escolar “Chandler”, apoia-se nos estudos de Alcântara (2014 apud SOUSA, 2015, p. 156) que indicam que a carteira Chandler possui origem estadunidense e que devido a sua grande circulação internacional, deixou de ser um tipo, uma marca e passou a ser um modelo que foi reproduzido no Brasil, inclusive pela Móveis CIMO.

No MESC vários modelos de carteiras escolares compõe o acervo, inclusive com exemplares da Móveis CIMO, e por sua quantidade e especificidades, estão apresentadas como um item de acervo separadamente, caracterizando um item de abordagem em outro capítulo deste livro.

6. ORGANIZADOR

Móvel com diferencial na abertura, cujo puxador é de correr de baixo para cima. Oferece um conjunto de gavetas internas, puxadores em baixo relevo e espelho de fechadura discreto. Este tipo de móvel era apropriadamente usado em escritórios. O exemplar de organizador que temos no Museu se encontra na Saleta Antonieta de Barros, que simula a sala da Diretora.

7. OUTROS EXEMPLARES DE MOBILIÁRIO ESCOLAR CIMO

No acervo do MESC contamos ainda com outros exemplares originais de mobiliário escolar da empresa CIMO, em perfeito estado de conservação, como mesa de professor, namoradeiras (apresentadas como sofás em alguns catálogos, mas que tradicionalmente recebiam o nome de namoradeiras), entre outros. São peças de grande importância para a história da cultura material escolar no país e que mantemos preservadas e disponíveis para visitação a apreciação, bem como para estudos e desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. Convém destacar que este mobiliário en-

contra-se disposto em diferentes espaços do Museu, quase toda sala tem algum tipo de mobiliário CIMO em exposição e/ou em uso. Além disso, temos um catálogo sobre os móveis CIMO, que foi adquirido em um leilão e doado ao MESC para contribuir nas pesquisas e informações sobre o mobiliário desta importante empresa catarinense (o catálogo será abordado em outro item deste livro).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836- 1914)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 111 f. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/raquel_xavier_de_souza_castro.pdf. Acesso em 12 out. 2021.

GALANI, Luan. **Conheça a história da lendária Móveis Cimo e seus desenhos eternos**. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/design/conheca-a-historia-da-lendaria-moveis-cimo-e-seus-desenhos-eternos/>. Acesso em 21 out. 2021.

MESC, Museu da Escola Catarinense. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2006>. Acesso em 20 out. 2021.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1954)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 217 p. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/dissertacao_moveis_cimo_.pdf. Acesso em 20 de out. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por Uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas**, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 29-45, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>. Acesso em 21 out. 2021.

ZAMONER, Michele Tais Dalle Carbonare. Estudo sobre a Durabilidade do Mobiliário da CIMO S.A.: **Uma Contribuição para o Design de Móveis Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. 133 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43508/R%20-%20D%20-%20MICHELE%20TAIS%20DALLE%20CARBONARE%20ZAMONER.pdf?sequence=3>. Acesso em 21 out. 2021.

3.5.2. Coleção de Poltronas *Cimo* do Miniauditório

Uma vez caracterizada a fábrica dos Móveis CIMO, sua importância na produção de mobiliário para atendimento de um vasto mercado nacional, tanto de instituições escolares quanto de cinemas e outros setores, procuramos destacar nesta coleção o acervo em exposição de longa duração presente na Sala Euterpe, no Museu da Escola Catarinense (MESC).

Além dos quadros de formatura, a Sala Euterpe também é composta por um dos produtos mais famosos da marca Móveis CIMO: as poltronas para cinema e auditório. Essas foram de grande importância em uma época onde as pessoas buscavam entretenimento junto aos cinemas de rua e aos teatros. Os exemplares que compõem a sala são remanescentes do Instituto de Educação de Florianópolis, que funcionou no prédio MESC até a década de 1960. Destaca-se que estas poltronas constituem em um dos raros objetos que restaram daquele tempo e ficaram para o acervo do Museu.

1. POLTRONAS DE CINEMA DA MÓVEIS CIMO

As poltronas de cinema produzidas pela CIMO foram, por décadas, o principal meio de lucro da empresa. Cinemas de todo Brasil compravam o produto para mobiliar suas salas.

De acordo com Vidal e Silva (2010), a CIMO, durante anos, dominou o mercado nacional de móveis para instalações comerciais e institucionais, com repercussão na América Latina. Foi a maior produtora de cadeira para cinemas do Brasil e pioneira na política de reflorestamento.

Sousa (2015) destaca que em sua pesquisa sobre premiações recebidas pela CIMO, identificou que na Exposição do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922, a fábrica foi premiada com a medalha de ouro — Classe 13 e 14, com cadeiras para cinema e observou também um diploma da Feira Nacional de Indústrias de São Paulo, de 1940, a qual conferiu à Companhia M. Zipperer, a medalha de Ouro pela apresentação das poltronas para cinema e teatros.

Zamoner (2016) traz um histórico bastante interessante sobre a Móveis CIMO, de onde se extrai que a partir de 1921 os irmãos Zipperer abriram a fábrica de móveis em substituição a serraria, uma vez que havia se exaurido toda a reserva de



Acima, Sala Euterpe, e abaixo, a primeira referência: registro do encontro da turma de 1944, realizado em 1998. Acervo MESC.

madeira nas regiões adjacentes. Nessa época, Martin Zipperer administrava uma fábrica bem-conceituada de móveis em São Paulo e, após decisão de montar um novo negócio em conjunto com seu irmão, em 1921, ele se transfere para o sul, trazendo com ele vários técnicos, que acabaram por aprimorar a fabricação dos produtos da companhia. Em dezembro de 1921, receberam o primeiro pedido de cadeiras e poltronas para o Cine Seleta, de Santos, em São Paulo, sendo que a fabricação de cadeiras e poltronas para cinema cresceu, vários pedidos foram atendidos e importantes estabelecimentos da época foram mobiliados com os móveis produzidos pela CIMO. A autora afirma ainda que os negócios da empresa estavam bem e a fabricação de móveis tinha um ritmo bom, em decorrência da qualidade ótima dos produtos. No ano de 1924 venderam aproximadamente 60.000 cadeiras e poltronas de cinema. Dando sequência aos fatos históricos, Zamoner destaca que, em 1947, a CIMO conquistou o monopólio do mercado produzindo móveis para cinemas e auditórios e a partir da união de diversas outras empresas do ramo moveleiro, diversificou a gama de produtos em linha, fabricando móveis escolares, linhas institucionais de escritório, de quarto e sala, sempre de alta qualidade.

Importante observar que em leitura de Zamoner (2016) foi afirmado por Buchmann (2015) que “o desenvolvimento de novas coleções de dormitório, salas de jantar, cadeiras e peças avulsas, acontecia aproximadamente a cada dois anos. Todavia as criações de peças como as poltronas de cinema, se davam conforme a necessidade e de acordo com a tendência do mercado (BUCHMANN, 2015 apud ZAMONER, 2016, p. 70), mostrando assim a importância que esse mobiliário tinha na produção da Móveis CIMO.

2. POLTRONAS CIMO E SUA REDE DE NEGÓCIOS

Para Silva (2021) o projeto de modernização empreendido pela Móveis CIMO S.A., por volta de 1921, estava relacionado com outros contextos de impulso modernizador, como o desenvolvimento das cidades e do cinema, um dos principais mercados consumidores da Móveis CIMO S.A., sobretudo durante as primeiras décadas de seu funcionamento. O autor relaciona a obra de José Inácio de Melo Souza, *Salas de cinema e história urbana de São Paulo (1895-1930): o cinema dos engenheiros*, que evidencia detalhes sobre o mobiliário, pois diversos cinemas em São Paulo, no início do século XX, eram equipados com cadeiras Thonet, também chamadas de cadeiras austríacas, justamente as que deram inspiração para a Móveis CIMO S.A. Além disso,

O autor também desenha um paralelo entre o cinema como um espaço de lazer e sociabilidade, além de destacar as mudanças ocorridas a partir da década de 1920 (portanto, em compasso com a fundação da Móveis CIMO S.A.), tais como a especialização dos espaços de cinema (a partir da tecnologia da sonorização e a necessidade de mobiliário fixo) e a relação intrínseca com a cidade, como espaço de lazer e pensamento urbanístico e sanitário.” (SILVA, 2021, p. 3)

Silva (2021) segue afirmando que a Móveis CIMO S.A., sobretudo no período entre as décadas de 1920 e 1940, construiu uma rede de relações que tornou seu mobiliário conhecido no mercado exibidor no Brasil, fama ratificada na década de 1950. Nesse sentido, agentes específicos estiveram em constante contato comercial e até mesmo afetivo. O autor destaca entre estes agentes, dois atores dessa rede: o periódico *Cine-Repórter* e o representante de vendas Gustavo Zieglitz. (SILVA, 2021, p. 3)

Adentrando um pouco mais no exposto, seguimos reproduzindo o artigo de Silva (2021) que diz que o *Cine-Repórter – Semanário Cinematográfico* foi uma publicação sediada na capital paulista, no bairro da Santa Ifigênia, criada em 1934 por Antenor Teixeira, cobria eventos, reivindicações e novidades de empresas cinematográficas (produtoras, representantes de vendas de equipamentos e exibidores) e claro, lançamentos de filmes. A Móveis CIMO S.A. tinha grande destaque na imprensa de um modo geral, e na imprensa especializada, como o *Cine-Repórter*, estava em constante evidência, seja a partir de anúncios pagos, mas também em notícias, artigos e colunas das mais diversas. Ou seja, a Móveis CIMO S.A. foi uma das maiores anunciantes, sendo que em muitas edições tinha um anúncio de página inteira ou meia página, e um anúncio menor da seção “Guia do Comprador”. (Silva, 2021, p. 4)

Já com relação ao comerciante Gustavo Zieglitz, este teve um papel fundamental no desenvolvimento do cinema em São Paulo, do ponto de vista da exibição. Zieglitz era um comerciante envolvido em diversos tipos de negócios, com destaque para três de suas empresas: o departamento de filmes, com a razão social de Empresa Cinematographica Pathé, o departamento de importação (desde brinquedos até automóveis) e o departamento de acessórios cinematográficos. Uma das novidades desenvolvidas por Zieglitz foi a sonorização e a sincronização do som de filmes, na passagem dos anos de 1929 e 1930 (Silva, 2021, p. 5). Para além da própria criação e dos novos modos de experimentar os filmes, a sonorização teve outra consequência no modo de exibição: a especialização dos espaços para cinemas, o que gerou a necessidade de reforma ou construção de novos cinemas com poltronas específicas. Ou seja, o mercado de equipamentos de cinema em São Paulo, sobretudo poltronas, estava em transformação e solidificação. O representante de vendas da Móveis CIMO S.A. de poltronas de cinema, pelo menos entre as décadas de 1920 até meados da década de 1940 era o próprio Gustavo Zieglitz, nomeado por Jorge Zipperer, justamente pelo fato dele já estar inserido no mercado cinematográfico. (SILVA, 2021, p. 7)

Ao reproduzir esse estudo de Silva procura-se, assim como o próprio autor, mostrar a rede de negócios (e também de laços afetivos) formada entre a Móveis CIMO S.A., Gustavo Zieglitz e o periódico, que possibilitou, em certa medida, o crescimento de empresas que acompanharam a modernização da cidade de São Paulo a partir do prisma do cinema como espaço de exibição, sociabilidade e espetáculo e equipamento urbano. Além disso o autor buscava também analisar o papel da indústria de mo-

biliário para cinema como outro agente da modernização das cidades.

Neste contexto, Silva (2021) cita que em um anúncio no *Cine-Repórter*, é apresentado como característica da empresa Móveis CIMO S.A. o número de poltronas instaladas pelo Brasil, e o número impressiona. Apenas no ano de 1952, segundo o texto, foram instaladas 108 mil poltronas, divididas em 123 cinemas pelo Brasil (*Cine Repórter*, 11 de julho de 1953, p. 5, apud SILVA, 2021, p. 9). O autor segue seu raciocínio afirmando que a ênfase nessa característica da expansão compunha um caminho de que mais poltronas significava mais cinemas (novos ou reformados), e mais cinemas era a consequência de uma cidade que se pretendia cosmopolita, culturalmente interessante e moderna no sentido urbano.

O referido autor destaca ainda outra característica presente nos anúncios da Móveis CIMO S.A.: a relação com a tradição. Ele apresenta dois anúncios que lhe chamaram a atenção. Um deles, de 13 de abril de 1957, implica a história da Móveis CIMO S.A. com a história do cinema, desde a sua manchete:

As poltronas CIMO acompanham a história do cinema:

Desde o nascimento do filme mudo de longa metragem e o aparecimento do cinema falado, até o extraordinário Cinemascope de hoje, a cinematografia mundial tem feito passos gigantesco, alcançando uma perfeição sempre maior. Acompanhando este fabuloso desenvolvimento, as poltronas CIMO vem proporcionando um conforto sem par aos espectadores do Brasil. De 1921 aos nossos dias, CIMO já equipou mais de 10.000 auditórios em todo o país, num total que supera dois milhões de poltronas. Esta preferência justifica-se pela perfeição dos desenhos, pela perfeita técnica empregada pelo acabamento esmerado a que são submetidas as Poltronas Cimo, apresentando um alto padrão de conforto e durabilidade. (Cine Repórter, 13 de abril de 1957, p. 7 apud, SILVA, 2021, p 10)

A partir disso, diz que é interessante notar que nesse anúncio da Móveis CIMO S.A., veiculado por um meio especializado em cinema, o *Cine-Repórter* (e, portanto, com leitores ligados não a um mercado de massa, mas a um circuito restrito de compradores) faz um apelo relacionando a história do cinema com os móveis. Destaca também como a CIMO constrói um discurso de modernidade atrelada a uma tradição, a um lastro de avanços (como o próprio cinema passou para chegar no lugar que ocupava naquele momento).

Como segundo exemplo em que aspectos da tradição são utilizados, o autor apresenta um anúncio em que há uma comparação verbal e visual das poltronas da Móveis CIMO S.A. com os assentos dos teatros gregos:

As poltronas CIMO trazem em suas linhas a mesma perfeição e elegância, inspiradas na arte grega!

Há 2.500 anos, poltronas como esta eram reservadas, nos anfiteatros, exclusivamente às autoridades. Hoje, porém, o conforto deixou de ser um privilégio [sic] para se tornar um direito de todos. Outrora, para assistir aos espetáculos, o povo se assentava nas arqui-

bancadas de pedra, sem o minino [sic] conforto. Na atualidade, qualquer pessoa poderá instalar-se, comodamente, numa poltrona estofada. (Cine-Repórter, 9 de dezembro de 1959, p.14, apud SILVA, 2021, p. 12)

O autor destaca que a comparação também é feita a partir de uma imagem, em que é colocada uma poltrona estofada ao lado de uma fotografia de uma poltrona de sacerdote do anfiteatro de Dionísio, em Atena, segundo a legenda. De início, pode parecer um pouco excêntrico, mas ao ler o texto que acompanha a imagem, percebe-se o quão revelador ele é. Esse apelo à tradição na questão estética (e até do conforto — ainda que o assento grego fosse de pedra) gera uma contradição quando o próprio texto do anúncio pontua que, massificar o conforto e torná-lo acessível é uma inovação. Em um cinema com 2000 poltronas, todas seriam iguais, da mesma fábrica e do mesmo modelo (no entanto, os mecanismos de distinção são muitos e são sutis: havia diferenciação de cinemas, de salas e até os camarotes e galerias). O autor complementa que construir esse argumento a partir do clássico para se chegar ao moderno, foi um recurso que pôde abranger tanto a questão do desenho industrial como também da pretensa democratização do entretenimento e do consumo que a fábrica postulava.

Silva (2021) cita também que a característica da construção do espaço é um traço na publicidade da Móveis CIMO S.A., no qual seus produtos eram fotografados instalados, acompanhado de textos que destacavam o afã construtor de cinemas. E informa que no jornal *Cine-Repórter* o assunto era recorrente, além de em algumas edições noticiar sobre a construção de cinemas em que a Móveis CIMO S.A. figurava como fornecedora de mobiliário, esse recurso também era usado na publicidade, em uma série de anúncios com o título “Todos os bons cinemas são montados com Poltronas CIMO”. Nesse caso, cada anúncio era único, pois descrevia um cinema diferente em cada aparição.

Como mais um item de análise da relação dos Móveis CIMO com os cinemas, e a consequente estruturação destes espaços com o mobiliário CIMO, Silva (2021) faz a análise de uma notícia do *Cine-Repórter* de 21 de julho de 1951, que narra a assinatura de um contrato para a compra de 6000 poltronas para a rede do exibidor Paulo Sá Pinto, que teve importante atuação na construção de salas em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre:

As poltronas CIMO, que já constituem uma tradição nos meios cinematográficos, devido à sua perfeição e durabilidade, marcaram mais uma retumbante vitória ao vencer a concorrência para o fornecimento de 6.000 poltronas de madeira, estofadas, que serão instaladas em três novos cinemas do centro da cidade. [...] A Companhia Industrial de Móveis, no decorrer de 1950 instalou 188 cinemas em todo o território brasileiro, obtendo com isso a média de 1 cinema instalado em cada dois dias. O número de cinemas instalados com poltronas CIMO demonstra claramente a preferencia do público e dos exibidores pelo produto oriundo do maior parque industrial da América do Sul no ramo de móveis. E Paulo Sá Pinto, um exibidor progressista, a cujas empresas São Paulo e o

sul do país devem arrojadas iniciativas no campo do comércio cinematográfico, não quiz fugir à regra geral, procurando na fábrica onde labutam 2.000 operários, a melhor poltrona pelo menor preço. (Cine-Repórter, 21 de julho de 1951, p. 1-2 apud SILVA, 2021, p. 13 e 14)

O autor destaca que a notícia retrata uma síntese de relações que colocou a Móveis CIMO S.A em um circuito do cinema, a partir da qualidade, da expansão de instalações, e do tamanho da fábrica a partir do número de operários, como características de uma empresa parceira da construção de cinemas, e, assim, da modernização, a partir do prisma cultural e do entretenimento nas cidades.

Em sentido oposto, Carvalho (2019) faz uma análise da CIMO e os problemas que levaram a empresa a falência e destaca que antes da chegada da televisão, abriam-se cinemas por todo canto do Brasil e também no exterior e a CIMO os abastecia com poltronas. Sua especialidade em poltronas de cinema, com a chegada da televisão, também entrou em colapso, pois os cinemas diminuíram, ninguém mais abria cinemas em parte alguma desse país, porque os espectadores ficavam em casa, acomodados em suas poltronas na sala assistindo programas de TV.

2. AS POLTRONAS CIMO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Com as citações apresentadas podemos observar a importância que a Móveis CIMO teve também para os cinemas e, conseqüentemente, para algumas cidades brasileiras. Vale lembrar que além dos cinemas, a CIMO também forneceu mobiliário para auditórios, dotando muitas instituições escolares com móveis de qualidade. Como exemplo podemos relacionar o auditório da Universidade Federal do Paraná, que está apresentado no trabalho de Sousa (2015), além do miniauditório do MESC (Sala Euterpe), como já informado.

Considerando a durabilidade dos móveis CIMO, alguns espaços ainda hoje possuem estes móveis em utilização, ou mesmo em acervo. Dentro deste contexto, relacionamos o trabalho de recuperação das poltronas CIMO que hoje temos no acervo do MESC. Inicialmente foi realizado um estudo para saber de onde foram obtidas as poltronas, uma vez que a primeira menção que se obteve das mesmas foram fotos do reencontro de uma turma de 1944, que aconteceu no auditório do Museu, no ano de 1998. Em 2012 essas poltronas apresentavam um processo de deterioramento considerável. Ao realizar um inventário das poltronas e de seu estado, a coordenadora do Museu, professora Sandra Makowiecky, não mediu esforços no sentido de resguardar o patrimônio representado pelas poltronas, otimizando seu uso, respeitando a fragilidade da sua já comprometida estrutura, bem como de buscar formas de recuperar esse patrimônio. Sabendo que a CIMO se destacou por fornecer poltronas para os cinemas, que na época movimentavam as ruas das principais cidades, como no caso do centro de Florianópolis, onde por anos funcionou o Cine Ritz, além do mobiliário es-



Primeira referência: Reencontro da turma de 1944 realizado em 1998. Acervo MESCC



colar, em 2013 foram iniciados os trâmites para o processo de recuperação das poltronas que pertenciam ao acervo permanente do MESC. Em dezembro de 2014 a empresa vencedora da licitação para recuperação retirou as poltronas do Museu para executar os serviços, devolvendo-as em março de 2015. Com o processo e com o número de peças disponíveis foi possível montar 60 poltronas, sendo 10 conjuntos de 4 lugares, e 10 de 2 lugares, todas recuperadas e devidamente montadas na Sala Euterpe.

As poltronas que temos no MESC são estofadas, mas existem também os modelos mais simples, sem estofamento. Como já apresentado para os demais itens do mobiliário CIMO, também as poltronas de cinema/auditório sofreram evolução ao longo do tempo, ajustando as novas tecnologias de produção e privilegiando o conforto de seus usuários.

Com o slogan “Móveis Cimo fornecendo as melhores poltronas de cinema das Américas”, é possível perceber a importância de manter este mobiliário no acervo e sua contribuição para a preservação de um patrimônio da cultura material, representando a solidez da empresa CIMO e toda sua especificidade na produção de móveis de madeira, que podem trazer lembranças significativas aos nossos visitantes, além de servirem como fonte de pesquisa para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836- 1914)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. 111 f. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/raquel_xavier_de_souza_castro.pdf. Acesso em 12 out. 2021.

CARVALHO, Celso. CIMO – vida e morte. **Jornal do Povo**, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldopovo.com.br/2.1564/cimo-vida-e-morte-1.2183865>. Acesso em 21 out. 2021.

GALANI, Luan. Conheça a história da lendária Móveis Cimo e seus desenhos eternos. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/design/conheca-a-historia-da-lendaria-moveis-cimo-e-seus-desenhos-eternos/>. Acesso em 21 out. 2021.

MESC, **Museu da Escola Catarinense**. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2006>. Acesso em 20 out. 2021.

SILVA, Osvaldo Bruno Meca Santos da. **Móveis CIMO S.A.: Indústria, Cinema e Cidades**. Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia/ organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628519453_ARQUIVO_7d6f07a53c6494c350e-bbdab3f5c1767.pdf. Acesso em 25 out. 2021.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1954)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 217 p. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/dissertacao_moveis_cimo_.pdf. Acesso em 20 de out. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por Uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas**, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 29-45, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>. Acesso em 21 out. 2021.

ZAMONER, Michele Tais Dalle Carbonare. **Estudo sobre a Durabilidade do Mobiliário da CIMO S.A.: Uma Contribuição para o Design de Móveis Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. 133 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43508/R%20-%20D%20-%20MICHELE%20TAIS%20DALLE%20CARBONARE%20ZAMONER.pdf?sequence=3>. Acesso em 21 out. 2021.

3.5.3. Coleção de Miniaturas do Mobiliário Escolar *Cimo*

Para compreender melhor a importância desta coleção, destacamos o trabalho de Brandão (2017), o qual reproduzimos em grande parte dada sua contribuição para este item de nosso acervo.

De acordo com Brandão (2017) o fascínio pelas miniaturas esteve presente em diferentes épocas e culturas. A autora apresenta o pensamento de Rozenstraten que afirmou ser possível reconhecer a presença disseminada de modelos tridimensionais arquitetônicos, em dimensões reduzidas, entre diferentes períodos das civilizações como uma experiência que fazia parte do processo da criação. A autora afirma também que a representação do mobiliário em escala reduzida já fazia parte do interesse dos egípcios antigos, capazes de desenvolver, de modo sistemático, o feitio e o uso do mobiliário em tamanho real, com um alto grau de refinamento técnico e importantes significados honoríficos. Outra abordagem apresentada pela autora é que as miniaturas são dotadas de uma “mágica” de transposição e de transformação em direção ao objeto real e que por esse sentido mágico, as miniaturas de móveis passariam a habitar constantemente o universo infantil, como peças de brinquedo. Para a autora

O mundo das miniaturas está relacionado com diferentes ordens culturais: a crença na continuidade da vida terrena após a morte; o significado mágico da transformação de uma réplica miniaturizada em seu equivalente de tamanho real na vida do além; o contexto dos brinquedos, entendidos em sua complexidade enquanto símbolos que permitem o diálogo com o mundo adulto, também no que se refere ao modo como os brinquedos são produzidos. Em outras palavras, nesse último sentido, a história do mobiliário em miniatura teria uma estreita relação com a história de como os móveis foram produzidos em “tamanho real”. Assim, a passagem da produção artesanal dos brinquedos, no século XVIII, para a industrial, no XIX, reflete o mesmo processo de diluição que ocorria no ambiente das oficinas de produção de mobiliário, as quais haviam atingido, no Setecentos, seu mais alto grau de refinamento artesanal, técnico e estético para, em seguida, ver tal especialidade ir gradativamente ganhando contornos de manufaturas e de produção protoindustrial. [...] As miniaturas eram também móveis que, se considerados em proporções reais, eram destinados a determinados usos e, ao terem suas formas reduzidas, eram adaptados para funções semelhantes: cômodas em miniatura eram pequenos cofres ou porta-joias; arcas e baús corresponderiam a caixinhas para guardar objetos diminutos, e assim por diante. (BRANDÃO, 2017, p. 171)

Do trabalho de Brandão tem-se que de acordo com as normas para inven-



tário relativas ao mobiliário, publicadas pelo Instituto Português de Museus, considera-se móvel em miniatura “um móvel de pequenas dimensões, caracterizado por apresentar em geral materiais de qualidade e execução cuidada, tendo em vista diversas finalidades. Embora a destriça possa ser difícil, não deve ser confundido com um brinquedo”. (BRANDÃO, 2017, p. 172)

A autora esclarece também que em Portugal e na França, a produção de miniaturas eram provas de exame para que um artesão passasse a ser mestre nas corporações. O acesso à maestria se fazia perante um júri de mestres. Os pequenos móveis permaneceram como “raros exemplos de perfeição” e caracterizam-se pela precisão matemática de suas dimensões, por trazerem elementos e detalhes de difícil execução, e por seu virtuosismo e qualidade de execução sob uma aparente simplicidade.

Outra observação que nos chama atenção no estudo de Brandão é a citação de que em alguns casos, para que o cliente aprovasse um móvel a ser concretizado em tamanho natural, o artesão lhe fornecia primeiramente uma miniatura, a fim de que se pudesse julgar melhor o efeito e a forma que teria o móvel definitivo. Importantes ateliês de móveis do século XVIII, como o de Thomas Chippendale, na Inglaterra, apresentavam pequenos modelos em suas lojas.

A autora informa também que

O Castelo de Vendevre, ao noroeste da França, abriga o Museu do Mobiliário em Miniatura, considerado como o primeiro e mais importante acervo do gênero no mundo, com cerca de oitocentas pequenas peças de móveis que vão desde o século XVI ao estilo art déco. (BRANDÃO, 2017, p. 171)

Do ponto de vista museológico, a coleção foi organizada em temas que acabam por definir alguns dos sentidos das miniaturas de móveis, como temos visto: modelos e maquetes; obras-primas de mestres e auxiliares; recriações (objetos feitos em miniaturas enquanto tais, como presente, sinal de amizade ou reconhecimento); *tabletterie* (tabuleiros de jogos e outras peças com incrustações em madeira e marfim, destinados a guardar pequenos pertences, ao modo de cofres ou portajóias); móveis de crianças (brinquedos); e mobiliário religioso.

Com este trabalho é possível observar que não só em nosso Museu as miniaturas fazem parte do acervo, mas elas tem se destacado e chamado a atenção também em outros museus mundo afora.

1. PAIXÃO POR MINIATURAS

Em uma rápida pesquisa nas redes sociais podemos encontrar diversas pessoas que se dizem apaixonados por miniaturas. Cada qual escolhe um tema, sendo as mais comuns referidas aos meios de transportes, como carros, aviões, etc. Outros exemplos, como as miniaturas de relógios cucos, ou mesmo de casinhas colecionáveis





As miniaturas são réplicas dos móveis originais, feitas manualmente com lâminas de madeira. A coleção é composta de dois conjuntos, um na escala 1:6 e outro conjunto na escala 1:10. Cada conjunto é composto por 34 unidades.

não são tão comuns, mas existem e tem ganhado adeptos pelo mundo todo.

Existem aqueles que fazem coleções de miniaturas, em suas residências, compondo-as com objetos de viagens adquiridos nos diferentes locais que visitam. São lembranças do local que acabam trazendo para os colecionadores (ou acumuladores, como alguns costumam se denominar, por não se enquadrarem nas características de coleção) recordações dos bons momentos que tiveram ao conhecer um determinado país ou cidade.

Como apresentado anteriormente, pode-se observar que a produção de miniaturas é bem antiga e foi evoluindo com o passar dos anos, seja nos materiais utilizados, no processo de produção, ou até mesmo nos temas a que se referem as miniaturas.

Neste contexto, no Museu Mosenhor Estanislau Wolski, localizado no município de Santo Antônio das Missões (RS), conforme apresentado no estudo de Ahlert (2009), existe uma coleção única de 73 imagens missionárias dos séculos XVII e XVIII, sendo considerado o segundo maior acervo de miniaturas em arte barroca jesuítica do Brasil. Essas miniaturas evidenciam a transposição do ambiente sagrado da Igreja para o espaço individual do culto doméstico. Assim como no trabalho de Brandão, também neste observa-se as miniaturas referenciadas a questões religiosas, possivelmente ligadas a um período histórico característico.

Também observa-se que as miniaturas tem possibilitado levar arte e cultura a diferentes locais e pessoas, uma vez que a reprodução de cenários e/ou objetos em escalas reduzidas permite uma forma de transporte facilitada, podendo ser direcionada a regiões diversas. Hoje muitos *shoppings* e museus realizam exposições de curta duração para possibilitar uma ampliação de opção de lazer aos seus usuários. Den-



tre alguns exemplos aqui de nossa região podemos citar a exposição de miniaturas Enxaimel, ocorrida no Museu Histórico de Santa Catarina, em 2017, com trabalhos do artista Max Diel Volles. A exposição contempla 10 miniaturas de edificações enxaimel e uma ponte, cujo objetivo foi mostrar o trabalho artífice de carpintaria e a complexidade destas estruturas, uma vez que todas as miniaturas têm as mesmas características das reais e o mais impressionante é que também são desmontáveis. Este é apenas um exemplo, mas poderíamos citar muitos outros que tem sido realizados através de miniaturas com a função primordial de resgatar e valorizar a memória e cultura, bem como as tradições de um povo.

A paixão por miniaturas também é observada com o público que visita o MESC, ao se deparar com as peças que reproduzem o mobiliário escolar CIMO, estes apresentam um encantamento natural e alguns inclusive questionam se não existem peças para venda, dada a fidedignidade com que foram produzidas e as lembranças que trazem para muitos visitantes, cada qual com suas recordações do seu tempo de escola.

Destacamos aqui também uma frase que chamou atenção no início do trabalho de Ahlert, de autoria de Gaston Bachelard, que diz: “a miniatura faz a imagem passar do nível de imagem que se vê para o nível de imagem que se vive”, com a qual buscamos mostrar o porquê essa coleção de miniaturas faz parte de nosso acervo e foi pensada carinhosamente para compor uma de nossas coleções.

2. A COLEÇÃO DE MINIATURAS DO MESC

O MESC possui em seu acervo uma coleção de miniaturas representativo do mobiliários escolar dos móveis CIMO, produzidos por Monica Quaggio Augusto, proprietária da empresa “Mo Miniaturas”, localizada em Curitiba. Disponível em <<https://www.facebook.com/mo.miniaturas.3>> e <<http://miniaturasmodelando.blogspot.com>>

Nesta coleção podem ser encontrados exemplares de móveis CIMO que existiam no acervo do Museu até a data da produção das miniaturas, os quais foram avaliados por Monica, devidamente medidos e reproduzidos em duas escalas diferentes. As miniaturas são réplicas dos móveis originais, feitas manualmente com lâminas de madeira. Um conjunto dos móveis foi desenvolvido na escala 1:6 e outro conjunto na escala 1:10. Cada conjunto é composto por 34 unidades.

Vale ressaltar que Monica realizou um trabalho artesanal delicado, refinado e com fiel reprodução de todos os detalhes dos móveis, incluindo as etiquetas famosas da marca CIMO. Ela é uma profissional experiente na área de miniaturas, tendo produzido já vários exemplares e desenvolvidos trabalhos relevantes na área. Ao visualizar esta coleção no Museu é possível observar a riqueza de detalhes e perfeição com que as peças foram desenvolvidas. Listamos a seguir as peças que constam em nossa coleção:

QUANT.	DESCRIÇÃO	MATERIAL UTILIZADO
01	Miniatura Cadeira CIMO 1001	madeira Imbuia
01	Miniatura Cadeira Formiga	madeira Imbuia e metal
01	Miniatura Cadeira Giratória	madeira Imbuia (mecanismo de girar)
01	Miniatura Cadeira para Mesa de Reunião	madeira Imbuia
01	Miniatura Poltrona de Madeira	madeira Imbuia
01	Miniatura Mesa de Reunião	madeira Imbuia
01	Miniatura Mesa Baú	madeira Imbuia (mecanismo abrir e fechar)
02	Miniatura Mesinha + Cadeira	madeira Imbuia
01	Miniatura Mesinha de Centro	madeira Imbuia
01	Miniatura Escrivaninha Pequena	madeira Imbuia (gavetas abrir e fechar) + Tampão de vidro
01	Miniatura Escrivaninha Média	madeira Imbuia (gavetas abrir e fechar)
01	Miniatura Cadeira CIMO	madeira Imbuia (assento móvel)
01	Miniatura Balcão Pequeno	madeira Imbuia (mecanismo abrir e fechar)
01	Miniatura Poltrona Cinema CIMO (conjunto de 3 cor marrom)	madeira Imbuia (assento móvel) couro marrom
01	Miniatura Poltrona Cinema CIMO (conjunto de 3 cor colorido)	madeira Imbuia (assento móvel) couro vermelho, laranja e amarelo
01	Miniatura Cadeira com Braço – CIMO	madeira Imbuia
01	Miniatura Armário Médio	madeira Imbuia e vidro (mecanismo abrir e fechar)
01	Miniatura Armário Pequeno	madeira Imbuia e Vidro (mecanismo de abrir e fechar)
01	Miniatura Armário Arquivo	madeira Imbuia (gavetas abrir e fechar)
01	Miniatura Armário Porta Bandeira	madeira Imbuia

01	Miniatura Púlpito	madeira Imbuia
01	Miniatura Carteira com Mesa Individual	madeira Imbuia (assento móvel)
01	Miniatura Banco Escolar Pequeno	madeira Imbuia
01	Miniatura Banco Escolar Médio	madeira Imbuia
01	Miniatura Namoradeira Encosto Trabalhado	madeira Imbuia
01	Miniatura Namoradeira Encosto Reto	madeira Imbuia
01	Miniatura Quadro-Negro	madeira
01	Miniatura Banco Escolar de Pátio	madeira Imbuia
01	Miniatura Carteira Baú Individual CIMO	madeira Imbuia (tampo abrir e fechar)
01	Miniatura Poltronas CIMO	madeira Imbuia (assento móvel)
01	Miniatura Carteira Individual CIMO	madeira Imbuia
01	Miniatura Chapeleira CIMO	madeira Imbuia e espelho

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Jacqueline. O acervo de miniaturas missioneiras Museu Monsenhor Estanislau Wolski. **História: Debates e Tendências** – v.8, n. 2, jul/dez 2008, p. 310-323, publi, no 2º sem. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456403005.pdf>. Acesso em 27 out. 2021.

BRANDÃO, Angela. Móveis em miniatura: a demonstração de um saber fazer. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.25. n.1. p. 169-197. jan.-abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/wQ8SqFZGRBXymL3q4kkzw6b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 out. 2021.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836- 1914)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. 111 f. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/raquel_xavier_de_souza_castro.pdf. Acesso em 12 out. 2021.

CARVALHO, Celso. CIMO - vida e morte. **Jornal do Povo**, 22 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.jornaldopovorn.com.br/2.1564/cimo-vida-e-morte-1.2183865>. Acesso em 21 out. 2021.

GALANI, Luan. **Conheça a história da lendária Móveis Cimo e seus desenhos eternos**. 2017. Dispo-

nível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/design/conheca-a-historia-da-lendaria-moveis-cimo-e-seus-desenhos-eternos/>. Acesso em 21 out. 2021.

MESC, Museu da Escola Catarinense. Disponível em: <https://www1.udesc.br/?id=2006>. Acesso em 20 out. 2021.

SILVA, Osvaldo Bruno Meca Santos da. Móveis CIMO S.A.: Indústria, Cinema e Cidades. **Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia.** Organização Márcia Maria Menendes Motta. 1. ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628519453_ARQUIVO_7d6f07a53c6494c350e-bbdab3f5c1767.pdf. Acesso em 25 out. 2021.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1954).** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. 217 p. Disponível em: http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/dissertacao_moveis_cimo_.pdf. Acesso em 20 de out. 2021.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por Uma História Sensorial da Escola e da Escolarização. **Revista Linhas**, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis, v. 11, n. 02, p. 29-45, jul/dez 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2127/1629>. Acesso em 21 out. 2021.

ZAMONER, Michele Tais Dalle Carbonare. **Estudo sobre a Durabilidade do Mobiliário da CIMO S.A.: Uma Contribuição para o Design de Móveis Contemporâneo.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. 133 f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43508/R%20-%20D%20-%20MICHELE%20TAIS%20DALLE%20CARBONARE%20ZAMONER.pdf?sequence=3>. Acesso em 21 out. 2021.

3.6. Coleção de Carteiras Escolares

Coadjuvante de nossa vida escolar, o conjunto de mesa e cadeira conhecido como “carteira” é, sem dúvida, o maior cúmplice dos alunos. As carteiras escolares acompanham os alunos da educação infantil ao ensino superior e são vistos como exemplo que caracterizam a instituição escolar, pois em qualquer local, até mesmo em uma empresa, se houver uma sala com carteiras, ali se concretiza uma sala de aula, visto serem as carteiras a referência simbólica deste espaço.

Para este importante material escolar tanto pode ser dito, tantas histórias, formatos, funções... Assim como os cadernos, as carteiras também tiveram sua evolução ao longo dos períodos, com mudanças em sua estrutura ao longo do tempo. De modo a abordar algumas considerações importantes sobre este “objeto”, tomamos como base a concepção apresentada por Castro (2009) que afirma se tratar do conjunto escolar constituído por mesa e cadeira apropriadas para os alunos sentarem (se acomodarem) na sala de aula, podem também ser encontrados sob a denominação de “classes”, “bancos”, “mesa-banco”, “*table-banc*”, “carteira escolar”, “cadeira”... A referida autora, em sua dissertação de mestrado, apresentou um vasto levantamento sobre este objeto da escola, o qual reproduzimos em grande parte neste item, dada a relevância do trabalho desenvolvido.

A autora inicia dizendo da importância de se estudar este objeto, que está presente nas salas de aula desde as primeiras escolas no século XVI, mas apontando as dificuldades em se encontrá-lo ainda íntegro: “mesmo entrando em porções, a informação mais frequente é de que o antigo mobiliário foi queimado ou jogado no lixo quando os novos móveis chegaram nas escolas” (CASTRO, 2009, p. 20), fato pelo qual destacamos a importância de manter um acervo deste objeto no MESC.

Ainda quanto a denominação das carteiras, o trabalho de Vanz (2019) afirma que a nomenclatura desse mobiliário se alterou com o passar do tempo, tendo identificado em sua análise uma certa temporalidade à maneira como as mesas destinadas aos alunos são chamadas. Para tanto, relaciona que as mesas escolares destinadas aos alunos primeiramente eram chamadas de escrivaninhas, classes e apenas na década de 1920 são chamadas de carteiras. Segue afirmando que:



Essa nomenclatura está, também, relacionada com a configuração física dessas mobílias: as escrivaninhas eram maiores, pensadas para acomodar um número maior de crianças, enquanto as carteiras escolares, mesmo não sendo de uso individual, eram destinadas ao uso em duplas ou quantidades menores de alunos. [...] Importante também perceber que, junto às escrivaninhas, havia a presença dos bancos, enquanto as carteiras eram mencionadas sozinhas, o que também nos permite identificar que essas carteiras estavam relacionadas à configuração de bancos e mesas acoplados, enquanto as escrivaninhas dependiam dos bancos para o seu uso. (VANZ, 2019, p. 127).

1. PRIMEIRAS “CARTEIRAS”

Num contexto histórico, Castro (2009) afirma que por volta de 1840, no Brasil, a escola se ocupava apenas do ensino da leitura e o apoio para o impresso poderia ser o próprio colo. Traz abordagens de outros autores que mostram que nos primórdios da educação, na Grécia, somente o professor sentava em cadeiras e os alunos sentavam em uma espécie de “bancos” sem encosto, não havia mesas para nenhum deles, com tabuinhas de cera, que eram rígidas, os alunos escreviam sobre os joelhos. Vale lembrar que o ensino da leitura nas escolas é anterior ao ensino da escrita, conforme relatado por Jean Hébrard, o qual assinala que ainda no início do século XIX, na França, primeiro aprendia-se a ler, depois, a escrever e, por fim, a desenhar números, sendo poucas as crianças que iam além das classes de leitura (HÉBRARD, 1999, apud CASTRO, 2009). Já com a chegada do ensino da escrita (sendo o ensino da escrita bem anterior à lousa), um apoio para colocar a lousa, a ardósia ou o papel para escrever passou a ser fundamental. Assim, a mesa ou a carteira ganhou seu espaço nas salas de aula, de acordo com os métodos de ensino aplicados.

A autora acrescenta que com relação a mesa, após sua invenção ela passou a ditar maneiras de civilidade, sendo que nela a alimentação foi transfigurada em relações sociais e ela passou a ter uma função socializadora. Já com relação à origem das cadeiras, estas se relacionam com descanso; porém, com menos evidência do que a cama, seria um objeto para repouso intermediário, entre ficar em pé e deitar em uma cama. As cadeiras também apresentavam uma relação com o conforto e com o status social. Entretanto, foi na escola que a mesa e a cadeira se encontraram com maior força, possibilitando, além da higiene do corpo, disciplina, conforto e aprendizagem, perpetuando-se como objeto fundamental para um bom ensino. Todavia, as carteiras escolares só foram ganhando espaço no ensino quando se fez necessário um apoio para ensinar a escrever; até então, ensinava-se primordialmente a ler.

2. RELAÇÃO ENTRE AS CARTEIRAS E OS MÉTODOS DE ENSINO

Durante seu estudo, Castro (2009) evidenciou uma considerável relação entre o mobiliário escolar e os métodos de ensino. No primeiro ato da Assembléia de Santa Catarina, em 1836, sobre a instrução pública, já foram citados os métodos que deveriam ser desenvolvidos nas escolas de primeiras letras: individual e mútuo. Apesar

desta lei não se referir especificamente ao mobiliário, há evidência de que cada método tinha seu mobiliário. Sem adentrar nas especificidades e caracterização de cada um desses métodos, apenas cita-se que no ensino individual ocorre uma orientação do professor para cada aluno em separado de acordo com o grau de conhecimento e aprendizagem de cada aluno, no qual era basicamente ensinado a ler, escrever, realizar as quatro operações de matemática, com mobiliário escasso. Já o método mútuo apregoava o ensino com os alunos agrupados, de forma a ensinar a um número grande de alunos, com baixo custo.

Cada método indicava como deveria ser a sala de aula e, consequentemente, o mobiliário a ser utilizado e como ele deveria estar disposto na sala. Assim, passa-se de uma sala onde havia uma mesa e cadeira para o professor e apenas bancos para os alunos, a uma sala onde começam a existir a mesa e cadeira do professor, com longos bancos e mesas de areia para os alunos. Mais tarde utiliza-se o método de ensino simultâneo (fins do século XVII), onde um único professor instrui simultaneamente a todos os alunos, que realizam as mesmas tarefas, aprendem os mesmos conteúdos, ao mesmo tempo.

Neste método de ensino, as carteiras eram enfileiradas, no sentido de permitir a vigilância e controle dos alunos, onde a frontalização é uma das características que possibilitaram a disciplina e principalmente o ensino de todos os alunos ao mesmo tempo. De forma resumida a autora afirma que cada método de ensino – individual, mútuo e simultâneo – ditou a localização e a forma das carteiras escolares, sendo que nos métodos de ensino individual e mútuo estabelecia-se uma grande relação com o mobiliário. No método individual, ele não parecia ser importante. Bancos sem encosto, cadeiras apenas ou até mesmo o chão serviriam para os alunos se acomodarem. Não era necessário um apoio para escrever, pois, primordialmente, se ensinava somente a ler. Para o método de ensino mútuo, a forma da sala de aula deveria ser um grande retângulo, para que todas as mesas estivessem de frente para um dos topos da sala, onde se encontravam um estrado elevado e o quadro negro. A frontalização do ensino começava a se firmar nas escolas. Já para o ensino simultâneo, a frontalização era marca registrada, uma vez que a disposição dos bancos na sala de aula auxiliou na aplicação do método de ensino, organização que está presente até hoje nas salas de aula da maioria das escolas, ou seja, pode-se dizer que ao longo do tempo, foi-se configurando uma forma permanente, com carteiras enfileiradas, umas atrás da outras; disposição que não restringiu-se às escolas, mas ultrapassou seus muros, estando presente em empresas e outros locais onde possa haver uma sala de aula.

O autor Vidal (2000, apud Oliveira *et al*, 2015), lembra que quando o ensino simultâneo começa a se proliferar no Brasil, ocorre um desenvolvimento maior de materiais escolares, mais especificamente os relacionados ao ensino da escrita, onde houve uma disseminação das carteiras, importadas, adaptadas a estatura do aluno e

fixas ao chão para evitar mobilidade, e também o uso de ardósias para a aprendizagem inicial do escrever.

Dando sequência Castro (2009) enfatiza que as carteiras escolares não eram dispostas ao acaso (sem intenção) nas salas de aula, mas que a disposição guarda intenções previamente estabelecidas: pela vontade do professor, das autoridades de ensino, dos métodos de ensino, dos regulamentos, das leis ou dos manuais, havendo pouca autonomia para alterar a organização espacial, sendo que grande parte das escolas ainda hoje apresentam a mesma forma de apresentação das carteiras dentro das salas de aula. Para corroborar sua afirmação cita outros trabalhos desenvolvidos na área, como por exemplo, as dissertações de mestrado de Maria de Fátima C. M. de Sá Machado, *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal (1835-1970)*, que trata da história da evolução das carteiras escolares do ensino primário em Portugal e tem como foco o discurso médico-higienista, a postura dos alunos ao sentar e os tipos e modelos de mobiliário ao longo da história da educação, especificamente em Portugal e em outros países da Europa.

3. A CARTEIRA E AS QUESTÕES ERGONÔMICAS

Seguindo no contexto histórico, a autora afirma que na legislação de Santa Catarina, a preocupação com diversos tamanhos de carteiras aparece somente em 1892, através de uma especificação detalhada sobre bancos e mesas (comprimento e largura), cujas dimensões eram definidas em acordo com as idades dos alunos, de modo a torná-las mais ergonômicas e adaptadas. Importante registrar que a preocupação com a regulação e a normalização do corpo esteve presente na educação ao longo dos anos. Em cada método, a disciplina do corpo aparece de forma diferente. Cita-se inclusive que para obter uma boa caligrafia era necessário uma ginástica corporal e uma carteira escolar adequadas, cabendo ao professor vigiar a postura dos alunos. A exemplo da disciplina do corpo, o Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina, decretado pela lei nº 967, de 1913, no artigo nº 331, estabelece como os professores e diretores deviam zelar pela postura de seus alunos. Nesse contexto, Castro (2009) exemplifica ainda que em Portugal os higienistas escolares do início do século XX chamavam a atenção para os problemas que as escolas causavam na saúde dos alunos, sugerindo carteiras escolares com aparelhos colocados nas costas dos alunos para que eles não chegassem perto demais dos cadernos ou livros, evitando problemas de miopia. De modo geral, para todos os locais a higiene escolar foi um preceito que desde os fins do século XIX se buscou melhorar através de um mobiliário adequado, pois além de possibilitar uma postura correta, aliada ao conforto e ao bem-estar do aluno, poderia evitar transmissão de doenças, problemas na coluna e até mesmo de visão. Segue afirmando que muitos arquitetos, educadores, médicos, engenheiros, professores, inspetores se preocuparam com o bem-estar dos alunos; aperfeiçoaram

a carteira, tornando-a mais adequada para que não causasse problemas à saúde dos alunos, mas que, em momento algum se pensou em retirar das salas de aula tal objeto, como também se viram poucas tentativas de mudar sua posição ou de tirar as carteiras das fileiras, caracterizando as carteiras como uma marca específica da escola.

A dissertação de Vanz (2019) traz contribuições neste sentido quando a autora faz referência a um documento redigido ao Ministério da Saúde e Educação por Rui Barbosa, no início do século XIX, apresentando um parecer sobre a Reforma do Ensino Primário contendo orientações a respeito das características específicas do *design* das carteiras escolares, relacionando a partir de então disciplinas higienistas com preceitos ergonômicos. As características físicas das carteiras contemplavam dimensões mais adequadas, especificadas com termos como distância (separação entre a aresta anterior do assento e o alinhamento vertical da mesa), diferença (altura entre a mesa e o banco) e a inclinação da superfície da mesa.

4. OS MOVIMENTOS HIGIENISTAS E SUA INFLUÊNCIA NAS CARTEIRAS ESCOLARES

Castro (2009) destaca que com o surgimento dos movimentos higienistas no século XIX, a escola passou a ensinar sobre questões de higiene e o meio escolar começou a ser observado como um espaço de prevenção, de saúde física e moral. Houve uma grande preocupação com a postura do aluno na carteira escolar, onde os bancos sem encosto eram taxados por facilitar a coluna a ficar torta, devendo ser substituídos por cadeira com encosto e mesas com angulação adequada para que os alunos pudessem ler e escrever sem ter que dobrar a coluna. Outro problema apontado pelos bancos sem encosto, era a inquietação dos alunos; por ser difícil e desconfortável ficar muito tempo na mesma posição, os alunos se mexiam constantemente, fazendo com que os professores chamassem a atenção por mau comportamento. Da mesma forma que no exterior, isso também ocorreu no Brasil.

Segue afirmando que os alunos, sentando-se corretamente nas carteiras escolares, possibilitariam uma melhora em sua saúde; a sala de aula ficaria esteticamente “mais bonita e harmoniosa” e, principalmente, o comportamento do aluno poderia ser controlado com maior rigor e destaca a citação de Julia Varela que afirma que isto só foi possível com a chegada das carteiras individuais, as quais seriam um dispositivo fundamental para disciplinar. Para esta autora, a troca da mesa-banco por carteiras escolares individuais nas salas de aula possibilitou uma rigorosa disciplina e distanciamento entre os alunos. Na mesa-banco, as trocas com o colega que sentava ao lado eram constantes; podia-se trocar uma risada, um lápis ou até algumas “colas” nas provas (CASTRO, 2009, p. 60 e 61).

Ainda traçando um paralelo entre a análise de Vanz e Castro, verifica-se que as duas autoras apresentam as carteiras escolares e a maneira como estas foram sendo adequadas ao pensamento ergonômico e também aos quesitos de higiene. Vanz (2019)

afirma que a carteira era inicialmente formadas por banco e escrivaninha, depois sofreu alterações que permitiram acoplar esses dois itens em um só, criando uma representação de móvel escolar que se constituiu a partir da convergência de fatores relacionados a projetos interdisciplinares que visavam a um melhoramento do uso desses materiais. A carteira escolar, portanto, é um dos objetos que representam a funcionalidade como possibilidade de aperfeiçoamento das características físicas de objetos.

5. AS CARTEIRAS COMO OBJETO DISCIPLINADOR

Também é destacado outra função para as carteiras escolares: servir de local de castigo, colocar em destaque um aluno, fazendo-o sentar no “banco dos ignorantes”. Esses castigos eram impostos aos indisciplinados ou aos que de alguma forma não se adequavam às regras estabelecidas. Tudo isso enfatiza a importância das carteiras escolares na vida dos alunos. No estado de Santa Catarina, este objeto proporcionou, desde o Império, sensações distintas aos que nele sentavam, desde coação, disciplinamento, imobilidade, até proteção, cuidado e atenção.

Dalcin (2005) enfatiza que os castigos contribuiriam para marcar o tipo de corpo que se pretendia formar:

Deveria estar claro que, um “corpo civilizado”, que formaria a “sociedade civilizada”, não seria um corpo qualquer. Ele estaria, necessariamente, submetido a certos padrões comportamentais e corporais considerados normais para a vida escolar e social, como: corpos enrijecidos, estáticos, posição ereta, boca calada e aplicação para aprender a ler, escrever e contar (Carmem L. SOARES, 1994 & 1998). Nesta perspectiva, o corpo era lugar de importantes investimentos, na sociedade do século XIX, à medida que, através dele, era possível a construção de uma outra subjetividade, que observasse aqueles padrões comportamentais e, que se queria espalhar e tornar comum a todos os corpos. Assim, uma série de aparatos, começou a ser analisada e utilizada como forma de melhor incidir na construção desta subjetividade e na conformação destes corpos. Além da disciplina, o mobiliário, os tempos, os espaços e os preceitos higiênicos, determinados para a constituição das escolas, estão intimamente imbricados definindo posturas e práticas aos escolares. (DALCIN, 2005, p. 13 e 14)

A autora ainda apresenta o relatório de um professor que argumenta que alguns comportamentos tumultuários, que ocorriam na escola, estavam diretamente relacionados com o espaço e as mobílias disponíveis e, para solucionar tais problemas, sugeriu o uso de carteiras individuais, tendo esse mesmo professor, já em 1870, alertado para o papel que o mobiliário poderia estabelecer na escola: além de servir para a criança sentar, estudar, escrever, exercia uma função muito mais fecunda subjetivamente: a conformação corporal. Assim, as carteiras individuais denunciavam uma preocupação de delimitação, espacial e corporal, que redundaria em maior controle, salientando um duplo papel: o que cumpre como mobília; e outro, de mecanismo disciplinar. À medida que facilitava o controle dos alunos, esquadrinhando os espaços e

os corpos neles, isto evitava desordem e, conseqüentemente, as punições, mostrando mais uma vez como as carteiras atuavam também para disciplinar e controlar os alunos durante a realização do ensino.

Para Almeida (2014), que traz em seu artigo uma análise de uma fotografia de sala de aula de 1950,

O espaço delimitado pela sala de aula apresenta-se na forma retangular, possuindo quadros-negros na frente da sala e em uma das laterais, um armário ao fundo, as carteiras eram de madeira nobre maciça, com banco e mesa acoplados, enfileiradas, dispostas em duplas, fixas ao chão e voltadas em direção ao professor, de forma que não possibilitava uma disposição diferente. Esse modelo de carteiras duplas, conforme Souza (1998) foi o adotado na maioria das escolas paulistas, pois sendo móveis fundamentais da sala de aula, favoreciam uma economia de recursos financeiros. Além dos objetos constituintes da sala de aula e da organização na disposição das carteiras, verifica-se, que durante o momento do registro da cena, as crianças estão condicionadas a determinados comportamentos exigidos em função do tempo, lugar e da relação exercida pelo adulto. Elas apresentam-se com perfis de seriedade e respeito, isentas de quaisquer demonstrações de alegria, sentadas numa posição adequada para não agredir a coluna, com os braços cruzados, uniformizadas e portando cabelo curto. Esta situação revela atos de submissão das alunas em relação ao professor, detalhes que sugerem a escola como um espaço para o condicionamento comportamental mediante uma rigorosa disciplina, ordem, higiene, obediência e silêncio. (Almeida, 2014)

Já na análise de uma fotografia da década de 1970, o autor destaca que a disposição das carteiras encontra-se em formato individual e dispostas em filas únicas, acrescenta a informação de que no início do século XX, nos grupos escolares, as carteiras individuais foram enfatizadas como as melhores do ponto de vista pedagógico, moral e higiênico. Complementa argumentando que a carteira individual constituía um dispositivo ideal para manter a distância entre os alunos, evitando o contato, a brincadeira, a “distração perniciosa” e que sem contato com outros corpos, isolado cada aluno no seu espaço, a disciplina, a moral e a higiene ficavam garantidas e a escola transformava-se em uma máquina de ensinar, vigiar e hierarquizar. E também destaca que outros atos de submissão coletiva em que o espaço escolar determina padrões nos modos e usos do corpo são observados, numa situação em que os alunos aparecem com os braços estendidos sobre a carteira e olhar atento, expressando um certo exagero na disposição dos corpos que simula o retrato da disciplina escolar. “Ali tudo inspira ordem e disciplina”.

6. TIPOS DE CARTEIRAS

Na dissertação, de Castro (2009) também é abordada as diferentes tipologias das carteiras. Neste sentido, importante destacar o texto

Um dos objetos que favoreceram a construção da disciplina nos corpos dos alunos seriam as carteiras escolares. No Dicionário Universal de Educação e Ensino, de 1886, no ex-

tenso item referente a mobiliário escolar, encontra-se a seguinte referência sobre as mesas duplas: “Com ellas a vigilância do professor exerce-se facilmente, e o alumno tem na passagem lateral, que é pelo menos de 0m,50, lugar para estar de pé quando é interrogado” (DICIONÁRIO UNIVERSAL DE EDUCAÇÃO, 1886, p. 844). Este trecho sugere que o objeto possibilitava, além de um lugar próprio para o aluno sentar para assistir à aula, recurso para a obtenção de disciplina, pois o professor poderia visualizar melhor seus alunos organizados em duplas e, como sugere o dicionário, possibilita a saída do aluno pela lateral, onde o interrogatório do professor e outras autoridades poderia ser realizado. (CASTRO, 2009, p. 55)

No texto apresentado a referência é para as carteiras de mesas duplas. Ainda dentro dos modelos de mesas dupla, é destacado o conjunto cadeira e carteira “Brasil”, mobiliário fabricado em estrutura de ferro fundido, tendo os componentes de tampo, assento e encosto em madeira maciça. Foi, sem dúvida, o mobiliário de maior duração, não só pela qualidade e resistência do material empregado, mas também pelo que representou na afirmação da autoridade familiar, simbolizada na imagem do professor e da escola” (CUNHA & ESTEVES, 2001, apud Castro, 2009, p. 57). As carteiras eram fixadas no chão, dispostas uma atrás da outra. Outro conjunto de destaque foi muito parecido com o citado anteriormente, no entanto, todo produzido em madeira torneada, o que passou a caracterizar o período em que estas foram fabricadas e utilizadas. Outro modelo nessa mesma linha, tratava-se do conjunto para dois alunos com banco móvel e espaço para colocar materiais embaixo da mesa, muito utilizada nos grupos escolares de Santa Catarina na década de 70 do século XX, cujo exemplar temos no acervo do Museu.

Considerando os modelos individuais, Castro (2009) cita que as carteiras escolares foram pensadas e planejadas em diversos modelos, como por exemplo, “o modelo regulável” idealizado pelo construtor M. Esnault-Pelterie, desenvolvido entre 1890-1900 na França, no qual eram regulados a altura da cadeira e da mesa através de uma manivela operada pelo professor, permitindo adaptar o mobiliário à medida de cada aluno. Estes modelos com tecnologias diferenciadas tinham custo alto para os cofres públicos e, geralmente, não eram comprados, mas isto não impediu que fossem desenvolvidos, no entanto, não se tem conhecimentos destes modelos, naquele período, em Santa Catarina. A autora também aponta que carteiras escolares pressupõem, ao longo da história das instituições escolares, mudanças e permanências. Por sua mudança de duplas para individuais, ou deixando de ser fixas no chão, possibilitaram uma mobilidade em sala de aula nunca antes vista. Acredita-se que não serão substituídas por outro objeto, mas irão adquirir novos assessorios, frases escritas, mas sua permanência nas salas de aula parece estar garantida. Destaca também a visão de Ângela Patrício, que afirma que o mobiliário para o ensino sofreu grandes modificações baseadas nos seguintes princípios:

“Construído por cadeiras e mesas separadas é muito mais fácil de arrumar, especialmen-

te quando é desenhado tendo em vista essa possibilidade. Torna-se, deste modo, viável criar na sala de aula, espaços livres onde pode organizar jogos, danças ou agrupamentos corais; permite este tipo de mobiliário reunir, de formas variadas, diversas mesas, agrupando os alunos de modo mais destacado para a atenção do professor; o que é de grande utilidade quando numa sala de aula se reúnem várias classes.” (PATRÍCIO, 2006, apud CASTRO, 2009, p. 90)

Castro (2009) complementa que o formato das carteiras escolares, fossem elas uma mesa para cinco alunos, mesa-banco de cinco a dezoito lugares, em duplas ou individuais, proporcionou um maior controle sobre os alunos, sendo as carteiras usadas como recurso para obtenção de disciplina. Neste segmento de evolução, quando se utilizavam apenas os bancos, passando pelas mesas de areia, pelos conjunto de dupla mesa, os conjuntos de carteiras individuais, até as carteiras com apoio de braço, chegamos hoje nas carteiras digitais que integram a internet à sala de aula, podendo-se citar como exemplo “conjunto escolar informatizado”, produzido pela empresa Cequipel. Ainda tratando da informatização, Oliveira *et al* (2015), afirmam que as lousas digitais são as atuais sucessoras do quadro-negro, caracterizando-se como uma plataforma sensível ao toque, que funciona como um monitor que exhibe arquivos de fotos e de vídeos preparados pelo professor e que também pode receber informações escritas diretamente na tela. Além disso, a lousa digital pode estar conectada em rede com o computador dos alunos, para que visualizem a aula nos terminais instalados nas carteiras, donde se vê que apesar de toda tecnologia avançada que pode vir a ocupar os espaços educacionais, ainda assim há referência ao uso das carteiras.

7. OS MODELOS DE CARTEIRAS DOS GRUPOS ESCOLARES

Além do contexto histórico, dos modelos de carteiras, outro aspecto destacado por Castro (2009) era o fato das carteiras escolares não serem as mesmas utilizadas em escolas isoladas e nos grupos escolares do estado de Santa Catarina. Em seu estudo fica evidente que os grupos escolares, cuja primeira geração foi inaugurada em Santa Catarina na primeira década do século passado, eram bem aquinhoados em termos arquitetônicos e em toda a estrutura material. Constituíam-se em belos prédios equipados com o que havia de melhor, seguindo preceitos médicos e recebendo carteiras de outro país, com destaque para o modelo de carteiras individuais tipo Chandlers, importadas dos Estados Unidos. A diferença de sua materialidade com relação a outras instituições de ensino da época deveria ser sentida pela comunidade, pois, até então, os relatórios de inspetores destacavam a precariedade em que se encontrava o ensino. Segundo o relatório do tenente-cnel. Caetano Vieira da Costa (secretário geral) de 1912, os grupos escolares de Santa Catarina receberam outras carteiras, porém também individuais. Por exemplo, no Grupo Escolar Conselheiro Mafra, situado em Joinville e inaugurado em 1911, o secretário diz que “todas as classes estão providas de carteiras individuais “Triumph”, importadas da América do Norte”. Naquele mo-

mento, os Estados Unidos da América eram um grande produtor e exportador de carteiras escolares para o Brasil. Nesse mesmo relatório, o inspetor afirma que o Grupo Escolar Lauro Muller, inaugurado em Florianópolis em 1912, também recebeu a mesma mobília. De se observar, como bem destacado por Gaspar da Silva (2006) apud Castro (2009, p. 99) que as carteiras escolares adquirem um papel importante sob a égide da Pedagogia Moderna e os grupos escolares, que funcionaram como vitrines, deveriam abrigar os utensílios esteticamente mais belos, diferentemente das escolas isoladas. A mesma autora destaca, além disso, a diferença entre os utensílios utilizados nos grupos escolares e nas demais escolas: era um “conjunto de recursos didático-pedagógicos que se distinguiam daqueles disponibilizados ao conjunto mais alargado da população que freqüentava as outras escolas públicas” (SILVA, 2006 apud CASTRO, 2009, p. 74). De forma resumida, a autora destaca que, assim como muitos estados brasileiros, Santa Catarina investiu pouco em suas escolas, sendo somente com a chegada dos grupos escolares que se obtiveram melhorias, que abrangeram desde as carteiras escolares até a formação dos professores, investimentos em prédios e em outros equipamentos educativos e cita também que as exposições universais prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcavam desde propostas pedagógicas a modelos de carteiras escolares, possibilitando a difusão de modelos para todo o mundo, inclusive para Santa Catarina.

A dissertação de Vanz (2019) corrobora muito com as argumentações de Castro (2009), no que tange a diferença de mobiliário entre os diferentes tipos de escolas (escolas isoladas, nas escolas elementares e nos grupos escolares), bem como ao uso de cada tipo deste objeto em diferentes versões (seja para o professor ou para o aluno), além do número de alunos atendidos por cada objeto nos diferentes métodos de ensino. A autora exemplifica essa diferença quando apresenta a citação de Luchese (2015) a qual afirma que “a presença de ambientes educativos, como: biblioteca, secretaria, sala de direção, museus, turmas seriadas, existiu tão somente em colégios elementares e em alguns grupos escolares” (LUCHESE, 2015 apud VANZ, 2019, p. 125), mostrando então que enquanto muitas escolas isoladas se ajustavam ao mobiliário existente e, por vezes, produzido pela própria comunidade local, outros grupos escolares já apresentavam uma estrutura muito superior.

8. FORMAS DE USO DAS CARTEIRAS

Castro (2009) faz ainda importantes observações entre as quais destacamos que, embora mudadas na forma e no espaço, as carteiras continuam presentes hoje em dia e uma função que não pode ser esquecida das carteiras é que, para muitos alunos, viraram lugar de se fazer amizade, principalmente em tempo mais remotos onde o professor decidia quem ia sentar nas duplas, em geral, definidas pela ordem alfabética dos nomes. Outra observação destaca que perceber as formas de uso

social e cultural das carteiras escolares foi fundamental para entender como esse objeto caracteriza a sala de aula, representando-a no imaginário social, já que as carteiras escolares estão presentes na identificação de sala de aula e também da própria escola para vários setores da sociedade. “A carteira escolar, entre outros possíveis usos, serviria como suporte de mensagens relacionadas a campanhas empreendidas pelo Estado. Localizou-se uma carteira na qual está escrito: “Viva sem drogas”. Esta peça faz parte de um lote adquirido pelo estado de Santa Catarina em 2004”. A autora segue enfatizando que é preciso compreender que, além de servirem para apoio, as carteiras também serviam como veículo de informação e formação.

Dada a importância que as carteiras tem na vida escolar, acrescenta-se a esse texto o que Castro (2009) apresenta sobre mobiliário escolar, com base na citação de Flávia Carvalho:

As exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, um aluno passa na escola, obrigatoriamente, 200 dias letivos, de no mínimo quatro horas diárias, durante aproximadamente 11 anos de educação, sendo a maior parte deste tempo sentado. Por esta razão, o mobiliário escolar é sem dúvida um elemento essencial e de suma importância no processo educacional, pois é o responsável pelo conforto físico e psicológico do aluno, favorecendo ou prejudicando seu aprendizado. Antes de mais nada, o mobiliário deve ser confortável, seguro, saudável, adequado ao uso e ao conteúdo pedagógico da escola. (CARVALHO, 2001, apud CASTRO, 2009, p. 97)

Além do que complementa afirmando que as carteiras escolares são objetos que caracterizam uma sala de aula e que a trajetória das carteiras através das especificidades de cada método de ensino (individual, mútuo, simultâneo), de suas diferentes formas, de suas funções (disciplinadora e higienização dos corpos), fez com estas ganhassem força e estão até os dias atuais fazendo parte da cultura material da escola, além de serem marcas características da forma escolar.

Souza (2001) em seu artigo destaca um estudo de fotografias escolares da cidade de Campinas, entre os anos de 1897 a 1950, e retrata salas de aula com carteiras evidenciando “A pose exagerada representa uma caricatura da disciplina escolar – braços para trás, postura ereta nas carteiras, olhar atento, silêncio”, em outra análise destaca “O espaço da classe também representa o padrão típico presente nos grupos escolares: sala retangular, lousas na frente da sala e em uma das paredes laterais, carteiras duplas fixas ao solo, no fundo um relógio, um armário e um cavalete contendo cartazes referentes à lição do dia, donde se revela a importância das carteiras nesse cenário escolar. Numa terceira análise cita “Na aula de Língua Portuguesa, seção feminina, sobressai o ensino de caligrafia. Os cadernos estão sobre as carteiras. Na lousa a professora acompanha duas alunas que exercitam atividades de coordenação motora... (SOUZA, 2001, p. 93 e 94).”, mostrando o uso das carteiras para o apoio dos materiais de escrita, além de todo um conjunto de informações que podem ser obti-

dos a partir destas imagens, para as quais destacamos a presença das carteiras, suas configurações e usos.

9. AS CARTEIRAS ESCOLARES COMO OBJETO DE CULTURA ESCOLAR

No livro *Memórias da Alfabetização*, organizado por Peres (2007), um dos relatos denota a referência que um entrevistado (nascido em 1953) tinha em relação a sala de aula de seu tempo de criança assim descrevendo-a: *Clássica. Mesas e cadeiras de madeira, com lugar para colocar o tinteiro. Quadro negro enorme, com giz e apagador. A construção do prédio era sólida e tradicional. Isso era importante, pois me dava uma sensação de segurança. De estar participando de um mundo consistente e duradouro, hoje em dia vejo essas salas de aula com carteiras de fórmica, esquadrias de alumínio e portas com maçanetas de plástico e me dá um sentimento ruim, como se alguma coisa estivesse errada* (PERES, 2007, p. 163) e a representação da instituição escolar chama a atenção, quando o entrevistado afirma estranhar os modelos de construções atuais das escolas, onde mais uma vez ocorre o destaque para a influência que as carteiras escolares tem na vida dos estudantes, neste relato apresentada inicialmente como mesas e cadeiras. Nesse mesmo viés, a dissertação de Santos (2010) traz as memórias de professoras, onde numa síntese dos depoimentos são apresentadas várias referências as carteiras, das quais selecionamos algumas, a saber: “eram carteiras para cinco alunos”, “sentávamos duas meninas em cada carteira, usávamos caneta de pau com a peninha, um tinteiro de vidro que ficava em um espaço embutido na própria carteira, quando acabava, a professora pedia a um dos alunos para buscar na biblioteca, então vinha a servente com um vidro e repunha”, “as classes (carteiras) eram compridas, havia lugar para vários alunos”, “as carteiras tinham espaço para cinco alunas. É...as meninas sentavam separadas dos meninos. Já quando eu fui lecionar, as carteiras tinham dois lugares e eram pregadas no chão”; donde destacamos a referência a diferentes tipos de carteiras, diferentes denominações destas, o relato de todas as entrevistadas com relação ao uso das carteiras como instrumento disponível para suas aulas, e mais que isso, as lembranças que elas traziam na memória sobre este objeto escolar.

Em sua análise sobre os objetos escolares, Vanz (2019) cita alguns fornecedores de mobiliários escolar (J.R. da Fonseca & CO., outro fornecedor identificado em documento de 1925 foi a “Casa de Correção” no Rio Grande do Sul), mas afirma que o fornecimento de mobiliário escolar feito diretamente nos municípios era uma prática comum no início do período de escolarização, sendo muito comum também o envolvimento da comunidade para a fabricação de móveis e que o fornecimento deste mobiliário às escolas estabeleceu redes de relacionamento entre casas comerciais e prestadores de serviço em prol da adequação do ambiente das aulas públicas. E com isso, as carteiras vão além de objetos escolares para caracterizar um circuito que objetivava o fornecimento dos materiais, a fiscalização e o controle dos ambientes escolares, reforçando a importância dos inspetores e fornecedores na construção de uma cultu-



ra escolar. Assim, a autora reforça que não se pode pensar na materialidade das aulas públicas sem pensar nessa intrincada rede que procurava disseminar os preceitos positivistas da educação gaúcha, e que podem ter se estendidos a outros locais também.

Preservar este objeto escolar é bem importante e para Marques (2016) as carteiras representam um objeto de cultura escolar, produzida a partir do contexto institucional, por meio de práticas cotidianas que são experimentadas pelos sujeitos na escola, e que esse tipo de patrimônio escolar não deve ser visto apenas como o passado, mas sim, uma herança de práticas e hábitos integrados em um contexto de transformação. A autora acrescenta que

Por meio do estudo da cultura material é possível compreender vestígios e elucidar determinadas culturas, tomaremos como base a materialidade da escola, onde pode-se averiguar “a disposição das salas, carteira dos alunos, mesa do professor, arquitetura do prédio da escola, entre outros elementos, conduzem alunos e professores a adotarem comportamentos socialmente aceitos”, conforme Funari & Carvalho (2009), estudar essa materialidade ajuda a compor histórias e entender como se dava a educação em determinada época, país, escola, entre outros. (MARQUES, 2016, p. 30).

Afirmando então que a preservação de todos esses materiais pedagógicos e artefatos deve ser vista como a busca de identidade e proporcionar a valorização da História da Educação. A autora ainda apresenta um importante pensamento de Mogarro que afirma que o interesse sobre o patrimônio cultural da educação insere-se nas novas perspectivas sobre a cultura escolar e a materialidade, que olham os objetos de uso cotidiano como artefatos que iluminam a inovações tecnológicas e sua aplicação às realidades educativas, mesmo que estes objetos permaneçam inertes (lápiz, carteiras, quadros, livros, computadores) mas colocados nos contextos dos usos que deles fizeram professores e alunos, passam a constituir poderosos instrumentos para iluminar as práticas pedagógicas desenvolvidas na sala de aula e as rotinas cotidianas.

10. AS CARTEIRAS NO MUSEU

Outro destaque com relação as carteiras escolares pode ser observado no livro *Museu da Escola Catarinense da UDESC e outros museus do mundo: memória e história visual*, que registra que as carteiras são objetos colecionados por vários museus escolares por todo o mundo, em seus mais diversos formatos e cenários.

Levando em conta as considerações finais de sua pesquisa, Castro (2009) afirma que teve dificuldade tanto de situar o objeto de estudo, quanto em localizar fontes que contivessem informações sobre o mobiliário em Santa Catarina relativas ao período estudado, tendo conseguido, em relatórios, o registro da chegada de carteiras escolares importadas dos Estados Unidos, em 1912, para a inauguração dos primeiros grupos escolares, mas que não localizou nenhuma foto da festa de inauguração, muito menos do objeto em si, o que demonstra mais uma vez a importância de



Carteiras escolares em exposição na Sala de Aula de Época. Acervo MESC.

preservar os exemplares disponíveis no museu, que apesar de mais recentes, trazem consigo grandes narrativas históricas.

Assim, da função primeira que as carteiras tinham de suporte para o material à lousa de recados, rascunho de contas, segredos, colas de prova, desenhos ou esconderijo para gomas de mascar: quem não tem boas histórias para contar? Em uma sala do Museu, sala Osvaldo Rodrigues Cabral, nossa coleção de carteiras é um convite para que você possa sentar e revisitar essas memórias. Em outras salas do Museu também podem ser encontradas carteiras escolares, como carteiras de braço estofadas (sala Cassandra), carteiras individuais com mesa e cadeira (espaço Aldo Nunes – oficina 1), nestas salas as carteiras são para uso atual. Já nas salas Osvaldo Rodrigues Cabral, onde as várias carteiras de diferentes épocas e formatos constituem nosso acervo, elas não são para uso, apenas para exposição. O mesmo acontece na sala de aula de época (sala Selene) na qual as várias carteiras expostas integram o acervo.

Como apresentado no texto, e bem caracterizado por Castro (2009), os formatos evoluíram bastante, tornaram-se mais ergonômicos e simpáticos. No MESC apresentamos desde os bancos rústicos das escolas do interior, as mesas baú, passando pe-

las cadeiras universitárias até as mesinhas individuais já com tampo de fórmica, sendo que as carteiras perpetuaram-se como um objeto fundamental para um bom ensino.

De 1900 aos anos 2000, certamente todos tivemos algumas dessas como companheiras e podemos lembrar seu uso em uma visita ao Museu. Vale destacar também que a maioria das carteiras escolares que eram produzidas no Brasil, na década de 50, eram provenientes da empresa CIMO, cuja história será abordada em outro item deste livro.

Importante registrar que não se tem como abordar aqui várias e importantes referências sobre este assunto, assim como ocorre com os outros itens deste livro, visto que temos excelentes bibliografias a respeito destes objetos de cultura material escolar. O que se pretende é mostrar a importância destes objetos, a necessidade de sua preservação e um pouco de sua contextualização histórica, visto que sua temporalidade não se esgota e a cada dia que passa, uma história a mais surge para ser contada, vivida ou lembrada perpassando este acervo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wilson Ricardo Antoniassi. Relações de poder no cotidiano escolar: análise e reflexões da relação aluno-escola. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 274-285, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/14445>. Acesso em 14 out. 2021.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836- 1914)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Ciências Humanas e da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. 111 f. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/raquel_xavier_de_souza_castro.pdf. Acesso em 12 out. 2021

DALCIN, Talita Banck. **Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação do setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2005. 137f. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38156/R%20-%20D%20-%20TALITA%20BANCK%20DALCIN.pdf;sequence=1>. Acesso em 14 out. 2021.

MARQUES, Mirian Ramos. **Cultura Material Escolar, Patrimônio e Tecnologias: os objetos de ensino do Ginásio São José da Lapa – Paraná (1949-1981)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias. Centro Universitário Internacional (UNINTER). Curitiba, 2016. 114f. Disponível em <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/69/MIRIAN-RAMOS-MARQUES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 set. 2021.

OLIVEIRA, Kaio Eduardo de Jesus; LIMA, Daniella de Jesus; CONCEIÇÃO, Sheilla Silva. **Do quadro negro à lousa digital interativa: ressonâncias de uma tecnologia educacional**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 2015. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/1704/180>. Acesso em 02 set. 2021.

PERES, Eliane (org.) **Memórias de alfabetização**. Pelotas: Seiva, 2007. 234 p. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2013/07/ELIANE_19_DE_OUTUBRO-VERS%C3%83O_PARA_IMPRES-%C3%83O_memorias.pdf. Acesso em 12 out. 2021.

SANTOS, Zemilda do Carmo Weber do Nascimento dos. **Trajetórias docentes na cidade de Camboriú (SC) nas décadas de 1940, 1950 e 1960: memórias de professoras da infância**. Dissertação de Mestrado – Programa de Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí (SC), 2010. 164f. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Zemilda%20Weber%20do%20Nascimento%20dos%20Santos1.pdf>. Acesso em 12 out. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. Editora da UFPR. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xHrcQJNq4T9s9WKqjbLknTN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 out. 2021.

VANZ, Samanta. **O ensino primário em Caxias do Sul (1890-1930): vestígios da cultura material escolar**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul (RS). 2019. 159 f. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/6516/Dissertacao%20Samanta%20Vanz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 out. 2021.

3.7. Coleção Sala da Direção – *Antonieta de Barros*

Em uma das salas do Museu da Escola Catarinense, chamada sala Nilson Paulo, reconstituímos uma típica saleta da diretora. Na cultura escolar, ser convocado a este ambiente era quase sinônimo de punição e castigo. Muitos professores aproveitavam o respeito que esse ambiente exercia sobre os alunos para ameaçá-los. Muitas vezes a mínima menção a esse espaço bastava para estabelecer a ordem em sala. Por meio de seus móveis e das memórias dos visitantes, a saleta reconstituída no MESC guarda essa aura de solenidade e recolhimento. Fazem parte dos móveis expostos: um conjunto de poltronas com mesinha, um arquivo com gaveteiro e porta deslizante, um armário porta-bandeiras, além de uma escrivaninha, que foi ocupada por Antonieta de Barros, diretora do Instituto Estadual da Educação (IEE) em 1950, quando esse era situado no atual espaço do MESC. A mesa e cadeira foram doadas pela família da educadora. Na realidade esses são os únicos objetos da sala que pertenceram à Antonieta de Barros, todavia, ao compor uma sala de direção com sua mesa e cadeira de diretora, rendemos nossa homenagem.

Em *A aventura de inventariar: uma experiência no Museu da Escola Catarinense* (GASPAR DA SILVA e PETRY, 2011, p. 30), escrevem que consta do acervo do MESC, “1 cadeira que pertenceu a Antonieta de Barros, 1 mesa que pertenceu a Antonieta de Barros”.

Ainda, no mesmo artigo:

Outro objeto de grande valor, e que tem sido solicitado a compor cenários para documentários e filmes, é a escrivaninha que serviu de suporte ao trabalho da diretora do instituto de Educação de Santa Catarina (antiga Escola Normal Catharinense), Antonieta de Barros, educadora de grande expressão, escritora e primeira mulher a ser eleita parlamentar em Santa Catarina. (GASPAR DA SILVA e PETRY, 2011, P.37)

Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, em 11 de julho de 1901. A primeira mulher, e negra, eleita no Brasil — assim sempre será lembrada Antonieta de Barros. Filha de escrava liberta e órfã de pai, Antonieta teve uma infância muito pobre e difícil. Alfabetizada pelos estudantes que moravam em sua casa — uma pensão fundada por sua mãe para complementar a renda —, ela continuou estudando até se tornar jornalista, professora e política. Suas principais bandeiras eram:



Escrivaninha e mesa que pertenceram à Antonieta de Barros.



Busto de Antonieta de Barros, em bronze, obra do escultor Laércio Luiz



Antonieta de Barros.



Entre 1941 e 1945, Antonieta foi professora no Instituto Estadual de Educação Dias Velho, onde em 1950 veio a ser diretora. Uma reprodução de um quadro de formatura está presente na sala. Antonieta, professora no Instituto Estadual de Educação Dias Velho, está em destaque como paraninfa da turma de magistrandas de 1939.



Vista geral da Sala da Direção com a escrivaninha e cadeira de diretora que pertenceram à Antonieta de Barros e porta bandeiras, gaveteiro, mesa, poltronas de visita (móveis Cimo).



Poltronas de visita e mesa de centro (móveis Cimo).



Escrivania e mesa que pertenceram à Antonieta de Barros.

educação para todos, valorização da cultura negra e emancipação feminina. Eleita deputada estadual em 1934 pelo Partido Liberal Catarinense, ajudou a elaborar a Constituição do estado em 1935, tendo escrito os capítulos “Educação e Cultura” e “Funcionalismo”. Trabalhou na Assembleia Legislativa de Santa Catarina até 1937, quando teve início a ditadura do Estado Novo

Formou-se em Português e Literatura pela Escola Normal Catarinense em 1921 (na época situada no Palácio Cruz e Sousa). Antes mesmo de concluir sua graduação, aos 17 anos, fundou o “Curso Primário Particular Antonieta de Barros”, para atender à comunidade carente. Sua crença era que a educação era a única arma capaz de libertar os desfavorecidos da servidão. Sua fama de excelente profissional, no entanto, fez com que lecionasse também nos Colégio Coração de Jesus, Dias Velho e Catarinense.

Foi fundadora e diretora do Jornal *A Semana* em Florianópolis, entre os anos de 1922 e 1927, onde publicou artigos ligados à educação, cultura, política e à condição feminina e racial da população catarinense. Em 1930, dirigiu a revista quinzenal *Vida Ilhoa* e escreveu artigos para jornais locais. Entre 1941 e 1945, Antonieta foi professora no Instituto Estadual de Educação Dias Velho, onde em 1950 veio a ser diretora. Uma reprodução de um quadro de formatura está presente na sala. Antonieta está em destaque como paraninfa da turma de magistrandas de 1939 enquanto era professora no Instituto Estadual de Educação Dias Velho.

Em 1934, Antonieta aceita o convite do Partido Liberal Catarinense e torna-se a primeira mulher negra a ser eleita para uma cadeira na Assembleia Legislativa. Concorreu à deputada estadual nas eleições de 1945 e como primeira suplente pelo (PSD) lutou pela valorização do magistério, exigindo curso para o provimento dos cargos. Defendeu a concessão de bolsas para cursos superiores para alunos carentes.

Cumpru seu mandato até 1951, quando veio a falecer por complicações da diabetes. Foi personagem muito importante na formação cultural e política da Capital e do Estado de Santa Catarina e em sua sala no MESC recebe a homenagem do artista e escultor Laércio Luiz dos Santos, que lhe confeccionou um busto em bronze.

Artista, pesquisador em pigmentos naturais e outros materiais, nasceu em São João Batista, no Vale do Tijucas. Vive em Florianópolis desde a década de 1980. Sua produção circunscreve-se em diferentes linguagens, como a pintura, a escultura, o desenho, performances e intervenção teatral. Como educador desenvolve trabalhos de sensibilização artístico-cultural com crianças e adolescentes. Tem também um trabalho reconhecido como carnavalesco. Integra o Indicador Catarinense das Artes Plásticas. É o autor de trabalhos de arte pública em Florianópolis. Foi aluno de Vasco Prado em escultura e de Iberê Camargo em pintura. O busto é originário da Escola Antonieta de Barros.

Entre vários educadores/as possíveis e excelentes no Estado de Santa Catarina, o MESC escolheu homenagear em especial, a figura de Antonieta de Barros, por seu significado, suas conquistas, simbologia e valores educacionais que tanto expressou em sua carreira. Em um link da página oficial do MESC, você encontrará um significativo material sobre Antonieta de Barros. Vá ao link <<http://www1.udesc.br/?id=2678>>. Disponível em 29 jul. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SILVA, Vera Lucia Gaspar e Petry, Marília Gabriela. A Aventura de inventariar. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 19-41, jan./abr. 2011.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; EGGERT- STEINDEL, Gisela. Museu da Escola Catarinense de Santa Catarina – Brasil: uma biografia. **Revista Pedagógica**, Chapecó, ano 16, n. 29, v.2, p. 381-420, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1457>. Acesso em: 4 dez. 2018.

3.8. Coleção Sala de Aula de Época

1. A SALA DE AULA COMO MUSEU ESCOLAR.

O QUE FORMA UMA COLEÇÃO MUSEU ESCOLAR?

Um museu escolar é uma junção de objetos, naturais e ou fabricados, pertencentes aos reinos mineral, natural e animal, organizados em coleções pelos professores e alunos, destinados ao ensino, caracterizando-se como instrumentos auxiliares. Chama-se museu escolar uma reunião metódica de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor de ensino das diversas matérias do programa escolar. Os objetos devem ser naturais, quer em estado bruto, quer fabricado, e devem ser representados em todos os estados por que os fizer passar a indústria. Os que não puderam ser representados em realidade eram representados por desenhos e por modelo. Nas paredes, abundância de quadros intuitivos para o ensino das ciências naturais, história e geografia e Quadros Parker para o aprendizado da aritmética. Em lugar de destaque ficava o globo terrestre para o ensino da geografia, o museu escolar, com sua coleção de objetos, para a prática das lições de coisas de história natural, o quadro-negro para garantir a convergência das atenções, indispensável à prática do ensino simultâneo e a bandeira nacional, símbolo máximo da Pátria e da República, para as lições cívicas. E para completar o cenário, a incorporação ao cotidiano da sala de aula do símbolo da era industrial moderna: o relógio, marcando os ritmos da ação educativa, medindo os rituais, ordenando a vida escolar. Considerados indispensáveis à prática do método de ensino intuitivo ou lições de coisas — ícone da modernidade pedagógica, os materiais escolares constituíram-se, certamente, num dos aspectos mais significativos da cultura escolar brasileira no início do século XX, contribuindo para que a instituição escolar cumprisse a sua dupla tarefa de instruir e educar, moralizar, higienizar, civilizar (TEIVE, 2018).

2. COLEÇÃO SALA DE AULA DE ÉPOCA

A sala de aula de época é uma constante na tipologia de museus que se dedicam à memória e história escolar. É muito comum a preocupação com o mobiliário escolar, por exemplo. Mesas de secretarias, mesas de professores, armários, quadros, porta-cartões, guias de canto e outros objetos que testemunham o mundo ma-



terial das salas de aula, mas também as práticas de ensino. Mobiliário de dormitório, mesas e louça de refeitório, catálogos de fabricantes e fornecedores de mobiliário escolar, inventários de mobiliário e equipamentos didáticos elaborados por professores, mobiliário e equipamentos das salas de aula, oficinas de trabalhos manuais e de ensino técnico, salas de química ou de desenho ou ginásios dão mais informações sobre o estudo do equipamento escolar.

No Museu da Escola Catarinense não poderia ser diferente. No MESC apresentamos uma reconstituição de uma sala de aula de época, sem data definida, mas que se pauta em modelos entre as décadas de 1930 e 50. As escolas como as conhecemos atualmente são produtos de uma contínua evolução histórica. O direito das crianças ao estudo e o próprio conceito de infância são concepções datadas do fim da Idade Média na Europa. Foi somente durante o século XII que o ensino de latim e as reflexões sobre cultura foram deslocados das abadias isoladas do campo para as escolas catedralícias urbanas, as quais auxiliaram a fomentar o aparecimento das universidades europeias um século depois.

No Museu reproduzimos uma sala de aula do período do governo de Getúlio Vargas (1932-1954): entre quatro paredes, uma extremidade com o quadro negro feito em madeira; em uma lateral, janelas; nos fundos, armários para guardar material e na outra lateral a porta de acesso. Em fileiras e dispostas por toda a sala, encontram-se os populares conjuntos de mesa e cadeira, conhecidos como “carteiras” em Santa Catarina. Na fileira central, as carteiras apresentam uma variação de tamanho para que os alunos sentassem em dupla, otimizando o espaço. Todas as carteiras são voltadas para a mesa do professor, em frente ao quadro. Em um dos cantos na frente da sala está o armário porta-bandeira para prestar homenagens, como também o púlpito para declamações. Nas paredes, mapas e diversos quadros com amostras de sementes de café, algodão, milho e outros produtos produzidos pelo país neste período disputam espaço com o relógio e o crucifixo. As salas de aula, majoritariamente as dos grupos escolares, encheram-se de luz, cor e formas: gravuras, mapas, coleções de insetos, globos terrestres, abecedários de madeira, esqueletos humanos. No MESC, encontraremos alguns destes objetos.

Sobre as salas de aula, segue um texto muito oportuno reproduzido na íntegra, visando descrever seu significado.

Salas de aula: A sala de aula deve ser um celeiro de dúvidas e, quando estas existirem, ela não deve ser vista como um espaço material, mas, sim, como um instante de construção sócio-intelectual. Dessa forma, desejo explicitar o fato de que a escola necessita romper seus próprios limites físicos e se fazer vida com a vida. Portanto, a sala de aula é um espaço para investigação, para a busca de pistas que componham a construção do saber, que é um dos valiosos papéis da dúvida e, também, uma instância socializante, uma vez que nos permite estabelecer contato com uma imensa diversidade de seres e formas pen-

santes que precisam ser ouvidas e, consequentemente, respeitadas. É, ainda, um laboratório de formação e informação intelectual, passando a ser uma via que nos possibilita perceber outros caminhos.

Em suma, é na sala de aula que se compreende o macro universo existente à nossa volta, que está correlacionado ao nosso universo interior; é um caminho que nos possibilita entender melhor os caminhos da vida, fazendo-nos significar cada batida do coração e compreender suas alterações ao manifestarmos variadas emoções, por ser escola cada sala de aula e mestre, cada aprendiz, e serem todos (escola, salas de aula, mestres e aprendizes) partes de um todo denominado vida. Essas partes jamais representarão frações, pois são, por natureza, inteiras, e representam por si a vida, visto que a vida está contida nela mesma. Por essas razões é que na “escola vida” e na “vida escola” aprendemos, a cada instante, sermos um pouco mais humanos. (BEZERRA, 2014)

3. BREVE DISTINÇÃO ENTRE GRUPOS ESCOLARES, ESCOLAS REUNIDAS E ESCOLAS ISOLADAS

No primeiro período republicano, a necessidade de universalização da instrução pública brasileira levou à criação dos grupos escolares, que atendiam, inicialmente, aos grandes centros urbanos; para os centros menores e bairros populosos, criaram-se as escolas reunidas. Contudo, estas escolas não atendiam aos bairros afastados, periféricos, às vilas, nem às áreas rurais; locais onde a instrução deveria chegar também, para alcançar a universalização pretendida. Coube, então, às escolas isoladas assumirem a função de dar uma formação básica – leitura, escrita e as operações elementares da aritmética – à população pobre, residente nesses locais.

Rossi (2017a; 2017b) em *Escolas reunidas e grupos escolares: traços da modernidade técnico-científica no ensino elementar (1889-1929)*, reflete sobre diferentes espaços institucionais públicos destinados ao ensino elementar na Primeira República (1889-1929), texto do qual iremos reproduzir alguns trechos. A autora, tomando como fonte documental relatórios de inspetores e diretores gerais de ensino de São Paulo, bem como depoimentos de professores primários das primeiras décadas do século XX, discute os diferentes modelos institucionais da época, e seus contextos sociais de inserção, com ênfase na modernização do espaço escolar e de seu fazer. A busca pelo enquadramento objetivo, racional e científico, ancorado em resultados operacionais, a partir do desenvolvimento científico e da aplicação de tecnologias, toma conta das motivações do período e chega à escola. As remodelações dos espaços físicos, assim como das práticas instituídas em seu interior, atestam a aplicação destes saberes à escola.

Na pesquisa, a autora destaca que quando se trata de instituições públicas, há, no estado de São Paulo, três modelos mencionados nos documentos analisados: os grupos escolares, as escolas reunidas e as escolas isoladas. Nos relatórios apresentados pelos inspetores de ensino às diretorias de ensino, eles são unânimes na desvalorização das escolas isoladas e reunidas e na valorização dos grupos escolares, representação e

materialização do que se poderia entender por modernidade no campo educacional. Criado, no estado de São Paulo, pelo Decreto n. 248, de 26 de junho de 1894, o grupo escolar, nascido com a República, era uma instituição ainda recente para as duas primeiras décadas do século XX. Símbolo de progresso, representava o rompimento com o modelo de instituição escolar do Império. A convivência destas três instituições perdurou durante uma longa trajetória na história da educação brasileira, uma vez que as escolas isoladas e reunidas, com arquitetura modesta e custos mais acessíveis, atendiam aos imperativos de um país agrário, com populações dispersas por seu extenso território. Neste sentido, importa identificar as mudanças de ideias que se operaram, mesmo que em fluxo vagaroso, nas mais diferentes direções, inclusive no âmbito das escolas reunidas. A afirmação da superioridade dos grupos escolares pelo olhar dos inspetores e diretores de ensino também pode ser observada quando o assunto eram as escolas reunidas. Estas instituições espalharam-se pelas cidades e zonas rurais do interior brasileiro, organizando-se em locais de população pouco densa. Nestas instituições, como o próprio nome sugere, reuniam-se, num mesmo lugar, quatro ou mais escolas isoladas, para facilitar o ensino e sua fiscalização.

As escolas isoladas representavam outro momento da educação e, comparadas aos grupos escolares, à racionalização e ao controle do trabalho que os caracterizavam, pareciam desajustadas. Essas escolas não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas também por serem unidades de funcionamento. Embora houvesse uma regulamentação que estabelecia parâmetros para seu funcionamento, elas não apresentavam rigidez, mostrando-se, na maioria das vezes, flexíveis às necessidades locais (ROSSI, 2017 b, p. 168). Funcionando em casebres, as Escolas Isoladas herdaram das Escolas de Primeiras Letras, principalmente, o atendimento, em uma só sala, por um único professor, com crianças de idades variadas e em diferentes níveis de adiantamento. No período da Primeira República brasileira foi conveniente manter as escolas isoladas para atender às classes populares suburbanas e/ou rurais, economicamente carentes, educando, em pouco tempo, crianças cujo serviço era muito cedo aproveitado pelos pais. As escolas isoladas eram unidades educacionais situadas nas localidades rurais do município.

Em Timbó, Santa Catarina, em notícia do ano de 2020, diz que a antiga Escola Isolada Mulde Central está passando por uma grande reforma. Através de uma concessão de uso do bem público, a Prefeitura de Timbó passou os cuidados do imóvel para a Associação de Moradores do Bairro Mulde. Todo trabalho na escola busca preservar ao máximo a arquitetura antiga. Inclusive um quadro negro escolar antigo será restaurado e envidraçado para servir de painel. Uma parceira entre a comunidade e a prefeitura está viabilizando o projeto. A ideia é preservar a história e tornar a antiga escola um ponto turístico, como um local para comercializar a agricultura familiar da comunidade e de parada para os visitantes do cicloturismo. A Escola Isola-



Figura 1. Escola Isolada Mulde Central fundada em 1949, em Timbó, Santa Catarina. Fonte: Disponível em <<https://www.timbo.sc.gov.br/fundacao-de-cultura-e-turismo/2020/escola-isolada-mulde-central-e-restaurada-para-uso-publico-e-preservacao-da-historia/>> Acesso em 28 jul.2021

da Mulde Central foi fundada em 1941. Sua restauração é um pedido antigo da comunidade local, que vai manter viva a história da localidade.

As escolas reunidas incorporaram uma racionalização na organização e funcionamento de seu espaço que as assemelhava à dos grupos escolares. Reunindo-se várias escolas em um só prédio, sob a direção de um professor, desapareceriam muitos inconvenientes que se encontravam na escola isolada. Tornava-se mais intensa a fiscalização do trabalho do professor. Por outro lado, haveria um emprego das energias desse professor que, desobrigado de outros deveres a ele impostos pela escola isolada, teria mais tempo para se dedicar exclusivamente aos trabalhos de sua classe, agora seriada. A existência da ação de uma direção ofereceria maior assistência pedagógica aos professores e daria, como consequência, orientação ao ensino e à uniformização didática. As escolas reunidas corrigiam, ainda, os defeitos higiênicos das instalações das escolas isoladas, além de assegurar sua instalação definitiva. Assim, configuravam-se em espaços mais modestos e buscavam aliar menores gastos à racionalidade funcional dos grupos. As escolas consistiam em instituições que possuíam a mesma organização dos grupos escolares e ainda que concebidas para funcionarem como escolas graduadas, as escolas reunidas consolidaram-se como um modelo simplificado, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo.

Os grupos escolares, por sua vez, foram projetados com uma arquitetura monumental e marcaram um rompimento de concepção, organização e funcionamento da escola imperial. Os grupos possuíam um diretor envolvido diariamente com o cotidiano da escola. Se, por um lado, a fiscalização e o controle eram maiores, por outro, o convívio entre professores e a direção criava a possibilidade de melhor aprimoramento do trabalho do professor. Nos grandes centros urbanos, os grupos escolares atendiam aos filhos dos trabalhadores mais especializados.



Figura 2. Escolas Reunidas de Dois Córregos, em Piracicaba, 1924. Coleção Washington Luís / Acervo MRCI/MP/USP. Disponível em < <https://revistapesquisa.fapesp.br/arquitetura-do-saber/>>. Acesso em 22 jul. 2021



Figura 3. Grupo Escolar Silveira de Souza. Inaugurado e 1913. Fonte: Acervo de José Arthur Boiteux localizado no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/277124258_POR_UMA_HISTORIA_SENSORIAL_DA_ESCOLA_E_DA_ESCOLARIZACAO_FOR_A_SENSORY_HISTORY_OF_THE_SCHOOL_AND_OF_SCHOOLING/figures?lo=1>. Acesso em 28 jul.2021

Lista de materiais que deveriam compor as salas de aula

Escolas Reunidas	Grupos Escolares
10 bancos-mesas, inclinados, cada um para seus alunos	Carteiras higiênicas em número suficiente à lotação referida neste regimento
	Um armário de porta de vidro, para a arrecadação do material dos alunos
Uma mesa de 120x60 cm, com gaveta	Uma escrivaninha com duas gavetas, para a arrecadação do material de uso do professor
Um estrado de 80x160x30 cm	Um estrado
Duas cadeiras simples	Uma carteira para o professor e uma ou duas para visitantes
Uma régua	
Um tinteiro duplo	Um tinteiro duplo
	Junto de cada tinteiro das mesas dos alunos deverá existir um limpa-penas
Um relógio	Um relógio
	Um porta-canetas
Um mapa do Brasil	Um porta-mapas
Um mapa do Estado	
	Lápis
	Pennas
Uma talha para água	Uma pasta
	Um livro de chamadas
Um quadro de Parker	
	Um quadro de horário
	Dois quadros negros parietais, sendo um deles (o do lado) para exercícios e o outro (o do fundo da sala) para o lançamento das notas semanais de aplicação e comportamento
Fonte: Regulamento das Escolas Reunidas a que se refere o Decreto, nº 929, de 5 de abril de 1916. (grafia original)	Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de S. Catharina - Aprovado e mandado (grafia original), observar pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914

*FONTE: GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Objetos da escola: espaço e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina - séculos XIX e XX)**. Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012, p. 160.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Jorbson. **Sala de aula**. Disponível em: http://www.educacional.com.br/articulas/ou-trosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0045>. Acesso em 26 jul. 2021

Escola Isolada Mulde Central é restaurada para uso público e preservação da história. 2020. Disponível em <<https://www.timbo.sc.gov.br/fundacao-de-cultura-e-turismo/2020/escola-isolada-mulde-central-e-restaurada-para-uso-publico-e-preservacao-da-historia/>>. Acesso em 28 jul. 2021

GASPAR DA SILVA, Vera Lucia. **Objetos da escola: espaço e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. IN: Vera Lucia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry (orgs.). Florianópolis: Insular, 2012, p. 160.

MAKOWIECKY, SANDRA. **Museu da Escola Catarinense: por uma biografia das coisas**. In: Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em Ação, Campinas. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de História da Arte – CBHA, 2016. v. 1. p. 479-490.

ROSSI, E. R. **A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929)**. Série-Estudos, 22(45), 159-171. 2017b

ROSSI, Edneia Regina. Escolas reunidas e grupos escolares: traços da modernidade técnico-científica no ensino elementar (1889-1929). *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, vol. 39, núm. 3, pp. 317-325, 2017a. Disponível em <<https://www.redalyc.org/journal/3073/307354691009/html/>> Acesso em 26 jul.2021

TEIVE, Gladys M.G. **Uma vez normalista, sempre normalista, cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935)**. 1ª. ed. Florianópolis: Insular, 2008. 220p.

3.9. Coleção de Quadros Parietais

Na tese de doutorado de Joana Borges de Faria (2017), denominada *Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)*, encontramos várias informações importantes e didáticas, de diversos pesquisadores, sobre os quadros parietais. Nos cabe reproduzir as mais importantes, pois aborda diversos autores que já se debruçaram sobre o tema. Nada neste texto é novo, apenas apresenta de forma sintética, as ideias que mais interessam para introduzir o tema, compiladas da tese da autora.

No resumo da tese, consta que o quadro parietal é um material didático usado para a transmissão de conhecimentos escolares. É uma representação gráfica de determinados conteúdos numa superfície plana. São chamados de parietais, pois são pendurados nas paredes ou em outros dispositivos para serem observados por todos os alunos simultaneamente. Ao levar em consideração que os parietais foram amplamente utilizados nas escolas brasileiras e dos países ocidentais em geral a partir da metade do século XIX até meados do século XX, a pesquisa da autora teve como objetivo conhecer a história deste material didático no Brasil, enfocando como se deu a sua circulação, os sujeitos e empresas envolvidos em sua produção e distribuição, a sua materialidade, suas funções pedagógicas levando em consideração as disciplinas escolares de referência, os conteúdos abordados e as linguagens visuais empregadas. O quadro parietal é ao mesmo tempo um artefato e uma imagem visual, por isso, o estudo tem como principais referenciais teóricos os estudos da cultura material, cultura material escolar e da cultura visual. O quadro parietal, enquanto material didático, foi utilizado por professores e alunos na mediação entre ensino e aprendizagem, entre a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX. .

Considera-se que os primeiros quadros apareceram na Alemanha, na década de 1820. Inicialmente, eram produzidos em formato pequeno (20x30cm), traziam cenas e objetos da vida cotidiana para serem usados no ensino primário, como animais de estimação, utensílios de cozinha, atividades como a caça, o ciclo das estações do ano. As crianças deveriam observar as imagens e aprender a reconhecer e nomear o que viam (BUCCHI, 2006).

A partir de meados do século XIX, esse recurso didático se popularizou e disseminou por vários países. Começaram a ser produzidos e vendidos em grande



Sala de acervo, coleção sala de aula de época – Quadros Parietais I, II e III – Museu escolar, reconstituição sala de aula



Não foi possível para o MESC recuperar os quadros parietais sobre os processos de fabricação do lápis e da transformação da lã. Restaram apenas fotos.

quantidade, se diversificaram e passaram a retratar um grande número de temas: históricos, geográficos, científicos, religiosos. O seu uso rapidamente se espalhou do ensino primário para todos os outros graus de ensino, inclusive universitário. Entre 1860 e 1960 foram indispensáveis para o ensino (BUCCHI, 2006).

Estas imagens foram utilizadas como recursos técnico-didáticos, para captar a atenção dos alunos ou focá-la em determinados aspectos. Os quadros parietais destinavam-se ao exercício do sentido da visão e permitiam aos alunos um contacto com paisagens, plantas e animais que de outra forma não teriam hipóteses de conhecer e deter-se sobre alguns aspectos considerados importantes. Estes permitiam também mostrar a dimensão oculta dessa realidade, ilustrando a estrutura e o funcionamento interno dos seres vivos, da terra ou do mundo aquático, conduzindo os alunos num processo de estudo do mundo observável para o universo microscópico. (GUERRA, 2007, p. 96)

A importância conferida ao material didático não é recente e esteve sempre associada à otimização docente e à inovação educacional (COSTA, 1959). Desde as últimas décadas do século XIX associa-se eficiência pedagógica e modernidade educacional ao uso de materiais didáticos no ensino. É justamente nesse momento que uma infinidade de materiais escolares invadem as instituições escolares de todos os graus.

O uso sistemático dos mais diversos materiais didáticos na escola está associado às mudanças ocorridas na virada do século XIX. Ao longo do século XIX, as humanidades, padrão de ensino então consolidado, passaram a ser criticadas. Em contraposição ao ensino denominado “livresco”, preocupado com a valorização das palavras e da memorização, evoca-se o contato direto com as coisas, por meio da observação e experimentação (MUNAKATA, 2012).

Dessas críticas, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram novas propostas pedagógicas que valorizaram a experiência, a observação e a manipulação das coisas, entre elas: o *Kindergarten froebeliano*, no ensino infantil; o método intuitivo, na escola elementar; e a introdução de novos procedimentos e novas práticas no ensino secundário (MUNAKATA, 2012), como por exemplo, a introdução e, com o correr dos anos, o espaço que ganham as disciplinas científicas no currículo.

A escola, de qualquer nível de ensino, estava preocupada com a educação dos sentidos de seus alunos. Para observar, manipular, experimentar, na tentativa de educar os sentidos, se fez necessária a utilização de instrumentos e objetos (MUNAKATA, 2012).

O requisito da observação direta ou das “noções empíricas” devido à adoção do método intuitivo levou os profissionais da educação daquele período a estabelecerem uma dependência direta entre o método e o uso de materiais escolares quase como condição sine qua non. Para tudo era necessário material: para o ensino de aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritmética. Para o ensino de linguagem: coleção de abecedários e de cartões parietais para

leitura, ardósias, cartas de alfabeto, cadernos de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências física e naturais: laboratórios, museus, quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas, mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura. (SOUZA, 2007, p. 175-176)

Assim, as coleções de objetos para o ensino foram incorporadas nas escolas brasileiras a partir das últimas décadas do século XIX. Nestes anos, as ideias pedagógicas que advogavam o uso de artefatos no processo educativo circularam pelo mundo e chegaram também ao país, em decorrência da participação de brasileiros nas exposições internacionais, grandes difusoras das inovações educacionais, do contato com publicações e de visitas a estabelecimentos estrangeiros (PETRY e SILVA, 2013).

Embora estes novos padrões de escolarização, com seus métodos, práticas e objetos escolares, fossem usados para garantir a unificação de cada estado-nação, eram universais e circularam por todo o globo, tendo as exposições universais como uma de suas principais propulsoras (LAWN, 2009).

No que concerne a relação entre a cultura material e a história da leitura e da escrita, passaram a ser investigados os manuais didático, livros de leitura, cartilhas, programas de ensino, em resumo, todo tipo de suporte material da escrita e da leitura. Esse campo de estudo está bastante consolidado no Brasil atualmente. Há ainda a relação entre cultura material e patrimônio histórico escolar, campo de investigação que vem crescendo no Brasil (SOUZA, 2007).

Convencionou-se chamar esse material didático de quadro parietal, entretanto, na bibliografia lida e na documentação já consultada, aparecem várias formas de denominá-lo, são estas: a) língua portuguesa: quadro didático, quadro instrutivo, quadro pedagógico, prancha pedagógica, lâmina didática, lâmina parietal, imagem parietal, mapa mural, museu escolar; b) língua espanhola: *lámina mural, lámina didáctica, museo escolar*. c) língua inglesa: *wall chart, wall- plates*; d) língua alemã: *Wandplatten, Tafeln, Wandtafeln*; e) língua francesa: *tables murales, tableau muraux, musée scolaire*; f) língua italiana: *tavole didattiche, tavole parietali, carte parietali, tavola didattica*; g) língua dinamarquesa: *voegtavler, tavler*. “Neste trabalho usarei os termos quadros parietais, quadros, parietais, mapas murais e mapas para designar este material didático.” (FARIA, 2017, p. 23).

Várias investigações acerca desse recurso didático já foram conduzidos em países europeus. Segundo estudos realizados por pesquisadores da Europa Central, os quadros parietais tem sua origem nas ilustrações de livros didáticos, que, com a melhoria nas técnicas de impressão, puderam ser ampliados, produzidos em cores e impressos em massa. Por isso, consideram que Comenius e Johann Bernard Basedow

estão entre os precursores dessa tecnologia pedagógica. Isso se deve ao fato de Comenius ter publicado em 1658 a obra *Orbis sensualium pictus*, um manual que contava com 150 gravuras sobre madeira projetadas para ensinar crianças a ler relacionando palavras a objetos. Da mesma forma, o pedagogo alemão Johann Bernard Basedow, em 1774, anexou ao seu manual da escola elementar, *Elementarwerk*, um atlas com a reprodução de mais de cem gravuras em cobre do artista Daniel Nicolas Chodowiecki, um conhecido gravurista da Europa de então. Essas gravuras seriam usadas como prêmios de boa conduta e poderia também ser coladas em papelão, cobertas com vidros e penduradas nas paredes das salas de aula (BUCCHI, 2006).

Já os franceses e espanhóis relacionam o origem do uso dos quadros parietais na região com a aparição do sistema de ensino mútuo. Por isso, os quadros não possuíam imagens, mas textos; e sua principal utilidade era a fixação de conteúdos estudados nos semicírculos. É somente com a implementação do ensino simultâneo, por volta de 1840, que novos quadros são elaborados. Nos anos posteriores, os parietais se diversificaram e passaram a ser usado como suporte para o ensino de Religião, Geografia, História e Ciências Naturais. Com isso, eles se popularizaram, se disseminaram por toda a Europa e, em torno desse material didático, se desenvolveu um grande mercado internacional (POZO ANDRÉS, 2013).

Tanto a historiografia centro-europeia como a francesa e espanhola assinalam as últimas décadas do século XIX até meados do XX como o período áureo dos parietais, quando essa tecnologia pedagógica se espalhou por todo mundo. Nos diferentes países da Europa a partir do estudo dos quadros parietais de História, apontam que esse recurso didático esteve no centro da educação europeia desde a segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX e junto com livros didáticos estão entre os materiais didáticos mais importantes para o processo de ensino e aprendizagem nos países europeus a partir de meados do século XIX.

Quadros parietais são recursos visuais poderosos. Desde que a visualização se tornou um importante componente no processo de ensino, os parietais foram usados e conhecidos por muitas pessoas na Europa. Muitos anos após o fim dos dias escolares, muitas pessoas ainda são capazes de lembrar de imagens que foram usadas durante seus anos escolares. Além disso, quadros parietais foram usados como decoração de paredes, o que apenas contribuiu para esse processo.

Pode-se dizer, desse modo, que os quadros parietais apresentam um aspecto estético para além do pedagógico. Esse objeto didático e também artístico faz parte de uma estética escolar que procura educar os sentidos por meio da visão. Os quadros estão nas paredes para serem contemplados, observados. Os alunos se tornam também espectadores (LOPES, 2004).

Lopes (2004) e Bucchi (2006), observam ainda como os parietais, com suas

imagens e cores, seu tamanho e posição em que ficavam nas salas de aula, fixados num lugar de destaque nas paredes, se tornaram um meio adequado de ensinar os conteúdos ligados às áreas científicas, especialmente de botânica e zoologia.

Diferente das espécimes biológicas e modelos de cera, os parietais proporcionam rápido e relativamente barato meio de permitir a todos os estudantes na sala de aula de ter uma visão completa de uma classe de animais ou plantas e, ao mesmo tempo, olhar mais de perto os detalhes externos e internos. Assim, reconheceu-se logo que era necessário proporcionar não somente esquemas com as classificações, mas uma abrangente visão de um objeto na sua totalidade. (BUCCHI, 2006, p. 94)

Identificar o todo pelas partes, observar os detalhes, tanto externos quanto internos, são pressupostos de uma concepção de ciência que tem por objetivo conhecer a natureza por meio de ordenações e classificações determinadas justamente pelas partes que compõem os elementos da natureza (POSSAS, 2013). A escola e os quadros parietais nela utilizados foram, portanto, responsáveis pela difusão de determinados modelos, concepções e discursos científicos.

Petry (2012) também constata que o emprego dos quadros parietais foi grande nas escolas de Santa Catarina no início da década de 1940. Ao analisar as listas de inventários de 1941 e 1942 remetidas pelas escolas ao Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, a autora aponta que “os quadros, ou pranchas pedagógicas” foi o item que mais apareceu.

[...] O item que mais se sobressaiu foram os quadros, ou pranchas pedagógicas, recorrentes em quase todas as áreas de ensino. São quadros sobre o trigo e o pão, a indústria vidreira, o sistema nervoso, os insetos nocivos, entre outros.[...] os quadros são os mais recorrentes, tanto em quantidade quanto em número de escolas que possuíam. O conteúdo relativo aos animais foi o que contemplou maior diversidade de artigos, seguido dos de física e química. O item que não apresentou quadros e apenas espécies originais da natureza foi o das ‘rochas’. Geografia, por sua vez, contou ‘apenas’ com mapas e globos geográficos. (PETRY, 2012, p. 92- 96)

Os estudiosos da cultura material entendem que os artefatos são mediadores das relações sociais, fazem o intermédio entre o indivíduo e o mundo. Logo, são documentos históricos que revelam a própria cultura, pois são suportes materiais da vida em sociedade.

Os objetos apresentam indícios do modo de como os indivíduos os idealizaram, planejaram, desenvolveram, produziram e usaram. Da mesma forma, descortinam os hábitos do cotidiano, ao evidenciar como se dá a manipulação dos artefatos pelo corpo e a forma com os indivíduos se posicionam e locomovem num determinado espaço em função da disposição dos artefatos dos quais fazem uso, isto é, mostrar como os corpos são condicionados e regulados, como se adaptam e transformam, na relação com os objetos (BRAGHINI, 2013).

Os quadros parietais de história do Brasil foram usados, como já foi dito, com um sentido prioritariamente ilustrativo. Deveriam ajudar a despertar o interesse, conservar a atenção e ajudar na memorização dos conteúdos aprendidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGHINI, K. M. Z. **O que os instrumentos científicos dos Museus Escolares nos contam sobre a educação dos sentidos, na passagem do século XIX para o século XX?** Relatório Técnico de Pós-Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BUCCHI, M. *Images of science in the classroom. Wall charts and science education, 1850-1920*. In: PAUWELS, Luc (org.). **Visual cultures of science. Rethinking representational practices in knowledge building and science communication**. Hanover: Dartmouth College Press, 2006.

COSTA, E. V. da. O Material didático no ensino da História. **Revista de Pedagogia**. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 5 (10), Jul/ Dez, 1959.

FARIA, Joana Borges de. **Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)**. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20265>>. Acesso em 28 jul.2021

GUERRA, Marcolina, João Espiguiinha. 2007. **Memória e materialidade no ensino liceal: um percurso pelo patrimônio e materiais didáticos do Liceu de Portalegre**. Dissertação de mestrado. Ciências da educação, Universidade de Lisboa.

LAWN, M. *Sites of the future: comparing and ordering new educational actualities*. In: LAWN, M. **Modeling the future: exhibitions and the materiality of education**. Oxford: Symposium books, 2009.

LOPES, R. J. N. **Captar a atenção, ilustrar a memória! Viagem ao universo de mapas e outras imagens parietais do Liceu de Passos Manuel**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

MUNAKATA, K. Que coisa é coisa das lições de coisas? In: OLIVEIRA, M. A. T. de. (org.). **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

PETRY, M. G. Museu Escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina). In: PETRY, Marília Gabriela, SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.). **Objetos da escola. Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

PETRY, M. G., SILVA, V. L. G. da. **Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (século 19 e 20)**. Hist. Educ. [online], Porto Alegre, v. 17, no 41, p. 79- 101, 2013.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a História Natural. In: FIGUEIREDO, B. G., VIDAL, D. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**, Belo Hori-

zonte: Fino Traço, p. 159-170, 2013

POZO ANDRÉS, M. del M. del. Nacionalismo, globalización y cultura escolar: láminas murales para la enseñanza de la historia (1860-1939). **Revista Mexicana de Historia de la Educación**, Cidade do México, vol. 1, n. 1, p. 1-28, 2013.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p. 163-189.

3.9.1. Coleção de Quadros Parietais I – Quadros Demonstrativos de Produtos Agrícolas

1. COLEÇÃO DE QUADROS DEMONSTRATIVOS DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Da Academia de Comércio, o MESC recebeu, em 1996, a doação de 13 quadros que serviram como material didático e que representam a evolução dos produtos manufaturados, desde sua plantação até chegar aos produtos finais. Dos 13 quadros, conseguimos restaurar 10. Todavia, a fotografia de dois deles, sobreviveu.

Podemos citar o exemplo em que parte da árvore até a produção de lápis, papel e óleos, utilizando amostras legítimas dos materiais para a explicação didática. Alguns dados estão registrados nos próprios quadros, como autoria e origem. A coleção do Museu conta com quadros sobre arroz, seda, fibras têxteis, café, algodão, milho, feijão e mamona. Esses quadros são mostruários de produtos agrícolas nacionais e contém fotografias, *collages* de sementes, vidrinhos de substâncias como óleo e textos instrutivos, que recebiam o sugestivo nome de “museu escolar”. Os quadros são assinados por Alfredo Teixeira Júnior e indicam fabricação na cidade de Santos, São Paulo. No caso específico dos quadros do MESC, também é necessário apurar sua trajetória até chegar à Academia de Comércio, de onde seguiram para o acervo do Museu.

Na tese *Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)* (FARIA, 2017), expõe textos explicativos, que iremos reproduzir. Diz a autora que no caso específico dos quadros parietais para o ensino intuitivo produzidos no Brasil, a partir da década de 1920, as escolhas de seus conteúdos não recaíram sobre a produção industrial, como era comum na Europa, ao contrário, abordavam em sua maioria a produção agrícola e mineira, ou como os próprios elaboradores denominaram; as riquezas vegetais, animais e minerais do Brasil. Havia desenvolvimento industrial no país, mas era indispensável dar a conhecer os produtos mais importantes da economia brasileira, provindos basicamente do campo e da mineração.

A produção deste tipo de material didático estava em consonância com as ideias da Escola Nova que estavam circulando no país desde a década de 1920. O desenvolvimento do país passava, portanto, pela compreensão da realidade social, política e econômica nacional pelos alunos formados nas escolas brasileiras. As séries brasileiras sobre as riquezas naturais responderam prontamente a esta finalidade. Renato



Sêneca Fleury, autor de duas delas; e a Cia. Melhoramentos de São Paulo, lançaram mão deste tipo de recurso didático, já muito utilizado desde a segunda metade do século XIX, para atingir estes novos propósitos da escola brasileira.

O foco era dar a conhecer as riquezas naturais do país: café, borracha, arroz, milho, mate, cacau, coco, fumo, óleos vegetais, produtos tropicais, trigo, seda, madeira de lei, ferro, manganês, pedras preciosas e ouro. Na maioria dos mapas, a imagem em destaque é a da própria planta ou animal. Os mapas da série Quadros para o ensino intuitivo reúnem um grande número e variedade de imagens, que estão dispostas como ilustração de fundo e em boxes retangulares ou redondos distribuídos pelo espaço. As imagens são múltiplas e carregam diferentes sentidos. No rodapé há um texto relativamente grande, com letras pequenas que certamente não são vistas à distância, que aborda a mesma temática das imagens. É uma explicação textual do que pode ser visto, mas oferece maiores detalhes sobre alguns aspectos, como a origem de tal planta no mundo, principais países exportadores, produtos básicos feitos a partir de determinada matéria-prima etc.

A maioria das imagens destes parietais procura expor o ser vivo como ele é no seu aspecto natural exterior; como ele é cultivado, como é sua plantação, sua extração ou sua exploração; quais máquinas e tecnologias são utilizadas para transformar a matéria-prima em produto final; que outros produtos são feitos a partir dele e como são usados pelos seres humanos; mapas do Brasil no qual são mostradas as principais regiões produtoras. Por exemplo, no caso da cana-de-açúcar, o quadro traz ilustrações da própria planta da cana, de um canavial, de uma usina, de um engenho à tração animal, de máquinas como moendas e usadas na preparação do açúcar, de açúcar refinado, cristal e mascavo, de um vidro de álcool e de um mapa das zonas produtoras de cana de açúcar.

Outros quadros exploram, também, a partir de suas ilustrações, ainda que isso não seja evidente em todos os mapas da série, o lugar onde determinado produto é comercializado, se trata de um produto para exportação ou para consumo nacional. No caso específico da seda, as ilustrações do quadro trazem a representação do ciclo de vida de um lepidóptero, uma borboleta da espécie *Bombyx mori*, mostrando como a própria produção natural do casulo pelas crisálidas gera os fios da seda. Neste quadro importa, também, fazer o aluno entender o processo que resulta no produto final.

Conhecer as riquezas do país é, portanto, saber sobre as propriedades naturais do próprio ser vivo, pelo menos saber reconhecer seu aspecto exterior; como é o seu cultivo; regiões onde são cultivados; onde e como são transformados em produtos finais; quais outros produtos podem gerar; e como são usados pelo homem. Quer dizer, significa conhecer a riqueza natural em todos os seus aspectos, natural, econômico, social e cultural.

Os quadros da série ainda mostram as interpretações de seus idealizadores sobre os trabalhadores do campo, das fábricas, das minas e ligados à exploração da borracha e de outros produtos tropicais, que evidenciam diferenciações de classe, raça e gênero. Mesmo que os trabalhadores e outros personagens tenham papel secundário nas imagens, que tem como foco as riquezas nacionais, eles estão representados e carregados de significados.

A maior parte dos trabalhadores retratados no trabalho do campo, na indústria, nas minas e na extração vegetal é de homens. Eles aparecem fazendo os trabalhos braçais pesados e perigosos, como carregar peso, colher trigo, extrair ouro e pedras preciosas em minas subterrâneas ou a céu aberto e nas máquinas das indústrias metalúrgicas. São também os homens que sempre aparecem dirigindo tratores e outras máquinas agrícolas. Os trabalhos realizados pelas mulheres resumem-se às atividades domésticas, como cozinhar e dar de comer aos animais; na indústria têxtil, seja no cuidado do bicho-da-seda, nas fábricas de produção de tecido ou mesmo como costureiras; na lapidação de pedras preciosas; e também no campo, especialmente nas colheitas de café e algodão. Há, portanto, diferenciações claras nos tipos de trabalho realizados pelos diferentes gêneros. Se naturalizava a partir das imagens parietais profissões masculinas e profissões femininas. Às mulheres estão sempre associados os trabalhos domésticos ou mais delicados.

Se os quadros da *Maison Deyrolle* para o ensino das lições de coisas tinham uma perspectiva mais universal, já que foram comercializados para diversos países diferentes e, portanto, precisavam adequar-se às mais diferentes realidades culturais, sociais, políticas e econômicas, os quadros produzidos aqui no Brasil focaram nas particularidades do próprio país. Todas as séries para este ensino, entretanto, buscavam olhar para o mundo natural a partir da mesma perspectiva, na sua relação com os seres humanos. A observação de todas estas imagens levava os alunos a relacionar matéria-prima e produto final, compreender processos de produção e os introduzir no estudo das ciências físicas e naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, Joana Borges de. **Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)**. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20265>>. Acesso em 28 jul.2021

MAKOWIECKY, SANDRA; GOUDARD, B. (Org.) . **Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. v. 1. 226p.





3.9.2. Coleção de Quadros Parietais II (quadros instrutivos) – Reproduções da *Maison Deyrolle*

A loja *Maison Deyrolle* está instalada hoje na 46 *Rue du Bac*, 75007 Paris, França, desde 1888. Foi fundada em 1831 por *Jean-Baptiste Deyrolle* e seu filho *Achille*, ambos apaixonados por entomologia, estudo dos insetos. A família dedicou-se inicialmente à venda de insetos e materiais para colecionadores de História Natural, desenvolvendo ao mesmo tempo a atividade de taxidermia — a arte de montar ou reproduzir animais para exibição ou estudo. Em 1866, *Émile Deyrolle* assumiu a casa fundada por seu avô. Por volta dessa data, muitas instituições de entomologia são criadas em toda a Europa devido ao interesse crescente de amadores em observar e colecionar insetos trazidos de várias partes do mundo, que enriqueciam os acervos à medida que as viagens internacionais se popularizavam na época. Foi a partir daí que *Émile Deyrolle* — neto do fundador — decide investir na Taxidermia e também na publicação de obras especializadas em fauna e flora.

O local é o paraíso para estudantes e profissionais de Biologia que vêm à Paris. Para os geólogos, eles também têm uma seção sobre minera-



Maison Deyrolle, Rue du Bac, 46, Paris, nos dias atuais. Fonte : Disponível em <<https://en.wikipedia.org/wiki/Deyrolle>>. Acesso em 30 jul.2021



Maison Deyrolle. Aspecto do interior em uma de suas multiplas salas. Disponível em <<https://www.unjourdeplusaparis.com/en/paris-insolite/maison-deyrolle>>. Acesso em 30 jul.2021



logia e um excelente mostruário de espécies exóticas.

Naquela época, a história natural vivia uma verdadeira mania; a coleta e observação de insetos interessou a muitos amadores e muitas sociedades entomológicas foram criadas em toda a Europa. De viagens distantes, os cientistas trazem grandes quantidades de espécimes, enriquecendo consideravelmente as coleções de museus de história natural. *Émile Deyrolle* continuará a trabalhar como taxidermista e desenvolverá a venda de equipamentos de caça e também coleções de insetos. Dedicará também grande parte da sua atividade à publicação e comercialização de livros especializados sobre a flora e a fauna.

Quase 120 países serão afetados pela distribuição de material educacional para escolas, faculdades, centros técnicos e científicos. *Deyrolle* se torna uma instituição reconhecida globalmente que, graças a uma linguagem universal, se dirige a um público particularmente amplo.

Em 1888, após seu início na Margem Direita e a instalação de imensas oficinas de carpintaria, taxidermia e vidro em Auteuil, rue Chanez, *Émile Deyrolle* instalou seu escritório e sua loja na rue du Bac 46, no antigo casarão de Samuel Bernard (filho do banqueiro de Luís XIV).

A vocação do local permanece antes de tudo educativa. Além de equipamentos científicos, peças de taxidermia e osteologia, móveis escolares e painéis fornecidos a todas as escolas e universidades da França, muitos livros especializados são publicados pela *Deyrolle*.

Algumas décadas após seu início, em 1831, já com muitas publicações traduzidas e distribuídas em escolas e centros de pesquisa de mais de 120 países, a *Deyrolle* se tornava referência mundial na produção de material pedagógico em torno das ciências naturais. E continua sendo. Apesar do local carregar a fama de ser o último “gabinete de curiosidades” (da expressão francesa *cabinet de curiosités*) aberto ao público, e sempre ter atraído um público de artistas, pintores, cineastas, colecionadores e decoradores do mundo todo, a principal missão da *Deyrolle* se mantém em contribuir para a educação, destacando o foco pedagógico em todas as suas atividades atuais.

Esta casa bicentenária é hoje o último gabinete de curiosidades aberto ao público, que oferece a possibilidade de descobrir peças excepcionais e adquiri-las. Entusiastas, colecionadores, cientistas e decoradores de todo o mundo a visitam para observar as belezas da natureza e maravilhar-se com tantas peças surpreendentes. Recentemente, no prolongamento da sua história, a *Deyrolle* oferece também a criação de gabinetes de curiosidades personalizados e, assim, oferece a cada um a possibilidade de disponibilizar os seus ou de os ajudar a realizá-los de acordo com as suas aspirações e desejos.

Naturalistas e colecionadores apaixonados também estão interessados em coleções de minerais, conchas, borboletas e insetos, herbários, preparações microscópicas, equipamentos de osteologia e equipamentos de zoologia ou colheita botânica inicialmente destinados ao ensino. A atividade taxidermista, que visava ensinar zoologia aos estudantes, atrai também toda uma clientela de caçadores que vêm trazer seus troféus para naturalizá-los nas regras da arte.

Essa mistura de gêneros é, no entanto, perfeitamente organizada, estruturada e as coleções são validadas por toda uma equipe de acadêmicos e cientistas ligados à casa. Em todas estas peças que se sucedem segundo a sua especialidade, num ambiente de um imenso gabinete de curiosidades, desafie uma procissão de personalidades de todas as esferas da vida que vêm buscar inspiração, aperfeiçoar os seus conhecimentos ou simplesmente passear o seu olhar curioso e admirando.

Após alguns anos de declínio e vários proprietários sucedendo à família *Deyrolle*, a empresa foi comprada por *Louis Albert de Broglie* em 2001, que restaurou esta boutique-museu à sua vocação original.

Ao realizar grandes reformas, *Louis Albert de Broglie* mostrou seu desejo de perpetuar o espírito deste lugar mágico. A abordagem educativa é reforçada com a reedição e comercialização das placas antigas e as coleções são totalmente reconstituídas. Borboletas e besouros voltam a encher as gavetas, juntando coleções já antigas. As caixas destinadas aos colecionadores são feitas para a *Deyrolle* pelos melhores artesãos e são particularmente apreciadas pela sua qualidade. Os taxidermistas mais talentosos também ajudam a reconstruir esta imensa arca de Noé: belas aves, suntuosas feras e mamíferos de todos os continentes vêm repovoar os salões desta galeria única no mundo (O gabinete de curiosidades ...2016)

1. SOBRE OS PAINÉIS PARIETAIS DA MAISON DEYROLLE

Recorreremos novamente à tese de doutorado de Faria (2017), que faz uma seleção de aspectos importantes e cita autores, que iremos reproduzir. Diz a autora, que partir da segunda metade do século XIX, surgiram novas propostas pedagógicas que valorizaram a experiência, a observação e a manipulação das coisas, entre elas: o Kindergarten froebeliano, no ensino infantil; o método intuitivo, na escola elementar; e a introdução de novos procedimentos e novas práticas no ensino secundário (MUNAKATA, 2012), como por exemplo, a introdução e, com o correr dos anos, o espaço que ganham as disciplinas científicas no currículo.

A escola, de qualquer nível de ensino, estava preocupada com a educação dos sentidos de seus alunos. Para observar, manipular, experimentar, na tentativa educar os sentidos, se fez necessária a utilização de instrumentos e objetos (MUNAKATA, 2012). Outro autor citado, Souza, esclarece:

O requisito da observação direta ou das “noções empíricas” devido à adoção do método intuitivo levou os profissionais da educação daquele período a estabelecerem uma dependência direta entre o método e o uso de materiais escolares quase como condição sine qua non. Para tudo era necessário material: para o ensino de aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritmética. Para o ensino de linguagem: coleção de abecedários e de cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, cadernos de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências física e naturais: laboratórios, museus, quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas, mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura. (SOUZA, 2007, p. 175-176)

Assim, as coleções de objetos para o ensino foram incorporadas nas escolas brasileiras a partir das últimas décadas do século XIX. Nestes anos, as ideias pedagógicas que advogavam o uso de artefatos no processo educativo circularam pelo mundo e chegaram também ao país, em decorrência da participação de brasileiros nas exposições internacionais, grandes difusoras das inovações educacionais, do contato com publicações e de visitas a estabelecimentos estrangeiros (PETRY e SILVA, 2013).

Os quadros parietais estudados seguiram alguns padrões materiais, entretanto, se transformaram ao longo dos anos do estudo. Os mapas produzidos no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, principalmente em países europeus, tinham dois padrões materiais básicos.

Os quadros eram, em sua maioria em cores, e impressos por meio da técnica litográfica. Uma opção oferecida pelas empresas que produziam esse objeto pedagógico era o de dar um acabamento de verniz à imagem impressa. Essa prática foi mais usada a partir das primeiras décadas do século XX. O principal objetivo de sua aplicação era o de impermeabilizar e proteger o quadro para que este pudesse ter maior durabilidade. O que foi percebido, no entanto, é que as peças envernizadas acabaram ficando amareladas com o tempo e com aspecto de envelhecidas.

Havia tipos de padrão de quadros parietais. Um deles, consistia numa impressão feita em papel de gramatura fina que era colada sobre um papel cartão bem grosso. Dessa forma, o quadro era resistente o suficiente para ficar suspenso nas paredes, apoiado em cavaletes ou mesmo na lousa e também ser carregado de uma sala a outra, por exemplo. Para que pudesse ser pendurado, havia em sua borda superior, em alguns exemplares também na inferior, furos com ilhoses de metal, nos quais eram amarradas cordas. Este tipo material de parietal foi usado nas séries destinadas ao ensino primário publicadas pela francesa *Maison Deyrolle* e também em algumas séries editadas pela Cia. Melhoramentos de São Paulo.

Um segundo padrão e, provavelmente, o mais comum entre o final do século XIX e a década de 1940, era a impressão em papel de gramatura fina colada sobre tecido, o que impedia rasgos. Nas bordas superior e inferior havia uma vareta de madeira para sustentação. Na vareta da borda superior eram fixados um ou dois ganchos de metal para que o quadro pudesse ser pendurado nas paredes ou nos armários. Os parietais deste tipo eram mais maleáveis e mais fáceis de serem armazenados, já que podiam ser enrolados.

2. PRIMEIROS INDÍCIOS DO USO DE QUADROS PARIETAIS NO BRASIL

De acordo com Faria (2017), os primeiros indícios encontrados de uso de quadros parietais ou de propostas para sua utilização no Brasil, no contexto escolar, estão relacionados às primeiras tentativas de implantação do método intuitivo no cenário educacional do país e à inclusão das ciências no currículo das escolas primárias e secundárias. Essas iniciativas ocorreram tanto no plano da educação pública como privada.

A partir do final da década de 1860 e início da década seguinte, os pressupostos do método intuitivo começaram a circular no cenário educacional brasileiro, principalmente, em decorrência das Exposições Universais, nas quais eram divulgadas e dava-se visibilidades às experiências pedagógicas de diversos países.

Existem diversas concepções de museu escolar, uma delas é: coleções de quadros parietais, como os produzidos pela empresa francesa *Maison Deyrolle*.

A tese de Faria (2017), demonstra em algumas fotografias de escolas paulistas que os quadros parietais podem ter sido armazenados nos gabinetes, laboratórios e salas de história natural ou ciências; nos museus escolares; ou mesmo nas bi-



Reprodução de uma sala de aula. Sem dados.
Fonte: Museu da Escola Catarinense da UDESC.



Maison Deyrolle. Aspecto do interior em uma de suas múltiplas salas. Disponível em <<https://www.unjourdeplusaparis.com/en/paris-insolite/maison-deyrolle>>. Acesso em 30 jul.2021

bibliotecas. Podem ter sido guardados nestas salas pendurados nas próprias paredes, como é o caso da imagem 1, que mostra pelo menos alguns dos parietais da Escola Normal de São Paulo expostos nas paredes da sala que pode ser o museu ou sala de história natural. Na imagem podem ser vistos alguns dos exemplares da série *Musée scolaire pour leçons de choses da Maison Deyrolle*, ainda preservados no acervo da instituição. É provável que de fato tivessem sido guardados dessa forma, pois podem ser vistas as varas de madeira pregadas por toda a extensão das paredes, nas quais os parietais estão pendurados.

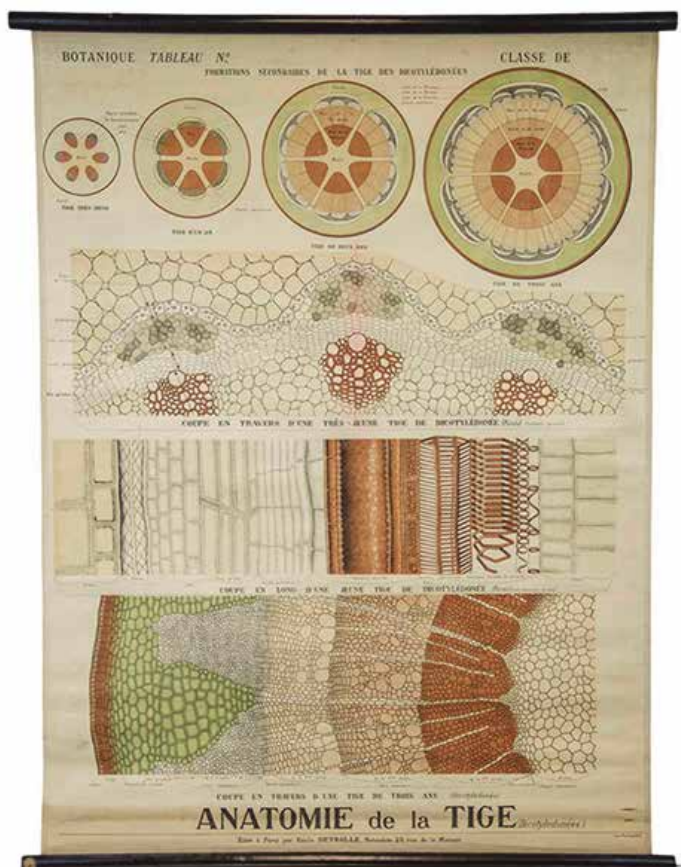
Nos últimos anos deste século, a *Deyrolle* produziu também a série museu industrial para lições de coisas, que tinha duas versões, uma delas destinada aos países de língua espanhola e outra aos países de língua portuguesa. A empresa francesa teve presença marcante entre os materiais das escolas do sudeste do Brasil.

Existem séries de variadas temáticas na produção de *Maison Deyrolle*. Existem imagens parietais, por exemplo, que buscam explicar por meio de ilustrações e textos o processo de transformação da matéria-prima em produto. Interessa mostrar todo o processo, o passo a passo, até a confecção do produto final. Há a preocupação de dar nome aos processos físicos e químicos utilizados.

Outras imagens parietais levam o aluno a conhecer o ser vivo, algumas de suas características morfológicas, qual a sua origem, em que região do mundo é mais comum, em que *habitat* vive, etc., assim como o produto que gera e como ele pode ser útil ao ser humano. A ideia é ir apresentando as plantas e os animais e suas classificações científicas a partir daquilo que é familiar, como os produtos gerados e que possivelmente sejam consumidos pelos alunos em seu cotidiano, como alimentos, bebidas e tecidos, por exemplo.

A observação de quadros deste gênero exigia do aluno a habilidade de entender os conceitos e a relação entre matéria-prima e produto final; e de compreender o desenvolvimento de processos, os passos necessários para que uma determinada coisa se transformasse em outra. No caso dos quadros parietais do gênero indústria, os processos de transformação de uma coisa em outra são tão importantes quanto a relação entre elas. Estas imagens parietais reforçavam também, naqueles que as observavam, os valores da sociedade industrial, em que a máquina, a fábrica e a tecnologia adquiriram lugar central na vida cotidiana e, principalmente, no progresso da civilização.

No caso específico dos quadros parietais para o ensino intuitivo produzidos no Brasil, a partir da década de 1920, as escolhas de seus conteúdos não recaíram sobre a produção industrial, ao contrário, abordavam em sua maioria a produção agrícola e mineira, ou como os próprios elaboradores denominaram; as riquezas vegetais, animais e minerais do Brasil.

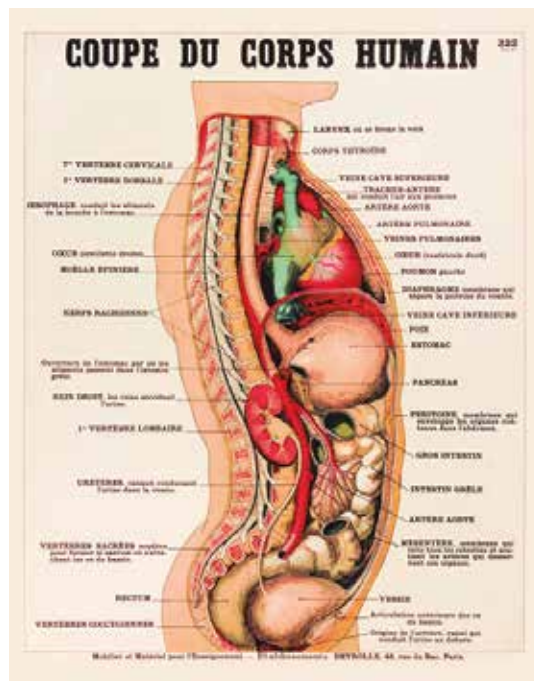
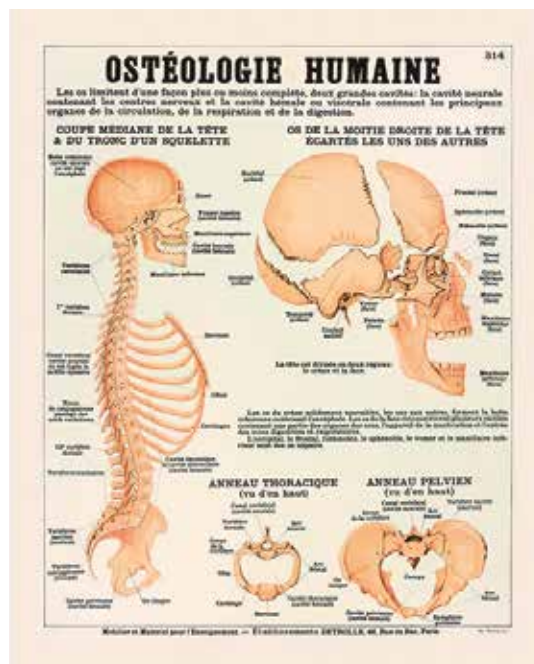
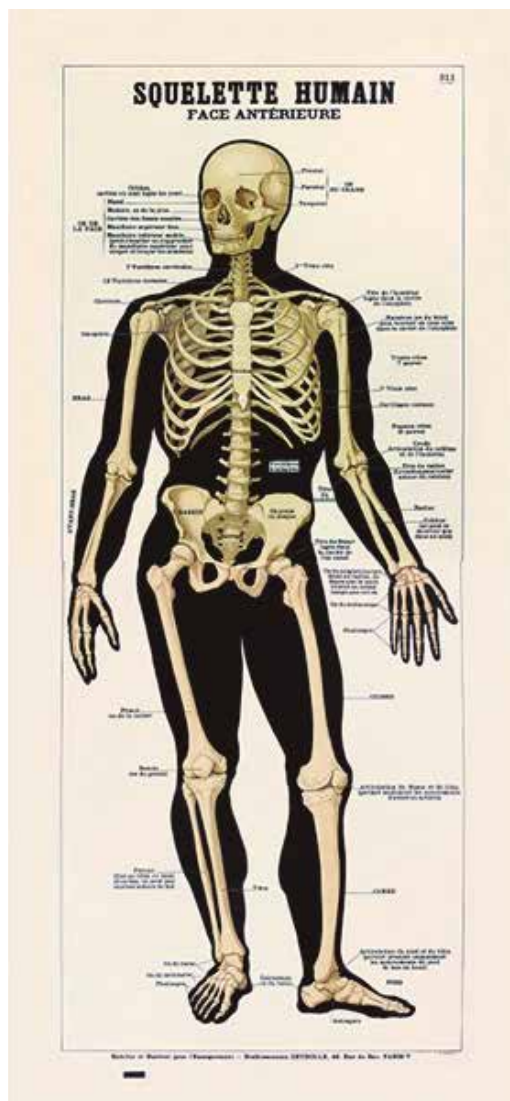


Os quadros da *Deyrolle* para o ensino das lições de coisas tinham uma perspectiva mais universal, já que foram comercializados para diversos países diferentes e, portanto, precisavam adequar-se às mais diferentes realidades culturais, sociais, políticas e econômicas, os quadros produzidos aqui no Brasil focaram nas particularidades do próprio país. São também bastante realistas, ou seja, que faz o possível por representar a coisa, seja um objeto, uma planta, um animal, um ser humano etc., de maneira mais fiel à realidade possível, que, para tanto, vale-se de técnicas de desenho e pintura que fazem uso da perspectiva, de cores, texturas, luz e sombra. Nos quadros da *Deyrolle*, por exemplo, há um equilíbrio nas imagens de vegetais, animais e minerais e os produtos deles extraídos. Há mapas, ainda, que tratam especificamente de um produto e não fazem referência de onde na natureza ele é retirado, como é o caso do chumbo, do plástico, do nylon e do couro. O foco da maioria destes parietais é o que é produzido pelos seres humanos para os seres humanos a partir de variadas matérias-primas. Nos quadros da *Deyrolle*, por exemplo, conhecer os produtos finais era importante, mas também, uma forma de introduzir um tema que fizesse parte da realidade do aluno, para então partir para aquilo que era desconhecido, o próprio mundo natural.

Este material didático adentrou nas escolas de modo mais sistemático a partir das últimas décadas do século XIX, no momento da implementação oficial do método intuitivo no país. Nestes primeiros anos prevaleceram quadros providos de países estrangeiros, em especial da França. Os parietais confeccionados e comercializados pela empresa do naturalista *Émile Deyrolle* estavam entre os mais populares. Ainda assim, outras empresas europeias também estiveram entre o rol de séries mais adquiridas por estas escolas. A maior parte das séries compradas no exterior compreenderam conteúdos científicos (FARIA, 2017).

3. OS QUADROS *DEYROLLE* NO MESC

O MESC possui uma coleção de reprodução de painéis originais da *Maison Deyrolle*, feitos para criar a ambientação de sala de aula de época, uma série de mais de 30 reproduções de quadros parietais da *Maison Deyrolle*. Os mapas, quadros e imagens parietais são uma tecnologia ao serviço do ensino surgida no século XIX (o século da imagem) e utilizada também ao longo do XX. A utilização dos recursos parietais como meios técnico-didáticos de ensino enquadra-se num movimento mais vasto de ligação entre a ciência e o cotidiano, de onde surgiram imensas invenções técnicas. Tudo começou por volta de 1871, quando *Émile Deyrolle* deu à empresa um impulso muito importante ao desenvolver, nomeadamente, a edição de placas de parede coloridas, publicadas com o nome de *Museu Escola Deyrolle*. Destinado a diferentes classes, do primário ao secundário, depois universitário, sua vocação é então dar “lições objetivas” aos mais pequenos, mas também botânica, zoologia, entomologia, geogra-





No MESD, temos um KIT educacional com 10 pranchas originais e atuais da Maison Deyrolle

fia, anatomia humana, Educação cívica, física, química, geologia , mineralogia, biologia. No Museu, possuímos apenas uma pequena amostra dess imenso universo, mais centrado em botânica, biologia e zoologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Deyrolle, o gabinete de curiosidades mais fascinante de Paris! 19/08/2016 Disponível em <<http://parisienissima.com/deyrolle-o-gabinete-de-curiosidades-mais-fascinante-de-paris/>>. Acesso em 30 jul.2021

FARIA, Joana Borges de. **Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)**. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20265>>. Acesso em 28 jul.2021

Gabinete de curiosidades. <http://parisienissima.com/deyrolle-o-gabinete-de-curiosidades-mais-fascinante-de-paris/>>. Acesso em 30 jul.2021

Maison Deyrolle. Disponível em <<https://www.deyrolle.com>>. Acesso em 30 jul.2021

Maison Deyrolle. Wikipédia. Disponível em <https://en.wikipedia.org/wiki/Deyrolle>. Acesso em 30 jul.2021

MENEZES, M. C.; CASTRO, W. B.; SILVA, C. M. da; ALVES, D. P. A *Maison Deyrolle*, de Paris, na Escola Normal de Campinas. RIDPHE_R **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 411-418, 2017. DOI: 10.20888/ridphe_r.v3i2.9301. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/9301>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MUNAKATA, K. Que coisa é coisa das lições de coisas? In: OLIVEIRA, M. A. T. de. (org.). **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

PETRY, M. G., SILVA, V. L. G. da. **Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (século 19 e 20)**. Hist. Educ. [online], Porto Alegre, v. 17, no 41, p. 79-101, 2013.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: um Obalanco inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p. 163-189.

3.9.3. Coleção de Quadros Parietais III – Quadros Originais e Atuais da *Maison Deyrolle*

1. COLEÇÃO DE QUADROS PARIETAIS ORIGINAIS DA MAYSON DEYROLLE

Na sala do Núcleo Educativo, contamos com quadros parietais atuais e originais, adquiridos na loja *Maison Deyrolle*, em Paris. São dez quadros que tratam dos seguintes temas: *Saúde e clima, Ações responsáveis, Energias renováveis, Desenvolvimento sustentável, Os dejetos, O ciclo do papel, A abelha, a casa e o mel, A biodiversidade, Mudanças climáticas, A gestão durável das florestas*. A ideia dos quadros parietais que tinham a intenção de ensinar “lições de coisas”, permanece na atualidade, adaptado aos temas e questões contemporâneas. Estes novos painéis fazem parte do projeto *Deyrolle para o futuro*, com todas as informações disponíveis na página oficial da *Maison Deyrolle*.

2. DEYROLLE PARA O FUTURO – DPA (DEYROLLE POUR L’AVENIR)

Em 2007, Louis Albert de Broglie pretendia relançar a edição das pranchas educacionais: “Depois de ter explicado a terra ao maior número de pessoas possível, agora é uma questão de explicar como preservá-la”. Este é o início de uma nova coleção de conselhos educacionais publicada sob o nome *Deyrolle pour l’Avenir* (DPA) que abordam os temas questões ambientais e sociais contemporâneas. A prancha permite fixar visualmente o essencial de assuntos complexos e educar crianças e adultos na preservação do meio ambiente. Ao colocar o desenho no centro de suas ferramentas, a DPA renova a linguagem universal iniciada pela *Deyrolle*.

A *Deyrolle pour l’Avenir* desenvolveu uma coleção de painéis educacionais com mais de 150 painéis sobre vários assuntos, que vão desde espécies marinhas extintas até microcrédito e jardineiro responsável. Essas placas têm como objetivo educar o público em geral, crianças e adultos, funcionários e alunos em idade escolar.

A *Deyrolle pour l’Avenir* está de volta às escolas, trabalhando em parceria com o Ministério da Educação Nacional (francês) e o CNDP para a distribuição de kits educacionais de dez pranchas para as turmas CM1 e CM2. Os quadros educativos são verdadeiros instrumentos intergeracionais de sensibilização para o desenvolvimento sustentável, vocação esta também concretizada graças às exposições de quadros da DPA organizadas em locais públicos e aos eventos que permitem criar um elo de ligação entre as gerações em torno dos temas de amanhã. Além do vínculo entre gera-

AGIR POUR L'AVENIR COMPRENDRE LES ÉQUILIBRES NATURELS

EN L'ART DE VIVRE

Des écosystèmes complexes, des écosystèmes proches de la grande diversité sont en constante évolution. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.

DES ÉCOSYSTÈMES COMPLEXES

Les écosystèmes sont des systèmes complexes et dynamiques. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.

LA BIODIVERSITÉ

Les services écologiques



SUPPORT DE VIE

Des plantes vertes qui fournissent l'oxygène de l'air, des arbres qui pollinisent, des vers de terre qui enrichissent le sol, les insectes qui décomposent les déchets, les champignons qui mycélient la matière organique... Tout est lié, tout est utile. Les écosystèmes sont des systèmes complexes et dynamiques. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.



LA BIODIVERSITÉ

Designant la diversité du vivant, des plus petits éléments de la vie (le gène, la bactérie) aux plus grands ensembles qui constituent les milieux (les rivières, les écosystèmes, les forêts), la biodiversité intègre l'ensemble des plantes, des animaux et des bactéries. Tous les échanges sont en constante évolution. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.



SERVICE D'APPROVISIONNEMENT

Les légumes, la viande, le bois, ou même les médicaments, tout cela provient de la nature. Les écosystèmes sont des systèmes complexes et dynamiques. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.



SERVICE DE RÉGULATION

La diversité du vivant procure des régimes naturels et offre une force aux écosystèmes. Les écosystèmes sont des systèmes complexes et dynamiques. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.



SERVICES CULTURELS

Pour se libérer leur créativité, les hommes ne sont que des créateurs. Ils sont le fruit de la sélection naturelle, de la sélection sexuelle, de la sélection artificielle, de la sélection humaine.



Dessins : Emmanuel Étienne • © 2011 Éditions DEYROLLE POUR L'AVENIR, 46 rue du Bac - 75007 PARIS • www.deyrollepourlavenir.com

Bien le service de WPC FRANCE

A biodiversidade. Coleção de quadros parietais originais da Mayson Deyrolle.

ções, a DPA também busca promover a aprendizagem digital em sala de aula, desenvolvendo novas ferramentas em torno dos temas desses conselhos. A ação da *Deyrolle pour l'Avenir* visa conectar e unir em torno das questões de hoje e amanhã para aumentar a consciência e mudar o comportamento.

Metas: Criar ferramentas transgeracionais e universais em todas as questões ambientais e sociais. Oferecer essas ferramentas de ensino para escolas; Conscientizar funcionários de empresas e comunidades; Unir usuários e criar sinergias ; raduzir e distribuir essas ferramentas em muitos países.

Desta forma, os painéis DPA (a coleção *Deyrolle para o Futuro*) visam aumentar a consciência pública sobre os desafios do desenvolvimento sustentável. Ferramentas estéticas e instrutivas, as pranchas chamam a atenção, surpreendem e despertam a consciência para um dos grandes desafios do século 21: o desenvolvimento sustentável. A coleção, iniciada em 2007, conta hoje com mais de 150 pranchas que exploram diversos temas, das energias renováveis à apicultura, passando pelo microcrédito e mutualismo. Em torno de três temas principais, “Entendendo os equilíbrios naturais”, “Preservando a biodiversidade” e “Agindo para o futuro”, *Deyrolle pour l'Avenir* contribui para a educação de todos, crianças e adultos, para o desenvolvimento sustentável. Algumas coleções: coleção de agricultura, coleta de biodiversidade, coleta de água e energia, coleta econômica, social e solidária, coleção florestal, coleção de governança, coleta de produção sustentável, coleção de saúde e nutrição, coleção de cidade sustentável

3. KITS EDUCACIONAIS: PAINÉIS EDUCACIONAIS PARA RECONECTAR COM DISPLAYS DE PAREDE EM ESCOLAS

Os quadros parietais estão voltando às salas de aula graças a esses “kits educacionais”. Vários quadros sobre o mesmo tema em relação aos programas escolares são reunidos para formar um *kit* educacional que é acompanhado por uma apostila para o professor e apoios de trabalho para os alunos. Despertar a admiração pela descoberta dos desafios do século XXI ou do território mediterrânico são os objetivos destas magníficas coleções de pranchas.

O kit de desenvolvimento sustentável

Contexto: A Educação Nacional e a *Deyrolle pour l'Avenir* trabalharam juntas para atualizar a pedagogia da imagem, em temas que permeiam todas as disciplinas ministradas para uma melhor compreensão dos desafios do desenvolvimento sustentável. Um *kit* educacional sobre desenvolvimento sustentável, composto por 10 conselhos educacionais, é distribuído para escolas de ensino fundamental e médio.

Esta distribuição para mais de 5.000 escolas foi possível graças ao apoio de empresas nacionais mas também de parceiros locais (empresas e autarquias). “No inte-

BÉNÉFICES DE LA FORÊT

• La forêt procure des nombreux services écosystémiques.
 À l'ensemble des formes de vie, dont les humains.
 À la protection du climat, en absorbant le gaz à effet de serre.
 À la protection des sols, contre l'érosion, l'apport
 du gaz carbonique par photosynthèse, régule
 le climat, stocke le carbone, offre
 des habitats à une multitude d'espèces.

AGIR POUR L'AVENIR

PROTÉGER LES ÉQUILIBRES NATURELS

LE SAVIEZ-VOUS ?

• La gestion durable de la forêt : garantit la pérennité
 des générations futures et la préservation
 de l'environnement pour les générations futures.
 • La gestion durable s'applique à l'ensemble
 l'ensemble de la forêt à l'exception des zones
 à usage forestier, biologique, sociale et économique
 avec l'agriculture.

LA GESTION DURABLE DE LA FORÊT

La forêt est utilisée en particulier pour le bois, qui sert
 de matériau ainsi que de source d'énergie renouvelable.
 Dans les forêts gérées durablement, il est récolté en
 veillant à la conservation de la diversité biologique,
 au maintien de la qualité des sols et en évitant toute
 surexploitation ou évolution irréversible.



ÉCONOMIE DU BOIS



ACCUEIL DES PUBLICS



BIODIVERSITÉ



Dessins : Christian Jégou • © 2011 Éditions DEYROLLE POUR L'AVENIR, 46 rue du Bac - 75007 PARIS • www.deyrollepoulavenir.com

Avec le soutien de l'ADEP

A gestão durável das florestas. Coleção de quadros parietais originais da Mayson Deyrolle.

rior das aulas, a imagem educativa constitui um vector de divulgação de referenciais e subsídios para os alunos, [...] o *display* mural em grandes formatos permite ao aluno constituir aos poucos um reflexo de recurso à documentação disponível em torno dela . [...] Por outro lado, as suas qualidades estéticas e textuais têm o mérito de suscitar uma atenção especial através da instalação de referências visuais memorizadas e que constituem um ponto de apoio para a aprendizagem posterior ”. Extrato do acordo de parceria entre o Ministério da Educação Nacional, o CNDP e a *Deyrolle pour l’Avenir*.

Apresentação do kit educacional

Os conselhos tratam de assuntos fundamentais para o entendimento da nossa sociedade. Financiados por empresas ou instituições que desejam participar na sensibilização do maior número de pessoas, estes conselhos educativos dirigem-se a todos os públicos, graças a belas ilustrações e mensagens claras, sintéticas e rigorosas. Os conteúdos são sempre rigorosamente validados por especialistas relevantes na área abordada. As 10 placas que compõem o *kit* foram selecionadas pelo Sr. Jean-Michel Valantin, funcionário responsável pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Educação Nacional. Seu conteúdo foi revisado e validado antes de esses painéis entrarem no *kit* educacional.

Reunidas em uma caixa de papelão, as 10 pranchas (66x80cm) são de papelão, laminadas, e possuem dois ilhoses para facilitar a montagem na parede. A *Deyrolle pour l’Avenir* fabrica as placas de papel reciclado. As placas são impressas em impressora *Imprim’Vert* e a montagem é realizada em Estabelecimento de Assistência e Assistência ao Trabalho em Chartres. Todo o processo de fabricação e montagem é realizado na França. A fabricação das chapas de papelão é assegurada pela Prodmachine. O papel, 100% reciclado, é um Cyclus fabricado pela Arjowiggins.

Apoio educacional

Em cada mala é inserido um folheto de acompanhamento para uso do professor, produzido pelo CNDP. Isto permite que o contexto do quadro seja devolvido ao professor, dá-lhe ideias para as atividades da aula e faz a ligação com o resto dos quadros do *kit*. Cada folha do *kit* educativo também é acompanhada por uma apostila do aluno e uma do professor que podem ser baixadas em *link*. A caderneta do aluno oferece atividades específicas sobre um tema específico, bem como um léxico sobre os principais termos do quadro. E a cartilha do professor sintetiza os diferentes temas que podem ser encontrados no quadro, uma tabela de competências, os principais locais para o aprofundamento dos assuntos e as correções das atividades.

Na página da *Maison Deyrolle*, é possível baixar os livretos educacionais. Disponível em <<https://www.deyrolle.com/la-vocation-pedagogique/de-deyrolle-a-dpa/les-planches/les-kits-pedagogiques>> Acesso em 31 jul.2021





DES TRAVAUX INDISPENSABLES

« Les abeilles butinent les fleurs durant le printemps et l'été et contribuent ainsi à la pollinisation de nombreuses plantes. »

PRÉSERVER LA BIODIVERSITÉ L'APICULTURE

L'ABEILLE EN CHIFFRES

- L'abeille : 10 à 20 000 abeilles vivent en société.
- Une ruche produit de 50 à 100 kg de miel par an.
- Une ruche peut produire jusqu'à 1 kg de miel.
- Une ruche peut produire jusqu'à 10 kg de miel.
- Une ruche peut produire jusqu'à 10 kg de miel.
- Une ruche peut produire jusqu'à 10 kg de miel.

L'ABEILLE, L'HOMME ET LE MIEL



CHASSEURS DE MIEL

Les premières peintures rupestres évoquent une cueillette par les chasseurs de miel datant d'environ 12 000 ans. Ces pratiques de cueillette sauvage ont encore cours, par exemple au Népal.

NAISSANCE DE L'APICULTURE

Les premières ruches installées par l'homme, il y a plusieurs milliers d'années, furent certainement des troncs d'arbres creux ramassés près des villages. La récolte était difficile et pouvait entraîner la mort de nombreuses abeilles.

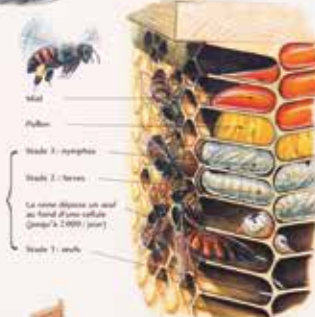


LE FIXISME

L'abeille vit dans une pièce unique où tous les rayons sont fixés aux murs et au plafond. La ruche varie selon les régions et les pays : bois, paille, vannerie, poterie, osier, ronce,...

LE MOBILISME

Au 19^e siècle, l'apiculture se modernise et se mécanise. L'abeille va être logée dans une ruche dont le nombre de pièces varie avec la saison. Tous les éléments deviennent indépendants. La récolte sera ainsi fortement facilitée.



LA RÉCOLTE

Quand les cellules sont pleines de miel prêt à être exploité, les abeilles les ferment avec une pellicule de cire : l'opercule. L'apiculteur sait alors qu'il peut récolter un miel qui se conservera. Il va ouvrir les ruches en maintenant les abeilles grâce à la fumée produite par un soufflet : l'envoie-fumée. Les cadres, débarrassés des abeilles, seront amenés à la miellerie.



LA MIELLERIE

Dans ce local, vrai laboratoire, les cellules remplies de miel sont ouvertes avec un couteau spécial. Puis les cadres sont placés dans l'extracteur. La mise en rotation éjectera le miel hors des alvéoles.



Le miel passera enfin dans le maturateur où il perdra ses dernières impuretés par décantation.

Une à deux semaines plus tard, il est prêt à être mis en pot.

Dessins : Julien Norwood • © 2011 Éditions DEYROLLE POUR L'AVENIR, 46 rue du Bac - 75007 PARIS • www.deyrollepoulavenir.com

Revue la revue du 1000000^e de l'année - 1000000^e de l'année

AGIR POUR L'AVENIR

COMPRENDRE LES ÉQUILIBRES NATURELS

CONCLUSION

[illegible]

1. E. GARDNER, *J. UCM, 9, 1*

- L'effet du stress tendrait à être négatif, c'est-à-dire que, dans ce cas, les interruptions seraient en fait des facteurs d'augmentation de la performance. Ce qui est possible, si on est suffisamment capable de contrôler le stress.
- Les interruptions de la demande du système (facteurs de l'augmentation de la performance) ont une incidence négative sur la performance.
- Les interruptions de la demande du système (facteurs de l'augmentation de la performance) ont une incidence négative sur la performance.
- Les interruptions de la demande du système (facteurs de l'augmentation de la performance) ont une incidence négative sur la performance.

LE CHANGEMENT CLIMATIQUE

LES VARIATIONS NATURELLES DU CLIMAT

La Terre a 4,5 milliards d'années. Les continents, les océans, les glaciers et l'atmosphère ont évolué sous l'effet de transformations internes telles que géologiques ou volcaniques, et sous des influences externes telles que cycles astronomiques, activité solaire, ou chute de météorites. Cette évolution naturelle s'est accompagnée de grandes variations du climat à l'échelle de millions d'années ou de centaines de milliers d'années.



L'IMPACT DES ACTIVITÉS HUMAINES

L'ère industrielle a débuté vers 1750. La consommation d'énergies fossiles comme le charbon, le pétrole et le gaz, produit de grandes quantités de gaz carbonique. La déforestation réduit l'absorption du gaz carbonique par la végétation. Les décharges et certaines pratiques d'élevage et d'agriculture émettent des gaz à effet de serre. Une partie du gaz carbonique est absorbée par l'océan et l'acidifie. La composition de l'atmosphère change rapidement : ~ 30% de gaz carbonique en deux siècles.



L'EFFET DE SERRE

Le gaz à effet de serre formant une sorte de couverture, qui maintient une température moyenne viable à la surface de la Terre : c'est l'effet de serre naturel. L'accroissement de leur concentration au cours de l'ère industrielle, surtout depuis 1950, conduit à un réchauffement de l'atmosphère. La température moyenne atmosphérique à la surface de la Terre a augmenté de près de 1°C depuis le 20^{ème} siècle. C'est une croissance à l'échelle planétaire beaucoup plus rapide que les variations naturelles connues dans l'histoire humaine : elle perturbe le climat global et les climats locaux.

5' ADAPTER

Au 21^{ème} siècle, la température moyenne continuera de croître, au moins jusqu'à +2°C par rapport à l'ère pré-industrielle, et peut-être plus. L'adaptation à cette part inévitable du changement climatique concernera de nombreux secteurs : eau, énergie, agriculture, transport, bâtiments, santé, etc. Elle consistera souvent en innovations et adaptations pour l'économie des ressources naturelles, pour une meilleure gestion des risques naturels, et pour une plus grande résilience face aux variations de l'environnement.



LES CONSEQUENCES POTENTIELLES

Le changement très rapide du climat peut ébranler les écosystèmes, affecter les ressources en eau, l'agriculture, les activités économiques et la viabilité d'un territoire. La fonte des glaces et la hausse de température de l'eau continueront à faire monter le niveau des océans, menaçant des îles et des régions littorales très peuplées. Si les effets de gaz à effet de serre ne diminuent pas rapidement et fortement, la température moyenne atmosphérique pourrait s'accroître encore de plusieurs degrés au 21^{ème} siècle, et l'océan moyen aura droit d'un mètre.



LUTTER CONTRE LES CAUSES

Dans le cadre des Nations Unies, l'ensemble des pays du monde tente de s'accorder depuis 1992 pour lutter contre les perturbations dangereuses d'origine humaine, du système climatique. Mais ainsi, après plus d'un siècle de débats, les pays ne sont pas parvenus à s'accorder sur des mesures contraignantes. L'humanité doit rechercher de nouvelles voies de développement, de nouvelles sources d'énergie et des innovations technologiques qui permettent le progrès tout en réduisant aussi vite que possible les émissions de gaz à effet de serre. Cet effort global et concerté est nécessaire à des relations viables et durables entre les activités humaines et les milieux naturels.



Dessins : Michaël Welgely • © 2011 Éditions **DEYROLLE POUR L'AVENIR**, 46 rue du Bac • 75007 PARIS • www.deyrollepourlavenir.com

© 2001 by Blackwell Science Ltd

Source: <http://www.fishbase.org>. ||

Livretos educacionais disponíveis: Homem, abelha e mel, Biodiversidade, Mudanças climáticas, O ciclo de papel, Resíduos, Desenvolvimento sustentável, Energias renováveis, Ações responsáveis, Manejo florestal sustentável, Saúde e clima

Alem do *kit* educacional, a partir de 2014, a *Maison Deyrolle* criou o *kit A Biodiversidade no Mediterrâneo*. Este *kit* para o ensino médio é composto por nove pranchas que apresentam a beleza do patrimônio natural e cultural mediterrâneo e abordam a necessidade de preservá-lo. Fiel a si mesma, *Deyrolle pour l'Avenir* tem a vontade de preservar um espaço que, no entanto, sofre fortes pressões humanas. Recebe nada menos que 200 milhões de turistas por ano atraídos pela beleza de sua paisagem. No entanto, o fenômeno da erosão da biodiversidade está muito presente ali. O *kit* educativo *Biodiversidade no Mediterrâneo* é composto por 8 pranchas no formato 50x60 cm e uma brochura pedagógica para o professor. Em conexão com os programas de ensino da faculdade, este *kit* permite abordar os fundamentos da biodiversidade no Mediterrâneo. Ciências da Terra e Vida e Geografia têm um lugar de destaque nesta ferramenta de conscientização do desenvolvimento sustentável, onde os alunos serão incentivados a trabalhar na preservação de seu patrimônio natural e cultural. Apoio educacional: Um verdadeiro suporte educacional foi estabelecido em torno dessas 8 placas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAKOWIECKY, SANDRA; GOUDARD, B. (Org.). **Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. v. 1. 226p.

Maison Deyrolle para o futuro. Disponível em <<https://www.deyrolle.com/la-vocation-pedagogique/de-deyrolle-a-dpa>> Acesso em 31 jul.2021

Pranchas pedagógicas *Deyrolle*. Disponível em <<https://www.deyrolle.com/la-vocation-pedagogique/de-deyrolle-a-dpa/les-planches/planches-dpa>>. Acesso em 31 jul.2021

3.9.4. Coleção de Quadros Parietais IV – *Quadros Parker e Cartas Parker*

O método, que foi desenvolvido pelo norte-americano Francis Wayland Parker (1837-1902) para o ensino do cálculo aritmético no curso primário, procurava possibilitar que a matemática também pudesse ser ensinada com base nos pressupostos do método intuitivo (VALENTE, 2014).

Marcos A. Oliveira (2014), em *Apropriações do método intuitivo para ensinar aritmética em escolas primárias: analisando a legislação educacional brasileira – 1879-1930*, será a base desse texto que apresentamos, com acréscimos de outros autores. Iremos reproduzir suas conclusões. Para ele, é possível dizer que a pedagogia intuitiva que circulou entre 1879 e 1930, por escolas primárias brasileiras, deslocou a ideia de que o conhecimento de Aritmética era adquirido de forma unilateral — via professor. Tal deslocamento mexeu com algumas bases cognitivas da criança: a percepção, comparação e reflexão permaneceram atreladas à observação e manuseio dos objetos e das coisas da natureza. Isso não só afetou o cotidiano escolar do aluno, mas o do professor também.

A escola, de qualquer nível de ensino, estava preocupada com a educação dos sentidos de seus alunos. Para observar, manipular, experimentar, na tentativa educar os sentidos, se fez necessária a utilização de instrumentos e objetos (MUNAKATA, 2012). Souza também esclarece:

O requisito da observação direta ou das “noções empíricas” devido à adoção do método intuitivo levou os profissionais da educação daquele período a estabelecerem uma dependência direta entre o método e o uso de materiais escolares quase como condição sine qua non. Para tudo era necessário material: para o ensino de aritmética, do sistema métrico decimal e da geometria: cartas de Parker, compassos, contadores mecânicos, quadro de geometria, tabuinhas, contador de mão e de pé, caixa de formas geométricas, cadernos de aritmética. Para o ensino de linguagem: coleção de abecedários e de cartões parietais para leitura, ardósias, cartas de alfabeto, cadernos de caligrafia. Para o ensino de geografia e história: globo terrestre, tabuleiros de areia, quadros de história do Brasil, mapas. Para o ensino de ciências física e naturais: laboratórios, museus, quadros Deyrolle, estampas, quadros de história natural, esqueleto humano, bússola, microscópios, peças anatômicas,

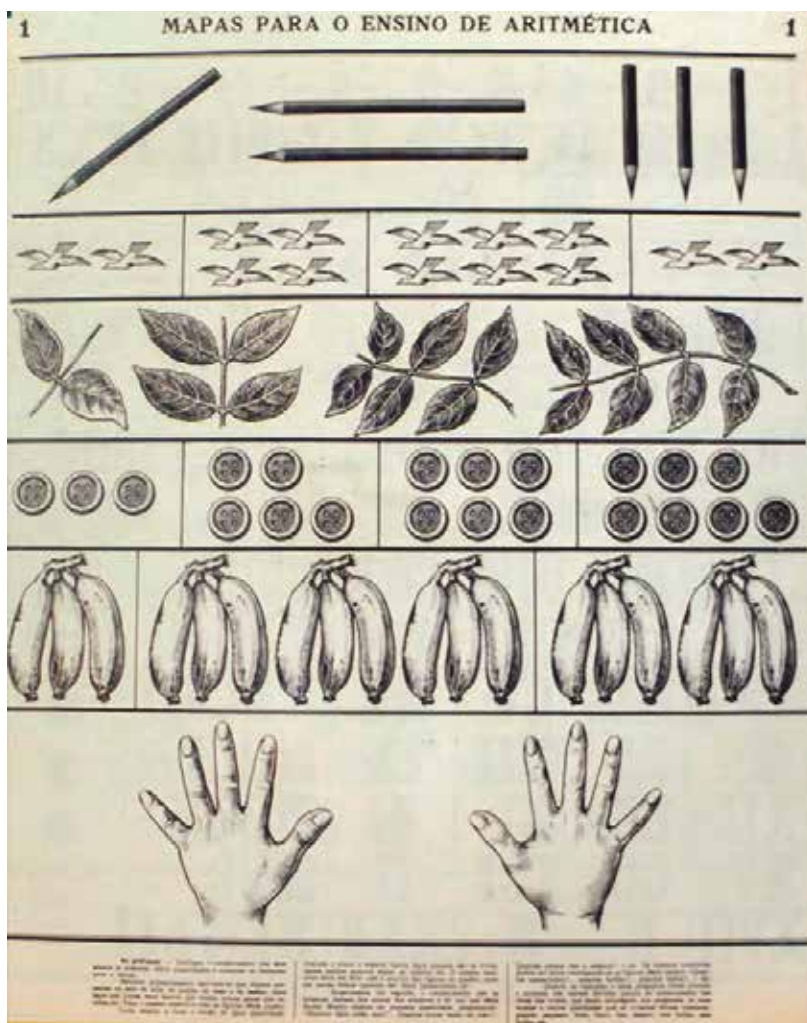


Figura 4. Reprodução de Quadro Parker (Editora Melhoramentos) para o ensino de matemática. Fonte da imagem: AURAS, 2005, p.87. Originais reproduzidos no Brasil pela Editora Melhoramentos. Impressão em placa de PVC.

mapas de física. Para o desenho: esquadros, modelo para desenho. Para trabalhos manuais: caixa de tornos, pranchetas para modelagem, máquinas de costura. (SOUZA, 2007, p. 175-176)

Segundo Oliveira (2014), o método intuitivo, ancorado nas lições das coisas, prescrito nos documentos oficiais indica que para o bom uso de seus princípios faz-se necessário colocar a criança diante de situações em que os sentidos estejam em ação. Para o ensino de Aritmética a maioria dos programas por ele analisados evidenciou que os professores deviam munir-se de objetos concretos, para que a criança experimentasse e sentisse suas impressões sensíveis. Com esses novos empregos atribuídos ao ensino de Aritmética, contar e calcular deixaram de serem tópicos de conteúdos ancorados em regras fechadas e abstratas e transformaram-se em conhecimentos observados, palpáveis, vividos e adquiridos pelas experiências dos sentidos.

Por meio de suas pesquisas, Oliveira (2014) diz que é possível conjecturar que a chegada dessa pedagogia promove uma ruptura e mudança na prática escolar do ensino de Aritmética, fazendo com que o aluno deixe de ser um “depósito de ideias alheias” e passe a ser um sujeito dotado de sensibilidade — sua ação ativa sobre a vida e o mundo são condições de construção do conhecimento aritmético. Nesse sentido, vale dizer que se o método é intuitivo, o ensino é ativo.

A circulação e a presença dos materiais escolares indicados para o ensino de Aritmética configuraram um momento da cultura escolar primária. Tais materiais revelam o possível suporte didático que eles conferiram à pedagogia intuitiva: novas formas de se ensinar os saberes aritméticos com o apelo à observação, à manipulação, à experimentação, à comparação e à prática. As apropriações destes dispositivos por diferentes estados do país asseguraram tanto a essa metodologia como às práticas escolares de Aritmética outras interpretações, empregos e modos de usos. Quanto às práticas, diz o autor, que nada é possível afirmar como elas de fato ocorreram, pois em nenhum momento dos documentos examinados foi possível evidenciar o modo como tais materiais foram operacionalizados. O que fica constatado é apenas a institucionalização do uso daqueles materiais pedagógicos para fins aritméticos.

1. QUADROS PARKER NO BRASIL

A pesquisa de doutorado de Faria (2014) aponta alguns dados. A Companhia Melhoramentos de São Paulo foi fundada em 1890 e desenvolvia principalmente, atividades ligadas à produção de papel e celulose. A produção editorial e didática da editora teve início, entretanto, com o estabelecimento gráfico Weiszflog Irmãos & Cia. Os alemães de Hamburgo Otto e Alfred Weiszflog chegaram a São Paulo nos últimos anos do século XIX e associaram-se ao conterrâneo Bühnaeds em sua empresa especializada em papelaria, encadernação, livros em branco e importação de papel. Em 1904 a empresa comprou a litografia de Victor Steidel e Walther, o terceiro irmão

Weiszflog, se juntou à sociedade. Nesse contexto os irmãos começaram a diversificar a produção, incluindo em seu catálogo materiais escolares. Em 1907 os irmãos publicaram seu primeiro livro didático, a Grammatica expositiva, do professor de Português do Ginásio do Estado de São Paulo, Eduardo Carlos Pereira (RAZZINI, 2007).

A fusão da Cia. Melhoramentos de São Paulo com o Estabelecimento Gráfico Weiszflog Irmãos ocorreu em dezembro de 1920. No entanto, Razzini (2007) considera o período de 1907 a 1920 como uma primeira fase da empresa, na qual a Weiszflog empreendeu esforços para consolidar-se no mercado de livros e materiais didáticos. Antes da fusão, esta empresa já havia criado a Coleção Biblioteca Infantil, lançando várias obras didáticas e materiais de ensino, como cadernos de caligrafia, mapas geográficos e duas coleções de quadros parietais, Mapas de Parker para o ensino da aritmética nas escolas primárias e Quadros para o ensino de leitura, linguagem e aritmética.

Ambas as coleções destinam-se ao ensino primário. Quadros para o ensino de leitura, linguagem e aritmética foi confeccionada para ser usada nas aulas de português, especificamente, para o ensino da linguagem oral e escrita, e de aritmética. Foi vendida como um bloco de *flip chart* de 26 folhas preso por uma vara de madeira na borda superior. Ele podia, portanto, ser pendurado em algum lugar ou posicionado sobre um cavalete e o professor ia virando suas folhas e usando as imagens como preferisse. Ou, o professor mesmo podia desmontar o bloco e usar suas folhas separadamente, inclusive colá-las em papéis cartões mais grossos e resistentes.

A série de quadros parietais para o ensino de leitura, linguagem e aritmética foi produzida certamente para auxiliar no ensino da leitura pelo método analítico. O uso dos mapas permitia que todos os alunos observassem simultaneamente as estampas, ao contrário de ficarem centrados em suas próprias cartilhas. Com os quadros, os alunos podiam olhar ao mesmo tempo para o professor, para a imagem e para a lousa, onde eram escritas as sentenças e palavras elaboradas. As estampas das séries eram também grandes e coloridas, o que, certamente, despertava a atenção e, consequentemente, o interesse dos alunos, enquanto que, as ilustrações das cartilhas eram, em sua maioria, impressas em branco e preto.

Esta série foi publicada pela editora Cia. Melhoramentos de São Paulo pela primeira vez em 1915 e circulou até 1955, teve nove edições e foram vendidos 47 mil exemplares. A série sofreu alterações ao longo dos anos de circulação, novos quadros foram acrescentados e algumas alterações foram feitas nas imagens, como a troca de alguns personagens retratados ou mudanças em suas roupas e penteados, provavelmente para adequar-se à moda do momento, já que a série durou 40 anos e, certamente, houve mudanças na forma de se vestir das crianças ao longo desse período.

A série Mapas para o ensino de aritmética também foi publicada pela Cia. Melhoramentos de São Paulo e foi reorganizada por Manuel Bergström Lourenço Fi-

lho. Assim como Quadros para o ensino de leitura, linguagem e aritmética, os mapas murais foram organizados num bloco de *flip chart* preso por uma vara de madeira na borda superior. Podiam ser pendurados na parede ou apoiados num cavalete e mostrados simultaneamente a todos os alunos da sala. No caso desta série, as ilustrações eram todas em preto e branco.

Na realidade, esta série já era publicada pela editora paulista e antes dela pela Weiszflog Irmãos & Cia. desde 1909. Se tratava da adaptação das Cartas de Parker no formato de quadros parietais.

Desde o final do século XIX esta metodologia para o ensino da aritmética ganhou adeptos entre os educadores paulistas. Uma das primeiras iniciativas que impulsionou o uso deste método foi a publicação das Cartas de Parker na sessão Pedagogia prática da Revista de Ensino/ São Paulo. Os professores podiam adotá-lo por meio da cópia das ilustrações na lousa (VALENTE, 2014).

Já em 1904 as Cartas de Parker estavam entre os materiais didáticos indicados para o ensino da aritmética nas escolas públicas paulistas. No entanto, foi somente a partir de 1909 que esse método foi materializado no formato de quadro parietal e transformado em material didático propriamente. A partir de então a Weiszflog Irmãos & Cia. e posteriormente Cia. Melhoramentos de São Paulo fizeram diversas edições da série Mapas de Parker para o ensino da aritmética nas escolas primárias, que circularam não somente pelas escolas paulistas, mas de todo o Brasil (VALENTE, 2014).

As cartas Parker consistiam um material produzido também pelo professor norte-americano Francis Wayland Parker, que compreendia lições apresentadas passo a passo nas Cartas ou quadros-murais. Um dispositivo que trazia uma proposta moderna para o ensino da Aritmética nos anos iniciais de escolarização, a partir do ensino intuitivo, método que se contrapunha à tradicional memorização, repetição e abstração, práticas muito em voga desde a escola de primeiras letras, dos tempos imperiais. As Cartas foram publicadas na Revista O Ensino do Professorado Público do Estado de São Paulo em 1902 e percorreram diversos estados brasileiros .

Constituíam um conjunto de gravuras cujo fim era o de auxiliar o professor a conduzir metodicamente o ensino, sobretudo, das quatro operações fundamentais. Junto de cada gravura, havia uma orientação ao professor de como deveria dirigir-se à classe de modo a fazer uso de cada uma delas e avançar no ensino da Aritmética. Talvez seja possível dizer que esse material didático viabilizava uma forma de estudo dirigido, organizado e técnico de submeter o ensino a uma sequência programada de perguntas do professor, à espera de respostas dos alunos para avançar na leitura de cada uma das Cartas de Parker. Porém, isso não estava posto de modo linear, previsível e repetitivo. As ações pedagógicas, as interações professor e alunos, com as cartas, deveriam ter outro caráter. Diferentemente da prática consagrada de decorar ta-

boada, onde estavam presentes a repetição e a previsão das etapas seguintes com o “dois e um, três”, “dois e dois, quatro”, “dois e três, cinco” ou, ainda, do “dois vezes um, dois”, “dois vezes dois, quatro” etc. numa dinâmica de cantar a taboada escrita na lousa e repetida pela classe ao sinal do professor, as cartas traziam outra organização didático-pedagógica. Cada uma delas tinham uma forma própria e objetivos definidos de ensino e aprendizagem.

Editora Melhoramentos e seu papel no processo — Lourenço Filho, depois de ser convidado a assumir o lugar de Arnaldo de Oliveira Barreto na direção da Coleção Biblioteca Infantil e associar-se à editora Melhoramentos, incumbiu-se, em 1927, da reorganização da Mapas de Parker. Em sua 12a edição a série passou a chamar Mapas para o ensino de aritmética e sofreu algumas alterações nos textos de orientação de uso dos mapas para os professores e também reduziu o “(...) expediente de uso de coisas para objetivação do ensino de Aritmética” (VALENTE, 2014, p. 72).

As Cartas de Parker constituem um conjunto de gravuras cujo fim é o de auxiliar o professor a conduzir metodicamente o ensino, sobretudo, das quatro operações fundamentais. Junto de cada gravura há uma orientação ao professor de como deveria dirigir-se à classe, de modo a fazer uso de cada uma delas e avançar no ensino da Aritmética. (VALENTE, 2014, p. 64)

Na tese de Mariliza Simonete Portela (2014), denominada *As cartas de Parker na matemática da escola primária paranaense na primeira metade do século XX : circulação e apropriação de um dispositivo didático pedagógico*, os resultados, nas palavras da autora, apontaram a presença das Cartas de Parker em documentos oficiais paranaenses no período entre 1900 e 1950. Mostraram ainda que além de um método avançado para ensinar Aritmética, as Cartas de Parker traziam ao professor um direcionamento para o ensino e aos alunos instigavam a intuição e o raciocínio. A proposta de ensino era dotada de uma organização que exigia, do aluno e do professor, ordem, disciplinamento e atenção, elementos valorizados e mantidos desde a escola primária republicana, considerados essenciais para a formação da nacionalidade do povo brasileiro. A circulação, a apropriação e a inserção das Cartas de Parker aos programas de ensino das escolas primárias justificam-se na busca pelo progresso do Estado associado à modernização do ensino primário e à formação do povo paranaense, finaliza.

A circulação do material de Parker pelo Brasil, com edições até os anos 1960, representou o triunfo de uma representação moderna do ensino de Aritmética calçada nas propostas intuitivas. (VALENTE, 2014, p. 74)

Tanto no ensino da aritmética como da leitura e escrita, principalmente, quando analisados os quadros parietais utilizados para colocar em prática os métodos de ensino adotados para o ensino destes conteúdos escolares, é difícil perceber uma diferença entre o que ocorreu no ensino realizado por meio do método intuitivo e na



Figura1. Quadro II. Série: Quadros para o ensino de leitura, linguagem e aritmética. Publicado por Cia. Melhoramentos de São Paulo. Acervo: CMEB-ISERJ, Rio de Janeiro. Fonte; (FARIA, 2014, p. 168).

6.ª CARTA

a		b		c	
o	o	o	o	o	o
1	+	1	+	1	+
2	—	1	+	2	+
2	x	1	—	1	—
1/2	de	2	—	2	—
d		e		f	
o	o	o	o	o	o
2	+	2	+	1	+
1	—	2	+	2	+
2	x	2	—	1	—
1/2	de	1	—	1	—

EXPLICAÇÃO

Os sinais podem ser ensinados precisamente como são as palavras. Mostre objectos e escreva no quadro negro: 2 e 1 são tres. Cancele o g e escreva f e leia como antes; cancele o o e escreva =. Por este modo todos os sinais devem ser ensinados. Ensine um sinal de cada vez.

Exercício — (O discípulo no quadro negro).

Mostre dois números de coisas (torrões, pedriscos, etc.); combine-os. Escrevam os alumnos o que virem, como $2 + 2 = 4$; uma-os $2 + 2 = 4$; escreva o discípulo $2 + 1 = 3$. Mostre $2 + 2 = 4$; uma-os $2 + 2 = 4$; escreva deuses dois modos: $2 + 2 = 4$; dois $2 = 4$ ou $2 \times 2 = 4$. Quando o alumno tiver escrito uma columna, apague as respostas e escreva-as outra vez rapidamente; apague-as e leia-as mentalmente sem escrever; apague cada figura ou figura e leia-as ou escreva-as. Insista nesta carta até que cada fuso seja conhecido á primeira vista.

Suggestões — Use letras a, b e c, etc. Dirija o trabalho dos alumnos por enquanto; o mestre escreva sobre o quadro negro e escreva a ou a e b, fazendo os alumnos o trabalho nas ardósias.

Figura 2. Carta número 6, Parker. Revista de Ensino, 1902a, p. 42. Fonte: Santos e Santos, 2016.

escola ativa. Durante quase toda a primeira metade do século XX, os quadros parietais deram suporte ao ensino destes conteúdos da mesma forma — o aluno construía o conhecimento a partir da observação de objetos ou de imagens — e usando praticamente as mesmas ilustrações.

Apresentamos, na figura 1, uma imagem da série que se destinava ao ensino primário, descrita por Faria (2014). Quadros para o ensino de leitura, linguagem e aritmética foi confeccionada para ser usada nas aulas de português, especificamente, para o ensino da linguagem oral e escrita, e de aritmética. Nas páginas da frente há cenas coloridas de página inteira que retratam o cotidiano infantil: crianças brincando com seus brinquedos, em ambientes da casa, no campo, na escola; animais domésticos; animais de fazenda; vista de uma rua de uma grande cidade; vista da orla da praia. No rodapé da imagem, há pequenas ilustrações em cores de objetos. Algumas delas podiam ser usadas para que os alunos observassem as cores, outras, para

CARTA N. 14												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
I	2	3	2	3	4	2	3	4	5	5	4	2
	1	2	2	1	3	4	3	2	1	4	5	5
II	5	6	6	2	7	7	2	7	8	1	9	6
	3	1	4	6	2	1	7	3	2	8	1	3
III	2	3	1	4	2	3	5	1	2	3	2	5
	1	1	3	2	4	2	2	3	3	4	3	1
	1	2	2	1	3	4	1	5	5	2	5	4
IV	2	3	1	2	1	4	5	1	1	6	1	1
	2	2	3	1	4	2	1	5	2	1	2	2
	1	1	2	3	2	1	3	3	3	2	1	1
	1	2	1	3	1	2	1	1	4	1	6	6

Figura 3. Carta numero 14 - Parker.
Revista de Ensino, 1902b, p. 273.
Fonte: Santos e Santos, 2016.

que percebessem a letra inicial dos objetos e auxiliassem no ensino da leitura e escrita. No verso da página há ilustrações em branco e preto para o ensino da aritmética. Normalmente, usavam os próprios objetos retratados na página da frente para compor os ensinamentos de matemática.

Ainda que o uso das Cartas de Parker começasse a ser criticado internacionalmente, a partir da década de 1930 no bojo da rejeição ao método de ensino intuitivo, este material didático permaneceu em uso e muito vendido no Brasil até a década de 1960 (VALENTE, 2014).

Santos e Santos (2016), descrevem como devemos observar uma Carta Parker. Vemos na 6ª carta (figura 2), que os sinais das quatro operações fundamentais aritméticas (+, -, ×, ÷) apareciam à medida que o estudo avançava, assim como os números naturais e as frações, com o professor apresentando objetos como tornos, palitos ou até mesmo símbolos no quadro, a fim dos alunos operarem determinadas quantidades. A união e a separação, permitiriam aos alunos adicionar e subtrair números por meio de objetos, e com isso o professor deveria buscar fatos para construir problemas, a fim de convidar o aluno a organizá-los e permitir o conhecimento de formas variadas da expressão aritmética, a partir da linguagem da criança e da linguagem aritmética. Assim, isso significa que quando o aluno aprende as coisas de um número, com ou sem o auxílio de objetos, não irá esquecer. O que foi aprendido fica fixado na mente da criança e, ao persistir indefinidamente com os objetos, apenas a preguiça é obtida, causando um bloqueio no aluno para raciocinar com ausência de algum auxílio manipulável ou visual.

Talvez por conta disso os materiais de ensino prescritos nos programas de ensino primário, estivessem dispostos apenas nos primeiros anos de curso, corroborando com a tese prescrita na Carta.

Na descrição de Santos e Santos (2016), segundo a 14ª Carta, os números estavam organizados por linhas e colunas (figura 3), agrupados de modo a serem subtraídos, multiplicados e divididos, com a soma apenas realizada quando os alunos já tivessem estudado os números até cem, permitindo a adição de colunas e linhas inteiras. Assim, as operações eram realizadas da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, ou por grupos, exemplo, III — H, F, etc., dando somente os resultados.

A utilização das Cartas de Parker estaria relacionada à orientação das práticas dos professores, pois funcionava como algo parecido com um estudo dirigido, trazendo uma organização diferente da prática consagrada de decorar tabuadas: “cada

uma delas tem uma forma própria com objetivos definidos para o ensino e a aprendizagem” (VALENTE, 2010, p. 80).

Segundo Camara e Côrrea (2018), em *Objetos para o ensino de saberes matemáticos: contribuições da cultura material em escolas primárias (1903-1928)*, Joaquim Meneleu de Almeida Torrez, professor da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (PR), participou da I Conferência Nacional de Educação, que foi realizada no ano de 1927, na cidade de Curitiba. Ele apresentou a tese de número 30, intitulada *Qual o processo mais eficaz para o ensino da Arithmetica no primeiro ano do curso preliminar?*, a qual teve como tema central os meios que o professor deveria utilizar para ensinar os rudimentos da Aritmética no primeiro ano primário. Torrez (1927) evidencia o papel do professor e do aluno, o material didático, o método e o processo que deveriam ser utilizados, indicando o método intuitivo como o ideal.

A princípio é necessária uma grande variedade de objetos para o ensino objetivo desta disciplina: palitos, tabuinhas, tornos, esferas, moedas, frutas diversas, régua, etc. No aprendizado dos números, torna-se também muito útil o emprego dos cartões com formas geométricas. [...] Devem existir ainda, na sala, régua graduada e, se possível for, uma coleção de pesos e uma balança. Um mapa de Parker é também indispensável para auxiliar as lições: primeiro com os quadros ilustrativos; depois com os numéricos. Lápis e papel são, porém, os materiais principais do aluno; são como as ferramentas do pequeno operário, que aprimora o espírito nessa oficina que é a escola (TORREZ, 1927, p. 168)

O uso do ensino intuitivo para as lições de Aritmética fez com que se tornassem necessários muitos objetos no meio escolar, conforme apresenta a tese do professor Torrez. Entre os vários materiais, há os Mapas de Parker, tidos como elementos indispensáveis para auxiliar nas lições, recomendando-se que se utilizassem primeiro os quadros ilustrativos e depois os numéricos. Esse material estabelecia uma ordem para o ensino dos números, incluía o uso de objetos da realidade das crianças, tais como seixos, canetas, tornos e livros para serem manuseados. O ensino era iniciado com a apresentação dos números, com gravuras, e seguia até a realização de cálculos, em um passo a passo com rigor e disciplinamento (CAMARA e CÔRREA, 2018).

No MESC, temos apenas um exemplar que consiste em uma reprodução dos quadros Parker, para salas de aula organizada segundo os princípios intuitivos (figura 4).

A tese de doutorado de Gladys M.G. Teive “Uma vez normalista, sempre normalista — cultura escolar e produção de um habitus pedagógico”, também se volta ao tema.

Lição de coisas deveria acontecer, diariamente, na aprendizagem da arit-

mética, da língua portuguesa, da história e da geografia: as crianças precisavam ver, ter contato com as coisas. E para auxiliar nas lições de coisas, os professores/as contavam com materiais pedagógicos, como esqueletos humanos, mapas geográficos, figuras geométricas envernizadas e os Quadros Parker. Os Quadros ou Mapas Parker, como também eram conhecidos, eram cartazes grandes, de aproximadamente um metro de comprimento por 50 centímetros de largura, contendo bolinhas, 84 dados e números, os quais eram apresentados às crianças em um cavalete de madeira.

O MESC apresenta uma reprodução de um Quadro Parker para o ensino de matemática. Cada grupo escolar possuía apenas um conjunto desses. AURAS (2005, p.84,) escreve que na tese apresentada à 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário, realizada em Florianópolis, no ano de 1927, o professor Albano Monteiro Spinola afirma que os Mapas Parker traziam também estampas de animais e de objetos que faziam parte do cotidiano das crianças, tais como cachorros e gatos, os quais iam aumentando em número em cada mapa. Através de perguntas e de respostas, no melhor estilo das lições de coisas, o/a professor/a deveria ir propondo pequenos problemas para serem resolvidos pelas crianças. Os/as professores/as deveriam, além das estampas dos mapas, utilizar-se dos objetos existentes na própria sala de aula: número de janelas e de portas, número de carteiras na fila direita e na esquerda, número de alunos sentados e de pé, etc., bem como utilizar-se o mais possível de objetos concretos como bolinhas de gude, palitinhos, tabuinhas, etc., os quais possibilitariam às crianças fazer as operações de somar, diminuir, multiplicar e dividir sem contar nos dedos, preparando-se dessa forma para as abstrações. Assim, por possibilitar o ensino objetivo e concreto, para além do cálculo abstrato até então vigente nas escolas, os Mapas ou Quadros Parker eram considerados ideais para a aprendizagem intuitiva da aritmética, uma matéria cujos conhecimentos o aluno terá de empregar amplamente na vida, portanto, tudo quanto a ele se refere deve ser prático, útil e verdadeiro.

2. QUADROS PARKER

Além da reprodução do Quadro Parker, temos também uma reprodução de um quadro parietal bem conhecido — *Echinodeia*. Trata-se de um quadro parietal em grande escala da anatomia do *Sphaerechinus* (*Echinodermata*, *Echinoidea*). Litografia sobre duas folhas de papel, montada sobre tela. O autor e ilustrador foi o Prof. Dr. Paul Pfurtscheller. Pfurtscheller (1855–1927) que produziu uma série de 39 *Zoologische Wandtafeln* (placas de parede zoológica) para serem usadas para fins educacionais superiores. Embora fosse um modesto professor de segundo grau por formação, ele ganhou o reconhecimento da comunidade científica em todo o mundo por este excelente trabalho. *Echinoidea* é a “Placa 5” da série. Os gráficos de parede Pfurtscheller foram publicados pela primeira vez em Viena, Áustria, em 1902, por ‘A. Witwe & Sohn’ de Pichler, livraria de literatura educacional e material didático. Edições poste-

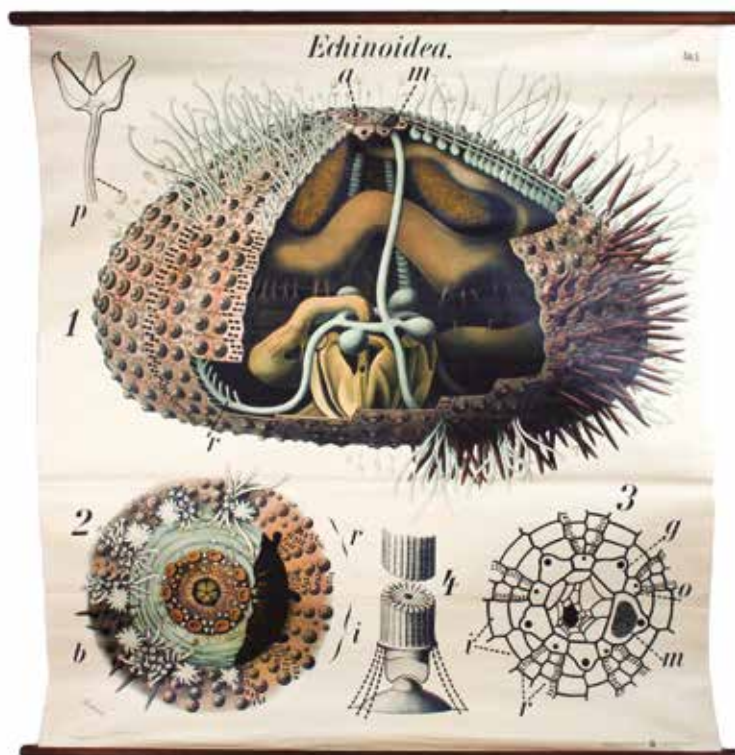
riores também foram publicadas pela empresa holandesa ‘Martinus Nijhoff’ até 1953. As primeiras edições foram litografadas, enquanto as edições posteriores usavam impressão em *offset*. A litografia é uma técnica extremamente exigente — especialmente nessa grande escala — que exigia até 20 ciclos de impressão manual para uma única peça, já que cada cor tinha que ser aplicada separadamente. É claro que essas cores não deveriam se sobrepor no final. Este processo é o que dá às litografias sua extraordinária profundidade e incomum longevidade às suas cores.

A medida do original era 50,5 x 55,5 cm. As placas eram vendidas como folhas soltas (algumas dobradas), às vezes colocavam uma camada de verniz, que é responsável pelo aspecto muitas vezes amarelado.

Os gráficos são emitidos desde 1902, quando os primeiros cinco gráficos foram colocados à venda. Originalmente, lá foram planejados quase 70 gráficos. Por volta de 1926, o estoque completo de gráficos de parede foi adquirido pela editora Martinus Nijhoff em Haia. O último número, o 39, surgiu depois de 1926. As imagens permaneceram praticamente inalteradas ao longo dos anos de edição, mas há várias diferenças de versões (*layout*). Paul Pfurtscheller nasceu em 20 de novembro de 1855 em Salzburgo, formou-se na Escola Normal e depois no Ensino Médio em 1874, após o qual ingressou na Universidade de Viena. Em 1879, após apenas três anos de estudos, obteve o título de Doutor em Filosofia e suas qualificações de ensino para ciências. Depois de seis anos ensinando no Franz-Josef High School, ele trabalhou por três anos como professor temporário em uma escola secundária no segundo distrito de Viena. Ele então voltou para o Franz-Josef Gymnasium onde permaneceu até se aposentar em janeiro de 1911. Desde 1877 foi membro da Sociedade Zoológica e Botânica, a cujas reuniões comparecia regularmente. Pfurtscheller encontrou tempo para criar esses gráficos de parede para apoiar suas aulas pessoais de ensino. Embora ele não tivesse nenhum treinamento formal em arte, ele conseguiu desenvolver esses gráficos de parede altamente profissionais. Originalmente destinados apenas para fins de ensino médio, eles também eram usados no Instituto Zoológico da Universidade e eram bem respeitados por muitos dos zoólogos mais eminentes de seu período.



Uso de sólidos geométricos e modelos para a aula. Fonte: Acervo MESC.



Reprodução de ECHINOIDEA_ Quadro parietal sobre zoologia do início de 1900 criados por Paul Pfurtscheller (1855-1927). Impressão em placa de PVC. Fonte: Disponível em <<https://www.josefundjosefine.com/products/copy-of-seeigel-sea-urchin-by-paul-pfurtscheller-1908>>. Acesso em 6 ago.2021

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURAS, Gladys Mary Teive. **Uma vez normalista, sempre normalista. A presença do método de ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (escola normal catarinense 1911-1935)**. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

AMARA, Alessandra e CÔRREA, Rosa Lydia Teixeira. Objetos para o ensino de saberes matemáticos: contribuições da cultura material em escolas primárias (1903-1928) 798. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 783-805, abr./jun. 2018.

FARIA, Joana Borges de. **Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)**. 2017. 332 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. Disponível em <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20265>>. Acesso em 28 jul.2021

MUNAKATA, K. Que coisa é coisa das lições de coisas? In: OLIVEIRA, M. A. T. de. (org.). **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison. Apropriações do método intuitivo para ensinar aritmética em escolas primárias: analisando a legislação educacional brasileira – 1879-1930. **Revista Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, V.2, N.3, p. 219-232, Jun. 2014. Disponível em <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5qqbgx6hrwwj:https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/download/1438/895/5203+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=safari>> Acesso em 31 jul.2021

Paul Pfurtscheller. **Seeigel, Sea Urchin by Paul Pfurtscheller, 1929** Disponível em <<https://www.josefundjosefine.com/products/copy-of-seeigel-sea-urchin-by-paul-pfurtscheller-1908>>. Acesso em 06 ago.2021

PORTELA, Mariliza Simonete. **As cartas de Parker na matemática da escola primária paranaense na 2014 primeira metade do século XX : circulação e apropriação de um dispositivo didático pedagógico**. Tese 2014 189 f. Tese (doutorado) . Programa de Pós-Graduação em Educação-. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

RAZZINI, M. de P. G. **Produção de livros didáticos e expansão da escola elementar em São Paulo: a Tipografia Siqueira e a Editora Melhoramentos**. Relatório (Pós-Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Jessica Cravo e SANTOS, Ivanete Batista dos. As cartas de Parker: uso(s) no ensino primário sergipano. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**. 30 – v.9(2)-2016.

SÃO PAULO. **Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo**. anno I. no. 1. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1902a. Acesso em 25 de Janeiro de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/98842>

SÃO PAULO. **Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. anno I. n. 2. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1902b. Acesso em 29 de Janeiro de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/98843>

SOUZA, R. F. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. *Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p. 163-189.

SPINOLA, Albano .M. **Quaes as vantagens do uso dos mappas de Parker no ensino inicial da arithmetica prática? Será possível a usança desses mappas nas Escolas Ruraes?** Annaes da 1a Conferência Estadual de Ensino Primário. Florianópolis: Officina Graphica da Escola de Aprendizes Artifices, 1927. p.515-516.

TORREZ, Joaquin Meneleu de Almeida. Qual o progresso mais eficaz para o ensino da aritmética do primeiro ano do curso preliminar? In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SCHENA, Denilson Roberto; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **I Conferência Nacional de Educação (1927)**. Brasília: INEP/MEC, 1997, p. 164-177.

VALENTE, W. R. Lourenço Filho e o moderno ensino de aritmética: produção e circulação de um modelo pedagógico. **História da Educação [online]**, Porto Alegre, vol. 18, n. 44, p. 61-77, set./ dez. 2014.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **A Matemática na formação do professor do ensino primário em São Paulo (1875-1930)**. 2010. 278f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEIVE, Gladys M.G. **Uma vez normalista, sempre normalista - cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935)**. 1ª. ed. Florianópolis: Insular, 2008. 220p.

3.10. Coleção de Painéis do Projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*

O Museu da Escola Catarinense tem sua origem no trabalho da equipe que criou o projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense – Museu da Escola Catarinense*, a partir do qual foram desenvolvidas as primeiras atividades de localização, registro e coleta dos elementos museológicos que foram postos à disposição do público em exposições temporárias.

O projeto inicial mencionava os seguintes objetivos:

- Reunir um acervo, o mais completo possível, da cultura material relativa à educação em Santa Catarina, constituindo o Museu da Escola Catarinense.
- Reunir e organizar elementos materiais históricos (objetos, documentos, livros, fotografias, etc.) sobre a educação em Santa Catarina.
- Estruturar e organizar o museu em base nos dados e materiais coletados para fins de visita e pesquisa.
- Consolidar-se como um espaço educativo não-formal, responsável pela preservação do patrimônio cultural catarinense ligado à Educação.

Dispostos no segundo piso do café do Museu, encontra-se o material referente ao projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*, concebido e coordenado pela professora Maria da Graça Vandresen, durante a década de 1990. Consiste em 20 (vinte) painéis com fotografias e dados sobre cada escola que estiveram na exposição realizada em fevereiro de 1998 no *hall* da reitoria da UDESC para divulgação do projeto.

As escolas pesquisadas foram:

- Colégio Estadual Nereu Ramos, Itajaí (1961) – Governo de Celso Ramos
- Colégio Estadual Altamiro Guimarães, Antônio Carlos (1963) – Governo de Celso Ramos
- Colégio Estadual Conselheiro Mafra, Joinville (1911) – Governo de José Vidal José de Oliveira Ramos

- Escola Básica Felipe Schmidt, São Francisco do Sul (1918) – Governo de Felipe Schmidt
- Escola Básica Jerônimo Coelho, Laguna (1912) – Governo de José Vidal José de Oliveira Ramos
- Colégio Estadual Governador Ivo Silveira, Palhoça (1963) – Governo de Celso Ramos (governador interino Ivo Silveira foi homenageado)
- Colégio Estadual Frederico Santos, Paulo Lopes (1962) – Governo de Celso Ramos
- Colégio Estadual Professor Germano Timm, Joinville (1935) – Governo de Abdon Batista
- Colégio Estadual Governador Ivo Silveira, Brusque (1917) – Governo de Felipe Schmidt
- Colégio Estadual Francisco Tolentino, São José (1929) – Governo de Adolpho Konder
- Colégio Estadual Vidal Ramos Júnior, Concórdia (1961) – Governo de Celso Ramos
- Colégio Estadual Getúlio Vargas, Florianópolis (1940) – Governo de Nereu Ramos
- Colégio Estadual Hercílio Luz, Tubarão (1920) – Governo de Hercílio Luz
- Colégio Estadual Santos Dumont, Blumenau (1939) – Governo de Nereu Ramos
- Colégio Estadual Presidente Roosevelt, Florianópolis (1949) – Governo de José Boabaid
- Colégio Estadual Nereu Ramos, Santo Amaro da Imperatriz (1951) – Governo de Nereu Ramos
- Escola Básica Venceslau Bueno, Palhoça (1920) – Governo de Hercílio Luz
- Colégio Estadual Victor Meirelles, Itajaí (1911) – Governo de José Vidal José de Oliveira Ramos
- Escola Básica Professor José Brasilício, Biguaçu (1927) – Governo de Adolfo Konder

O objetivo do projeto era percorrer grande parte do Estado visitando as es-



Exposição realizada em fevereiro de 1998 no *hall* da reitoria da UDESC para divulgação do projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*, sob coordenação de Maria da Graça Vandresen.

colas mais antigas, com o intuito de conhecer o patrimônio remanescente e conscientizar sobre a importância da preservação das peças de interesse histórico no próprio local; como móveis, objetos, livros e fotografias, além das próprias edificações.

As ações do projeto giravam em torno de seu objetivo — localização e mapeamento de acervo potencialmente museológico em território catarinense.

Todo esse processo foi fartamente documentado, constituindo hoje um rico panorama das escolas públicas estaduais do final dos anos 90. Com o material pesquisado foram realizados painéis expositores, devidamente fotografados e disponíveis agora no piso superior do café do Museu.

Um dos 20 painéis apresentam dados, tal como foram expostos ao público, na sua primeira exposição:

Projeto: “Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense” — Museu da Escola Catarinense

Este projeto teve seu início na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a 10 de março de 1993, e visa reunir um acervo de documentos, materiais didáticos e objetos da cultura material da escola em nosso Estado.

Estas ações resultarão em um banco de dados sobre a História da educação em Santa Catarina e num acervo para mostras museológicas.

O projeto procura também estimular diversas instituições a recuperar e preservar a história da escola em cada município, resgatando elementos sobre as escolas étnicas, confessionais, públicas e particulares, além de proporcionar uma ação contínua e integrada das instituições educacionais e da sociedade catarinense, visando:

Preservar o patrimônio escolar potencialmente musealizável, acumulado em diferentes pontos do estado;

Criar meios de efetuar pesquisas que levem a um melhor conhecimento do nosso passado e presente;

Comunicar, o mais amplamente possível, a história da escola, circulando acervos e as pesquisas realizadas pelas instituições escolares do Estado.

Florianópolis, agosto de 1996

O MUSEU DA ESCOLA CATARINENSE se propõe a ser um espaço responsável pela preservação do patrimônio cultural de Santa Catarina ligado à educação, onde poderão ser encontrados:

Salas com materiais escolares de diferentes épocas caracterizando as práticas pedagógicas de cada período;

Salas com materiais sobre a educação indígena desde as missões jesuíticas até os nossos dias;

Salas representando as escolas dos imigrantes alemães, italianos, poloneses, etc.;

Fitas cassete e vídeos com entrevistas de professores antigos e autoridades educacionais, documentando a atividade escolar nas diferentes regiões de Santa Catarina;

Participação em campanhas, concursos, gincanas ou grupos de trabalho para a execução de tarefas que levem à construção do Museu da Escola Catarinense.

UNIVERSIDADE DO ESTADO E SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE/FAED
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DO ENSINO

Equipe do Museu da Escola Catarinense

Professores:

Edy Genovez Luft

Gisela Eggert Steindel

Maria da Graça Machado Vandrezen

Maria Teresa Santos Cunha

Vera Lúcia Gaspar da Silva – Coordenadora

Alunas Bolsistas:

Ana Lucia Mattos Menna Barreto

Dilce Schüroff

Maria Dagmar Laus Nunes

Mônica Sol Gtik













Coleção Painéis do projeto Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense na sala do Café do Museu do MESC: exposição de móveis e dos cartazes da pesquisa sobre as escolas do estado de Santa Catarina.

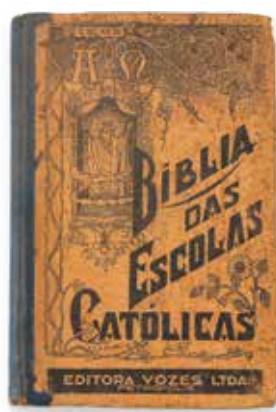
3.11. Coleção de Livros e Cartilhas

A coleção de livros e cartilhas do MESC constitui-se ainda de poucos exemplares e, à medida que avançamos no tempo, incorporamos novos volumes que passam a constituir nosso acervo.

Esta coleção tem como objetivo preservar livros históricos sobre o ensino da leitura e da escrita. Neste sentido, este material recebe diferentes exemplares, estando aí abarcados os livros didáticos, as cartilhas propriamente ditas, as cartas ABC, livros de leitura, pré-livros, livros de alfabetização e outros desta natureza. Como bem colocado por Lepick *et al* (2018) é importante destacar que cartilha, manuais escolares, livros escolares e livros didáticos podem ser enquadrados dentro de uma mesma categoria, tendo em vista que sua produção e sua escolha seguem as mesmas normas. O próprio termo manual escolar ora é usado como sinônimo de cartilha e livro didático, ora como livro destinado aos professores, a fim de prepará-los para o uso do material didático.

Os livros didáticos, por vezes também chamados de manuais escolares ou livros escolares, são artefatos que desde há muito tempo ocupam o cenário escolar, a ponto de conjuntamente a professores e alunos consubstanciarem, perante a sociedade, o que há de mais fundamental no universo escolar (GATTI JÚNIOR, 1997).

Não quer se adentrar aqui nas diferentes abordagens sobre conceito de livro didático tampouco quais exemplares correspondem a cartilha propriamente dita, visto não ser este o objetivo no momento, mas é importante destacar o que Peres e Ramil (2018) afirmam quando citam que conceituar o livro didático não é uma tarefa fácil e que “diferentes pesquisadores têm revelado que o livro didático é um objeto cultural de natureza complexa, inscrito em uma lógica mercantil de produção e de circulação, portador de saberes considerados legítimos de serem ensinados na escola e que expressa relações de poder, uma vez que nele estão inscritos valores, ideologias, cosmovisões e perspectivas interessadas” (PERES e RAMIL, 2018, p. 36). As autoras citam também o conceito adotado por Batista (1999 apud PERES E RAMIL, 2018, p. 36), para o qual o livro didático refere-se ao livro ou impresso empregado pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação. Assim sendo, procuramos destacar nessa coleção material utilizado nas escolas que, em sua maioria,



foram obtidos por doações e que não estão restritos a um conceito pré-definido ou a uma nomenclatura única, vez que incorpora exemplares de diferentes épocas e locais.

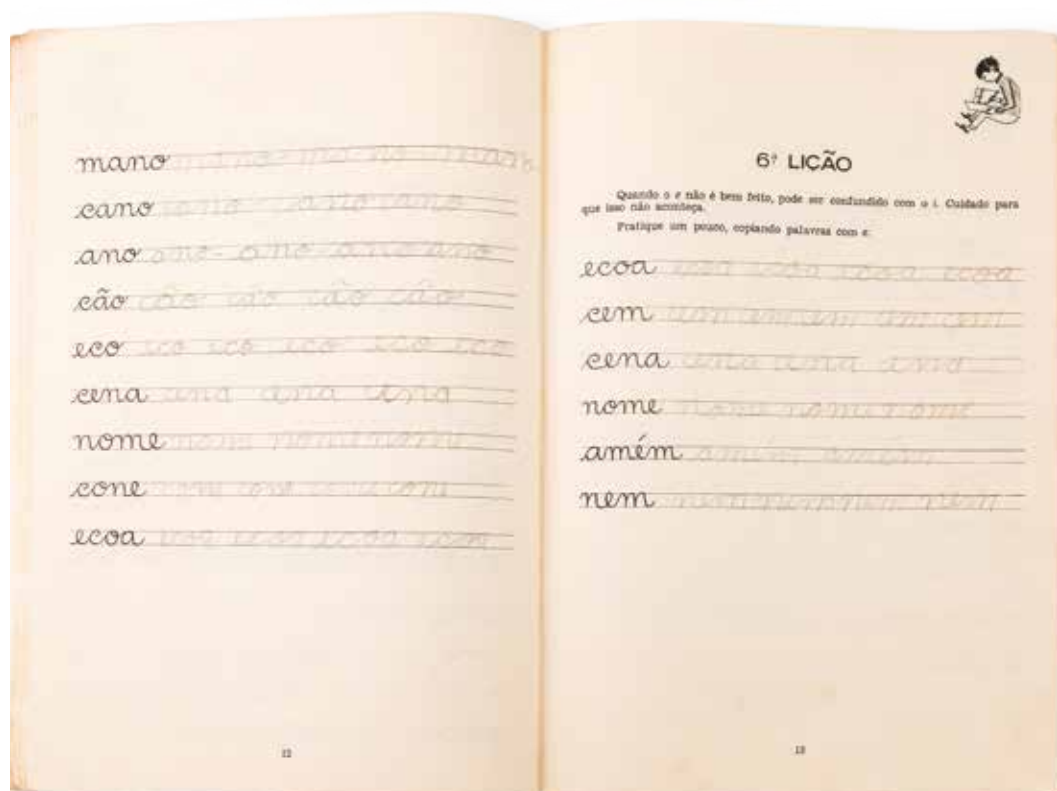
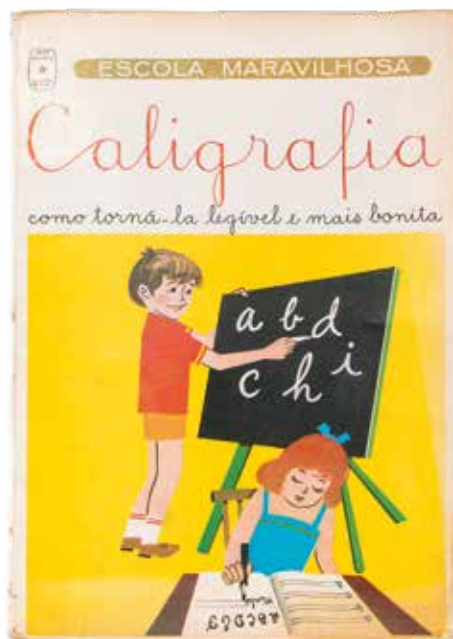
Carlota Boto (2004) faz uso do conceito de Caldas Aulete quando apresenta que “o livro didático expressava, antes de tudo, uma possibilidade de contribuir para formar e orientar cotidianamente o professor a preparar sua aula. Sendo assim, o tempo é dividido, a matéria é dirigida, os exercícios e o próprio roteiro da aula eram sugeridos. Tal procedimento deveria trazer como efeito um aprimoramento nos níveis de êxito escolar em uma escola que era lenta no percurso do ensino do ler-escrever-contar. A mesma escola, aliás, deveria também ensinar a se comportar. A escola requer a formação do leitor; mas de um leitor comedido, disciplinado; não demasiadamente curioso pelo decifrar da cultura impressa. A mesma escola que ensina a ler ensina o quê deverá ser lido, como se deve ler, quanto e quando se deverá ler” (CALDAS AULETE apud BOTO, 2004, p. 508) e destaca a cartilha como primeiro livro do aluno, representando o seu passaporte para a cultura das letras e, em muitos casos. A autora ainda expõe a intenção civilizatória explorada nas cartilhas antigas, onde a escolarização deveria conferir hábitos e cita que haviam muitos relatos que induziam o aluno a comportamentos sociais que a escola valorizava: o asseio, a obediência, a disciplina, a polidez, o esforço e a perseverança, bem como a nítida intenção de impor regras ao cotidiano pedagógico.

1. AS CARTILHAS COMO ARTEFATO PARA O ENSINO DA LEITURA

Neste contexto é importante também destacar que o conceito de cartilha abordado por Maciel (2002) quando descreve que, na concepção de diferentes autores, a palavra cartilha tem seu significado restrito ao ato de ensinar e/ou aprender a ler. O autor analisou diferentes cartilhas através das quais conseguiu comprovar que o aprendizado da leitura antecede ao da escrita, percebendo que as definições ensinar/aprender a ler é que constituem as bases metodológicas de alfabetização.

Apresentar essa coleção no MESC tem também o propósito de permitir a guarda deste material para desenvolvimento de pesquisas no âmbito da história da educação, pois observa-se na literatura especializada sobre o assunto que no Brasil, de modo geral, temos uma ausência de acervos específicos de manuais escolares, gerando várias limitações à pesquisa (GALVÃO E BATISTA, 2003, apud PERES E RAMIL, 2018). De acordo com Maciel (2002) as fontes primárias são escassas, em geral o livro didático é um tipo de material muito consumível, e ao final de um ano letivo de uso, o seu desfecho é o descarte.

É importante destacar ainda que o interesse pela coleção de livros e cartilhas, em especial pelas cartilhas, é a função que estas realizaram no processo de ensino da leitura e escrita por longo tempo em nosso país, considerando que quase todos os docentes daquele período faziam uso deste artefato em suas aulas ou no seu pla-



nejamento didático, e muitos, ainda que não admitidamente, ainda o fazem até hoje.

Na História do Ensino no Brasil, as Primeiras Cartas, ou as Cartinhas destinadas a alfabetização, foram produzidas em Portugal, e chegou até nós no final do século XVI. Entretanto, são esparsas as informações sobre o material didático destinado a alfabetização da população brasileira entre os séculos XVI e século XVIII. A quase inexistente produção do início dos anos 50 do século XVIII, ganhou impulso a partir da segunda metade do final do século XIX (MACIEL, 2002). Para Frade e Maciel (2003) a história da alfabetização no Brasil pode ser construída através de diversas fontes; uma delas é o livro didático. Os livros de alfabetização, sobretudo as cartilhas, são representativos de práticas e ideários pedagógicos, assim como de práticas editoriais e, historicamente, vêm se constituindo como primeira via de acesso à cultura do impresso, uma vez que, em nossa sociedade, grande parcela da população aprende a ler dentro do espaço escolar.

2. CARTILHAS BRASILEIRAS DE DESTAQUE

Pesquisadores tem se dedicado a analisar o material didático utilizado nas escolas brasileiras. O estudo de Maciel (2002) catalogou 147 títulos de cartilhas referentes ao período de 1870-1960 e analisou 5 destas cartilhas utilizadas nas instituições brasileiras em diferentes períodos históricos, a saber: *Methodo Pinheiro Ba-ca-da-fa* ou *Methodo de Leitura Abreviada*, de Antonio Pinheiro de Aguiar; *O Primeiro livro de leitura*, de Felisberto de Carvalho; *O Livro de Lili*, de Anita Fonseca; *Upa, cavallinho!*, de Lourenço Filho e *Caminho Suave*, de Branca Alves de Lima. Passamos a relatar, então, um pouco da análise realizada. Segundo o autor, a cartilha *Methodo Pinheiro*, diferentemente dos outros materiais é de pouquíssimo conhecimento entre os pesquisadores da área de alfabetização, sendo que as únicas referências de uso dessa cartilha encontra-se no livro de Pfromm Neto *et al* (1974:160) de uma citação feita pelo Barão de Macaúbas, em 1884.

Já na segunda cartilha analisada, o *Primeiro Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho, o autor afirma que ela distingue-se de boa parte das cartilhas produzidas na época, pela sua inovação, em apresentar-se como um volume dentro de uma coleção de livros de leitura para séries graduadas. A coleção completa é constituída de cinco volumes cuidadosamente ilustrada por seu filho Epaminondas de Carvalho. O autor complementa ainda afirmando que “contextualizando a coleção de Felisberto de Carvalho, podemos dizer que, apesar de não analisarmos 1ª edição, as primeiras publicações ocorreram na segunda metade do século XIX. A extensão do material didático para além da alfabetização — 1º ao 5º ano *Livro de Leitura* — tal como propõe o autor, se adequa à realidade brasileira do final do século XIX, momento em que aumentou substancialmente o número de escolas” (MACIEL, 2002, p. 154). Em síntese, o autor destaca que esta cartilha fez parte da trajetória escolar de várias gerações, do



final do século XIX elas continuaram a ser editadas até os anos 40, no entanto, Felisberto diferencia-se dos autores citados por não utilizar a palavra cartilha em momento algum de seu material didático. Neste contexto o autor deixa algumas indagações a serem pesquisadas em estudos futuros: na concepção do autor a palavra cartilha estaria associada aos “antigos” métodos de soletração? As cartilhas estariam relacionadas aos “syllabarios”? A cartilha seria um material didático específico, e não deveria fazer parte de uma coleção como propunha o autor?

Com relação a terceira cartilha analisada, *O Livro de Lili*, o autor destaca que sua primeira edição ocorreu oficialmente em 1940, pela Livraria Francisco Alves, e a partir dos anos 50 passou a ser editada pela Editora do Brasil S.A. Esta cartilha foi produzida pela autora como uma atividade da cadeira de Metodologia de Língua Pátria, sob a orientação da professora Lucia Casasanta e utilizada nas classes anexas da Escola de Aperfeiçoamento, e em várias escolas da capital e interior de Minas, durante os anos 1930. Importante mencionar que o autor afirma que *O Livro de Lili* apresenta algumas especificidades em relação a maioria dos materiais produzidos na época, sendo um dos primeiros materiais didáticos que apresenta o manual do professor, em um volume, separado do livro do aluno.

Maciel (2002) na análise da cartilha *Upa, Cavalinho!* esclarece que esta cartilha faz parte de uma série de livros de leitura graduada, cujo nome da coleção é *Pedrinho*. Além da série composta de seis livros, incluído a cartilha, há dois volumes destinados aos professores como *Guia do Mestre* em que o autor descreve minuciosamente as lições a serem trabalhadas nos livros dos alunos. Informa também que a primeira edição da cartilha *Upa, Cavalinho!* é de 1957, e foi o último volume da série da coleção *Pedrinho* a ser editada. No ano de 1970, a cartilha deixa de ser publicada, entretanto, nesses treze anos em que a cartilha foi publicada, sempre pela Editora Melhoramentos, foi um sucesso editorial.

Por fim o autor analisa a cartilha *Caminho Suave*, apesar desta ter sido publicada antes da cartilha *Upa, Cavalinho!*, ocorrida no ano de 1957. Destaca que um dos motivos pelos quais ela foi a última a ser analisada é: primeiro, porque ela foi editada até meados dos anos 90, portanto é um material didático representativo do final da década analisada. O segundo, é que entre os livros didáticos destinados a alfabetização, *Caminho Suave*, é considerado o maior sucesso editorial do país e o símbolo por excelência da alfabetização tradicional. (FIORAVANTI, 1996, apud MACIEL, 2002). Maciel destaca ainda que a cartilha *Caminho Suave* fazia parte dos livros conveniados ao Instituto Nacional do Livro/MEC, o que lhe garantia distribuição gratuita às escolas públicas brasileiras até meados dos anos 90, quando a cartilha foi reprovada pela comissão de avaliação do livro didático, PNLD/MEC.



Como registro geral da análise das cartilhas, Maciel (2002) afirma que a história das cartilhas está apenas começando e que estudos dessa natureza objetivam sensibilizar os pesquisadores do muito que se precisa fazer na história da alfabetização, leitura e escrita, no Brasil. Além disso, constatou que o material didático é transitório, descartável, mas para os pesquisadores da área da educação eles podem revelar muitas informações sobre as concepções de aprendizagem, os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam as diversas concepções, qual a concepção de aluno, professor, de método, de ensino presente nesse campo vasto e inexplorado das cartilhas.

Só pelas afirmações do estudo de Maciel já se pode inferir a importância e necessidade de guarda de materiais desta natureza. Outro estudo sob esse enfoque que corrobora para evidenciar a necessidade da efetiva preservação, e consequentemente pela criação da coleção no MESC, foi desenvolvido por Vieira (2017) que analisou as seguintes cartilhas que marcaram a alfabetização entre os séculos XVI até a segunda metade do século XX: *A Cartinha*, de João de Barros; as *Cartas do ABC*; o *Método Português*, de Castilho; a *Cartilha Maternal*, de João de Deus; a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro; a *Cartilha da Infância*, de Thomaz Galhardo; a *Cartilha do Povo*, de Lourenço Filho e a *Cartilha Caminho Suave*. A autora em sua tese de doutorado destaca que “desvendar o livro escolar é também contribuir para fazer a arqueologia das práticas escolares por meio dos materiais que compuseram o trabalho pedagógico desenvolvido na escola ao longo do tempo. Nesta perspectiva, o livro didático, historicamente destinado à alfabetização, passa a ser analisado como parte constitutiva da cultura escolar” (VIEIRA, 2017, p. 22).

3. O LIVRO ESCOLAR: DA “VELHA” CARTILHA AO “NOVO” LIVRO

Importante abordar a visão com relação ao livro escolar quando cita que este tem uma dimensão social mais ampla, tendo sido organizado, veiculado e utilizado intencionalmente para divulgar ideias sobre qual concepção educativa estaria permeando a proposta de formação dos sujeitos escolares. Evidencia também que as cartilhas foram analisadas tomando por pressuposto serem um instrumento de alfabetização que instituiu e perpetuou métodos e conteúdos de ensino estabelecidos oficialmente e elaborados, aparentemente, para uso restrito na sala de aula no processo de aprendizado, mas que, silenciosamente, acompanhou esses sujeitos professores e até mesmo os autores das “novas” cartilhas em outras esferas de sua vida pessoal e social.

A autora ainda faz constar que as cartilhas, enquanto memória de uma cultura alfabetizadora, se apresentam como artefatos importantes, pois ainda que se proponham a disseminar um novo método de ensino, certos aspectos linguísticos se apresentam como constitutivos da cultura escolar, perpetuando-se enquanto diretriz metodológica para o ensino, mesmo quando as novas teorias educacionais propõem a sua negação. Depois de analisar várias cartilhas antigas e compará-las aos, assim cha-



mados, “novos” livros de alfabetização, que se baseiam no processo do construtivismo, a autora constatou que mesmo existindo uma ruptura em relação à estrutura das “velhas” cartilhas, algumas estruturas, apesar de resignificadas para um contexto de interação e construção do conhecimento, trazem à tona lembranças de atividades já vistas em cartilhas utilizadas por professores em décadas ou séculos anteriores, exemplificando algumas dessas constatações. Lepick *et al* (2018) reforça o constatado por Vieira quando diz que “percebemos a cartilha como um dos objetos utilizados pelos professores tidos como cruciais às práticas educativas de alfabetização. Portanto, esse material era considerado referência no processo de alfabetização. Para muitas alfabetizadoras, sua presença é que garantiria a concretização do aprendizado da leitura e da escrita” (LEPICK *et al*, 2018, p. 194). Além disso, muitos professores acabaram não tendo segurança no desenvolvimento do método construtivista e acabaram descartando os “novos” livros, alegando sentir falta de um trabalho mais sistemático voltado para o eixo da “alfabetização” e passaram a desenvolver suas práticas de alfabetização com o apoio de outros materiais e até mesmo de atividades voltadas para a silabação, constante das “antigas” cartilhas. Até mesmo quando as editoras iniciaram o investimento em publicação de livros que buscaram atender as inovações pedagógicas com o foco na interdisciplinaridade, no letramento e em novas metodologias — como o trabalho com projetos —, em conteúdos próprios da contemporaneidade, respondendo a uma necessidade de contextualização das aprendizagens, de implementação de uma política de educação oficializada na década de 1990, a autora constatou que associada a essas atividades “inovadoras”, havia uma estruturação secularmente utilizada nas “velhas” cartilhas. Um trabalho bem elaborado merece referência neste tópico sobre as coleções de livros e cartilhas, evidenciando novamente a importância de se preservar este material, permitindo que essas comparações possam ser apresentadas e analisadas na atualidade e como bem conclui Vieira: “Mesmo diante de tantas inovações pedagógicas, há uma estruturação de conteúdos alfabetizadores que permanecem vivos nos livros didáticos destinados à alfabetização e a memória e a tradição clássica permanecem” e finaliza afirmando “Na essência, o que vemos é que cada nova cartilha traz sempre ecos de uma tradição que ficou marcada na memória de quem um dia utilizou-se desse referencial na sua construção de leitor-autor”.

Assim, é importante refletir o que escreveu Lepick *et al* (2018) “como um objeto do aluno, a cartilha deve ser observada com um objeto único, visto que o significado a ela conferido, o uso que dela é feito, suas marcas e lembranças são únicas”. E complementa sua afirmação com a afirmação de Abreu Jr. (2005) que diz: “anotações, desenhos e até páginas ou figuras recortadas, quando não arrancadas, fornecem indícios de uso e convidam a esse processo de estranhamento que transforma o objeto usual num bem de valor único e insubstituível. Um manual escolar não é, simplesmente, uma reprodução em série de um conjunto do qual só se identifica por um número de impressão. Ele é um objeto pessoal e singular, e não se confunde com os

exemplares do mesmo manual pertencentes aos outros colegas da classe” (ABREU JR, 2005 apud LEPICK, 2018, p. 196). Trindade (2008) destaca ainda que a história de determinados artefatos culturais, como práticas relacionadas a cartilhas, é contada por aqueles que viveram esse mesmo tempo, experienciaram esses artefatos na sua escolarização, como alunos, ou na sua atuação, como professores. As histórias dessas cartilhas, dos métodos que as orientam e dos modos como autores, ilustradores e editoras foram construindo essas obras didáticas, a partir dos discursos pedagógicos circulantes, podem ser reconhecidos em tais relatos.

4. OS LIVROS DIDÁTICOS DA COLEÇÃO DO MESC

Considerando os conceitos, definições e análises apresentadas até aqui, não se quer esgotar o estudo do assunto, tampouco acreditar que avançamos o suficiente sobre tema tão complexo e abrangente. No entanto, procuramos relacionar alguns destaques que julgamos oportunos com a finalidade de embasar e justificar a importância da coleção de livros e cartilha do MESC.

Nesta coleção está retratado um importante artefato cultural, constituinte da cultura material escolar, que foi parte da vida escolar dos alunos e professores ao longo de seu percurso em sala de aula.

Aqui registramos a citação de Trindade (2008) sobre Chagas que diz que “reconhecemos que construir e expor um discurso é muito mais complexo do que expor o objeto pelo objeto, o que implica entender que expor ideias através de objetos depende de um pleno domínio da linguagem museológica, de clareza conceitual e de interesse nas pessoas. Reconhecemos, também, que os acervos produzem verdades, naturalizando-as” (CHAGAS, 2000 apud TRINDADE, 2018, p. 162) é nesse sentido que tentamos expor essa coleção no Museu.

Um dos destaques de nossa coleção é a cartilha *Caminho Suave*. Esta cartilha foi publicada pela primeira vez no ano de 1948, tendo como autora Branca Alves de Lima. Peres e Ramil (2018) consideram esta cartilha como uma das mais importantes cartilhas brasileiras, sendo o *best-seller* da alfabetização brasileira. Destacam também que a cartilha continua sendo publicada até os dias atuais, tendo vendido mais de 40 milhões de exemplares. As autoras citam ainda um artigo produzido por Peres, Vahl e Thies, em 2016, no qual são apresentados dados de produção e circulação, além de abordagem sobre os aspectos pedagógicos, especialmente no que concerne ao método adotado, o silábico, e a alfabetização pela imagem (PERES e RAMIL, 2018, p. 45). Importante destacar que, durante toda sua existência, a cartilha sofreu modificações nas suas reedições, em especial na estética das ilustrações, pelo avanço das técnicas gráficas e de impressão, bem como das reflexões conceituais e regras ortográficas para se adequar as diferentes períodos de utilização ao longo destes mais de setenta anos de existência.

Também temos no MESC um exemplar da cartilha *Coleção Sodré*. De acordo com Campos (2009) a cartilha tem um método próprio, o *Método Sodré*, ou *Alfabetização Rápida*. Todas as lições são organizadas de acordo com o processo “rápido”. O processo é considerado rápido, porque os alunos são inseridos imediatamente na aprendizagem das sentenças, palavras e sílabas, sem que haja um período preparatório.

Motin (2017) esclarece que a *Coleção Sodré*, foi escrita por Benedicta Sthal Sodré, filha de imigrantes alemães, no seu trabalho docente, principalmente em Piracicaba, dedicou-se à criação de um método de alfabetização, com o qual deu a Piracicaba, em 1937, o primeiro lugar na porcentagem de aprovação na área de alfabetização no estado de São Paulo, incentivando-a a publicar em 1939, a *Cartilha Sodré* (nome dado em homenagem ao marido falecido). Mais tarde, Benedicta lança o livro *Primeiras Lições Úteis*, uma complementação da cartilha. A autora destaca ainda que em Diário Oficial, no mês de agosto de 1950, a Comissão Nacional do Livro Didático publicou uma relação dos livros que estavam autorizados a serem usados em sala de aula, constando nesta lista os livros de Benedicta, sendo esses: *Primeiras Lições Úteis*; *Segundo Livro Sodré* e *Terceiro Livro Sodré*. Vale destacar também que a *Cartilha Sodré* teve sua 1ª edição em 1940 e chegou até a 273ª edição em 1989, sendo produzidos mais de 6 milhões de exemplares entre os anos de 1948 e 1989. A título de esclarecimento, a *Coleção Sodré*, que teve seu início no nacional desenvolvimentismo, também circulou durante o período de ditadura militar, desta forma, suas lições correspondiam a ambos os objetivos governamentais e tinham aprovação para o seu uso, já que estavam dentro das propostas oficiais da educação.

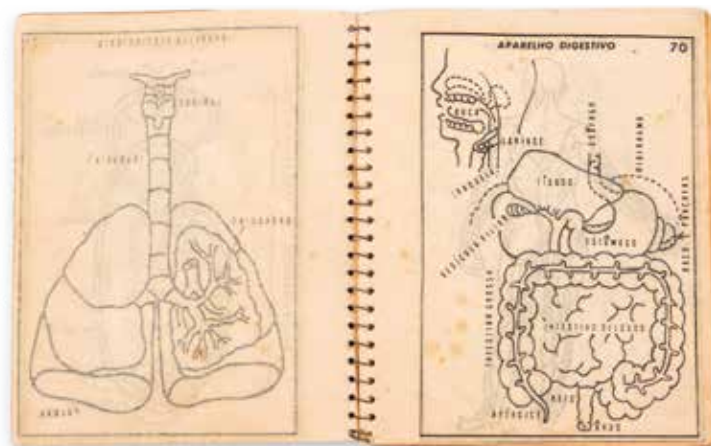
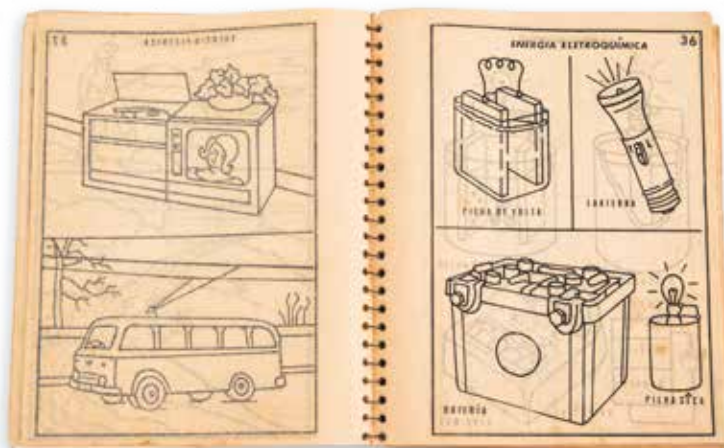
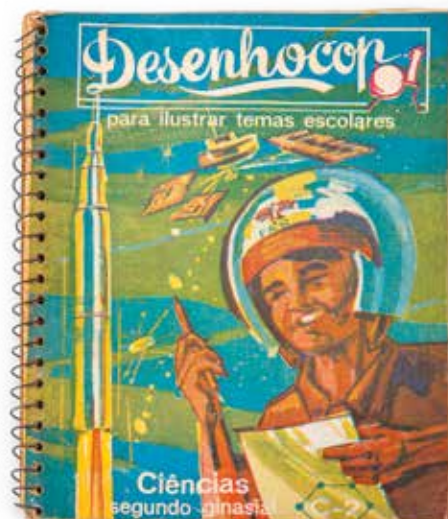
O livro *Primeira Lições Úteis* circulou por vários estados e, além da preocupação literária, colocou em discussão assuntos científicos, históricos, em conjunto com hábitos de trabalho, defendendo o desenvolvimento e a unidade nacional.

Além das cartilhas citadas, temos no MESC outros livros didáticos, e aqui fazemos referência a algumas afirmações de Choppin (2004) para novamente evidenciar a importância da guarda deste material e sua diversidade. O referido autor destaca que a atividade de pesquisa sobre o livro didático tem aumentado consideravelmente por alguns fatores entre os quais podemos citar: a complexidade do objeto “livro didático”, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve, interesse de inúmeras populações em criar ou recuperar uma identidade cultural, as incertezas em relação ao futuro do livro impresso e, particularmente, em relação ao papel que os livros didáticos desempenharão diante das novas tecnologias educativas. O autor destaca ainda as diversas funções que os livros didáticos assumem e declara “A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares”, acrescenta que “é pre-

ciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações” e também que “a coexistência (e utilização efetiva) no interior do universo escolar de instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem com o livro relações de concorrência ou de complementaridade influi necessariamente em suas funções e usos” onde observa-se vários materiais pedagógicos (CHOPPIN, 2004, p. 553 e 554).

Diante do exposto, na coleção de livros e cartilhas do MESC estão inseridos materiais didáticos como o livro de caligrafia; livros de educação religiosa; livros de educação musical, destacando a importância artística e cultural que era dada nas escolas; livros de leitura com temas variados, como os que aparecem na coleção *Diversões Escolares*; livros de desenho, como o *Desenhocop*; álbuns para colorir; entre tantos outros. Com o objetivo de dar maior visibilidade a essa coleção do Museu, citamos a página da internet (http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2198/obras_mesc_revisado_maio_2021__2_.pdf) onde encontram-se listadas as obras que compõem o acervo do MESC.

Para finalizar e destacar a coleção abordada fazemos referência as reflexões de Peres e Ramil (2018) quando destacam que as ideias de que estudar livros didáticos, em geral ou específicos, permite, entre outras coisas, evidenciar projetos sociais, formas de controle social, relações de poder, mudanças e permanências históricas, processos de escolarização, políticas educacionais, concepções de conhecimento, práticas de formação humana, práticas escolares, visões de infância, projetos de alfabetização, etc. Uma imagem ou um conjunto delas, as palavras, as frases, os textos, uma página, muitas páginas, um livro, alguns livros, um conjunto deles... podem dizer muito de uma nação, de um povo, de uma cultura, de um governo, das escolas, das professoras e professores, dos alunos! É preciso saber interpretar, ter ferramentas teóricas e metodológicas adequadas e indagar correta e curiosamente esse objeto de investigação. Tais argumentos parecem suficientemente fortes para o reconhecimento da necessidade e da importância de tal empreendimento: guardar e estudar os livros didáticos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU JR., Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Proposições**, v.16, n.1 (46), p.145-164, jan./abr., 2005.
- BOTO, Carlota. Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 493-511, set./dez. 2004.
- CAMPOS, Dulcinéa. As práticas de alfabetização no Espírito Santo na década de 1950. In: **Reunião da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPEd**, 25, 2009, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2009. p. 1-18. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT10-5664--Int.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- CHOPPIN, Alain, História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004
- FRADE, Isabel Cristina A. da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Lições de Minas: as primeiras letras entre cartilhas e arquivos**. Anais do 14º COLE. Campinas: Graf. FE, 2003.
- GATTI JÚNIOR, Décio. Livros Didáticos, Saberes Disciplinares e Cultura Escolar: primeiras aproximações. **História da Educação** (UFPEL), Pelotas/RS, v.1, n.2, 1997.
- LEPICK, V., CUNHA, T. R. S., MORAES, A. D. J.; A história da cartilha como objeto da cultura material escolar: um percurso metodológico, (p. 187-200) in **História da alfabetização e suas fontes**. Uberlândia, EDUFU, 2018, disponível em http://www.edufu.ufu.br/sites/edufu.ufu.br/files/historia_da_alfabetizacao_e_suas_fontes_edufu.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira. As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. **Revista da História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.6, n. 11, p. 147-168, jan/jun. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30604/pdf>. Acesso em 27 jul. 2021.
- MOTIN, Mara Francieli. Coleção Sodré: entre fórmulas editoriais e indícios de uma modelo escolar (1950 – 1970). Educere, **XIII Congresso Nacional de Educação**, Curitiba, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24308_12712.pdf. Acesso em 30 jul. 2021.
- TRINDADE, Iole Maria Faviero. Memória da cartilha e a produção de identidades alfabetizandas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 161-185, jan./abr. 2008. Disponível em
- PERES, Eliane; RAMIL, Chris de Azevedo. Cartilhas, pré-livros, livros de alfabetização, livros para o ensino inicial da leitura e da escrita: guardá-los e estudá-los, para quê?. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 34-64, set./dez. 2018.
- VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA, 2017. 197f. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>. Acesso em 20 jul. 2021.

3.11.1. Coleção de Livros/Manuais – *Ofício de Professor*

Os livros didáticos servem de suporte ao professor e, como já apresentado, desde o uso das cartilhas até os livros mais recentes publicados com esse enfoque, muitas edições foram sendo preparadas e pensadas para bem atender ao fim a que se destinam. Dentre essas publicações os temas também foram sendo moldados com base na evolução histórica, social, econômica e ambiental pelas quais a sociedade tem sido influenciada e regida.

Tomotani e Salvador (2017) trazem uma abordagem sobre o livro didático no ensino de biologia, em específico ao conteúdo de evolução. Referenciam Martins (2006, apud TOMOTANI e SALVADOR, 2017, p. 6) afirmando que o livro didático possui importância indiscutível no cenário da educação no Brasil, tendo forte relação com as práticas constitutivas da escola e do ensino escolar. Os autores citam que os livros didáticos têm um papel central no ensino, determinando amplamente o que é ou não estudado e que podem desempenhar um papel ainda mais central como autoridades em tópicos polêmicos, fazendo com que os professores recorram a eles como forma de assegurar a legitimidade daquilo que estão ensinando. Citam também que por conta da importância dos livros didáticos no processo de ensino, alguns autores questionam a qualidade dos livros, ao argumentar que as editoras são muito motivadas por critérios mercadológicos, como aspectos gráficos editoriais e perspectiva de uso dos livros em períodos maiores que um ano, em detrimento da qualidade do conteúdo.

Já Mortimer (1988) traz uma análise sobre o ensino de química e sua relação com o livro didático, donde podemos extrair algumas considerações importantes. Ele afirma que os autores de livros didáticos, ao longo da história, sempre tiveram dificuldade em romper com certas tradições. Dentro de sua avaliação, o autor conclui que as únicas rupturas que conseguiu detectar são as relacionadas à apresentação dos livros didáticos e à posição dos temas que se está discutindo no programa de segundo grau. Por outro lado, os livros quase sempre estiveram desatualizados em relação ao estado da arte do conhecimento químico. Os livros, apesar de aparentemente atualizados, apresentam certos assuntos com tantas simplificações que os descaracterizam. A influência de movimentos pedagógicos na produção de livros didáticos brasileiros é muito significativa em relação à pedagogia tecnicista, que tem dado o tom



dos livros atuais. O movimento de renovação do ensino de ciências, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, apesar de ter exercido expressiva influência nos livros da época, também deixou herança limitada. Para o autor o tecnicismo não exigiu mudanças profundas no padrão livresco do ensino brasileiro, enquanto que outros movimentos pedagógicos exigiam mais que simples alterações nos livros didáticos. Alega que eram necessárias mudanças nas condições materiais de ensino, mas que no Brasil elas não tiveram alcance prático.

Neste contexto, um artigo publicado na revista Educação (2019) traz as dez principais etapas da evolução do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em oitenta anos. Importante destacar também o trabalho da autora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2020), *Momentos do Livro Didático Brasileiro*, onde são destacados quatro momentos. 1º momento, as primeiras gerações de livros escolares: os estrangeiros são nossos modelos; 2º momento, nacionalização dos livros didáticos; 3º momento, multiplicação dos livros escolares (1970-1996); 4º momento, da nacionalização à internacionalização (1996 aos dias atuais). Neste último, a autora destaca que as políticas públicas educacionais na década de 1990 marcaram um novo momento na história do livro didático brasileiro, sendo que a implantação de uma política de compra e distribuição de livros para todos os alunos das escolas públicas brasileiras foi determinante na configuração das obras didáticas. Além disso, destaca também que “a longa trajetória dos livros didáticos tem mostrado transformações na forma e nos conteúdos, mas um aspecto sempre permanece: o seu uso depende do professor” (BITTENCOURT, 2020, p. 10).

De acordo com Pinto (2009) o livro didático tem um importante papel na constituição de uma cultura escolar, quando organiza um programa composto por um conjunto de regras e proposições, considerado o mais adequado para o ensino e aprendizagem de uma disciplina escolar. A autora afirma que o livro didático é um elemento expressivo de uma cultura escolar e que não tem um sentido estático e universal. Complementa dizendo que ao propor um modelo ordenado de interpretação, está sujeito a múltiplas formas de leitura, reformulações, deslocamentos e distorções, dada a recepção inventiva de seus usuários e que é no embate entre a proposição do autor e a apropriação feita pelo leitor que se constroem seus múltiplos sentidos. Daí voltamos novamente a importância que o professor tem na constituição de uma aula e da forma como se apropria do livro didático para a sua prática docente.

Conforme Santos e Bomfim (2020) a elaboração de um conceito para o livro didático necessita considerar todo o histórico do referido suporte ou de outros suportes de natureza semelhante que o antecederam. Os autores trazem diferentes concepções acerca do conceito de livro didático e contextualizam sua utilização dentro dos processos educacionais. Afirmam que se, no passado, o professor criava seu próprio manual e o utilizava como suporte em sala de aula, hoje o livro didático, criado e le-

gitimado por um sistema no qual se encontram Estado, editoras, escolas e a sociedade como um todo, não somente funciona como suporte, mas como principal meio de ensino e de aprendizagem.

Ainda sobre a importância do livro didático, apresenta-se o pensamento de Ferreira (2017) quando este destaca que é relevante direcionar o olhar para a trajetória histórico-política do livro didático no Brasil no intuito de se fazer uma reflexão sobre esta temática, pois assim seremos capazes de compreender a função que hoje o livro didático desempenha nas escolas e qual é a sua ligação com a atual sociedade em que vivemos. Apesar de tantos avanços nas teorias e práticas educacionais o livro didático, ainda em algumas circunstâncias, é o único recurso de que o professor dispõe em sala de aula. Para o autor abordar a trajetória histórica do livro didático no Brasil implica compreender, para além das críticas que são feitas ao livro didático, que é uma história surpreendente de conquistas e avanços; ressaltando que o livro didático é um dos recursos de ensino mais antigos na cultura escolar como o quadro-negro e o caderno. Destaca ainda que o livro didático é um dos materiais escolares utilizados pelos professores para assegurar aos alunos a aquisição do conhecimento sistematizado, citando Soares (1996, apud Ferreira, 2017, p. 28), que diz que antes do estabelecimento de programas e currículos, o livro didático estabeleceu-se historicamente como instrumento para assegurar a aquisição dos saberes indispensáveis às novas gerações na sociedade. De se levar em conta também que:

Os livros didáticos em diversas situações são o único suporte metodológico que o professor dispõe em sala de aula. E o papel do professor é crucial neste momento, pois o professor está entre os alunos e os conteúdos apresentados nos livros didáticos decisiva a postura que o professor assume na utilização dos livros didáticos em sala de aula, pois como cita Lajolo (1996), o bom livro didático é aquele usado por um bom professor, já que o livro didático é para auxiliar na aprendizagem, é apenas um instrumento nesse processo, e por melhor que seja o livro, ele não poderá ser usado sem que seja adaptado. O professor é o único que conhece sua sala de aula, as especificidades da sua turma, os conhecimentos que seus alunos possuem. Os livros didáticos foram escritos alheios às singularidades de cada sala de aula e, por melhor que seja este livro, ele irá necessitar de adaptações, pois cada sala de aula tem as suas características. (FERREIRA, 2017, p. 29)

Complementamos com a afirmação do autor que destaca que o livro didático assume várias funções no ambiente escolar, além de auxiliar no ensino e que apesar de em algumas realidades brasileiras o livro didático ser o único suporte metodológico que o professor dispõe em sala de aula, em outras realidades o livro didático não é o único instrumento utilizado, mas é um elemento de um conjunto multimídia; existindo outros materiais que estabelecem relações com livros didáticos tais como, filmes, internet, revistas, tudo o que auxilia no processo de aprendizagem é considerado material escolar. O livro didático é apenas um instrumento, cabe, portanto, aos professores utilizá-lo de forma reflexiva, orientando seus alunos sobre os conteúdos

que são apresentados, tendo como fator mais importante o diálogo pedagógico. Finaliza afirmando que é preciso lembrar que o livro didático não substitui em momento algum o papel do professor na sala de aula, e que apesar de receber críticas, o livro didático é ainda muito utilizado na cultura escolar, por isso ele está há séculos presente na escola, e os professores devem fazer uso consciente deste material.

1. O CONJUNTO DE LIVROS *OFÍCIO DE PROFESSOR*

A coleção de livros do Museu inclui o conjunto *Ofício de Professor: Aprender Mais para Ensinar Melhor*, que consiste num programa de aprendizagem para professores dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvido pela Fundação Victor Civita, no ano de 2002. É um curso preparado para ser oferecido na modalidade a distância, para professores interessados em aperfeiçoar sua formação, ampliar o conhecimento e auxiliá-los a desenvolver uma visão crítica acerca de temas relevantes, polêmicos e atuais (para a época que foram propostos), permitindo a elaboração de propostas pedagógicas que garantam aos alunos o acesso a aprendizagem efetiva de saberes relevantes para a inserção destes no mundo contemporâneo. O conjunto é constituído de 9 volumes, sendo assim distribuídos:

Apresentação e Caderno de Atividades;

1. Desenvolvimento e Aprendizagem;
2. Professor, Criança e Escola;
3. Leitura e Escrita;
4. Meios de Comunicação e Linguagem;
5. Ciência, Tecnologia e Cotidiano;
6. Meio Ambiente e Qualidade de Vida;
7. Sociedade e Cultura Brasileira;
8. Ética e Cidadania

Com temas diversificados, o material traz conceitos, exercícios e propostas de orientação para o professor aplicar nas suas práticas pedagógicas, além de ilustrações e reflexões sobre os temas apresentados, subdividido em unidades dentro de cada volume. Apesar de mais recente, quando comparado as cartilhas apresentadas no item anterior, este material também cumpre sua função enquanto material didático para o professor e pode prepará-lo para uma atualização de temas e formas de abordagem enquanto processo formativo de seus alunos. Além disso, no Museu corresponde a um objeto de cultura material escolar constituinte do processo evolutivo das práticas pedagógicas e seus instrumentos, tema que tem despertado interesse dos pesquisadores recentemente, conforme apresentado no artigo de Ferreira (2017) quando cita:

“O caso do livro didático, embora haja uma crescente investigação sobre ele, existem poucos trabalhos que o abordam em uma dimensão histórica” (BITENCOURT, 1996, apud FERREIRA, 2017, p. 19)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Momentos do Livro Didático Brasileiro**. ABRELIVROS, 2020. Disponível em: https://abrelivros.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Abrelivros_A_Hist%C3%B3ria_do_Livro_Did%C3%A1tico_no_Brasil-girado.pdf. Acesso em 05 out. 2021.

EDUCAÇÃO, Revista. **As dez principais etapas da evolução do PNLD em 80 anos. 2019**. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2019/08/23/dez-etapas-pnld/>. Acesso em 08 out. 2021.

FERREIRA, Suzanna Neves. A trajetória do livro didático no Brasil: um olhar sócio histórico. **Revista Visão Universitária**, (2017) v.(2):18-36, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.visaouniversitaria.com.br/ojs/index.php/home/article/view/117/105>>. Acesso em: 08 Out. 2021.

MORTIMER, Eduardo Fleury. A Evolução dos livros didáticos de química destinados ao ensino secundário. **Em Aberto**, Brasília, ano 7, n.40, out./dez. 1988. Disponível em: <http://usuarios.upf.br/~adelauxen/textos/evolucaodoslivros.pdf>. Acesso em 06 out. 2021.

PINTO, Neuza Bertoni. Um Estudo Histórico sobre o Uso dos Livros Didáticos de Matemática. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.34, p.62-72, jun.2009. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639579/7148>. Acesso em 08 out. 2021.

SANTOS, Oton Magno Santana dos; BOMFIM, Natanael Reis. O livro didático como objeto da história da educação brasileira. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 1, p. 92-105 Jan/Abr 2020. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/865/729>. Acesso em 08 out. 2021.

TOMOTANI, João Vitor; SALVADOR, Rodrigo Brincalepe. Análise do Conteúdo de Evolução em Livros Didáticos do Ensino Fundamental Brasileiro. **Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal de Campinha Grande**. Paraíba – PB. V 1, n 1. 2017. Disponível em <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/RPECEN/article/view/163/132>. Acesso em 08 out. 2021.

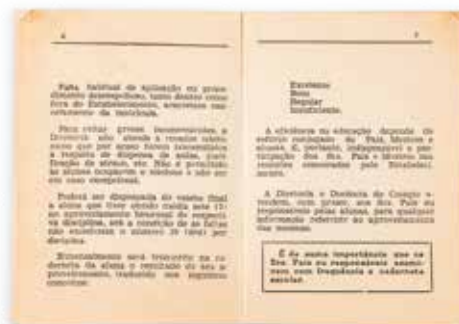
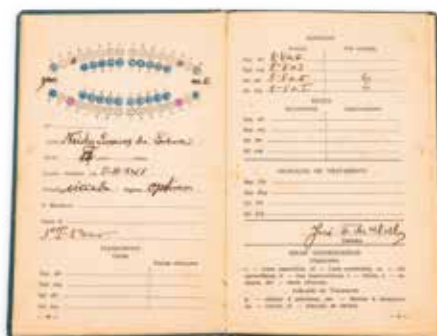
3.12. Coleção de Documentos e Registros Escolares

Documentos e registros escolares constituem uma coleção que reúne livros de matrícula, livros de tombo, livros de ponto, livros de ocorrência, cadernetas de chamada, diplomas, fotografias e títulos acadêmicos. Como as demais coleções, esta também vem crescendo ao longo do tempo, em especial com doações que recebemos no Museu.

Alguns dos documentos que as instituições escolares conservam que podem ser enquadrados nesta coleção, para além dos citados, são documentos de caráter histórico, administrativo e pedagógico, livro histórico do estabelecimento, livros de movimento do corpo docente, relatórios de inspeção, livros de atas e reuniões, livros com os resultados de provas e exames, cartas, ofícios, documentos relativos ao corpo docente e gestores da instituição, livro de discursos, o documento de reformulação curricular, questionários aplicados aos alunos e professores, entre outros. Em sua maioria, estes documentos são em papel, escritos à mão, podendo ser organizados em livros, dossiê e avulsos, sempre vinculados e produzidos pelos professores ou gestores e com referência às atividades do cotidiano escolar.

Considerando a importância que as instituições escolares devem destinar a documentos de seus colaboradores e alunos, é imprescindível destacar a necessidade de manter os arquivos escolares organizados. Muitos destes documentos são utilizados para comprovar a vida escolar dos alunos, que solicitam informações desta natureza, mesmo depois de muitos anos após deixar a escola. Ter o registro escolar dos alunos é uma forma de conservar a história da passagem de cada estudante pela escola.

Por outro lado, sabe-se também da dificuldade que as instituições escolares tem em armazenar estes documentos, que são de grande volume e precisam de organização adequada. Dentro deste contexto, as instituições procuram adequar-se aos tipos de guarda e suas tabelas de temporalidade, onde podemos citar a guarda permanente e a guarda temporária (que podem ser eliminados decorrido um determinado prazo). As tecnologias tem auxiliado muito por meio dos processos de microfilmagem, digitalização e arquivos virtuais arquivados na “nuvem”, onde os documentos, não ocupam espaço físico das instituições e ainda estão protegidos da ação do tempo, umidade, de insetos e roedores, entre outros.



De acordo com Thum (2007) livros e registros, sejam em atas solenes, em cadernos de anotações do professor, em cadernos de alunos, são documentos que tratam a vida escolar na sua formalidade e no seu processo cotidiano que ao sofrerem a análise do pesquisador permitem um entendimento dos processos vividos em cada época histórica. Já para Furtado (2011) as instituições escolares apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação. Imaginamos quantas informações podem estar contidas nos documentos e registros escolares das instituições e quanto temos a aprender com todo este material.

Dada a importância destes documentos, muitas instituições mantêm estes em seus arquivos e outras, cada qual por suas razões, acabam descartando esse material. Diante disso, possuir algum material deste em acervo é bem importante e difícil, mas o MESC dispõem de alguns destes, em especial a coleção que recebemos em doação da Academia de Comércio de Santa Catarina e outros que vamos explorar na sequência deste texto.

1. A IMPORTÂNCIA DOS DOCUMENTOS E REGISTROS ANTIGOS NOS ARQUIVOS ESCOLARES

Como bem sublinha Mogarro (2005ab apud FURTADO, 2011), os arquivos escolares ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar.

Furtado (2011) contribui com o tema acrescentando que as instituições escolares constituem, independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. Juntamente com seus atores, as instituições escolares produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam inclusive seu âmbito pedagógico.

O autor destaca ainda que não se pode deixar de registrar que, apesar de a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) ter passado a exigir das instituições escolares a organização de um arquivo para a conservação de seus documentos (RIBEIRO, 1992, apud FURTADO, 2011), muitas escolas ainda não se preocupam em preservar os seus arquivos e nem mesmo salvaguardar seus registros documentais. Os arquivos e os locais onde se guardam os documentos ainda apresentam muitos problemas de acesso e conservação. As instituições escolares com os seus respectivos arquivos motivam profundas preocupações relativas à salvaguarda e preservação dos seus documentos, pois na maior parte dos prédios escolares, até hoje, os documentos estão abrigados e guardados em porões úmidos ou salas apertadas.

Ainda com base na pesquisa de Furtado (2011), o autor afirma que nos arquivos das instituições escolares é possível encontrar documentos de diversos tipos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, documentos esses de valor inestimável, como: álbuns de fotografias, livros didáticos e paradidáticos, relatórios, listas de matrículas, prontuários de alunos e professores, trabalhos de alunos, cadernos, entre outros, que permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação, tornando-se fontes de informações fundamentais para a pesquisa.

2. A CADERNETA DOS ESTUDANTES

Quando se fala em registros escolares é importante destacar que, por volta de 1950, um documento fundamental para os estudantes eram as chamadas “cadernetas”, que continham observações sobre o cotidiano dos alunos.

Uma história interessante sobre a caderneta pode ser encontrada na página <https://ensinarhistoria.com.br/escola-como-fonte-para-pensamento-historico-na-crianca/> que relata o depoimento de Luiz Carlos Marques, chamado *A Caderneta Manchada*, o qual transcrevemos como se encontra na referida página da internet: A caderneta “manchada” relata um fato que lhe ocorreu no tempo de aluno, nos finais da década de 1950. Ele morava na cidade de São Paulo, tinha 11 anos de idade e ia para a escola de ônibus. O episódio mostra a importância da caderneta escolar na vida de um estudante e a severidade com que os jovens eram repreendidos na escola e em casa.

Ao dar entrada na escola os alunos deixavam sua caderneta escolar na secretaria. Ao final das aulas os alunos retiravam a mesma. Ao receber a minha, notei que havia uma observação: “Seu filho esteve envolvido em confusões na área externa da escola e no ponto de ônibus”. Como isso nunca tinha acontecido comigo não dei muita bola para o assunto. No dia seguinte, ao entrar, fui barrado por não ter trazido a assinatura de meu pai na caderneta. E por isso acabei levando uma segunda observação: “O aluno foi irresponsável por não trazer a assinatura e perdeu a prova de Francês”. Fui mandado de volta para casa. Acabei fazendo gazeta para voltar para casa (era sexta-feira). Na segunda-feira, a página da caderneta era virada, pois começava uma outra semana. Pensei então que ninguém notaria que não fora assinado. Fui levado a diretoria e levando mais duas observações, uma dizendo que havia sido negligente e outra por ter faltado a missa, pois não havia o carimbo do padre. De repente, vi que tinha colecionado quatro observações, para mim descabidas, mas que manchavam minha caderneta. O que fazer? Apagar? Jogar fora? Falsificar? Um imenso pavor tomou conta de mim. No dia seguinte, sai de casa com lanche e fui até a porta da escola, mas não tive coragem de entrar, pois poderia levar outras. Acabei entrando na igreja colada da escola. Acabei descobrindo uma escada que levava aos sinos. Naquele momento a igreja estava vazia. Tomei coragem e fui subindo até chegar ao seu final. O local dava para uma sacada com uma linda visão do bairro. E mais um lance de escada levava ao campanário, o local onde ficavam os sinos. A cada 15 minutos tocavam os sinos anunciando o passar das horas. Na subida ao campanário encontrei dezenas de revistas em quadrinho que contavam cada uma a vida dos vários san-

tos da Igreja. Passei ali a manhã toda lendo as revistas e comendo meu lanche. Ao soar os sinos do meio-dia encerravam-se as aulas. Desci então e fui pra casa. No dia seguinte levei mais dinheiro e resolvi mudar o esquema. Resolvi passar o dia no Parque do Ibira-puera. Arrumei um cantinho no meio das árvores pertinho do lago onde alugavam barcos a remos e a motor e ali passei a maior parte da manhã. Com a mochila cheia de gibis fiquei lendo, descansando e comendo. Ao voltar para casa, dou de cara com o secretário da escola conversando com meu pai. Entrei de fininho, já esperando a desgraça acontecer. Pouco tempo depois entra meu pai com a cinta já nas mãos e me pegou de jeito. Levei a maior surra de minha vida. Meu pai me jogou na cama e bateu sem dó. Às vezes ele se cansava e parava para descansar e depois recomeçava. Essa foi a primeira e última surra que tomei. Aprendi a lição. MARQUES Luiz Carlos (Luigy). (DOMINGUES, 2021)

Convém destacar que a caderneta, assim como o boletim (do qual falaremos no decorrer do texto), era preenchida a mão, a caneta, com letra caprichada e não podiam ter rasuras. Eram assinados pelo professor e o diretor da escola além do pai ou responsável. A caderneta de presença, de capa dura, deveria ser entregue no início da primeira aula e era devolvida ao final da última aula com o carimbo “presente”.

3. O LIVRO DE REGISTRO ESCOLAR

Toda escola possui um registro escolar de seus colaboradores. Na década de 1950 estes registros eram realizados em livros específicos, elaborados com cuidado e guardados com zelo.

No trabalho desenvolvido por Thum (2007) o autor faz uma análise do livro de registro escolar do ano de 1949, destacando que no documento estavam descritos parâmetros para a escrituração do livro com a finalidade de uniformidade da escrituração. O livro é dividido em várias partes, sendo uma destinada aos alunos, outra aos responsáveis pelo alunos, registro de frequência diária, além do aparelhamento escolar. Na parte destinada aos responsáveis pelos alunos eram registrados a profissão do pai e da mãe (ou outro responsável), o grau de instrução destes, bem como sua religião. Na parte destinada aos alunos registrava-se o número da matrícula, data, nome do aluno, sexo, se o mesmo tinha registro civil, a data de nascimento, a idade, nacionalidade, ano ou série que iam cursar, repetência, tempo escolar, procedência do aluno, se já sabiam ler e escrever, a que distância da escola residiam, aproveitamento e exclusão do aluno. Desta forma, em sua totalidade, o documento constituía-se como um banco de dados manuscrito, com intuito de ser uma fonte permanente de registro e de informação organizado estruturalmente a partir de dados específicos. O livro previa o preenchimento dentro de uma uniformidade de informações, sem rasuras, devendo-se evitar ao máximo erros de grafia. Era escrito pelo próprio professor responsável, pois dele é que demandavam as informações registradas, e ser escrito de próprio punho dava maior validade a informação registrada. Esse documento era exclusivo da gestão escolar, não circulava entre os pares e guardava seus segredos de modo a fazer dele um poder. Revelava também a existência de apenas 21 obras (li-

vros escolares e literários), objetos, número de carteiras e bancos escolares, além de outros mobiliários, descrevendo o estado de conservação destes. Com essas verificações, o autor destaca a importância da escrituração escolar na época, demarcado dentro de alguns limites definidos pela instituição e que revelam as contradições presentes nos contextos sociais vividos, e que em específico para o caso de sua análise revela as dimensões do mundo do trabalho na época, da não existência de pais/mães anal-fabetos, do tempo de permanência na escola, do ingresso tardio e da precariedade de material presente na escola.

Desta análise, pode-se depreender o quão valiosa eram as informações contidas no livro de registro das instituições escolares e como a conservação e guarda destes livros pode permitir aos pesquisadores um estudo diversificado sobre o tema.

Corroborando com o tema, Furtado (2011) afirma que na análise de arquivos escolares é possível localizar uma documentação importante para o estudo da história da instituição e de sua cultura escolar, bem como mostrar as possibilidades e os limites do uso desses documentos para a pesquisa em História da Educação e que estes documentos podem fornecer elementos significativos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela circularam e, mesmo, sobre as relações que estabeleciam com o seu entorno. Acredita-se que o livro de registro escolar é um destes elementos disponíveis nos arquivos escolares de grande abrangência e significância.

Na pesquisa realizada por Furtado (2011) é destacado que os livros de matrícula trazem dados sobre a clientela atendida pelo colégio, ao longo dos anos, quanto à(s): nacionalidade, filiação, idade, condições socioeconômicas, profissão do pai ou responsável e endereço residencial. Tais livros contribuem para estabelecer o perfil do quadro discente em diferentes períodos. Já os livros mapa de movimento do corpo docente indicam os nomes dos (as) professores (as) e o processo de contratação do quadro docente. O autor também destaca os relatórios dos inspetores da Diretoria Geral do Ensino que apresentam dados relevantes sobre a avaliação da organização administrativa e didático-pedagógica, além de informações sobre as instalações físicas, contratação de professores (as), execução dos programas, uso de materiais didáticos, metodologia do ensino empregada, disciplina escolar, descrição detalhada das visitas, festas de encerramento do ano letivo, comemorações cívicas e exames finais e ainda que em determinados anos, os relatórios trazem inventários da escola, referindo-se ao mobiliário, material didático e livros escolares.

No estudo de Lupetina (2016) é destacado a análise de documentos de uma instituição escolar em que constam fichas de ex-alunos que concluíram o curso normal entre o período de 1969 e 1982, contendo os seguintes dados: gênero, local de moradia, faixa etária, data de ingresso, instituição escolar de origem, entre outros. A auto-

ra investigou também as grades curriculares encontradas no interior das fichas de ex-alunos em diferentes períodos (dentro da década de 1970) que permitem analisar as alterações sofridas no currículo ao longo dos anos e quais disciplinas escolares foram mantidas em detrimento de outras, documentos de reformulação curricular e questionários aplicados aos professores e alunos. Avaliou ainda ementas das disciplinas que indicam a que se propõe cada disciplina e os conteúdos e conceitos que foram abordados nestas e destacou em sua pesquisa a fala de Bonato (2005): [...] Se por um lado, muitos querem livrar-se dos documentos, por outro lado, temos de louvar aqueles que a despeito das dificuldades como a falta de apoio oficial, recursos humanos, materiais e financeiros tentam proteger seus acervos da destruição e dão apoio à pesquisa científica. (BONATO, 2005 apud LUPETINA, 2016, p. 46)

Na análise dos documentos de um grupo escolar realizados por Silva (2018), a autora encontrou no arquivo da instituição algumas fichas da vida escolar dos alunos, documentos utilizados pelo estabelecimento escolar para registrar dados relevantes à escola sobre os discentes. A autora salienta que as fichas, geralmente, são estruturadas de forma padronizada pela própria instituição de ensino ou por órgão responsável, e devem ser preenchidos por cada escola. Ressalta que as fichas e os vestígios materiais dos estudantes foram encontrados em estado desgastado no arquivo do Grupo Escolar Padre Delfino, estavam organizadas em uma pasta, coletivamente, sendo delimitadas para compor toda a documentação concernente à vida escolar dos discentes.

Entendemos pertinente deixar aqui registrado também o que a autora apresenta como reflexão quando diz:

Em seus escritos, Silva (2011, p. 8), aduz que as fichas de matrículas têm a finalidade de além de reunir toda informação e dado dos discentes separadamente, servir, posteriormente, para elaboração de documentos escolares, como: históricos escolares, declarações, entre outros. Também são úteis para relevantes informações estatísticas, considerando que no momento, meados do século XX, os avanços tecnológicos e a informatização ainda não compunham o cenário educacional de catalogação de dados. Para a história da educação, esses documentos podem ser materiais valiosíssimos, principalmente para história de instituição escolar, lembrando que esse “principalmente” diz respeito ao foco dado ao uso dessa fonte, o que significa que não estamos deixando de fora a utilização desse documento para estudos que focalizam gênero, as reformas educacionais, a cultura escolar, a cultura material escolar, entre outros. Enfatizamos para o estudo de instituições escolares porque são documentos dos próprios estabelecimentos de ensino.

Destacamos ainda que Silva (2018), ao analisar as fichas do estudante, observou que estas continham dados pessoais, a exemplo de: origem, filiação, cidade natal, vida estudantil anterior, frequência escolar, notas mensais e acrescenta que há um enriquecido material que acompanha essas fichas, mostram-se evidências sobre vacinação, profissão dos pais, grau de instrução e até a religião.

Dentro desse contexto, queremos registrar que possuímos também na cole-

ção do MESC uma caderneta de saúde, vinculada à secretaria de educação e cultura, mostrando que a saúde dos estudantes também era de suma importância para a escola e que observavam e controlavam as condições médicas e odontológicas de seus alunos.

Com relação a outro livro de registro escolar observado por Silva (2018) temos um Livro de Ponto datado do dia primeiro de fevereiro de 1979, sem turno especificado. Neste livro a autora identificou a predominância de mulheres no quadro funcional, dada a organização da escola em deixar registrado a frequência de cada dia. Observou também que o controle era realizado manualmente, onde deveria estar anotada a hora de entrada e saída de cada colaborador, sendo a frequência acompanhada diariamente e anotando-se eventuais alterações/correções necessárias. Os professores precisavam assinar o livro ponto todos os dias e os dias em que faltavam eram preenchidos com um carimbo com a palavra “faltou” ou “não compareceu”. A autora ainda destaca que naquela época não havia relógio eletrônico ou mecânico, por isso a importância do livro de ponto, já que o registro do horário de entrada e saída dos funcionários na escola era realizado neste livro. A responsabilidade sobre o controle do ponto estava a cargo da diretora da instituição, que era acompanhada assiduamente pela secretária, tendo em vista a necessidade de tomar alguns cuidados para evitar erros, afinal, a frequência anotada no documento estava diretamente relacionada ao pagamento mensal dos colaboradores.

4. OBOLETIMESCOLAR

Outro documento de muita relevância para os estudantes é o boletim escolar. Para melhor embasar as informações sobre este importante documento vamos apresentar o estudo de Silva (2018), que afirma que o boletim escolar é um aliado para que a família acompanhe e seja informada sobre o cuidadoso registro da vida escolar de seu filho, consistindo em um instrumento de comunicação tradicionalmente adotado até os dias atuais pelas escolas. A partir dos dados nele contidos, pode-se ter um diagnóstico da vida escolar do aluno, permitindo acompanhar os resultados e orientá-lo no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a autora

Os boletins, históricos escolares e fichas de matrículas também são documentos históricos que podem revelar costumes, valores e normas da educação dos estudantes de determinada época. Eram preenchidos à mão, à caneta, com letra escrita com esmero, e não podiam ter rasuras. Tinham a assinatura do professor e do diretor da escola. Há décadas, vêm sendo um aliado importante na avaliação do desempenho escolar. Eles permitem uma análise mais objetiva das competências ministradas pela escola, sendo uma ferramenta salutar tanto para o aluno quanto para seus familiares e a própria escola. Embora, atualmente, haja diversos outros recursos estatísticos que permitam a avaliação integrada dos estudantes, utilizá-los em conjunto com o boletim escolar ainda é uma maneira de elaborar diagnósticos mais precisos sobre o trabalho desenvolvido pelo professor, a aprendizagem, desempenho dos alunos evidenciados através das notas das disciplinas, registros de frequências e ausências e aspectos atitudinais, representam portanto impor-

tantes instrumentos de acompanhamento do trabalho escolar, em uma perspectiva limitada para a instituição. (SILVA, 2018, p. 70)

Da análise de alguns boletins encontrados durante a pesquisa, e também os do acervo do MESC, observa-se que eram preenchidos à mão, com caneta azul e, às vezes, algumas notas em vermelho, com letras bem desenhadas e sem rasuras.

Nos boletins consta, em geral na capa, o nome da escola/colégio, nome do aluno, série, ano, turma e turno. Ele também retrata o desempenho do estudante, contemplando escala de conceitos com seus respectivos valores quantitativos, ou a nota propriamente dita, distribuídos por bimestres.

O boletim contemplava ainda a relação das disciplinas cursadas. Conforme análise de Silva (2018), em seu estudo o boletim apresentava as seguintes disciplinas cursadas, a saber:

a) Aspectos Formativos: Hábitos Higiênicos, Comportamento Social, Iniciativa, Criatividade, Senso Econômico

b) Aspectos Informativos: Comunicação e Expressão, Iniciação às Ciências (1. Matemática, 2. Ciências Físicas e Biológicas), Integração Social, Ensino Religioso.

Alguns boletins destacam também a disciplina de educação física. Vale lembrar que o rol de disciplinas varia de escola para escola, bem como é alterado em função do tempo e da legislação vigente. Como exemplo, pode-se citar a disciplina de educação religiosa que acabou sendo extinta dos currículos, assim como também ocorreu com a disciplina de educação moral e cívica, entre outras e além disso, era apresentada a frequência de cada bimestre e ao final o resultado, aprovado ou reprovado.

Ainda de acordo com Silva (2018)

Assim, concebem-se os padrões de desempenho relativos à educação aplicada pelo Estado e o registro de índices de aproveitamento dos estudantes a partir de uma política educacional vigente. É relevante sobrelevar que as fontes, enquanto documentos ou resquícios materiais elaborados no passado, sejam esses remotos ou mais ligados ao tempo presente, não são direcionados ao historiador, mas visam a atender às necessidades específicas do momento no qual foram produzidos (SILVA, 2011). Compreende-se, portanto, que os documentos, resquícios materiais e fragmentos que marcam uma época, um momento, estão imbuídos pelo seu tempo e são utilizados pelos historiadores para contribuir com a formulação de conhecimentos sobre um dado objeto...

5. LIVROS DE ATAS, REUNIÕES, CARTAS E OFÍCIOS

De acordo com a pesquisa realizada por Furtado (2011) os livros de atas e reuniões e livros de atas de resultados de provas e exames também contribuem com informações sobre a organização didático-pedagógica. Os livros de atas e reuniões fornecem dados sobre as reuniões para as instruções didático-pedagógicas com os inspetores de ensino. Os livros de atas de resultados de provas e exames trazem informações sobre os procedimentos de avaliação e do número de aprovações e reprovações



por classe/série dos cursos. Nesta mesma pesquisa o autor afirma que as cartas e os ofícios contribuem com informações sobre as relações do colégio com o poder público local e a Secretaria de Educação e Saúde Pública.

Flores (2014) destaca que as atas de resultados finais são documentos de grande importância dentro dos arquivos escolares, nas quais são realizados o registro do aproveitamento de todos os alunos da escola em todos os componentes curriculares. A autora afirma que estas atas tem como objetivo preservar a vida escolar de cada aluno e que a exatidão desse documento é que dá segurança para autenticação e confiabilidade do histórico escolar.

6. OS ÁLBUNS DE FOTOGRAFIAS

Na análise de Furtado (2011) em sua pesquisa nos arquivos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, os álbuns de fotografias contêm dados relativos a um variado número de documentos iconográficos sobre o colégio, como fotos das turmas de alunas, do corpo docente, das religiosas, de sala de aulas, de aulas, de exposições escolares, do prédio escolar, de passeios, de festas e de solenidades, entre outras. Essas imagens permitem testemunhar o passado e nelas visualizar momentos marcantes da história do colégio. O autor apresenta uma citação de Ribeiro (1992 apud FURTADO, 2011, p. 156) no qual afirma que esse tipo de registro fornece um rico testemunho do dia-a-dia escolar.

No século passado era costume que cada turma, depois de formada, deixasse de recordação para a instituição um quadro com fotografias dos alunos, mestres e homenageados, Mais tarde os quadros foram sendo substituídos pelos álbuns de formatura. Estes álbuns são documentos que representam a turma e a festividade da formatura, mas também marcam o início do processo da passagem da memória da formatura para o âmbito privado, da história institucional para a memória pessoal. Souza (2001) apresenta uma importante reflexão sobre o tema quando diz que:

Na memória das escolas públicas, as fotografias inscrevem-se na imanência do tempo presente, nos acontecimentos significativos para professores, alunos e funcionários participantes dessa temporalidade do agora, e assim, ela se constitui em um instrumento de memória institucional e de recordação, e poucas vezes, como instrumento de história. Dessa forma, o anonimato, a ausência de datas e nomes que as identifiquem são indicativos de uma funcionalidade que se inscreve na ordem afetiva dos significados compartilhados e escapa à lógica do documento e do arquivo. (SOUZA, 2001, p. 78)

A autora destacou que as fotografias que mais aparecem nos arquivos escolares são as fotos de classe. Além destas aparecem também fotografias do corpo docente, da arquitetura escolar, de cenas de salas de aula ou de atividades escolares. A homogeneidade e a uniformização são características dos retratos escolares, cujo enquadramento, disposição formal, ângulos, focalização e planos, são semelhantes em diferentes épocas e em diferentes instituições educativas. Há, portanto, uma certa identidade e representação padronizada dessas imagens.

Sem querer contemplar todo o significado que os álbuns e as fotografias escolares carregam consigo, apresentamos algumas poucas reflexões extraídas do estudo de Souza (2001), quando diz que

O retrato serve como pretexto para a evocação de um passado constituído de muitas outras imagens. Nos relatos feitos por ex-alunos, emergem trajetórias de vida misturadas com a memória de uma cultura escolar. Esta memória, espacializada nos contornos da escola como lugar, refere-se aos comportamentos dos professores, à disciplina, ao convívio com os colegas. Essas relações sociais inscritas na cultura escolar sobrelevam a fotografia como representação. Significa dizer que as imagens expressam um padrão identitário da escola enquanto instituição educativa cujo imaginário social é reforçado por comportamentos, símbolos, práticas e ritos, tais como, o uniforme, a aula, a bandeira, a arquitetura escolar, a sala de aula

E para complementar afirma: “Elas são a expressão da forma escolar – uma maneira de ser e comportar na escola –, representações de uma cultura institucional veiculadora de conhecimentos, valores, normas e símbolos considerados legítimos. Elas representam singularidades e identidades compartilhadas”. (SOUZA, 2001, p. 80)

Nas reflexões sobre este tópico observa-se a importância destes registros históricos nas escolas que guardam tantas informações para melhor compreender a história da educação, uma vez que são testemunhas de um passado notável e cultivam memória e nos fazem refletir entre o passado e o presente.

7. OS DIPLOMAS DE MÉRITO ACADÊMICO

Os diplomas de honra ao mérito também eram muito utilizados nas instituições escolares e, em alguns estabelecimentos, continuam até hoje. Constituíam-se em medalhas, cartões, diplomas ou até mesmo livro de Honra ao Mérito, caracterizando-se como um incentivo dado aos alunos que obtivessem o melhor rendimento escolar. Em algumas turmas costumava haver inclusive disputa entre os alunos para ficar

em primeiro lugar da classe, precisando então obter a nota máxima. No final do ano letivo, as escolas contemplavam os alunos com melhores rendimentos.

Em geral os diplomas/cartões de honra ao mérito eram feitos de papel diferenciado (na maioria das vezes de cartolina), impresso quando possível, contendo texto e desenhos feitos à mão pela própria professora da turma. Os mais antigos foram feitos em caligrafia desenhada com caneta tinteiro.

De acordo com Souza e Teixeira (2017) quadros e livros de honra convergem para estruturar um modelo de comportamento, com regras de condutas do que é ser aluno. As autoras apresentam que, conforme o contexto, a época e as instituições, os significados e os meios de disciplinamento se modificam, tanto em relação ao peso que dão aos castigos e punições quanto aos prêmios e a honraria. Além disso, o próprio sentido e critérios de punição, prêmio e honraria vão se modificando, sendo que a cultura escolar de cada instituição constitui particularidades que as distinguem, apesar de possuírem uma uniformidade legal.

A título de conhecimento, deixamos registrado que as autoras apresentam em seu artigo a forma como o Colégio Pedro Segundo, no Rio de Janeiro, em 1838, premiava três melhores alunos de cada turma, por ordem de merecimento, sendo que o primeiro prêmio consistia em um livro de encadernação dourada, e em uma coroa entretecida de louro e café. O segundo prêmio em um livro de igual encadernação. O terceiro prêmio: em um livro de encadernação menos rica. Já no Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1911 de Santa Catarina, a materialização da honra ocorre através do quadro de honra segundo o Art. 40 - “Serão admitidos os seguintes prêmios, além de outros que melhor pareçam aos diretores: [...] 4º - a inscrição do nome do aluno em quadro denominado de honra”. As autoras destacam que existia também um livro de honra destinado aos professores, para se registrar nele quais docentes apresentavam maior distinção no desempenho de seu cargo.

A forma e os critérios de atribuir-se o título de honra ao mérito nas escolas foi se alterando com o passar dos anos e das legislações a que estavam sujeitos. Neste sentido, Souza e Teixeira (2017) citam que um exemplo em que o livro de honra era elaborado pelo próprio grupo escolar, sendo um artefato da cultura material que não estava diretamente associado à maquinaria industrial, uma vez que era construído esteticamente e estruturalmente na escola a partir de caderno de atas. Já a menção honrosa era um cartão que tinha o nome do estabelecimento, do aluno, a classe em que ele estava, era uma espécie de incentivo para o aluno estudar.

Em algumas instituições o mérito estava vinculado as notas obtidas no boletim, em outras estava baseado não apenas nas notas, mas também no bom comportamento, asseio, assiduidade, entre outros quesitos.

Como se pode observar, nesta coleção de nosso acervo, assim como em muitas instituições escolares, os documentos dessa coleção concentram importantes infor-



mações sobre a organização administrativa e didático-pedagógica das escolas, de seu corpo docente e discente, das disciplinas escolares, dos currículos, das festividades escolares, entre outros aspectos que nos permitem compreender a história, bem como a cultura escolar, que se fez presente no cotidiano das escolas. Assim, podemos verificar nesta coleção, alguns exemplares dos diferentes tipos de documentos e registros explorados neste texto, bem como toda a coleção de documentos da Academia de Comércio de Santa Catarina, que podem ser encontrados na página no MESC, no endereço http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2198/obras_mesc_ac_agosto_2015.pdf.

Registra-se aqui também a citação de Furtado (2011) quando este menciona que o pesquisador que se propõe a trabalhar com documentos deve ter em mente que as fontes utilizadas por ele são sempre produções humanas, sendo assim, os documentos enquanto produções humanas podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. O autor ainda afirma que apesar das possibilidades e dos limites da documentação utilizada em sua pesquisa, essa documentação em especial, como a de outras escolas, fornece elementos significativos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela circularam e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu com o seu entorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, J. E. **Ensinar História**. Disponível em <https://ensinarhistoria.com.br/escola-como-fonte-para-pensamento-historico-na-crianca/> Acesso em 10 ago. 2021.

FLORES, L. **Arquivos Públicos Escolares: Pesquisa Social e Direito à Informação**. Monografia de Especialização – Gestão de Arquivos, Universidade Federal de Santa Maria, UFSC, RS. 2014. 62 f.

FURTADO, A. C. Os Arquivos Escolares e sua Documentação: possibilidade e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.

LUPETINA, R. M. O acervo do Instituto Estadual do Rio de Janeiro. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 29, n. 44, p. 43-50, Jun/2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3077/1841>. Acesso em 10 ago. 2021.

SILVA, E. M. **Grupo Escolar Padre Delfino (1958-2016): História e Memória**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina – PI, 2018. 125f. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/DISSERTA%C3%87%-C3%83O__ELIS%C3%82NGELA_MARIA_SILVA_Final20190725104130.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

SOUZA, L.L; TEIXEIRA, L.C.T. A honra escolar: memória material da escola. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 21 n. 53 set./dez. 2017 p. 219-238. Disponível em <https://www.scielo.br/j/heduc/a/SMp-ZXxwHNRVg37sZfbSxbtc/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 ago. 2021.

SOUZA, R. F. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar**, Curitiba, n.18, p. 75-101. 2001. Editora da UFPR. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/xHrcQJN-q4T9s9WKqjbLknTN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 ago. 2021

THUM, C. Livro de Registro Escolar: uma análise pontual do ano de 1949. Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2007. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12509818/livro-de-registro-escolar-uma-analise-anpae>. Acesso em 12 ago. 2021.

3.13. Coleção de Depoimentos em Áudio do Projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*

Outro importante passo do projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*, concebido e coordenado pela professora Maria da Graça Vandresen, foi uma série de entrevistas gravadas pelos alunos e alunas que participaram da pesquisa durante a década de 1990. Essa série é composta por 87 entrevistas, feitas com professores, diretores, pedagogos e ex-alunos, gravadas em fitas cassete. O trabalho de conversão e organização das fitas para áudio mp3 foi um trabalho conjunto dos estagiários e bolsistas do Museu da Escola Catarinense, Shayenne Alves, Vinicius Sena e Eduardo Keller Rorato.

A primeira série constitui-se de entrevistas feitas em lares de idosos de Florianópolis e a identidade e ano de nascimento de cada entrevistado consta na gravação. Nessas falas, onde predomina uma linguagem coloquial e descontraída, os idosos contam suas brincadeiras de infância, lembranças de sala de aula, os locais onde estudaram, etc.

A segunda série de entrevistas revela um outro ponto de vista sobre a educação: a visão de professores e outros profissionais da área no Estado de Santa Catarina. Nessas entrevistas são contadas as experiências vividas por eles, suas dificuldades com relação aos alunos, ao sistema educacional, mudanças de currículo, divergências entre formação do professor na universidade e magistério e a prática efetiva nas escolas, entre outros assuntos. Certos pensamentos e preconceitos por vezes são identificados nas entrevistas, tanto por parte dos entrevistadores quanto dos entrevistados, e isso não expressa o atual posicionamento do Museu da Escola Catarinense, tendo apenas caráter documental. Acreditamos que o público deva ter acesso irrestrito a esse conteúdo e temos confiança que terão um posicionamento crítico diante dos testemunhos gravados. Por esse motivo as entrevistas não foram editadas ou cortadas. Há casos, porém, de fitas cassete que estavam danificadas e não são passíveis de recuperação tendo, assim, o áudio cortado. Os áudios estão disponíveis na página do MESC. Para acessar os áudios, vá ao endereço: <<http://www1.udesc.br/?id=2679>>.

1. SÉRIE I

TÍTULO

CÓDIGO

LINK

Obs.: os arquivos de áudio (mp3) encontram-se no endereço de internet: <https://www1.udesc.br/?id=2679>. Para acessá-los basta clicar sobre o link de cada um dos arquivos conforme lista abaixo:

Relatos – Brincadeiras da hora do Recreio #1	22	M22
Relatos – Brincadeiras da hora do Recreio #2	23	M23
Relatos – Brincadeiras da hora do Recreio #3	24	M24
Relatos – Brincadeiras da hora do Recreio #4	25	M25

2. SÉRIE II

ENTREVISTADO(A)

CÓDIGO

LINK

Obs.: os arquivos de áudio (mp3) encontram-se no endereço de internet: <https://www1.udesc.br/?id=2679>. Para acessá-los basta clicar sobre o link de cada um dos arquivos conforme lista abaixo:

Abel B. Pereira – Fita 1	01	M01
Abel B. Pereira – Fita 2 (Problemas no Áudio)	02	M02
Acácio Santana	03	M03
Ada Bicocchi Ramos	04	M04
Adulby Abraão Mussish	05	M05
Adelaide Pacheco da Rosa	06	M06
Aida Pereira da Rosa – Fita 1	07	M07
Aida Pereira da Rosa – Fita 2	08	M08
Albi Pereira	09	M09
Alcione Vieira da Silva	10	M10
Aldo Beck	11	M11
Aldo Nunes (Homônimo)	12	M12
Almira Jacinto Calixto (Problemas no Áudio)	13	–
Ana Rita Nunes	14	M14
Anísio Cunha	15	M15
Ir. Anunciata Vigni – Lados A e B	16	M16A M16B
Araci Cesconeto Sandrini	17	M17
Aurora Goulart	18	M18
Aurora Piazza de Mello (Problemas no Áudio)	19	–
Áurea Célia O. Vieira	20	M20
Aumerinda da Silva Fernandes	21	M21
Carlita Roque da Silva	26	M26

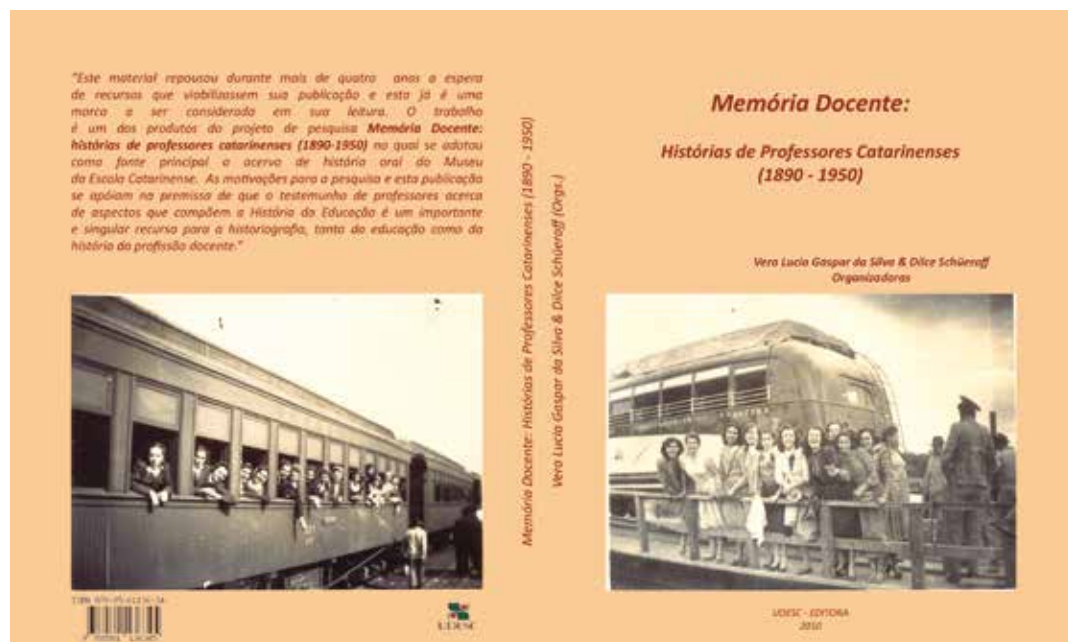
Célia Viana – Fita 1	27	M27
Célia Viana – Fita 2	28	M28
Célia Lemos	29	M29
Dona Cora Lisboa da Silva	30	M30
Dilma Livramento Barriola (Irrecuperável)	31	–
Delorme Werner	32	M32
Dilma do Espírito Santo	33	M33
Dimas Rosa – Fita 1 – Lados A e B	34	M34 A M34 B
Dimas Rosa – Fita 2	35	M35
Eugenia Oliveira Nunes Pires – Fita 1 (Inaudível)	36	–
Eugenia Oliveira Nunes Pires – Fita 2 (Inaudível)	37	–
Elza Mendes	38	M38
Ester Arruda Vieira	39	M39
Estelita Maciel Alves	40	M40
Fernandes Trilha – Lados A e B	41	M41A M41B
Gelson Luís da Silva – Fita 1 (Irrecuperável)	42	–
Gelson Luís da Silva – Fita 2 (Irrecuperável)	43	–
Hercides José da Silva	44	M44
Heber Poeta – Fita 1	45	M45
Heber Poeta – Fita 2	46	M46
Isabel da Silva Lins – Fita 1– Lados A e B	47	M47 A M47 B
Isabel da Silva Lins – Fita 2	48	M48
Inês Veiga Haas – Fita 1	49	M49
Inês Veiga Haas – Fita 2 – Lados A e B	50	M50A M50B
Iná Scheidt	51	M51
Irene Pereira da Silva – Fita 1	52	M52
Irene Pereira da Silva – Fita 2	53	M53
Irmão da Divina Providência	54	M54
Irmã Luise Hanke – Lados A e B	55	M55A M55B
Irmã Corália Weber	56	M56
Ivete Ouriques Quint	57	M57
Januário Serpa – Fita 1	58	M58
Januário Serpa – Fita 2	59	M59

Jamille Trindade Sadelli Pacito – Lados A e B	60	M60A M60B
João David Ferreira Lima	61	M61
João Luis Bus Trentin	62	M62
Laizy Martins de Albuquerque – Fita 2	63	M63
Laizy Martins de Albuquerque – Fita 1 (Ordem invertida na catalogação)	64	M64
Laurita Franzoni Pereira	65	M65
Lydio Callado	66	M66
Liberata Stinghen (Ir. Cleonice) – Fita 1	67	M67
Liberata Stinghen (Ir. Cleonice) – Fita 2	68	M68
Marcelino Bona (Microcassete – Sem equipamento para conversão)	69	–
Maria dos Prazeres de Oliveira (Dona Maria)	70	M70
Professora Cida Maria Aparecida Nunes	71	M71
Maria Bet (Ir. Carmosina) – (Problemas no Áudio)	72	–
Maria Carolina Gallotti Kehnig	73	M73
Maria Catharina Ferrari	74	M74
Maria da Costa Camargo Amarante	75	M75
Maria dos Passos Oliveira	76	M76
Maria Macedo da Silva	77	M77
Maria Medeiros Côrrea	78	M78
Maria Terezinha da Silva (Irrecuperável)	79	–
Irmã Maria Tambosi	80	M80
Maria Verônica Martins	81	M81
Marilde Rodrigues – Fita 1	82	M82
Marilde Rodrigues – Fita 2	83	M83
Marilde Rodrigues – Fita 3	84	M84
Maurília Francisco Silveira	85	M85
Nadir Lurdes Farias (Ir. Odete)	86	M86
Neli Antônia de Campos – Fita 1	87	M87
Neli Antônia de Campos – Fita 2	88	M88
Nereu do Valle Pereira	89	M89
Nícia Assis (Irrecuperável)	90	–
Nilza Botelho	91	M91
Norma Machado Pereira (Partes inaudíveis)	92	M92
Norma da Silva Tomé	93	M93
Olga Brasil da Luz	94	M94
Olira Oliveira dos Santos – Lados A e B	95	M95A M95B

D. Odete Grysard – Fita 2 (Irrecuperável)	96	–
D. Odete Grysard – Fita 1 (Irrecuperável)	97	–
Padre Ney	98	M98
Padre Tomé	99	M99
Professor Plínio Bonassa	100	M100
Polydoro Ernani de São Thiago – Fita 1 (Irrecuperável)	101	–
Polydoro Ernani de São Thiago – Fita 2 (Problemas no Áudio)	102	M102
Reynaldo Gramkow	103	M103
Rômulo Malaquias da Silva – Fita 1	104	M104
Rômulo Malaquias da Silva – Fita 2	105	M105
Rosilda Silva Jabor – Lados A e B	106	M106A M106B
Ruthe Andrade – Fita 2	107	M107
Ruthe Andrade – Fita 1 (Ordem invertida na catalogação)	108	M108
Selva Palma Ribeiro	109	M109
Sônia M. Simões de Bonna	110	M110
Vânia Cordeiro – Lados A e B	111	M111A M111B
Vilma de Souza Fernandes	112	M112
Waldir José de Matos – Fita 1	113	M113
Waldir José de Matos – Fita 2 – Lados A e B	114	M114A M114B
Yolanda Falconi Beretta – Fita 2 (Problemas no Áudio)	115	M115
Walter Lange Júnior – Fita 1 – Lados A e B	116	M116A M116B
Walter Lange Júnior – Fita 2 – Lado A	116	M116–2A
Yolanda Falconi Beretta – Fita 1	117	M117

3. PUBLICAÇÃO SOBRE O TEMA – DERIVADA DO ACERVO

No intuito de aprofundar essas discussões, disponibilizamos também o documento em PDF com o livro *Memória Docente: História de professores Catarinenses (1890-1950)*, publicado pela editora UDESC no ano de 2010, desenvolvido com base nestas entrevistas e organizado pelas pesquisadoras Vera Lucia Gaspar e Dilce Schüeroff, no site do MESC, disponível em < http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/livro_memoria_docente_historias_de_professores_catarinenses__1890_1950_.pdf>.



3.14. Coleção de Catálogos de Fabricantes e Fornecedores de Mobiliário Escolar

A dissertação de mestrado de Gustavo Rugoni de Sousa (2015) denominada *Da indústria à escola: relações da fábrica móveis Cimo com o mercado escolar (1912-1954)*, (figura 1) aborda a importância dos catálogos de fabricantes e fornecedores de mobiliário escolar para o estudo da cultura material escolar. Ela é a fonte completa deste texto, inclusive das referências.

No Museu da Escola Catarinense, não temos material abundante sobre catálogos de fabricantes e fornecedores de mobiliário escolar. Na realidade, temos apenas um catálogo completo, que foi adquirido em leilão, por Beatriz Goudard no ano de 2019.

O resumo da dissertação mencionada diz que o objetivo principal do estudo foi o de compreender relações existentes entre a Móveis CIMO e o mercado escolar, com o intuito de aprofundar a compreensão em torno de aspectos que envolvem o provimento material da escola primária. A escolha por estudar relações em torno da Móveis CIMO e o mercado escolar ocorreu à medida em que as investigações sobre os objetos da escola demonstraram que a fábrica idealizou e comercializou mobiliários escolares com o Estado, a fim de prover materialmente as escolas públicas. No trabalho, o autor defende que a indústria também criou e desenvolveu novas soluções e produtos para a escola, as quais formaram novas demandas e contribuíram para alterações na cultura escolar e que a Móveis CIMO esteve articulada com o movimento de difusão de saberes pedagógicos, uma vez que seus mobiliários estavam em consonância com os preceitos da escola moderna. O estudo se baseou muito na análise dos catálogos. Ao analisar a fábrica Móveis CIMO, verificou que a empresa adotou diferentes tecnologias na sua linha de produção ao longo do tempo. Por meio dos catálogos, notou que seus produtos foram sofrendo alterações não apenas para atender às exigências de *design*, ergonômicas e também produtivas, mas também para que a CIMO pudesse ofertar ao mercado escolar uma maior quantidade de produtos e, mui-

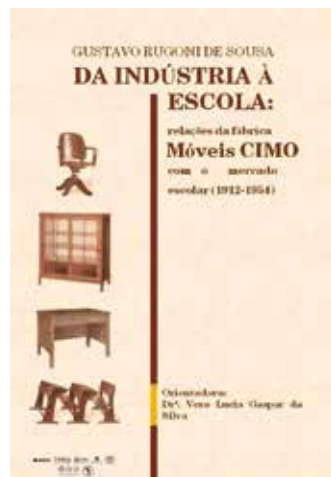


Figura 1. Capa da dissertação de Gustavo Rugoni de Sousa



Figura 2. “Cadeiras e carteiras escolares” nos catálogos apresentam indicação de que contava com uma linha de produção específica para atender ao mercado escolar.



Figura 3. Mesas com gavetas divulgadas nos catálogos da Móveis CIMO. Fonte: SOUSA, 2015

tas vezes, com valores menores, o que poderia influenciar diretamente a quantidade adquirida pelos Estados. O autor destaca a importância regional e nacional da fábrica Móveis CIMO na produção de inúmeros artefatos e mobiliários para museus, teatros, auditórios, cinemas, residências e também para grupos escolares catarinenses. As perguntas de sua pesquisa buscaram responder a questões como: quais foram as atividades econômicas entre a fábrica e os grupos escolares?; havia uma produção específica por parte da fábrica para atender às demandas das escolas? Se sim, quais eram os produtos?; esses eram regidos por normas pedagógicas ou apenas comerciais?; foram elaborados catálogos específicos para as escolas?; existe relação entre a escolarização em massa e o crescimento econômico da fábrica?; Quais contribuições a circulação de modelos ideais de escolas do início do século XX forneceram ao processo de idealização dos artefatos fabricados pela Móveis CIMO?. Para compreender tal universo, recomendamos a leitura da dissertação, disponível na página do MESC em <https://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/dissertacao_moveis_cimo_.pdf>, acessado em 22 jul 2021.

O autor compreende que a circulação de ideias pedagógicas difundiu saberes que modificaram a idealização dos artefatos escolares a partir de um padrão referencial, aceito internacionalmente e que a Móveis CIMO buscou adequar seus mobiliários a um modelo de escola ideal, o que contribuiu para a comercialização de seus produtos. Identificou em seu estudo, a “ausência” de um catálogo elaborado pela Móveis CIMO, especificamente para a escolar.

Com relação aos mobiliários produzidos pela CIMO, foi possível perceber que esses percorreram diversos estados e países, de tal modo que estiveram presentes em vários cinemas, auditórios, museus, teatros, residências e escolas.

Ao reconhecer a importância regional e setorial da fábrica Móveis CIMO, buscou identificar possíveis influências do mercado escolar nas atividades da empresa.

Constatou, como na figura 2, que a Móveis CIMO apresentava em seus catálogos a indicação de que contava com uma linha de produção específica para atender ao mercado escolar. A inscrição “cadeiras e carteiras escolares” dá indícios de que a fábrica buscou produzir mobiliário adequado para prover materialmente as escolas, não apenas no âmbito das carteiras, mas também oferecendo produtos que pudessem compor outros ambientes da escola.

Com o crescimento do número de fábricas especializadas no fornecimento de mobiliário para o mercado escolar e, por consequência, o aumento da concorrência, novas estratégias e produtos foram elaborados a fim de atender às demandas e, dessa forma, obter maiores lucros. Nesse sentido, Alcântara destaca que a “quantidade expressiva de catálogos de mobiliário escolar e solicitação de patentes dá uma dimensão da relevância que as indústrias e fábricas de mobiliário escolar tiveram para



Figura 4. Comparação de catálogos dos móveis CIMO com o de outras empresas- Geo. M. Hammer & Co., The Columbia School e a Maison Deyrolle. Fonte: SOUSA, 2015.



Figura 5. Exemplos de imagens e textos nos catálogos da Móveis CIMO. Fonte: Sousa, 2015.

o suprimento material da escola e, como corolário, para sua expansão” (ALCÂNTARA, 2014, p. 163).

O aumento de artefatos comercializados para atender as novas demandas da escola ganhou força, principalmente a partir da massificação escolar, da obrigatoriedade de ensino e da promoção política na compra de artefatos higiênicos e ergonômicos. Os objetos e mobílias, nesse contexto, passaram a ser tomados como elementos fundamentais e, segundo Lawn (2013, p.225), “não eram escolhidos aleatoriamente, mas intimamente ligados a um conjunto de instruções e rotinas, usados dentro de um período de tempo fixado, e abertos a rigorosa inspeção”

Ao analisar os catálogos da Móveis CIMO, identifica-se alguns mobiliários que a fábrica produzia para atender as demandas escolares descritas nos Regimentos, demonstrando que a mesma estava atenta ao mercado e, com isso, buscou elaborar produtos adequados às prescrições do período. Na figura 6, há duas mesas com gavetas, sendo que dois modelos possuíam as medidas mínimas exigidas no Regimento de 1908.

Ao analisar catálogos divulgados pela fábrica ao longo de sua trajetória, foi possível observar características da fábrica, como, por exemplo, as suas diferentes razões sociais e mudanças no *design* dos mobiliários fabricados. Os catálogos, além de serem estratégias de divulgação da empresa, consistiam-se em importantes ferramentas para que os consumidores pudessem conhecer os produtos fabricados. Neles constam imagens, preços e características técnicas, por exemplo.

Ainda na dissertação, diz Gustavo Rugoni de Sousa (2015) que existe uma circulação de ideias por meio dos catálogos. A ausência de catálogos específicos para o mobiliário escolar, não é suficiente para atestar que a empresa tivesse um interesse menor no setor educacional, pois os dados levantados demonstram que a fábrica idealizou, produziu e comercializou diversos mobiliários para a escola.

A partir das imagens dos catálogos (sem datas, pois estas não constam) percebe-se que o mobiliário produzido pela CIMO ao longo de sua trajetória apresentava uma tecnologia avançada e estava em consonância com preceitos ergonômicos do período, os quais buscavam por móveis confortáveis e adequados para o ensino. Além disso, o cuidado com a estética era um dos requisitos necessários, pois esses móveis visavam atender um nicho de mercado que vinha solicitando e valorizando mobiliários cada vez mais sofisticados (FERBER, KINCESCKI, SOUSA, 2013).

Ao comparar os catálogos de outras empresas com o da Móveis CIMO, identificou que a empresa brasileira apresenta mensagens curtas, que visam relacionar seus produtos aos preceitos higiênicos, no entanto, poucas informações técnicas são expostas (figuras 4 e 5), ao contrário das empresas européias e norte-americanas.

Conforme já anunciado, os produtos escolares da Móveis CIMO não es-



Figura 6. Capa do catálogo da Indústrias Reunidas de Madeiras _ Jorge Zipperer & Cia LTDA, Rio Negrinho Santa Catarina, que se transformou em marca CIMO, posteriormente. Acervo MESC.



Figura 7. Capa do catálogo da Indústrias Reunidas de Madeiras _ Jorge Zipperer & Cia LTDA, Rio Negrinho Santa Catarina, que se transformou em marca CIMO, posteriormente. Consta em uma observação a lápis na primeira página, que é um catálogo dos Móveis CIMO – de 1926 a 1932 e possui 67 páginas. No catálogo não há informação de datas. Acervo MESC.



Figura 8. Exemplos de imagens e textos nos catálogos da Móveis CIMO.

Fonte: Capa do catálogo da Indústrias Reunidas de Madeiras _ Jorge Zipperer & Cia LTDA. Acervo MESC.

tão contidos em um catálogo especializado, com a função clara de atender apenas o mercado escolar. No entanto, os mobiliários apresentados, como por exemplo, cadeiras, escrivaninhas, porta-chapéus, mesas, poltronas, carteiras e cestos de lixo também atendem as demandas de instituições escolares. No interior desse catálogo, existem pequenas frases e títulos, ao lado das imagens dos produtos, que buscam indicar qual a função dos móveis aos consumidores. Indicações como “móbia para escritório”, “poltronas com armações para estofar”, “mesas para máquinas de escrever”, “carteiras com assentos e encostos de madeira compensada – modelos extra-higiênicos adaptando-se ao corpo dos alunos”, “mesas para escritório” e “poltronas para salas de conferência com braços para escrever” têm como função chamar a atenção dos consumidores para os produtos.

Desse modo, compreende-se que, mesmo que o catálogo não aparente possuir uma função explícita para atender apenas ao mercado escolar, esse foi organizado de forma que os produtos que a escola demandava estivessem presentes todos em um mesmo material. Talvez, o intuito da CIMO fosse utilizar esse mesmo catálogo em diferentes mercados, uma vez que contém móveis que poderiam atender tanto as escolas, como escritórios e repartições públicas. Compreende-se que os artefatos fabricados pela Móveis CIMO que estiveram presentes em diversos espaços no Brasil, receberam contribuições de uma circulação de ideias pedagógicas que direcionavam para a formação de um modelo de escola. A partir da comparação com catálogos de móveis escolares elaborados por empresas estrangeiras, evidencia-se que o mobiliário é um importante indício de um projeto brasileiro que buscava fazer da escola um espaço moderno e provido materialmente conforme os modelos referenciais de outros países.

Em considerações finais, o autor ressalta que a fábrica Móveis CIMO não só participou de diversas Exposições, mas também recebeu premiações pelos mobiliários apresentados, as quais estão sendo compreendidos aqui como “certificados internacionais de qualidade”, utilizados pelas indústrias para atrair novos consumidores.

Desse modo, o estudo acerca dos catálogos das empresas possibilitou identificar que o mobiliário comercializado no período convergia a um padrão de *design* internacional. Essa ideia se sustenta em um conjunto de dados empíricos que vêm demonstrando que as empresas idealizaram e fabricaram produtos que, embora apresentassem diferenças, estavam em consonância com preceitos pedagógicos e ergonômicos do período e compartilhavam de técnicas, matérias primas e inovações. Nesse sentido, compreende-se que para atender ao modelo escolar difundido e aceito internacionalmente, as instituições passaram a buscar móveis confortáveis e considerados adequados para o ensino, o que motivou as empresas a idealizar seus produtos conforme as demandas das escolas.

O catálogo que temos no MESC (figura 6) é da Indústrias Reunidas de



Figura 9. Exemplos de imagens e textos nos catálogos da Móveis CIMO.

Fonte: Capa do catálogo da Indústrias Reunidas de Madeiras
_ Jorge Zipperer & Cia LTDA. Acervo MESC.



Figura 10. Manual ilustrativo de uso de maquina de datilografia. Marca Olivetti. Acervo MESC.



Figura 11. Agenda Móveis Cimo, ano de 1973.

Madeiras Jorge Zipperer & Cia Ltda, Rio Negrinho Santa Catarina, que se transformou em marca CIMO, posteriormente. Como dito, foi adquirido em leilão, por Beatriz Goudard, no ano de 2019. Consta em uma observação a lápis na primeira página, que é um catálogo dos Moveis CIMO — de 1926 a 1932 e possui 67 páginas. Pode ser consultado na página do MESC, no seguinte endereço: “http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2289/catalogo_moveis_zipperer___cia._rio_negrinho__sc.pdf”. Acesso em 29.jul.2021

Também possuímos algum material disperso, adquirido em leilões, como por exemplo, a folha que mostra as letras e dedos sinalizados na posição correta para uso junto à máquina de datilografia Olivetti (figura 10), constituindo um pequeno manual. Para constar, também da fábrica de Móveis CIMO temos uma agenda do ano de 1973 (figura 19).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1952)**. 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)**. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERBER, Luiza Pinheiro; Kinchescki, Ana Paula de Souza; SOUSA, Gustavo Rugoni de. Móveis Cimo S.A: Notas Iniciais acerca do mobiliário em escolas primárias catarinenses. **Revista @mbiente Educação**, Rio Grande, v. 6, jan/jun. 2013, p.44-53. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_6_1/educacao_44-53.pdf . Acesso em: 2 jun. 2015.

LAWN, Martin. **Uma pedagogia para o público: o lugar de objetos, observação, produção mecânica e armários-museus**. Tradução: David Antonio da Costa; Gustavo Rugoni de Sousa. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan.jun. 2013, p. 222 – 243. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013222>. Acesso em: 07 set. 2014. doi: 10.5965/1984723814262013222.

3.19. Coleção de Placas Esmaltadas e Outras

Nas paredes da sala Urânia, no piso superior do Café do Museu, encontra-se a coleção de painéis do projeto *Resgate da história e da cultura material da escola catarinense* (figura 1), mas também placas esmaltadas com nomes de salas de aula, da antiga Faculdade de Educação (FAED) (figura 2).

As placas esmaltadas que estão em exibição, a maioria em estado de deterioração pelo tempo, foram encontradas em meio ao entulho e lixo que foi retirado do subsolo do Museu no ano de 2013, na preparação para a exposição de *design* e arquitetura *Mostra Casa Nova 2013*, realizada nas suas dependências.

Em limpeza realizada em uma câmara do porão, foram encontradas 13 placas esmaltadas. Até então não tínhamos notícia da sua existência, e as únicas placas do gênero conhecidas eram a *Faculdade de Educação* que estava afixada na entrada principal e a *Biblioteca Prof. Vitor Lima* que estava guardada junto ao acervo. Comparando as placas já conhecidas com as encontradas no porão é possível dizer que são da mesma época, visto que seguem o mesmo padrão e foram confeccionadas pela mesma empresa.

As placas foram recolhidas e dispostas em painel, evidenciando que eram do local. Todavia, não podemos precisar de qual período de uso do prédio. Alguns nomes de salas, são típicos de estabelecimento de ensino: *Sala de aula*, *Secretaria*, *Sala dos professores*, *gabinete do diretor*, *W.C. feminino*. Imaginamos que a placa de *Biblioteca prof. Vitor Lima* (figura 3) seja oriunda da Academia do Comércio, de quem o MESC recebeu objetos diversos e outras como a placa dedicada ao professor Dr. Jorge José de Souza (figura 4), datada do ano de 1990, que foi seu diretor por muitos anos.

Outra placa (figura 5), de 1977, menciona o restauro do prédio da Academia do Comércio no governo de Antônio Carlos Konder Reis e sob o comando do secretário de educação e cultura Salomão Antônio Ribas Júnior.

Duas placas estão afixadas na fachada do MESC. Uma delas, do ano de 1927 (figura 6), é uma homenagem do Magistério Público Estadual ao Sr. Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado, por ter instaurado a Conferência Estadual de Ensino Primário, em 31 de julho de 1927.



Figura 1. Coleção painéis do projeto *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense*, sala do Café do Museu com exposição de móveis e cartazes de pesquisa sobre escolas do estado de Santa Catarina. Abaixo, placas esmaltadas diversas.

A segunda placa (figura 7) na fachada apresenta os seguintes dizeres: “Ao Estado de Santa Catarina, o Instituto Histórico e geográfico da Bahia perpetua neste bronze, a lembrança do IX Congresso Brasileiro de Geografia aqui realizado de 7 a 16 de setembro de 1940” (figura 8).

Voltando à Sala Urânia, no piso superior do café, encontramos na parede, uma placa em mármore denominando a sala de “sala treze de março” (figura 9).

Além de treze de março, outros nomes parecem nas placas que foram encontradas durante a reforma do prédio: *Sala Carlos Gomes*, *Sala Pedro II*, *Sala Machado de Assis*, *Sala Campos Sales*, *sala Oswaldo Cruz*, *Sala Almirante Tamandaré*, *Sala Olavo Bilac*.

São nomes de personagens da história do país com atuação em diversas áreas do conhecimento.

Carlos Gomes (1836-1896): Antônio Carlos Gomes foi o mais importante compositor de ópera e o primeiro brasileiro a ter suas obras apresentadas no renomado Teatro alla Scala, em Milão, na Itália.

Pedro II (1825-1891): alcunhado de o Magnânimo, foi o segundo e último monarca do Império do Brasil, tendo reinado no país durante 58 anos.

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908): escritor considerado por muitos críticos e estudiosos um dos maiores, senão o maior, nome da literatura do Brasil.

Campos Sales (1841-1913): Manuel Ferraz de Campos Sales foi um advogado e político, terceiro Presidente do estado de São Paulo, de 1896 a 1897 e o quarto Presidente da República, entre 1898 e 1902

Oswaldo Cruz (1872-1917): médico bacteriologista, epidemiologista e sanitarista. Pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil, fundou em 1900 o Instituto Soroterápico Federal no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro, transformado em Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz, respeitada internacionalmente.

Almirante Tamandaré (1807-1897): o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, é o Patrono da Marinha do Brasil. Toda sua vida foi dedicada à Marinha, em períodos críticos da história do país. Desde muito jovem, participou ativamente da formação do Brasil, destacando-se por seus feitos notáveis. Combateu em todas as lutas do império, entre elas as guerras de Independência, a da Confederação do Equador, a guerra contra Oribee e Rosas e a Guerra do Paraguai.

Olavo Bilac (1865-1918): Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac foi um jornalista, contista, cronista e poeta considerado o principal representante do parnasianismo no país. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 15 da instituição, cujo patrono é Gonçalves Dias.



Figura 2. Placas esmaltadas.



Figura 3. Placa da biblioteca Prof. Vitor Lima, provável doação oriunda da Academia do Comércio.



Figura 4. Homenagem ao professor Jorge José de Souza.



Figura 5. Placa de 1977- restauro do prédio da Academia do Comércio.



Figura 6. Placa do ano de 1927, homenagem à Adolpho Konder.

Da análise dos nomes, percebemos que são personagens que nasceram no século XIX e faleceram antes dos anos 20 do século XX. Nomes expressivos de nossa cultura e política, da música, da poesia, da literatura, da medicina, da Marinha, da República e do Império, na figura do letrado Dom Pedro II. Não resta dúvida de que tais nomes foram homenageados visando atender a uma linha do positivismo. O positivismo é uma teoria de desenvolvimento social que afeta o campo das ciências, pois aposta nelas como fator de desenvolvimento social, e o campo da política, pois desenvolve uma teoria que promove uma espécie de doutrina para a promoção do progresso civil.

Essa teoria foi elaborada pelo filósofo Auguste Comte (1798-1857), que, influenciado pelo iluminismo francês, elaborou uma teoria política, social e científica que apostou em uma marcha progressiva constante da sociedade. Segundo o seu pensamento, a humanidade teria passado por dois estágios de desenvolvimento e, no século XIX, teria entrado no terceiro e mais aprimorado estágio, o positivo.

No Brasil, podemos ver reflexos dessa teoria política com o fim da monarquia e a instauração da Primeira República, comandada pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca, militar fortemente inspirado pelo positivismo.

São características do positivismo, segundo Porfirio (S/d), em texto reproduzido na íntegra:

- 1. Doutrina filosófica: a inspiração política do positivismo estava no Iluminismo. Os primeiros filósofos iluministas defendiam que o conhecimento deveria ser universalmente estimulado, mediante uma educação emancipadora para levar a autonomia social a um nível em que a humanidade progrediria moralmente pelos frutos do progresso intelectual. Esse progresso somente seria pleno, no momento em que todos se juntassem em prol da busca pelo conhecimento esclarecedor sobre o mundo.*
- 2. Doutrina sociológica: a ordem social estaria intimamente ligada ao desenvolvimento moral e ao desenvolvimento científico. Portanto, seria necessário, além de entender a natureza, entender o funcionamento da sociedade, levando em conta a atuação dos seres humanos e criando teorias doutrinárias que ditassem um modo de agir que levasse ao progresso. O rigor e a ordem eram imperativos nessas teorias, pois eram eles que garantiriam o pleno desenvolvimento humano.*
- 3. Doutrina política: a disciplina, o rigor e a ordem social eram requisitos políticos para a garantia do avanço social na visão de Comte. Somente com ações voltadas para o desenvolvimento de uma disciplina pessoal e coletiva, cultivada juntamente com o aprendizado das ciências e com o trabalho sociológico, a política poderia render um estágio de progresso capaz de levar a humanidade ao seu ápice.*
- 4. Desenvolvimento das ciências e das técnicas: a tecnologia e a ciência eram partes importantíssimas da teoria de Auguste Comte. Segundo o filósofo, nenhum progresso seria possível no estágio positivo sem o alto grau de aperfeiçoamento científico aliado ao alto desenvolvimento tecnológico, o que impulsionaria a humanidade sempre adiante.*
- 5. Religião positiva: a religião sempre foi característica comum da humanidade. Os seres*



Figura 7. Placa do IX Congresso Brasileiro de Geografia
 Figura 8. Fotografia da fachada do prédio, com anúncio do IX Congresso Brasileiro de Geografia aqui realizado de 7 a 16 de setembro de 1940.



Figura 9. Placa na sala Urânia com os dizeres “sala treze de março”.

humanos sempre buscaram o culto a algum tipo de divindade para explicar o inexplicável. Como a busca por explicações mais elaboradas é marca comum do estágio positivo, a religião tradicional daria lugar, segundo o pensamento positivista, a um novo tipo de religião, o cientificismo. O cientificismo seria o ato de depositar nas ciências toda a fé em relação ao conhecimento e ao desbravamento do mundo, entendendo que não há sobrenatural, mas somente natureza. As ciências ocupariam, para os positivistas, o lugar que Deus ocupou nas religiões desenvolvidas até então.

Segundo Alexsandro M. Medeiros (2020), tendo sido o positivismo de Augusto Comte uma das filosofias que influenciaram o pensamento brasileiro desde o século XIX, é natural que tenha influenciado também na formação da mentalidade pedagógica do país.

No campo pedagógico, como aponta Torres (2018, p. 222):

A ação do apostolado positivista do Brasil consistiu em defender os princípios educacionais de A. Comte, contra a pedantocracia” (ruptura com os chamados sábios oficiais). Além disso, defendiam a liberdade de ensino (eram contrários ao ensino obrigatório), instrução pública e gratuita, universalidade (que inclui a mulher e o proletariado), laicidade e o patriotismo (ou nacionalismo).

Por fim, em síntese, “O positivismo esteve presente de forma marcante no ideário das escolas e na luta a favor do ensino leigo das ciências e contra a escola tradicional humanista religiosa” (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 3).

Segundo Oliveira (2010), o *Positivismo* como teoria filosófica inaugurada e sistematizada por Augusto Comte é um dos elementos mais marcantes da história do pensamento educacional brasileiro, embora sua entrada no Brasil tenha se dado não somente pela educação, mas também pela política e pela filosofia, contudo, em terras brasileiras não chegou exatamente como elaborado por seu idealizador, mas, no contexto do estado republicano, sofreu modificações e adaptações para servir a interesses específicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ISKANDAR, Jamil Ibrahim; LEAL, Maria Rute. Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3, n.7, p. 1-6, set./dez. 2002. Acesso em: 27 abr. 2020.

MAKOWIECKY, SANDRA; GOUDARD, B. (Org.) **Museu da Escola Catarinense: por um legado de transmissão e herança**. 1. ed. Florianópolis: Editora da UDESC, 2018. v. 1. 226p.

MEDEIROS, Alexsandro M. **Positivismo e Educação no Brasil**. 2020. Disponível em <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/positivismo-e-educacao-no-brasil/>>. Acesso em 12 out.2021

PORFÍRIO, Francisco. **Positivismo**. Auguste Comte, o idealizador do positivismo, atesta que o progresso social é obtido por meio da ordem e do avanço das ciências. S/d. Disponível em <<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/positivismo.htm>>Acesso em 12 out.2021

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves de. A matriz positivista na Educação Brasileira, uma análise das portas de entrada no período Republicano. **Revista Diálogos acadêmicos**. Revista eletrônica da Faculdade Semar/Unicastelo. Publicação quadrimestral. Volume 1, numero 1. edição de outubro/janeiro 2010. Disponível em <<https://docplayer.com.br/9378600-A-matriz-positivista-na-educacao-brasileira-uma-analise-das-portas-de-entrada-no-periodo-republicano-resumo-resumen.html>> Acesso em 12 out.2021

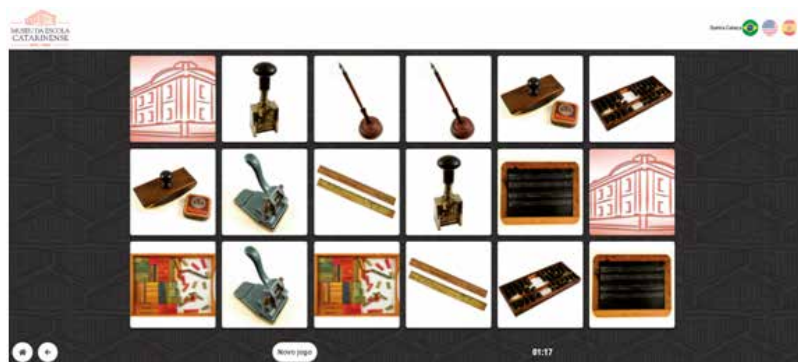
TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Coleção João Camilo de Oliveira Torres, n. 5 e-book).

3.16. Coleção de Jogos Pedagógicos

Uma das alternativas para estimular o interesse dos alunos pelo aprendizado é diversificar os recursos didáticos por meio do uso do lúdico, com destaque para os jogos pedagógicos, tornando as aulas mais atrativas e divertidas. Os jogos pedagógicos são associados ao desenvolvimento físico, mental, afetivo, cognitivo e de interação social entre alunos e colegas.

Jogos e brincadeiras são utilizados há muito tempo e tem grande contribuição nas práticas pedagógicas, principalmente para alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, proporcionando a estes uma aprendizagem de como o mundo funciona. Não queremos entrar aqui no mérito da discussão dos conceitos em torno dos termos jogos e brincadeiras, onde temos alguns autores que os diferenciam. No entendimento destes o jogo difere das brincadeiras por colocar regras, as quais devem ser seguidas, além de ter objetivos específicos a serem alcançados. O que pretendemos neste item é tão somente mostrar alguns exemplos desse tipo de recurso disponíveis em nosso acervo. No entanto é importante destacar o quanto isso influencia alguns professores e confirmamos tal afirmação com a citação de Fialho (2008):

É muito importante que haja uma relação com a aprendizagem, de forma que seja marcado por um envolvimento, tanto do professor, quanto do aluno. E neste envolvimento, ambos estão sendo, à sua maneira, inseridos no processo ensino/aprendizagem, e experimentando o prazer das apropriações e da construção do conhecimento. Infelizmente, estudo e brincadeira ainda ocupam momentos distintos na vida de nossos alunos. O recreio foi feito para brincar e a sala de aula para estudar. Dessa forma, o lúdico perde seus referenciais e seu real significado, acompanhando, as exigências de um currículo a ser cumprido. Muitas vezes o professor não entende seu aluno, simplesmente porque não o conhece. A necessidade de repassar todos os conteúdos é tamanha que nos esquecemos que assim como nós, eles também têm seus problemas e emoções. É válido ressaltar que nossos alunos necessitam de muito mais do que simplesmente ouvir, escrever e resolver exercícios que atendam ao currículo proposto no início do ano. Podemos ir além e proporcionar a eles momentos de harmonia, diversão e brincadeiras, em busca da aprendizagem e da convivência saudável com suas próprias emoções. Desta forma estaremos colaborando na construção da sua individualidade, da sua marca pessoal. Não devemos nos esquecer, também, que ao proporcionarmos estes momentos de entusiasmo e diferentes do rotineiro, não estamos deixando de lado o compromisso de repassar os conteúdos previstos para a série. (FIALHO, 2008, p. 12300)



Jogos digitais disponíveis nos *totens* interativos do MESC.

Para Brito *et al* (2015) os jogos pedagógicos ou educativos são importantes ferramentas lúdicas, pois possuem boa aceitação e estimulam o dinamismo, motivação, competitividade e estratégia, sendo, portanto, capazes de unir o cotidiano escolar a diferentes aspectos comportamentais. Além disso, os jogos também representam um grande estimulador do raciocínio, auxiliador do processo de ensino-aprendizagem.

1. JOGOS PEDAGÓGICOS NA ESCOLA

Brito *et al* (2015) seguem afirmando que apesar do uso de jogos pedagógicos nas escolas estar previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, eles não são unanimidade entre os professores que, muitas vezes, os veem como diversão e não como uma atividade associada ao processo de ensino-aprendizagem. Destacam ainda que quando combinadas com metodologias tradicionais, as técnicas de ensino/aprendizagem lúdicas podem gerar resultados mais satisfatórios de aprendizagem, pois o uso dos jogos pedagógicos é eficiente como atividade complementar às aulas expositivas, possibilitando a dinamização das aulas e permitindo uma maior compreensão e fixação dos conteúdos, servindo de auxílio na formação de uma metodologia mais completa e eficiente.

Fernandes (2010) enfatiza que na educação, as atividades lúdicas devem estar ordenadas de forma a desenvolver todas as habilidades e competências da criança. O lúdico não pode ser reduzido a um simples momento de entretenimento e diversão, mas sim de um momento de aprendizagem que ajuda bem mais no desenvolvimento global da criança. Muitos jogos podem ser desenvolvidos nas escolas e são classificados de acordo com as suas características de expressão que proporcionam. Para a autora tanto os jogos quanto as brincadeiras inseridas no contexto escolar, auxiliam na formação integral do educando, que se desenvolve de acordo com os estímulos vindos da realidade vivenciada. Afirma ainda que brincar é indispensável para qualquer criança e, se utilizados corretamente, são excelentes instrumentos de aprendizagem. Porém, a introdução destes, no ambiente escolar, implica em uma revisão de conceitos e atitudes por parte dos educadores.

Neste mesmo contexto Fialho (2008) afirma que os jogos podem colaborar no processo de ensino e aprendizagem, de forma diferenciada, dinâmica e atrativa. Por meio de atividades lúdicas o professor pode colaborar com a elaboração de conceitos; reforçar conteúdos; promover a sociabilidade entre os alunos; trabalhar a criatividade, o espírito de competição e a cooperação. A autora afirma ainda que o jogo exerce uma fascinação sobre as pessoas, que lutam pela vitória procurando entender os mecanismos dos mesmos, o que se constitui de uma técnica onde os alunos aprendem brincando; mas destaca que os jogos devem ser vistos como apoio, auxiliando no processo educativo. No seu artigo a autora apresenta a citação de Silveira (1998 apud FIALHO, 2008, p. 12300), onde diz que os jogos podem ser empregados em uma

variedade de propósitos dentro do contexto de aprendizado. Um dos usos básicos e muito importantes é a possibilidade de construir-se a autoconfiança e outro é o incremento da motivação e até mesmo o mais simplório dos jogos pode ser empregado para proporcionar informações factuais e praticar habilidades, conferindo destreza e competência. A autora ainda deixa explícito que em sua visão o fator competição, durante os jogos, será evidente, porém não há motivos para preocupação, pois o professor precisa estar preparado para evidenciar que esse tipo de competição ocorre apenas no jogo e não, na vida.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DOS JOGOS PEDAGÓGICOS

Não abordaremos aqui todo o histórico da utilização dos jogos pedagógicos e sua evolução ao longo dos anos. Apenas apresentamos alguns fatos de interesse para mostrar a importância dessa ferramenta como recurso didático.

Conforme pode ser observado no estudo de Cipriano (2017) o uso dos jogos no processo de ensino-aprendizagem remontam à Grécia e à Roma antigas. Os jogos educativos passaram a ser ferramentas auxiliares no processo de ensino a partir do século XVIII, nesta época era restrita à educação de príncipes e nobres. Nos anos seguintes à Revolução Francesa (1789), a variedade aumentou, e o jogo didático se tornou instrumento para a apropriação de conhecimento em qualquer disciplina. Para a autora os jogos educativos com finalidades pedagógicas são importantes, pois promovem situações de ensino-aprendizagem e aumentam a construção do conhecimento, introduzindo atividades lúdicas e prazerosas, desenvolvendo a capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora. Devem ser utilizados como instrumentos de apoio, constituindo elementos úteis no reforço de conteúdos já apreendidos anteriormente e uma ferramenta de ensino instrutiva, devendo ser planejadas com metas e objetivos bem definidos. A autora enfatiza que ao levar o espírito lúdico para as salas de aula, por meio de brincadeiras e jogos, também se estão desenvolvendo conteúdos importantes, porém, de uma forma mais prazerosa e diferenciada, destacando assim a importância dos jogos educativos.

Aqui vale um registro nesse contexto histórico do uso dos jogos pedagógicos onde destacamos Montessori (1870-1952) que contribuiu significativamente para o ensino da matemática, tendo rompido com o modelo de educação tradicional de sua época, propondo uma educação sensorial através da utilização de jogos e materiais didáticos. A partir dessa época, observa-se uma crescente valorização do uso dos jogos como recursos didáticos.

Para Moratori (2003) é desconhecida a origem dos jogos, porém sabe-se que os mesmos foram conservados de geração em geração pela transmissão oral, sendo que no Brasil, os jogos têm origem na mistura de três raças: a índia, a branca e a negra. O autor cita um estudo de Friedmann (1996, apud MORATORI, 2003, p. 4) onde podem

ser visualizadas as sete grandes correntes teóricas sobre o jogo ao longo do tempo e sua evolução histórica. Além disso apresenta as características fundamentais que devem estar presentes nos jogos e uma classificação dos jogos baseada nas fases do desenvolvimento infantil até chegar a abordagem dos jogos educativos, finalizando com a abordagem dos jogos educativos computadorizados, perpassando assim por vários contextos dentro desse conteúdo e mostrando inclusive vantagens e desvantagens do uso dos jogos no contexto de ensino-aprendizagem.

3. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NOS JOGOS PEDAGÓGICOS

Importante observar que no âmbito dos jogos pedagógicos muitos pesquisadores tem dedicado estudos recentes ao uso deste instrumento didático através dos recursos tecnológicos inovadores que estão adentrando no ambiente escolar, seja pelo uso do computador, dos tablets, ou mesmo dos celulares. Fialho (2008) afirma que diante de tanta tecnologia, acessível à maioria da população, muitas vezes um quadro de giz e “saliva”, não conseguem atrair a atenção dos alunos, sendo necessário que o professor diversifique suas metodologias de ensino, sempre em busca de resgatar o interesse e o gosto dos alunos pelo aprender. Neste sentido é importante que o professor busque sempre novas ferramentas de ensino procurando diversificar suas aulas e assim torná-las mais interessantes e atraentes para seus alunos e o trabalho com jogos vem atender essa necessidade como opção diferenciada, que pode ser utilizada como reforço de conteúdos previamente desenvolvidos.

Araújo *et al* (2012) corroboram com este cenário quando apresentam que o ensino por meio de tecnologias interativas pode provocar uma mudança revolucionária nos processos de ensino-aprendizagem, visto que o material produzido com essas tecnologias contém recursos (cores, sons, movimento e outros aspectos atrativos) que têm o dinamismo e a interação como palavras-chave. Nesse novo contexto, todos ganham novos papéis: os professores saem das salas de aula e invadem os laboratórios de informática para trabalhar com novas ferramentas e os alunos, experientes no trato com as tecnologias, compartilham conhecimentos entre si e com o próprio professor. Em função desse novo contexto, estão sendo desenvolvidas ferramentas e material didático específicos para a utilização nas escolas como material complementar. No caso dos jogos educacionais digitais ou softwares educacionais, a interação permitida entre conteúdo e aluno e a possibilidade de aprender usando recursos digitais podem favorecer a apreensão de conteúdo e o interesse pela tarefa. Esse conteúdo, então, é facilmente compreendido e compartilhado entre os alunos de forma interativa, o que exige, desses estudantes, uma atitude responsiva ativa, sendo que desta forma os jogos educacionais podem gerar um grande estímulo à aprendizagem em todas as disciplinas.

Na antiguidade as crianças não tinham tantos brinquedos e jogos tecnológicos como existe hoje em dia, tampouco as escolas dispunham destes recursos. Mui-

tas crianças construíam seus próprios brinquedos e parte deles podem ser encontrados descritos na coleção de brinquedos da minha infância (outra coleção do MESC).

4. JOGOS PEDAGÓGICOS DO MESC

Um dos jogos pedagógicos que temos no MESC é conhecido como quebra-cabeça, e tem como objetivo didático identificar peças e criar estratégias para montá-las e fazer escolhas. Pode ser jogado de forma individual ou em grupo, onde os participantes vão unindo as peças para formar uma figura. Aqui também inscrevemos um jogo de quebra-cabeça chamado coluna de frações utilizado para o ensino de frações na área da matemática.

Outro jogo que temos é o jogo da memória realizado com o objetivo de desenvolver o raciocínio e a memorização. Importante observar que estes jogos constituem parte de nosso acervo, da forma material como se apresentam, mas também foram desenvolvidos em meio virtual para serem utilizados nos totens interativos do Museu, aliando as antigas práticas aos recursos tecnológicos hoje disponíveis.

Além disso, temos o dominó tabuada que auxilia no aprendizado da tabuada, tendo como objetivos básicos desenvolver o raciocínio lógico-matemático, resolver multiplicações mentalmente e contribuir para a agilidade no cálculo mental.

Outro importante instrumento lúdico utilizado para o ensino da matemática utilizado nas escolas e disponível no Museu é a Escala Cuisenaire. Este material tem mais de 50 anos de utilização em todo o mundo. Foi criado pelo professor belga Émile Georges Cuisenaire Hottelot (1891-1980) que, durante 23 anos, o estudou e o experimentou na aldeia belga de Thuin. O material tem como objetivo ajudar a criança a construir conceitos básicos de matemática. Pode-se trabalhar sucessão numérica, comparação e inclusão, as quatro operações, o dobro e a metade de uma quantidade, frações. O material *Cuisenaire* é constituído por uma série de barras de madeira, sem divisão em unidades e com tamanhos variando de uma até dez unidades. Cada tamanho corresponde a uma cor específica. Só 23 anos depois da sua criação é que este se difundiu com enorme êxito, pelo professor espanhol Caleb Gattegno, em 1952, tentando dar resposta à necessidade de ensinar matemática de uma forma lúdica. A utilização do Material *Cuisenaire* estende-se a vários conteúdos entre os quais se destacam:





Material Escala Cuisenaire



Baralho de cartas Old Maid, circus edition, de 1959

cobrir superfícies desenhadas em papel quadriculado; medir áreas e volumes; trabalhar simetrias; estudar frações e decimais; efetuar a decomposição de números; efetuar a ordenação de números; resolver problemas. Feito originalmente de madeira, o Material Cuisenaire é constituído por modelos de prismas quadrangulares. É um material estruturado, composto de 241 barras coloridas que são prismas quadrangulares com 1 cm de aresta na base, com 10 cores e 10 comprimentos diferentes e proporcionais.

Para o ensino de língua estrangeira, o destaque do Museu é um baralho da coleção *Old Maid*, de 1959, abordando a temática de circo, onde através do uso de diferentes cartas podia ser aprendido diferentes palavras em inglês e suas respectivas figuras identificadas. O jogo também conhecido como *Jogo do Mico* é um jogo de cartas que lhe permite manter estratégia de cartão e psicologia simples, tornando-se um jogo ideal para crianças pequenas. O objetivo do Mico é se livrar de todas as cartas na mão sem ser deixado com o cartão único e sem par no jogo, a rainha solitária, ou “solteirona”, em inglês *old maid*, que neste caso corresponde ao “mico”.

Em muitos museus as coleções de jogos e brinquedos encontram-se agrupadas. Na história das coleções destes museus, os jogos e, em particular, os chamados jogos “educativos” têm sido recolhidos de forma mais sistemática do que os brinquedos. Entre estes últimos, no entanto, há importantes séries de brinquedos da primeira infância, brinquedos de transporte, brinquedos militares, brinquedos científicos, além de bonecas com os seus acessórios e os seus universos (mobiliário, louça, etc.). Os jogos se misturam em proporções variáveis entre preocupações recreativas e instrutivas. As séries presentes nas coleções mostram um investimento crescente, desde o século XVIII, do jogo pela pedagogia, ao mesmo tempo que ocorre uma notável diversificação dos

produtos. Assim, para além dos jogos de ilusão ótica, como os praxinoscópios, os bonecos de sombra, as imagens transformadoras, o cinematógrafo infantil, as coleções incluem séries consideráveis de jogos, jogos de estratégia, jogos de perguntas e respostas, jogos de loto-paciência e *puzzles*, entre outros. O Museu conta ainda com catá-

logos de brinquedos e uma série de documentos relacionados à sua fabricação. Os catálogos das feiras de grandes armazéns e os catálogos dos fabricantes proporcionam ao investigador uma fonte interessante sobre o mercado dos brinquedos, da moda e, de forma mais ampla, da função social dos brinquedos e jogos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Nukácia Meyre Silva; RIBEIRO, Fernanda Rodrigues; SANTOS, Suellen Fernandes dos. Jogos pedagógicos e responsividade: ludicidade, compreensão leitora e aprendizagem. **Bakhtiniana**, São Paulo, 7 (1): 4-23, Jan./Jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/XXNhbNVT6b8YY-6T5w8TN6mJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 out. 2021.

BRITO, Francielle de Menezes *et al.* Dinamizando e Motivando o Aprendizado Escolar por meio dos Jogos Pedagógicos. **Holos**, [S.l.], v. 2, p. 264-272, abr. 2015. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1623>>. Acesso em: 03 out. 2021.

CIPRIANO, Cláudia Correia. **Jogos no Ensino Fundamental: um recurso pedagógico**. 2017. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19050/1/2017_ClaudiaCorreiaCipriano.pdf. Acesso em 30 ago. 2021.

FERNANDES, Naraline Alvarenga. **Uso de jogos educacionais no processo de ensino e de aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em mídias na educação). Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141470/000990988.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 set. 2021.

FIALHO, Neusa Nogueira. **Os Jogos Pedagógicos como Ferramentas de Ensino**. VIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) e III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas (CIAVE). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/293_114.pdf. Acesso em 05 out. 2021.

MORATORI, Patrick Barbosa. **Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem?** TCC Introdução a Informática na Educação, Mestrado de Informática aplicada à Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003. 33f. Disponível em: www.nce.ufrj.br/ensino/pos-graduacao/strictosensu/ginape/publicacoes/trabalhos/t_2003/t_2003_patrick_barbosa_moratori.pdf. Acesso em 03 out. 2021.

3.17. Coleção de Móveis *Jader Almeida*

Em 2013, com o término da *Mostra Casa Nova*, a decoração em alguns espaços ficou como legado para o Museu, como é o caso da Lojinha e da Cafeteria. De igual forma, adquirimos móveis e objetos para a Sala Victor Meirelles.

Esta sala foi concebida pelo arquiteto Sidnei Machado, sendo composta por móveis que caracterizam uma cozinha *gourmet* e o espaço Victor Meirelles, com estante e painel. O projeto da mencionada sala foi executado por este arquiteto em parceria com a empresa Bontempo e recebeu aval da comissão técnica da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e do Serviço de Patrimônio Histórico do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (SEPHAN/IPUF), que deram parecer favorável para a manutenção do espaço mesmo após a realização da mostra de *design* e arquitetura.

A aquisição dos objetos expostos na mostra permitiu que se obtivesse no Museu um espaço especial provendo a UDESC de um local para que o Reitor receba autoridades nacionais e internacionais, em reuniões diferenciadas no centro da cidade.

O Museu está situado no centro histórico de Florianópolis e há todo um interesse do governo em revitalizar esta área da cidade, que por muito tempo foi deixada de lado mas tem um grande valor histórico. Neste sentido, a UDESC tem se empenhado em promover melhorias no prédio e atividades diversas que movimentam o espaço e que darão ainda mais visibilidade para este patrimônio histórico.

Figuras 1 e 2, em primeiro plano superior à esquerda, o móvel da Bontempo fixado à parede e no plano inferior, também à esquerda, a estante da Bontempo e ao fundo, parede revestida com painel com reprodução da obra de Victor Meirelles. Considerando que, de acordo com o plano museológico, alguns dos ambientes propostos para o Museu evidenciam a trajetória de personalidades catarinenses dentro do cenário artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, optou-se por evidenciar a obra de um *designer* catarinense para compor com o projeto já desenvolvido.

Jader Almeida é um arquiteto renomado e suas obras estão presentes em todo o país e também no exterior. Além de arquiteto ele é também *designer* e produz peças com características diferenciadas e que se destacam pelas suas formas e composições. No campo da arquitetura, a trajetória de Jader está ligada a projetos comer-



Nas figuras 1 e 2 pode-se observar parte do projeto desenvolvido para a sala.



2



6



7



1



4

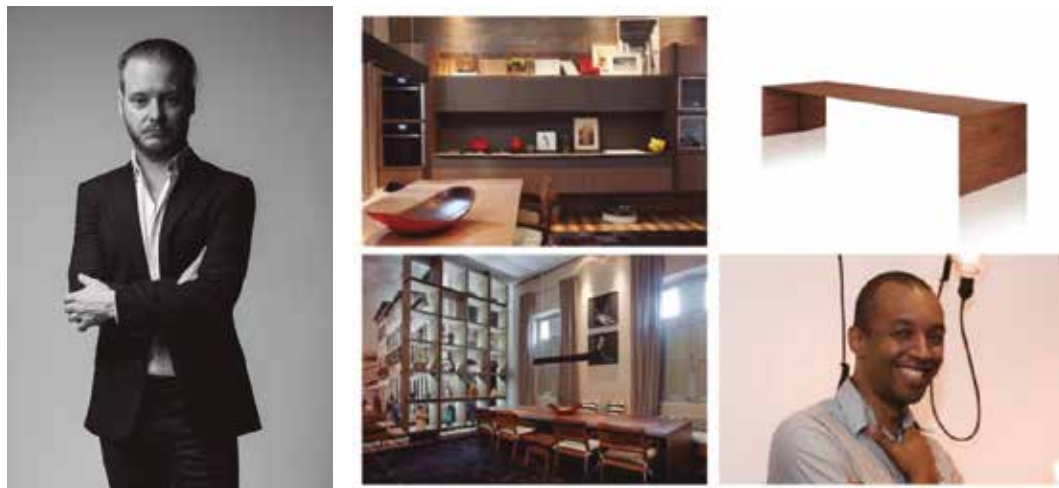


5



3





Jader Almeida (esq.) e Sidnei Machado (dir.), com suas criações para exibidas na mostra realizada.

ciais, industriais e de exposições, ele também possui grande experiência em *design* de produtos, tendo conquistado, através do seu trabalho, muitos prêmios nacionais e internacionais.

Em 2019, ele recebeu o título de *Designer* do Ano no *Prêmio Casa Vogue Design*. Suas criações já marcaram a história do mobiliário nacional, entre elas a cadeira Bossa, a poltrona Elvira e a mesa Dinn. A leveza e fluidez das formas são a marca registrada de suas peças, que levam luxo e conforto para todo estilo de decoração.

Jader Almeida nasceu em 1981, no estado de Santa Catarina. Seu interesse pela área de *design* de móveis começou muito cedo. Desde pequeno, ele sempre teve uma certeza: queria trabalhar com a criação de desenhos e projetos. Aos 15 anos, ele começou a trabalhar em uma fábrica de móveis em Chapecó (SC). Lá, o jovem passou por vários setores como de montagem, usinagem, transformação, protótipos, gabaritos e elaboração de dossiês e fichas técnicas. Essa experiência também fez com que Jader Almeida começasse a entender mais sobre materiais, texturas e outros detalhes que fizeram toda a diferença no início da sua trajetória. Ao completar 18 anos, ele ingressou no curso superior de Arquitetura e Urbanismo da UnoChapecó. Mas antes de começar o curso, Jader Almeida já fazia seus primeiros esboços e participava do processo de criação de novos produtos. As primeiras peças criadas por ele foram uma mesa e um carrinho de bar, que, inclusive, estão no mercado até hoje. Por volta de 2003, Jader Almeida começou uma parceria com a LinBrasil, única empresa no país que tem a licença de fabricação dos móveis criados por Sérgio Rodrigues. Ele trabalhou na empresa na época da reedição dos produtos e foi o responsável por colocar as peças na linha de produção, atuando na parte técnica do processo.

Em 2010, Jader Almeida foi premiado pela primeira vez por uma organização internacional. Ele ganhou um Idea Award pela Poltrona Linna e um *IF Product Design Award* pela estante Clip. Três anos depois, Jader Almeida deu mais um grande passo em sua carreira e passou a integrar a equipe de *designers* da marca alemã ClassiCon.

Em agosto de 2014, durante a ‘São Paulo *Design Weekend*, foi lançado o livro *Jader Almeida, a atemporalidade do desenho* com autoria de Adélia Borges, publicado pela Editora C4.

Em setembro de 2015, o *designer* iniciou a comercialização dos seus produtos em Londres e Paris em parceria com a grife londrina *The Conran Shop*. Em dezembro do mesmo ano, inaugurou um espaço exclusivo em Miami, nos Estados Unidos.

As peças de Jader Almeida conseguem ser luxuosas e, ao mesmo tempo, fogem da aparência de ostentação. Os ambientes decorados com o mobiliário do *designer* ficam com aquele ar de casa aconchegante, sem a frieza de decorações feitas apenas para mostrar um conceito. Essa leveza das peças e mobiliário de Jader Almeida aparece por meio das linhas finas e fluídas, curvas suaves e temas geométricos, com influência do *design* escandinavo.

1. MÓVEIS DE JADER ALMEIDA X MÓVEIS CIMO

Salientamos que temos no Museu, um acervo significativo de Móveis Cimo, empresa catarinense cujos produtos, durante anos, dominaram o mercado nacional de móveis para instalações comerciais e institucionais, sobretudo também escolas, com repercussão na América Latina, daí seu destaque em nosso acervo. Após a criação da Escola Superior de *Design* Industrial (ESDI), em 1962, *designers* formados passaram a fazer parte da equipe da CIMO. Mas, por sua resistência em aderir a modismos e persistência em manter o estilo clássico, a indústria fechou suas portas, em 1982. No entanto, o seu legado de pioneirismo e inovação perdurarão por muitos anos. Afinal, até hoje um móvel CIMO é sinônimo de *design* nacional de qualidade. Uma empresa fundamental para o desenvolvimento do setor moveleiro no país e precursora em diversos processos tecnológicos.

A escolha por Jader Almeida vai na mesma linha de contemplar um catarinense também reconhecido na linha de móveis, estabelecendo uma linha de acervo com essa característica e distinção, agregando valor ao acervo de mobiliário do Museu.

As peças de Jader Almeida foram escolhidas para atender de forma autêntica e diferenciada a proposta de ocupação deste local, agregando valor significativo ao acervo já existente no Museu. Ele participou da *Mostra Casa Nova em 2013*, projetando o espaço do *hall* central.

Convém destacar que estas peças são diferenciadas e não existem outras

iguais produzidas por outros fornecedores no mercado. O estilo sóbrio e atemporal que o arquiteto utiliza para a composição do espaço, juntamente com as cores e formas neutras, completam a intenção do projeto.

A solicitação de aquisição deste conjunto de peças, organizado e composto pelo arquiteto foi idealizada de forma que possamos enaltecer o profissional catarinense. O Museu é um ambiente diferenciado dos demais setores da Udesc, por ser tratar de um imóvel tombado, com fins culturais e por isso foge do padrão. Dentro do Plano Museológico, o Museu está sendo pensado para ser um importante espaço cultural da cidade e estado.

O patrimônio histórico catarinense terá seu valor colocado à disposição dos interessados em mais um dos muitos pontos que fazem parte do centro histórico da Capital Catarinense e a aquisição destas peças trouxe maior visibilidade ao local, dentro de um conceito harmônico, projetado para o Museu, não resultando de junção de elementos díspares.

Vale lembrar também o que sempre destacamos: “Só existe um caminho para que o Museu se destaque da forma que queremos – se reinventando e se planejando de forma estruturada, sem deixar que os limites da administração pública enquadrem o Museu como uma estrutura burocrática e de serviços como qualquer outra estrutura. Os museus são diferenciados e assim devem ser tratados”.

Especificação das peças que compõe o conjunto:

1. Luminária Bunni 180 (uma) – apresenta estrutura em madeira pré-composta e cúpula em madeira revestida, a fiação é de cor preta, toda em acabamento Gane. Tem dimensões de 600x600x1800mm.

2. Poltronas Linna (quatro) – apresenta estrutura em madeira maciça natural, encosto em lâmina especial moldado, assento em multilaminado moldado em couro natural sobreposto, sendo que as lâminas são em carvalho. Tem dimensões de 730x730x700mm. De traços gentis e leves à detalhes geometrizados, a elegante poltrona Linna toma os espaços de estar com sutileza. Ela possui toda sua estruturação por meio do uso da madeira natural tingida. O acabamento das partes de encosto e assento são em multilaminado de madeira, quebrando assim monotonia dos tons através do contraste dos veios naturais da madeira. O conjunto todo alia a tecnologia de cortes CNC com o trabalho artesanal. Segundo o próprio *designer*, a busca pela estética atemporal, subtração do supérfluo e combinação de geometria simples com confecção precisa são características de seus desenhos. A poltrona Linna é honesta em sua materialidade, suas formas e seu conceito. Não faz questão de chamar a atenção e participa do ambiente de forma muito suave e harmoniosa. Esta poltrona foi premiada no IDEA/Brasil 2010, recebeu a prata na categoria Casa do IDEA Awards USA 2010 e foi indicada para o *Designpreis Deutschland* 2012.

3. Mesa Roots (uma) – apresenta estrutura inteiriça em cork claro, composta por 04 módulos de cork unidos centralmente por estrutura em cork. Tem dimensões de 1310x1260x350mm. A mesa de centro Roots é uma peça perfeita para quem busca a racionalidade de uma geometria simples, com formas puras e estética atemporal. Sua estrutura em madeira natural apresenta uma agradável mescla de tons de marrom, remetendo fortemente aos elementos naturais. As curvas orgânicas da peça funcionam muito bem para quebrar a sobriedade dos ambientes, e a mescla de madeiras dinamiza a decoração dos espaços.

4. Mesa Lateral Jardim Tampo Plano (duas) – apresenta tampo em madeira maciça, Nogueria Norte Americana, haste em latão maciço, base em preto gofrato fosco, com altura de 500mm. Esta mesa alegra qualquer espaço. Jader Almeida criou esta série de pequenas mesas, simpáticas e elegantes, com várias opções de materiais e acabamentos (mármore, madeira, aço, latão). Nas mesinhas Jardim, há ainda quatro opções de formatos dos tampos e várias alturas das hastes. Perfeitas para uma composição com várias peças

5. Mesa Centro Drey (uma) – apresenta pés em madeira maciça torneada, tampo em mdf laminado em laca fosca, travamento dos pés em madeira, pingo de riga. Tem diâmetro de 1100x250mm.

6. Luminária Pantográfica – Estas luminárias foram também adquiridas de Jader Almeida visando completar e manter a estrutura da Lojinha do Museu, tal como foi proposto na *Mostra Casa Nova 2013*. Na concepção do projeto, foram desenhadas luminárias exclusivas para o ambiente, bem como uma composição exclusiva para o Museu, logo, são luminárias diferenciadas, feita para aquele ambiente, para criar um efeito especial naquele espaço, tratando-se de um produto diferenciado.

7. Luminária da Sala Victor Meirelles – Esta luminária com assinatura de Jader Almeida, foi elaborada para a Sala Victor Meirelles, tal como foi proposto na *Mostra Casa Nova 2013*. Na concepção do projeto, essa luminária foi desenhada para o ambiente e é exclusiva para o Museu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jader Almeida: o designer que cria a harmonia perfeita entre luxo e conforto. 18 dez. 2019. Disponível em <<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetos/jader-almeida/>>. Acesso em 31 ago.2021

Showroom de Jader Almeida. Disponível em <<https://iconinteriores.com>> Acesso em 31 ago.2021

Jader Almeida. Biografia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jader_Almeida>. Acesso em 31 ago.2021

3.18. Coleção de Documentos da Extinta

Academia de Comércio de Santa Catarina

1. OS DOCUMENTOS

Além dos 13 quadros de formatura recebidos em 2005, descritos no livro *Painéis de formatura do acervo do Museu da Escola Catarinense: patrimônio histórico cultural do estado* (Makowiecky, Goudard e Henicka, 2019), o Museu da Escola Catarinense recebeu também como doação da Secretaria de Educação (SED) um vasto acervo documental da extinta Academia do Comércio.

A tese de doutorado de Eduardo Cristiano Hass da Silva (2020), denominada *Mercadores, caixeiros e contadores: A formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do Ensino Técnico Comercial no Brasil (1931-1971)*, e que está no sítio de internet do MESC¹, será a base desse item, pois ele se dedicou a estudar esse acervo, tanto na tese, como anteriormente em seu Trabalho de Conclusão de Curso de História, denominado *O Ensino Comercial em Florianópolis: A Academia de Comércio de Santa Catarina (1935-1944)*, realizado em 2019. O texto deste capítulo do livro é basicamente do autor, sendo que nos coube apenas fazer sínteses. As transcrições são todas do/ou do texto da tese mencionada (2020) ou de sua monografia (2019).

Para sua tese, o autor utilizou as seguintes fontes, no que se refere à Academia de Comércio de Santa Catarina:

Quadro 1 – Fontes Documentais referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina

Registro de Penalidades Impostas aos alunos
Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, marrom, encadernado em madeira.
Apostilas do Estatuto para os coordenadores Regionais, etc.
Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, preta, encadernado, restaurado. Traz um conjunto de documentos diversos da Academia de Comércio.
Termos de Inscrição e Atas para concurso de Lentes Catedráticos
Documento medindo 22x32 cm, com capa dura, preta, documento encadernado e restaurado

¹ Disponível em <http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/mercadores__caixeiros_e_contadores.pdf>. Acesso em 22 set.2021.



Livro de Lançamento de Atos Administrativos
Documento medindo 22x32 cm, capa dura, preta, livro encadernado e restaurado.
Curso Técnico Perito-Contador (1oAno)
Documento medindo 22x32 cm, material original, bastante deteriorado, consistindo em encadernação dura, de madeira e tecido.
Normas para a Investidura de Diretor, Secretário, Professor, Professor-Estagiário, etc.
Documento medindo 22x32 cm, encadernação restaurada.
Livro de Diplomados (1960-1976)
Documento medindo 22x32 cm, capa dura, encadernada original. Tecido e madeira. Contém a lista de diplomados entre os anos de 1960 – 1976.
Livro Termo de Posse de Estagiário
Documento medindo 22x32 cm, encadernação original, em material preto. Capa dura.
Livro de Registro de Contratos
Livro de Registro de Editais que Foram Publicados
Relação de Alunos Matriculados (1930)
Documento medindo 22x32 cm, capa dura, encadernação restaurada, vermelha.
Painéis de Formatura
Painéis em madeira, contendo foto dos alunos formandos e de professores homenageados da Escola de Comércio de Santa Catarina. Material nas paredes, em forma de quadro.
Lista de alunos diplomados (1937-1950)
Material em PDF, disponibilizado pelo Museu.

FORTE: ELABORADO PELO AUTOR HASS DA SILVA EM 2018

No quadro 1 pode-se observar que as fontes referentes à Academia de Comércio de Santa Catarina são diversas, como registro de penalidades impostas aos alunos, apostilas, termos e atas, livros administrativos diversos, painéis de formatura e listas de alunos matriculados. Esses documentos estão salvaguardados no Museu da Escola Catarinense. Para o autor, foi possível observar a variedade de fontes (escritas, materiais e visuais), o que leva a metodologias específicas de análise, que foram realizadas especialmente no capítulo 7 de sua tese, em que se dedicou a esse material e os documentos permitiram analisar o processo de atuação das Reformas do Ensino Comercial na Academia de Comércio, bem como para pensar o Ensino Comercial enquanto modalidade educativa.

A tese do autor, muito bem fundamentada, nos abre os olhos para a riqueza de análises possíveis, ao ter ao alcance da pesquisa, fontes documentais.

No capítulo 7, *A Academia de Comércio (1931-1971) e a Cultura Escolar Comercial no estado de Santa Catarina*, o autor propõe uma reflexão do processo de atuação das reformas do Ensino Comercial no estado, na sua capital Florianópolis e, especificamente, na Academia de Comércio de Santa Catarina. É muito tentador querer re-

produzir tudo aqui, mas seria desnecessário, pois basta ir à fonte.

O autor identificou que em outra academia de comércio estudada em sua tese, haviam turmas de datilografia e de mecanografia em que foi possível observar a existência de uma sala específica para a disciplina, com as máquinas, classes e cadeiras. Essa preocupação com aulas práticas também foi observada na análise da Academia de Comércio de Santa Catarina, especialmente a partir da tentativa de criação dos chamados *escritórios modelo*.

Também observou no regimento interno da Academia de Comércio de Santa Catarina que dentre os profissionais responsáveis pela manutenção da escola, destacam-se os bedéis, que nas atividades desempenhadas incluíam-se fazer a chamada, anotar as faltas, cumprir as ordens dos outros funcionários, organizar os quadros de falta dos alunos, entre outras.

O capítulo 7 da tese aborda especificamente *A Academia de Comércio (1931-1971) e a cultura escolar comercial no estado de Santa Catarina*. Abaixo, um trecho do hino.

*Tuas salas, solenes, vetustas,
Que ainda têm esplendores passados.
Abrigaram figuras augustas,
Tantos mestres, jamais olvidados.
O saber que nos derem é Luz
No oceano agitado da vida,
Qual farol que orienta e conduz
A' vitória de lutas tecida.
[...] (Trecho do Hino da Academia de Comércio de Santa Catarina, s.d.)*

Relembrando um pouco de sua história: a tese do autor diz que de acordo com o que ele tem discutido ao longo da investigação, a necessidade de profissionais habilitados para o comércio e os decretos voltados para o Ensino Comercial podem ser entendidos como as condições de possibilidade para a fundação de diversas escolas de comércio dos diferentes estados brasileiros. Em relação ao estado de Santa Catarina, Amorim (1999) compreende a implantação dos cursos comerciais como resultado da intensificação da atividade econômica.

Com a expansão do comércio e do crescente processo de instalação de indústrias, os empresários catarinenses sentiram a necessidade de contratar profissionais melhor qualificados que pudessem controlar as contas que registravam seus bens, seus direitos e suas obrigações, ou seja, o patrimônio de suas empresas (AMORIM, 1999. p. 13).

De acordo com Faria (2011), o primeiro curso comercial foi fundado no ano de 1917, no *Instituto Polytechnico de Florianópolis*. Segundo o autor, o Instituto oferecia o curso preparatório e os cursos de especialização em Farmácia, Odontologia, Agrimen-

sura e de Engenharia Geográfica, sendo o Curso Comercial o último a ser oferecido.

Amorim (1999) e Faria (2011) concordam em diversos aspectos sobre a história do ensino comercial de Florianópolis. Sendo assim, é possível afirmar que o Curso Comercial é criado como parte do *Instituto Polytechico de Florianópolis*, em 1917. Em 1934 o curso tornou-se uma instituição independente, chamada de Escola de Comércio e, em 1935, passou a se chamar de Academia de Comércio de Santa Catarina. Considerando a criação do Curso Comercial como o ano de 1917, entende-se que esta foi a primeira instituição a oferecer esta modalidade de ensino em Santa Catarina.

Veiga (2008) ressalta ainda que, após terminarem o ginásio, os alunos não tinham perspectiva de continuarem os estudos em Florianópolis. Desta necessidade, foi criado, em 1917, o *Instituto Polytechico de Florianópolis*.

A Academia de Comércio de Santa Catarina não foi a única a oferecer o Curso Comercial no estado. No entanto, algumas das suas particularidades permitiram ao autor afirmar que foi uma das mais significativas pois está localizada na capital, na cidade de Florianópolis; é a instituição mais antiga (considerando sua fundação relacionada ao *Instituto Polytechnico*) e, a partir dela, foi criado o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (SILVA, 2019). A Academia de Comércio foi oficialmente extinta na década de 1990. Em 2010, seu prédio passou a ser sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras (MAKOWIECKY; GOUDARD, 2017). Embora extinta a Academia de Comércio, é importante observar que, o curso superior de Contabilidade da então Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi gestado a partir dela, o que permite afirmar que carrega uma marca de continuidade da instituição.

De acordo com Eduardo Petry (2013), até o ano de 1922, o Instituto não possuía sede própria, funcionando em um sobrado alugado na rua João Pinto, nº 411, de propriedade do Liceu de Artes e Ofícios.

Em 1922, o governador Hercílio Luz cedeu uma área para a construção de um prédio próprio para o instituto, na Avenida do Saneamento, atualmente chamada de Avenida Hercílio Luz. Segundo Petry (2013), além do auxílio financeiro do Governo Estadual, a construção do prédio contou com o auxílio do Governo Federal, do Ministério da Agricultura e de banqueiros, industriais e comerciantes catarinenses. O apoio de agentes da iniciativa privada corrobora com a ideia de que o curso foi criado a partir da necessidade de profissionais habilitados para o comércio, uma vez que, é justamente para estes três grupos que os profissionais formados na instituição poderiam trabalhar. Além disso, pode-se afirmar que, embora as Reformas do Ensino Comercial sejam elaboradas e decretadas pelo Estado, sua atuação se dá a partir da interferência de outros grupos sociais, neste caso, de banqueiros, industriais e comerciantes.

Em 1923 o Instituto foi reconhecido como de utilidade pública (VEIGA, 2008) e, entre 1924 e 1925 ocorreu sua transferência para o prédio próprio (PETRY, 2013). No ano de 1931, ao adaptar-se às Reformas Francisco Campos, o Curso de Comércio passa a se chamar de Escola Prática de Comércio de Santa Catarina. Em 1934 o Curso Comercial torna-se uma instituição independente do Instituto, chamando-se Escola de Comércio de Santa Catarina. Em 1935 o *Instituto Polytechnico de Florianópolis* é extinto e o prédio passa a abrigar apenas a Escola de Comércio, a partir de então chamada de Academia de Comércio de Santa Catarina (AMORIM, 1999; FARIA, 2011; PETRY, 2013).



Figuras 1 e 2 - Prédio do *Instituto Polytechnico* de Florianópolis - Academia de Comércio (SC). Fonte: Petry (2013)

Considerando a importância do espaço físico da instituição como parte da Cultura Escolar Empírica (ESCOLANO BENITO, 2002; 2017), o autor passa a analisar o edifício do Instituto. Esse edifício é evocado no Hino da Academia de Comércio, cuja letra foi utilizada como epígrafe desta discussão. Na canção, são exaltadas as “salas, solenes, vetustas, que ainda têm esplendores passados” e, que “abrigaram figuras augustas, tantos mestres jamais olvidados” (ACADEMIA, s.d.).

Embora sem a data exata da fotografia (figura 1), sua articulação com as demais fontes permite dizer que possivelmente foi tirada no final da primeira metade do século XX. A imagem apresenta uma vista em diagonal da fachada do prédio da Academia de Comércio mostrando a parte frontal e sua lateral direita. É possível afirmar que a edificação possui dois andares e um terraço. De acordo com Petry (2013), a edificação possui um total de 26 salas, mesclando estilos arquitetônicos, como o *art nouveau* e o estilo português. A análise da fotografia permite identificar ainda que o prédio conta com uma coluna central, de três andares, que divide a estrutura em duas partes iguais. A lateral do prédio e uma parte do pátio da instituição podem ser observados na figura 1.

Na figura 2, pode-se observar que a lateral do prédio contava com cinco janelas na parte superior e cinco na parte inferior. Além disso, é possível aferir que a escola contava com pátio, estando separada da rua por uma cerca com colunas de concreto e barras de metal. É dentro desta delimitação espacial que estavam localizadas as “salas, solenes, vetustas, que ainda têm esplendores passados” (ACADEMIA,

s.d.), evocadas anteriormente. Embora não tenham sido localizadas imagens específicas das salas, o autor analisa alguns elementos do interior do prédio, a partir de outros elementos da cultura material da escola.

Em sua análise o autor atenta para os cursos ministrados na Academia de Comércio, as aulas ministradas, a estrutura administrativa da instituição e os profissionais do comércio por ela formados. Também elenca número de alunos e alunas, a relação entre homens e mulheres em termos numéricos, entre outros. Iremos destacar alguns itens.

2. MATRÍCULA

Para a realização da matrícula no curso, o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b, s.n.) estabelece como documentos obrigatórios:

- a) certificado de aprovação da quinta série do curso secundário, expedido pelo Colégio Pedro II ou instituições congêneres ou sob o regime de inspeção, certificado de conclusão do Curso Propedêutico, devidamente visado pelo Fiscal da Inspeção Geral do Ensino Comercial;*
- b) atestado de identidade;*
- c) atestado de idoneidade moral;*
- d) atestado de sanidade.*

Para a matrícula no curso de Perito-Contador, fazia-se necessário a conclusão e aprovação da quinta série do curso secundário ou do Curso Propedêutico, bem como documento que comprovasse a identidade, idoneidade moral e sanidade mental do aluno. A análise do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b) permite constatar ainda que, tanto o Curso Propedêutico quanto o Curso de Perito-Contador, contavam com avaliações parciais e finais. Nos meses de agosto e novembro eram realizadas as provas parciais, às quais seriam compostas por pontos sorteados, tendo no máximo duas horas de duração e com exercícios que “[...] revelem a assimilação da matéria por parte dos alunos”. O artigo 36º estabelece ainda que, além das provas parciais escritas, seriam realizadas arguições mensais.

Para ser promovido ou aprovado, o aluno deveria obter “[...] concomitantemente, nota igual ou superior a três [sic] em cada disciplina e média aritmética igual ou superior a quatro no conjunto das disciplinas obrigatórias do ano” (ACADEMIA, 1935b, s.n.). Caso os alunos reprovassem por nota ou faltas (no caso de doença, comprovada por atestado médico), seria possível ainda a realização dos chamados ‘exames de segunda época’.

A Lei Orgânica do Ensino Comercial (BRASIL, 1943), alterou a estrutura dos Cursos Comerciais e os cursos de comércio passaram a ser ministrados em três categorias: cursos de formação, cursos de continuação e cursos de aperfeiçoamento.

Para realizar as propostas desta reforma, a Academia de Comércio de Santa Catarina fez alterações na estrutura dos cursos oferecidos.

Embora não seja possível identificar a organização curricular do curso de contabilidade, os fragmentos de alguns documentos permitem identificar algumas das disciplinas que compunham este curso. A partir do Livro de Termo de Posse de Estagiário² (ACADEMIA, 1950), foram identificadas as disciplinas de: Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade Bancária, Contabilidade Industrial do Brasil, Prática Jurídica Geral e Comercial, Noções de Comércio e Prática de Escriturário, Prática de Comércio, Elementos de Estatística, Elementos de Economia, Matemática, Física e Química, Biologia, História Administrativa e Econômica do Brasil, Geografia Humana do Brasil e Inglês.

A Academia de Comércio ofereceu também o Curso Superior de Administração e Finanças. Segundo Amorim (1999), este curso, o primeiro de Florianópolis, foi fundado pelo Conselho Diretor da Academia, no dia 15 de fevereiro de 1943. O curso esteve vinculado à escola até o ano de 1959, quando passou a integrar a Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com Sandra Makowiecky e Beatriz Goudard (2017), o Curso Superior de Administração e Finanças concedia o diploma de bacharel em Ciências Econômicas, sendo que, o seu corpo docente foi, inicialmente, formado por alguns dos professores catedráticos da Academia de Comércio, bem como de professores da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

3. SOBRE AS AULAS

Os conteúdos das disciplinas estavam relacionados ao curso comercial. A exposição permanente do MESC apresenta alguns dos objetos utilizados na Academia de Comércio, que fazem parte de seu acervo.

O uso de equipamentos como máquinas de escrever e calcular, bem como de mimeógrafos, na disciplina de mecanografia dos cursos comerciais, foi explorado na dissertação de mestrado defendida (SILVA, 2017), em que o autor identificou o caráter prático das disciplinas que atentavam para o ensino do uso destes equipamentos, que faziam parte do ofício dos profissionais formados nos cursos de comércio.

O mimeógrafo era utilizado na realização de cópias de papel escrito e/ou desenhado. Por meio do uso de matriz, folha de papel e outros materiais, a máquina reproduzia cópias. É importante destacar que além destes materiais, o mimeogra-

² O documento consiste em um livro em capa dura, preto, com folhas pautadas. Neste livro foram registradas as entradas de estagiários que atuaram na Academia de Comércio no período entre 1958 e 1962, período no qual a Reforma Capanema estava em vigência. Para cada estagiário, foram registradas informações como data, nome, disciplina de atuação, nome do pai, nome da mãe, naturalidade, atuação profissional, data de nascimento e estado civil.

fo exigia o uso de força mecânica para girar a manivela. Assim como as máquinas de escrever, o mimeógrafo estivera presente tanto na administração da Academia de Comércio quanto nas aulas. O uso nas aulas justifica-se pelo fato de serem equipamentos que estavam relacionados ao uso cotidiano por parte dos profissionais do comércio.

Ainda na exposição sobre a Academia de Comércio de Santa Catarina foram localizados instrumentos didáticos do curso de perito-contador, em especial sobre a disciplina de Merceologia e Tecnologia Merceológica, que voltava-se ao estudo das características técnicas e comerciais de mercadorias diversas.

Dentre os artefatos, das escolas, atenta-se para a importância dos materiais visuais presentes na escola, especialmente os cartazes, entendidos como traduções visuais da política educativa e geradores de sentidos para os espectadores. Sendo assim, o autor entende os murais — quadros parietais instrutivos presentes na Academia de Comércio de Santa Catarina como parte destes artefatos culturais que, ao apresentarem elementos referentes aos conteúdos ministrados, traduzem de forma visual os conteúdos prescritos para as disciplinas, pois traduzem elementos relacionados a diferentes produtos econômicos (seda, milho, algodão, feijão, têxteis e café) importantes naquele contexto. Dessa forma, é possível afirmar que os conteúdos ministrados dialogavam com a prática dos profissionais formados pelos cursos comerciais.

Além dos cartazes, o autor destaca a importância do prédio e dos espaços escolares para a compreensão da atuação da política educativa. O ‘Documento 1’³, localizado dentro do Livro Apostila do Estágio (ACADEMIA, s. d.) traz algumas informações que permitem refletir sobre os espaços da escola e as aulas ministradas. De forma geral, o documento aborda o planejamento dos chamados Escritórios Modelo.

De acordo com o documento, esta proposta visava que cada aluno pudesse realizar as operações imaginadas para cada empresa, voltadas para os vários ramos da atividade econômica: “comercial, industrial, agrícola e departamento administrativo de serviço público” (ACADEMIA, s. d., p. 1). Esses elementos ecoam até os dias atuais, nos quais diferentes alterações na legislação educativa brasileira têm sugerido, de forma supostamente “inovadora”, o ensino prático, permitindo que os alunos e alunas escolham itinerários formativos, tornando-se “senhores de si”.

Dentre as condições de funcionamento, um documento encontrado apresenta uma relação dos materiais didáticos mínimos das salas especiais do Curso Comercial:

3 O documento não apresenta data, assim como o Livro Apostila do Estágio. No entanto, outros documentos que compõem esse livro são da década de 1950, o que permite aferir que este documento também o seja. Dessa forma, é possível aferir que o documento tenha sido produzido durante a vigência da Reforma Capanema.

4. ESCRITÓRIO MODELO

Materiais: uma prensa e apetrechos para uso dos copiadores, arquivos para dossiês de clientes e fichários de vários tipos, com as fichas necessárias à prática dos sistemas existentes; impressos de uso comercial (notas de vendas e de crédito fatura, contas de venda, duplicatas, letras de câmbio, notas promissórias, cheques, ações, depósitos, ordens de pagamento, etc.); e os seguintes livros de escrituração comercial: vendas à vista; duplicatas, movimentos de selos, consumo, copiador de faturas, copiador de cartas, borrador, caixa, contas correntes, diário, *stock* ou de mercadorias, títulos a receber, títulos a pagar, registro de acionistas, transferência de ações, livro de balancetes e outros especiais, ou de uso na contabilidade bancária, agrícola e industrial (ACADEMIA, s. d., p. 166).

5. ADMINISTRAÇÃO DA ACADEMIA DE COMÉRCIO DE SANTA CATARINA

A administração da Academia de Comércio de Santa Catarina mostrou-se, ao longo da pesquisa, como um espaço privilegiado para a análise do processo de atuação das reformas do Ensino Comercial.

De acordo com o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b), a Academia de Comércio era administrada econômica e financeiramente pelo Departamento de Educação do Estado. Sendo assim, cabia a este órgão reformar o Regimento Interno, deliberar sobre assuntos omissos no regimento e regulamentos, deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral (podendo aprovar ou não iniciativas do diretor que não estivessem presentes no regimento ou na lei), prover a escola do material didático necessário ao seu funcionamento, bem como impor aos funcionários penas disciplinares.

O artigo 70 do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b, s.n.) legisla ainda sobre a escrituração da Escola, estabelecendo que a secretaria funcionaria todos os dias úteis. Para realizar a escrituração da instituição, cabia a secretaria contar com os seguintes livros: Um de ponto para o pessoal administrativo; um de ponto para os professores; um de inventário do material da escola; um de termos de posse dos professores e funcionários; um de protocolo; um para visitas dos fiscais; um de termos de inscrições e conclusões de curso ou promoções; um de atas de exames finais, admissão e promoções; um de matrícula; um de registro das penalidades impostas; um de correspondência oficial (copiador de cartas); sete livros de registro de frequência e médias; sete livros de registro dos comparecimentos e notas dos alunos; três diários de classes; um de histórico escolar dos alunos; um de registro de diplomas; um de termo de colação de grau.

De acordo com o documento, a organização da escola contava com diversos livros, nos quais deveriam ser registradas as mais variadas atividades realizadas na instituição, tanto por funcionários (livro ponto de funcionários e professores, ter-

mos de posse, etc.), quanto por alunos (frequência e médias, registro das penalidades impostas, etc.). Destaca-se ainda a presença de um livro específico para as visitas dos fiscais, uma vez que, conforme estabelecido pela Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), caberiam a estes profissionais a fiscalização das instituições que ofereciam cursos comerciais. Estes livros podem ser entendidos como mecanismos de controle e fiscalização.

De forma geral, o quadro a seguir apresenta os cargos estabelecidos pelo Regimento Interno da Instituição:

Quadro – Cargos e respectivas funções na Academia de Comércio de Santa Catarina

Cargo	Funções
Diretor	Dirigir a Instituição - As páginas com as atividades do diretor estão faltando no documento original e, não foram localizadas.
Secretário	Art. 48 – Ao secretário compete: a) – substituir o diretor em suas faltas e impedimentos; b) – redigir a correspondência do Diretor; c) – lavrar ou fazer lavrar as atas e termos; d) – organizar as bancas examinadoras e horários; e) – subescrever com os membros das bancas examinadoras as atas dos exames; f) – encerrar diariamente o livro do ponto; g) – encaminhar todos os papeis, devidamente informados; h) – assinar as folhas de pagamento do pessoas da Escola; i) – assinar os certificados e diplomas conferidos pela Escola; j) – ter sob sua guarda todos os livros de escrituração da Escola, não permitindo a retirada sob protesto algum; k) – fiscalizar rigorosamente todo o serviço de asseio e conservação do edifício, moveis e utensílios; l) – assinar os boletins dos alunos e cartões de identidade; m) – apresentar ao Diretor até o dia 31 de dezembro de cada ano, minucioso relatório de todo o serviço da Secretaria; n) – ter a seu cargo o arquivo da Escola;
Escriturários	Art. 50 – Aos escriturarios compete: a) – dar prontas execução aos serviços que lhe forem distribuídos pelo secretário ou diretor; b) - manter em perfeita ordem e em dia os trabalhos e a escrituração a seu cargo; c) – guardar reserva sobre o assunto que tiverem conhecimento em razão do cargo, ainda que não seja reservado; d) – fazer diariamente, os livros de frequência e notas de aproveitamento, os diários de classes e o de comparecimento dos alunos; e) – extrair, mensalmente, o boletim estatístico e mapas exigidos pela Fiscalização Federal e Departamento de Educação;
Datilógrafo	Art. 52 – Ao datilógrafo compete: a) – ter em dia e boa ordem todo o serviço de datilografia; b) – fazer semanalmente, a limpeza da máquina em que trabalha.
Contínuo	Art. 53 – Ao continuo compete: a) – abrir estabelecimento, com a necessária antecedência, e fecha-lo, depois de concluídos os trabalhos do dia; b) – receber os papeis oficiais e dar-lhes pronta e conveniente direção; c) – escriturar o livro de porta, lançando cronologicamente, as entradas e saídas dos papeis; d) – coadjuvar o Secretário no serviço do Arquivo.

Bedel	Art. 54 – Ao bedel compete: a) - dar o sinal para o começo e fim das aulas; b) – apresentar diariamente, aos professores, as fichas de diário de classe, fazendo a respectivamente chamada no impedimento do respectivo professor; c) – velar pela manutenção da disciplina fora da sala de aula, advertendo com urbanidade e polidez os alunos que dela se afastarem, levando o fato ao conhecimento do diretor ou secretário; d) – atender os senhores professores; e) – catalogar revistas e jornais, bem como livros, marcando-os com o carimbo destinado para esse fim.
Servente	Art. 55 – Ao servente compete: a) – fazer a limpeza do estabelecimento e executar todo o serviço ordenado pelo diretor ou secretário; b) – permanecer na Escola durante as horas de expediente;

FONTE: ELABORADO POR HASS DA SILVA (2019) A PARTIR DO REGIMENTO INTERNO

Dentro da escola, a autoridade máxima era exercida pelo diretor⁴. Depois dele, o secretário era o funcionário com maior autoridade. Conforme se observa no quadro acima, no caso de ausência do diretor, cabia ao secretário substituí-lo.

Além desta, inúmeras outras funções eram atribuídas ao secretário, como lavrar termos e exames, organizar bancas, encerrar diariamente o livro ponto, a guarda dos livros de escrituração da Escola e a apresentação até o dia 31 de dezembro de cada um ano de um relatório do serviço anual da secretaria. O rol de funções o secretário demonstra a importância desta figura dentro da escola, permitindo aferir que era uma das funções com mais demandas. O Artigo 49o do Regimento Interno estabelece ainda que ele teria sob sua ordem imediata todos os funcionários, que lhe deviam obediência.

Para auxiliar o diretor e o secretário, a escola contava ainda com escriturários (responsáveis pelas atividades de organização da escrituração, preenchimento diário dos livros de frequência, notas de aproveitamento e diários de classes e comparecimento de alunos, bem como a confecção de um boletim estatístico mensal para a Fiscalização Federal), um datilógrafo (responsável pelo serviço e manutenção dos equipamentos de datilografia), um continuo (responsável por abrir e fechar a escola, receber correspondências, auxiliar no serviço de Arquivo), um bedel (responsável pelo sinal, chamada diária, manutenção da disciplina e por catalogar jornais e livros) e um servente (responsável pela limpeza).

A presença de todos estes profissionais demonstra a complexidade do processo de administração escolar, o qual era realizado a partir de um processo sistematizado de distribuição de funções. Estas funções estavam hierarquicamente organizadas,

⁴ De acordo com Amorim (1999), o primeiro diretor da Academia de Comércio foi o professor Mário Roberto Bott. A análise de diferentes documentos permite aferir que este tenha ficado no cargo até 1943. No ano de 1944, o cargo de diretor passa para Fernando Machado Vieira e, em 1945, para Flávio Ferrari.

com diretor e secretário no topo da estrutura administrativa. Todos os funcionários deveriam ser nomeados pelo Governo do Estado, com o prazo de 30 dias para assumir o cargo após a nomeação. Além disso, o Regimento estabelece que todos os funcionários estavam sujeitos à penas disciplinares, aplicadas de acordo com a gravidade dos seus atos.

Assim como os funcionários, também os professores⁵ deveriam ser nomeados pelo Governo do Estado. Em relação às atribuições dos professores, o artigo 65 estabelece:

- a) comparecer às aulas, dar as lições de acordo com o horário, e, no caso de impedimento, participar ao Diretor, com a devida antecedência.*
- b) observar rigorosamente o programa estabelecido para as disciplinas a ser cargo, sendo responsável pela execução integral de sua cadeira.*
- c) dar caráter pratico ao ensino e inspirar aos alunos sentimentos morais e cívicos.*
- d) assinar o livro ponto antes do inicio das aulas do dia.*
- e) registrar no diário de classe a matéria lecionada no dia bem como a chamada dos alunos fazendo anotações que se tornam necessárias, e rubricar.*
- f) observar as instruções do diretor ou secretario, no tocante à ordem interna das aulas, e auxiliá-lo na manutenção da disciplina na Escola.*
- g) ocupar o período de 15 a 30 de cada mês para arguições ou trabalhos práticos.*
- h) fiscalizar presencialmente as provas parciais e servir nas bancas examinadoras que forem designados, sem que possam em caso algum dar-se por suspeitos; i) cumprir as resoluções do Diretor, salvo recurso ao Diretor do Departamento de Educação dentro de três dias. (ACADEMIA, 1935b, s.n.).*

Como se pode observar, cabia aos professores um rol de atividades diversas.

Os professores deveriam observar as ordens tanto do diretor quanto do secretário, auxiliando-os na manutenção da disciplina da Escola.

Assim como os demais funcionários da instituição, os professores também estavam sujeitos à penas. O artigo 67, por exemplo, apresenta os motivos que poderiam levar o professor a perder seu cargo:

- a) por demissão à pedido;*
- b) por incapacidade física ou intelectual;*
- c) se tiver contra si sentença criminal passada em julgado por crime ofensivo às leis da República ou o Estado;*

⁵ Participaram do processo de fundação da Academia de Comércio os professores Eduardo Silva, Elpídio Barbosa, Flávio Ferrari, Jorge José de Souza, Manoel Boaventura Feijó, Orlando Brasil, Rita da Costa Ávila Malheiros, Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, Vilmar Orlando Dias e Vitor Lima (AMORIM, 1999).

d) ao evidenciar incapacidade didática;

e) não reassumindo o exercício dentro de trinta dias após a terminação da licença em que se achar;

g) ao praticar atos incompatíveis com a moralidade e dignidade da Escola. (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

Além do Regimento Interno de 1935, responsável por parte da atuação da Reforma Francisco Campos (BRASIL, 1931), não foram encontrados outros documentos similares. É possível que o Regimento tenha sido substituído ou atualizado após a Reforma Capane-ma (BRASIL, 1943), mas não foram localizados exemplares. Alguns fragmentos dispersos em documentos diversos permitem algumas observações.

6. Profissionais do Comércio: Alunos da Academia de Comércio (SC)

Com relação às normas às quais os alunos estavam submetidos, identifica-se a tentativa de controle e manutenção da ordem. O artigo 28º do Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b) estabelecia como preceitos a serem seguidos:

a) comparecer às aulas com pontualidade e em perfeito estado de asseio;

b) portar-se com todo o respeito em qualquer dependência da escola.

c) obedecer prontamente às recomendações de diretor, secretaria, professores e funcionários.

d) tratar com delicadeza o diretor, secretário, professores, funcionários e colegas;

e) não se retirar das aulas sem licença dos professores e da Escola sem licença do secretário ou diretor (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

O artigo estabelece que os alunos deveriam comparecer pontualmente à escola, com perfeito estado de asseio. Além disso, deveriam portar-se com respeito nas dependências da instituição, obedecendo e tratando com delicadeza diretor, secretário, professores e funcionários, não podendo retirar-se da sala de aula ou da escola sem as devidas autorizações. Além destes preceitos, a preocupação com o comportamento, postura e atitudes dos alunos fica ainda mais evidente no artigo 29º do regimento, que aponta o que estava proibido aos alunos:

a) fumar nas salas de aulas;

b) escrever, pintar, desenhar, riscar paredes do edifício da Escola e suas dependências como os moveis e utensílios escolares;

c) proferir palavras, fazer gestos, dispuser [sic] escritos ofensivos a boa ordem e educação, injuriar, vaiar, promover afrontas contra o diretor, secretário, professores, funcionários e colegas, dentro ou fora do estabelecimento.

d) entrar durante as pausas, nas salas de aula, salvo com autorização do diretor ou secretário.

e) em geral, desatender às ordens do diretor, secretário, professores e funcionários (ACADEMIA, 1935b, s.n.).

O artigo 30 do regimento apresenta cinco penalidades, aplicadas de forma proporcional à falta, sendo elas: advertência; repressão; suspensão de 3 a 30 dias; exclusão por ano letivo e eliminação.

Na tese constam dados numéricos sobre as penalidades impostas.

7. PERPETUAÇÃO DA MEMÓRIA EDUCATIVA: O RITUAL DE FORMATURA E ATUAÇÃO DAS REFORMAS EDUCATIVAS

O elemento a ser analisado consiste em um conjunto de fragmentos dos rituais de formatura. De acordo com o Regimento Interno (ACADEMIA, 1935b), o momento que marca a passagem dos estudantes de alunos para profissionais do comércio é a entrega do diploma, que ocorre na solenidade de formatura. O artigo 71º do Regimento (ACADEMIA, 1935, s.n.) estabelece que “findo o ano letivo será feita a entrega solene dos diplomas aos alunos que tiverem completado o curso”. O documento estabelece ainda que o dia da colação de grau seria designado pelo diretor e previamente divulgado na imprensa.

A solenidade de formatura parece ter exercido significativa importância na Academia de Comércio, uma vez que deixou registros na Cultura Empírica da Memória Educativa, em especial na materialidade da própria instituição. Diferentemente das outras instituições analisadas, para a Academia de Comércio de Santa Catarina foram localizados e sistematizados painéis de formatura. Para saber mais sobre o processo de restauração dos Painéis de Formatura da Academia de Comércio de Santa Catarina, bem como sobre sua importância para a História da instituição, ver o estudo de Sandra Makowiecky, Beatriz Goudard e Marli Henicka (2019).

Conforme pode-se observar, estes murais de formatura, além de celebrarem a comemoração da conclusão do curso e de demonstrarem certo status social, funcionam também como mecanismos de construção e perpetuação da memória institucional da Academia de Comércio de Santa Catarina.

Assim, os documentos permitem uma variada análise, cujos conteúdos foram muito bem aproveitados na tese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Lourival Pereira. **A evolução dos cursos de contabilidade em Santa Catarina**. CRCSC, Florianópolis, 1ª ed. 1999. 84p.

FARIA, Juliano Espezin Soares. **O Ensino de Matemática da Academia de Comércio de Santa Catarina na década de 1930 e 1940**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, B. ; HENICKA, M. S. . **Painéis de Formatura do acervo do Museu da Escola Catarinense: patrimônio histórico cultural do estado**. 1. ed. Florianópolis: Editora UDESC, 2019. v. 1. 376p . Disponível em < http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/paineis_de_formatura_do_acervo_do_mesc_patrimonio_2019.pdf>. Acesso em 22 set.2021

MAKOWIECKY, Sandra; GOUDARD, Beatriz. Painéis de Formatura no Acervo Museu da Escola Catarinense: uma visão do avesso. In: **Arte e seus Lugares: Coleções em Espaços Reais**. Anais do VIII Seminário do Museu D. João VI/ IV Colóquio Internacional Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro, 2017.

PETRY, Eduardo. **Academia de Comércio de Santa Catarina**, 2013. Disponível em: <http://santacatarinaantiga.blogspot.com.br/2013/05/academia-de-comercio-de-santa-catarina.html>. Acesso em 19/05/2019.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **Mercadores, caixeiros e contadores: a formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do ensino técnico comercial no Brasil (1931-1971)**. 446 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, São Leopoldo. 2020. Disponível em < http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/2317/mercadores_caixeiros_e_contadores.pdf>. Acesso em 22 set.2021

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A Gênese de um Espaço Profissional: A Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983)**. Porto Alegre, 2017. Dissertação (Mestrado) - Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2017.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **O ensino comercial em Florianópolis: A Academia de Comércio de Santa Catarina (1935-1944)**. Monografia (Curso de Bacharelado em História). Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul: Porto Alegre, 2019.

3.19. Coleção de Fotografias do Acervo

Uma definição de coleção de fotografias seria a de um conjunto de fotografias que, reunidas, contam histórias. O Museu dispõe de muitas fotografias e as mais relevantes estão distribuídas em diversas seções no sítio da internet do MESC (disponível em <<http://www1.udesc.br/museudaescola>>). O Museu possui em seu acervo muitas imagens do espaço atual, mas poucas do seu próprio passado. Também são poucas as imagens com a presença de alunos e professores, antes de se tornar a sede da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (figura 1). Todavia, existe um acervo significativo de fotografias digitalizadas de escolas, de normalistas, que merecem estudos aprofundados. São documentos históricos que ainda não receberam o devido tratamento documental.

1. BREVE HISTÓRICO

Trata-se de uma edificação que permeia a história da educação em Santa Catarina. O edifício foi inaugurado em 1926 para abrigar a *Escola Normal Catharinense*, criada no final do século XIX (1892). Em 1935, devido a reformas no sistema de ensino, a *Escola Normal Catharinense* passa a se chamar Colégio de Educação, e em 1947, Colégio Estadual Dias Velho. No início da década de 1960, o Colégio Estadual Dias Velho transfere-se para as modernas e amplas instalações à avenida Mauro Ramos, passando a se chamar definitivamente Instituto Estadual de Educação, em 1969. Em 1964, o prédio passa a abrigar então a primeira Faculdade de Educação do Brasil. Na época, essa Faculdade representava uma escola ímpar, o que acabou motivando a criação de lugares semelhantes em outros estados. Em 1965 era aprovado o decreto que definia a Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), a quem foi atribuído o poder necessário para constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC). A Faculdade de Educação funcionou nas dependências do prédio até 2007, (44 anos) quando foi transferida para o Bairro Itacorubi. Assim o prédio finalmente foi destinado para a instalação do Museu da Escola Catarinense (MESC), que já existia desde 1992 e funcionava nas dependências da Faculdade de Educação de 1992-2007.



Prédio do Museu da Escola, 1940.



Colégio de Educação e Colégio
Dias Velho, década de 1940.



Colégio de Educação e Colégio
Dias Velho, década de 1950.



Prédio do Museu na década de 1980.



Fotografia do ano de 1996.



Fotografia do ano 2013.



Figura 1. Florianópolis na década de 1930. Ao fundo, prédio do atual MESC.



Figura 2. Escola Normal, em construção, c. 1922.



Figura 3. Vista do prédio em 1925.



Figura 4. Fotografia do acervo do Instituto Estadual de Educação, da qual temos cópia no MESC. Sala de reuniões e de professores. Sem data, mas anterior ao início da década de 1960.



Figura 5. Auditório Mnemosyne. Fotografia de 2018. Acervo MESC.

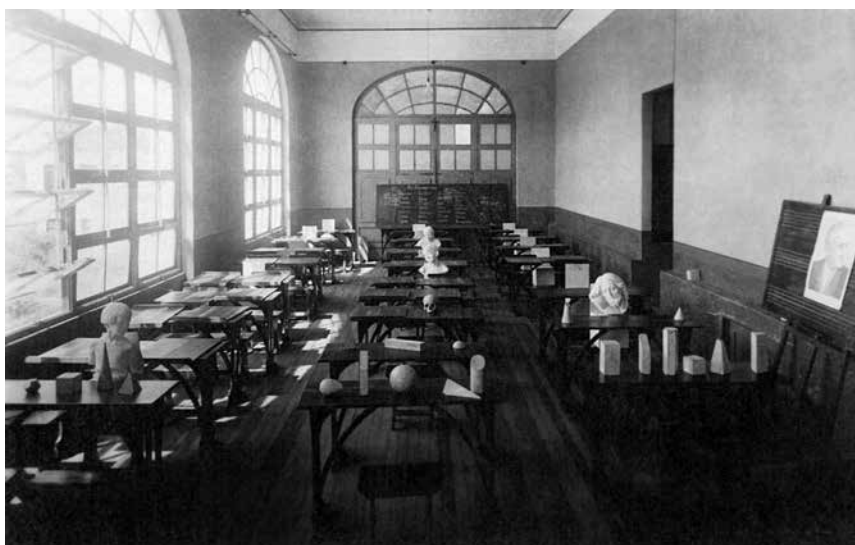


Figura 6. Sala de aula do Instituto Dias Velho, datada de 1947, acervo doado pelo professor Aldo Nunes.

A criação do MESC teve como objetivo principal sua consolidação como espaço educativo não formal, responsável pela preservação do patrimônio cultural catarinense ligado a Educação. O Museu se restringe à Educação Escolar, delimitando com mais clareza seu objetivo. Há que se observar que o Museu desenvolveu-se a partir do projeto de pesquisa *Resgate da História e da Cultura Material da Escola Catarinense* e do projeto de extensão *Museu da Escola Catarinense*, ambos concebidos e coordenados pela professora Maria da Graça Machado Vandresen (idealizadora do Museu), quando foram realizadas as primeiras atividades de localização, registro e coleta de acervo. Desses projetos temos o registro em acervo fotográfico no Museu, já documentado em item específico.

A fotografia mais antiga do prédio que temos em nossos registros foi publicada na *Revista Ilustração Brasileira. Órgão Oficial da Comissão Executiva do Centenário da Independência*. Anno X, Num. 20. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1922 (figura 2).

O texto da revista será reproduzido na íntegra abaixo.

De Santa Catharina

A INSTRUÇÃO publica é o ramo da administração catharinense que maior realce lhe dá, de annos a esta parte.

O Sr. Dr. Hercilio Luz tem neste assumpto empregado o maximo do seu esforço e da sua intelligencia, orientado no mais são patriotismo, e amplamente auxiliado pelo jovem professor Dr. Henrique da Silva Fontes.

São documentos sobranes á nossa asserção os dados que extrahimos da ultima mensagem do Governo Estadoal e outros que chegaram ao nosso conhecimento por vias fidedignas.

Assim, o recenseamento de 1918, com a possivel efficiencia, apurou que 34,3% da população total do Estado sabem ler e escrever, quando, no anno da proclamação da Republica, essa percentagem apenas attingia a 22,2%.

Concorreu muito para esse bello resultado a construcção escolar, que é no Estado bem modesta, mas confortavel e accorde com as boas regras de hygiene pedagogica.

As matriculas começaram a crescer, assombrosamente, sendo que em 1920 ellas se distribuam da seguinte maneira:

<i>Escola Normal</i>	<i>81</i>
<i>7 Escolas Complementares</i>	<i>383</i>
<i>11 Grupos Escolares</i>	<i>3.663</i>
<i>6 Escolas Reunidas</i>	<i>879</i>
<i>455 Escolas Isoladas</i>	<i>21.734</i>

Num total de 26.740 alumnos, com o augmento de 59,1% e 27,9% sobre o dos annos de

1918 e 1919. Que foi, respectivamente, de 16.802 e 20.892 alumnos.

É ainda de notas, para bem comprehender o valor maximo desse desenvolvimento da instrucção publica, que elle se deu notadamente onde é mais preciso: nas zonas ruraes, de operariado agricola.

Nellas, em 1918, houve 11.537 alumnos matriculados, em 1919 attingiu a 16.069 e em 1920 a matricula total subiu a 21.728.

Dahi, estabelecida a comparação, verifica-se que a matricula de 1920, nas zonas ruraes, foi 35,2% superior á de 1919 e excedeu 88,3% á de 1918.

Comparado ainda o numero de escolas providas, 269 em 1918, depois 382 em 1919 e finalmente 455 em 1920, vemos que neste ultimo anno a percentagem foi maior de 19,1% do que no anno anterior e 69,1% mais do que em 1918.

A matricula media por escolas, nos ultimos tres annos, foi de 42,9 em 1918 para descer a 42 em 1919 e attingir 47,7 em 1920.

Para esse notavel phenomeno concorreu muito a obrigatoriedade do ensino, imposta pela lei n. 1.187 do Congresso do Estado e pelo artigo n.21 da lei n. 1.283, regulada pelo Poder Executivo, creando penas para professores que não tornassem effectiva essa obrigatoriedade.

No que concerne ao ensino ministrado pelas escolas federaes, municipaes e particulares subvencionadas não é menor o desenvolvimento da instrucção publica.

Nas primeiras matricularam-se 541 alumnos, nas segundas 3.957 e nas ultimas 11.065, num total de 15.565, que perfaz um total englobado de 42.299 creanças, que recebem instrucção primaria!

O não provimento de algumas escolas, concorrendo para que esse numero não seja mais elevado, encontra as mais variadas e justas explicações, notadamente aquella que repousa no facto incontestavel de serem moças a maior parte dos professores diplomados, e deste modo quasi impossibilitadas de se afastarem de suas familias para dirigirem escolas longinquoas, onde todos os recursos, mais ou menos, escasseam.

O governo do Estado preocupa-se no momento com um problema muito serio, que é o da construcção de predios para as escolas isoladas; comtudo já ha muita cousa feita e nós mesmos, nestas columnas, já reproduzimos photographias desses edificios, nas colonias agricolas.

Mas, a julgar das energias officiaes e da comprehensão popular de que a todo transe urge combater o analfabetismo no Brasil, creiamos todos num grande avatar da educação nacional, do qual o Estado de Santa Catharina é factor dedicado, tenaz e ponderável.

A motivação do MESC em relação ao campo da fotografia corresponde ao reconhecimento pleno de sua relevância no cenário cultural brasileiro, particularmente no âmbito da memória e da história do país, e também pelo papel primordial da fotografia no campo da comunicação e como plataforma e meio cada vez mais integrado às artes visuais.



Figura 10. Espaço Oficina 1, Aldo Nunes



Figura 11. Espaço Oficina 2, Aldo Nunes

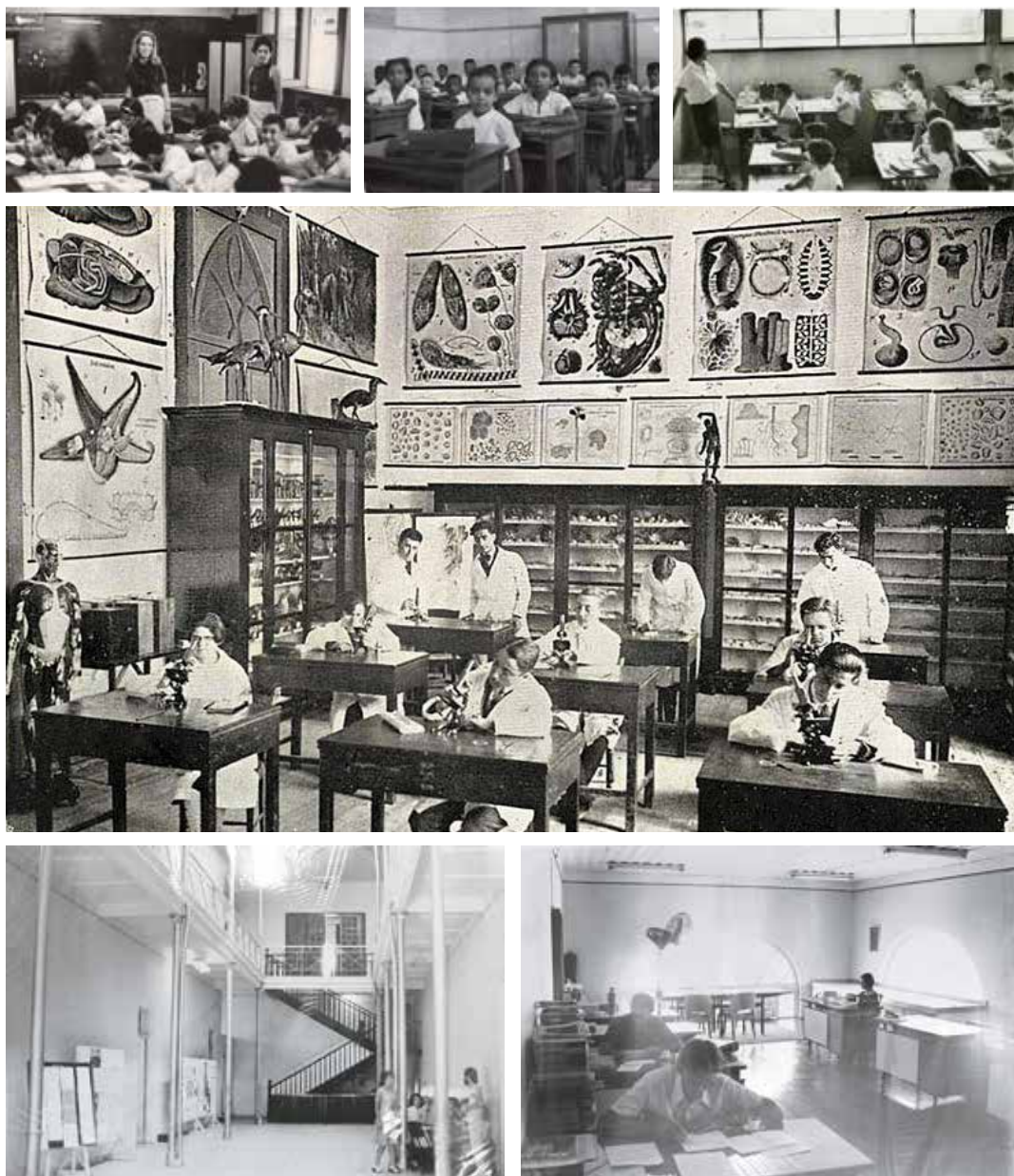
2. DOCUMENTO, ARQUIVO E FOTOGRAFIA

Documento é tudo aquilo que possui uma informação registrada, seja ela em que suporte for. O homem desde os mais remotos tempos precisou registrar sua existência, deixar informações, ou por necessidade de sobrevivência ou por prazer. Assim foram aparecendo os documentos (VIEIRA, 1999). Documento, segundo a conceitualização clássica e genérica, é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, técnicas, culturais ou artísticas pela atividade humana. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que possa ser documento (BELLOTTO, 1991). Deste modo, documento é tudo aquilo que registra uma informação independentemente do valor que a ela venha a ser atribuído. Consequentemente, ele tem uma grande importância para a instituição que o criou (BUENO, 2009).

3. IMPORTÂNCIA DA FOTOGRAFIA

A fotografia permite que os registros de um determinado tempo e lugar passem de geração a geração. Ela nos permite deixar para a história tudo aquilo que foi vivido. Entre os benefícios do registro fotográfico, está a possibilidade de criar evidências e guardar históricos das tarefas realizadas. Ganha-se também na qualidade dos dados e na rapidez com que as informações são geradas.

A fotografia ilustra um fato, um acontecimento, seja ele planejado em poses ou um mero acaso; a imagem existe entre o imaginário e a realidade. A instrumentação técnica traduz sob uma forma gráfica uma percepção humana do mundo. A foto-



Coleção reúne registros históricos do prédio do Museu e dos espaços escolares.

grafia é um instrumento de pesquisa valioso para o pesquisador, mas para que possa atingir os seus objetivos — atender as necessidades de recuperação da informação contida no referido documento — requer um tratamento adequado.

A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Ela revela, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, locais de produção.

4. FOTOGRAFIAS RARAS DO INTERIOR DO PRÉDIO PASSADO X PRESENTE.

No local em que hoje temos o auditório Mnemosyne (figura 5) já foi uma sala de reuniões e de professores (figura 4). Nada restou desse mobiliário, pois quando, no início da década de 1960, o Colégio Estadual Dias Velho transfere-se para as modernas e amplas instalações à Avenida Mauro Ramos, passando a se chamar em 1969 de Instituto Estadual de Educação, todo o mobiliário acompanhou a mudança. A fotografia da figura 4 foi a única que restou em um acervo de fotografias, que analisamos e catalogamos para o IEE.

No ano de 2016, uma coleção de 834 imagens do Instituto Estadual de Educação (IEE), localizado em Florianópolis, abrangendo o período entre a década de 1960 e a atualidade, foi digitalizada, organizada e entregue pelo MESC àquela instituição. A entrega do conjunto foi feita pela coordenadora do MESC, Sandra Makowiecky, à coordenadora de Ensino do Instituto, Marcia Regina Leite, com a presença da também da professora do Museu, Beatriz Goudard, e da assessora de Ensino do IEE, Mariana Taube Romero. Com início em 2015, o trabalho foi realizado pelo estagiário Eduardo Petry e pela bolsista Djuly Gava, ambos do MESC, com supervisão de Sandra Makowiecky. Resultado de uma parceria inédita entre as instituições, o trabalho buscava garantir a preservação da memória histórica e visual, bem como adequar a consulta e o manuseio em meio digital, respondendo a uma crescente demanda pelo acesso a essa fonte de informação. Os documentos são registros do patrimônio histórico da educação catarinense.

Outra foto impressionante da parte da edificação se situa na parte de trás do Museu, local em que nos primeiros tempos se fazia educação física e era aberto (figura 2). Posteriormente, acreditamos que nos anos 1940-50, o espaço foi fechado para servir de sala de aula (figura 6).

Eduardo Petry, que foi estagiário no MESC, no ano de 2014 realizou uma análise da fotografia da figura 7. Analisando a foto notou no canto direito, um retrato. Como é sabido, em tempos idos era de costume ter sempre presente nas instituições públicas um retrato do Presidente da República. Sabendo disso, verificou a galeria das fotos presidenciais, e por semelhança, identificou como sendo o retrato de Eurico Gaspar Dutra, que foi presidente de 1946 a 1951. Assim, a precisão da data da

fotografia da figura 7 aumenta consideravelmente, ficando entre 1946 e 1951.

Seguindo na análise da fotografia, identificou em alguns dizeres no quadro negro que aparece ao fundo da sala, o título “Pré-normalistas” e um pouco mais ao lado, alguns números que lembram a grafia de “1947”. De posse de uma réplica do convite da turma de normalistas de 1947, cruzou as informações e identificou alguns nomes do convite impresso (figura 8) aparecendo no quadro negro. O termo “Pré-normalistas” provavelmente se refere a uma etapa anterior à formatura, ou seja, anterior a 1947.

Por fim, na figura 9, sua análise se concentra na porta ocultada pela falsa parede, que aparece na foto original, logo abaixo do quadro do Presidente.

Uma vez identificada a fotografia como sendo entre 1946 (posse de Eurico Gaspar Dutra) e 1947 (formatura da turma de Normalistas), é possível afirmar que nessa época o prédio já havia passado por alguma modificação, uma vez que a função original da sala era pátio de ginástica e nessa época já era assoalhada sendo utilizada como sala de aula. Na primeira foto da figura 9, é possível ver a diferença entre a altura do piso original e do assoalho.

Atualmente esse espaço é dividido em duas partes e abriga os espaços Oficina 1 e 2, Aldo Nunes (figuras 10 e 11).

Finalizamos enfatizando que esse tópico evidencia lacunas que merecem estudos mais detalhados. Acreditando que o campo da fotografia corresponde ao reconhecimento pleno de sua relevância no cenário cultural brasileiro, particularmente no âmbito da memória e da história do país, para tanto estamos providenciando muitos registros do Museu na atualidade, conforme atestam nossas publicações e página oficial, redes sociais, *tour* virtual e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BUENO, Laura Dânia Castro. **Arquivo fotográfico: um estudo sobre o acervo fotográfico do jornal a tribuna para fins de organização**. 2009. Disponível em <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/75/o/arquivo_fotogr_fico.pdf>. Acesso em 12 out.2021

Revista Ilustração Brasileira. **Orgão Oficial da Comissão Executiva do Centenario da Independencia**. Anno X, Num. 20. Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1922

VIEIRA, Sebastiana Batista. **Técnicas de arquivo e controle de documentos**. Rio de Janeiro: Temas & Ideias, 1999. p.1

3.20. Coleção “Faça sua foto aqui” ou “Cenário de Lembrança Escolar”

1. CENÁRIO LEMBRANÇA ESCOLAR COM “FAÇA SUA FOTO AQUI”

Uma tradição de antigamente eram as fotografias escolares. Marcavam o início da vida escolar após a passagem pelo pré, sendo um momento de grande significação para as crianças e suas famílias. O cenário típico incluía uma bela mesa, sobre ela um globo ostentoso, livros e bandeiras e, atrás do pequeno modelo, um mapa do país ou do mundo (figura 1).

Com o tempo, esse costume se transformou e muitos de nós não tivemos oportunidade de registrar esse momento. Pensando nisso, foi criado o *Cenário da Lembrança Escolar*, para que os visitantes possam tirar a fotografia como manda a tradição. Existe um local próprio no Museu com a indicação “Faça sua foto aqui” (figura 2).

2. BREVE HISTÓRICO

A composição é fruto de uma tradição da escola brasileira que conta com mais de 100 anos. Essas fotos de recordação escolar, muitas em geral dos anos 1970 e 1980, mostram um costume introduzido nas escolas brasileiras nas primeiras décadas do século XX.

Durante os primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª série) os professores compunham um cenário que, geralmente era formado por livros, bandeira do Brasil e um globo terrestre. Após ajeitar os objetos de cena, o aluno era colocado em frente a câmera segurando um lápis para tirar a fotografia. No final do ano letivo o estudante levava a imagem para a casa e o artigo tornava-se uma bela recordação dos tempos escolares. Simbolizava também a passagem pela escolarização formal, que visava tornar crianças em cidadãos.

Geralmente o retrato servia para mostrar o civismo e simbolizava que a pessoa havia passado pelo sistema escolar, por isso o uniforme e artefatos comuns do ambiente escolar.

Por mais que prática tenha começado antes, ela ficou famosa e foi usada como espécie de política de estado no período do Estado Novo (1937 a 1945), época em que o Brasil passava por uma Ditadura tendo como governante Getúlio Vargas.

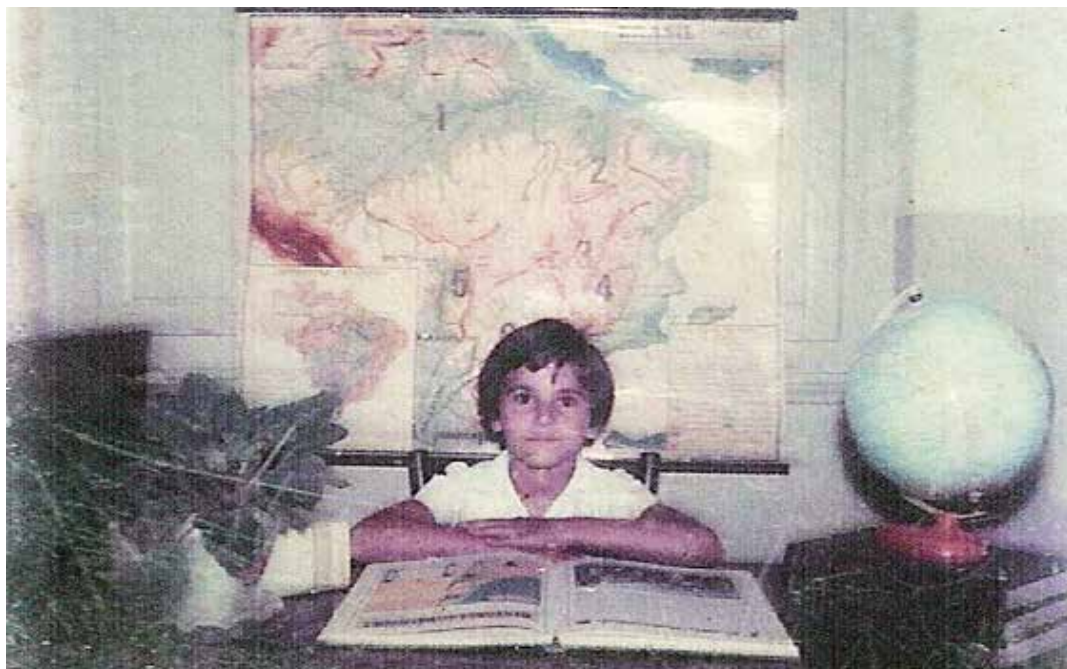


Figura 1. Marlei Maccari, ex-servidora do MESC, que cedeu sua fotografia de criança.



Figura 2. Cenário da "Lembrança escolar". Na composição, fotografia cedida por Tania Cunha.



Figura 3. Luana Wedekin, no Museu da Escola Catarinense, em 2017.



Figura 4. Roseli Pereira, no Museu da Escola Catarinense, em 2018.



Figura 5. Eduardo Petry, no Museu da Escola Catarinense, em 2016. Responsável por organizar o acervo documental do Museu, foi estagiário.



Figura 6. Cenário da Lembrança Escolar



Figura 7. Monóculo de Fotografia

O mote ideológico de Vargas era centrado em sua figura, no nacionalismo e no civismo através da escolarização. Foi nesse período que a escola pública vivenciou uma grande ampliação. E o cenário da fotografia passou a ser composto para mostrar, por meio da imagem, a importância de se passar pelo processo escolar.

A fotografia ficava registrada em papel fotográfico ou também em monóculos de fotografia (figura 7). Um monóculo é uma peça fabricada em PS (poliestireno) injetado, um tipo de plástico. Com o formato cônico, uma extremidade contém uma imagem (foto) e a outra extremidade uma lente de aumento para visualização. Muitos fotógrafos ganhavam a vida em locais turísticos tirando fotos e colocando-as em monóculos. De igual forma, eram contratados para fazer fotografias de alunos e colocar no monóculo.

Orgulhosamente, muitas pessoas que nos visitam, seja por brincadeira ou por desejar ter uma lembrança de cenário escolar, fazem a fotografia, das quais compartilharemos fotografias de duas visitantes especiais: Luana Wedekin e Roseli Pereira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAVIOTTI, João. **A curiosa história da foto escolar com a mesa arrumadinha**. 2020. Disponível em <<https://iconografiadahistoria.com.br/2020/11/25/a-curiosa-historia-da-foto-escolar-com-a-mesa-arrumadinha/>> Acesso em 12 out. 2020

3.21. Coleção de Enciclopédias

Conceito: A enciclopédia é um conjunto de livros que concentra o saber de maneira organizada, geralmente em ordem alfabética, reunindo grande quantidade de informações sobre os mais diversos campos do conhecimento humano. As enciclopédias impressas — em vários volumes — são encontradas geralmente em escolas e em bibliotecas, mas houve um tempo em que muitas pessoas tinham obras como esta em casa.

Objetivos: A enciclopédia tinha como elementos norteadores a liberdade individual, comercial, industrial, de pensar, escrever e publicar; oposição clara às ideias religiosas e ao absolutismo político, que eram considerados obstáculos para a liberdade.

Origem e etimologia: Na origem etimológica do termo *enciclopédia* encontra-se a expressão grega *enkyklios paideia*, que significa ciclo de formação, ou seja, uma obra literária que tem como objetivo *informar sobre o passado para servir ao futuro*, como os organizadores da mais famosa enciclopédia do mundo, a *Enciclopédia Francesa*, a sintetizaram no verbete *encyclopédie*. Neste sentido, deve-se levar em conta que na Grécia Antiga já existiam colecionadores de livros destinados à educação dos estudantes.

A obra enciclopédica mais antiga de que se tem informação, mas da qual apenas alguns fragmentos sobreviveram, é uma obra temática organizada na Grécia antiga, aproximadamente no ano 370 a.C., por Speusippus (c. 408-338), sobrinho e discípulo de Platão (427-347). Com suporte nas ideias de seu tio, Speusippus produziu uma série de manuscritos sobre história natural, matemática, filosofia e outros temas. A influência que essa obra exerceu no meio acadêmico de sua época pode ser comprovada a partir de inúmeras citações de outros autores em obras publicadas posteriormente. Não se pode afirmar, entretanto, que, na Antiguidade, o objetivo dos responsáveis pela organização de obras enciclopédicas era a divulgação ampla do conhecimento. Naturalmente isso não aconteceria com facilidade, pois eram poucos aqueles que tinham o domínio da leitura. Somente após o aparecimento de obras enciclopédicas escritas em idiomas nacionais, a partir do século XVII, é que se pode dizer, com ressalvas, que tais obras estariam atendendo a um maior número de leitores.

Durante os mais de 2300 anos de existência, a obra enciclopédica passou por diferentes formas de apresentação. Inicialmente ela foi organizada por temas, aos



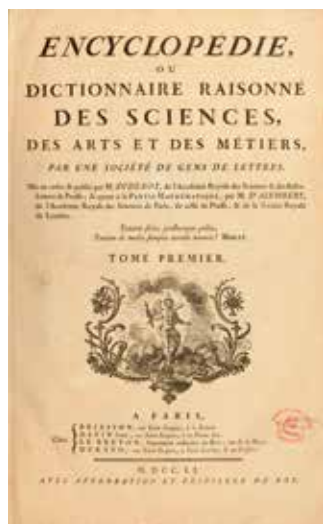


Figura 1. Primeira página da *Encyclopédie*, de Jean le Rond D'Alembert e Denis Diderot. França. 1751-1772. 17 volumes de texto, 11 volumes de desenhos e 71 818 artigos. Fonte da imagem: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Encyclopédie>> Acesso em 12 out.2021

poucos foi sendo introduzida a organização por ordem alfabética, e esta prevaleceu com supremacia sobre a outra, até que, no século XX, surgiu uma nova concepção de organização enciclopédica com a *Encyclopaedia Britannica*, que dividiu seus volumes em *Propaedia*, *Macropaedia* e *Micropaedia*. Nessa nova concepção de organização enciclopédica adotada pela *Britannica* prevalece ainda a ordem alfabética, porém a parte de maior volume, a *Macropaedia*, é apresentada a partir de grandes temas, o que a caracteriza também como uma obra temática.

O surgimento de enciclopédias sobre temas específicos também foi um grande avanço na história da organização dessas obras. Enciclopédias de matemática, química, filosofia, teologia, técnica, sobre a ciência medieval, infanto-juvenil, entre outras, são também importantes elementos pertencentes ao conjunto das obras enciclopédicas.

Outro grande destaque no campo das obras enciclopédicas são os *dicionários biográficos*. Estes, que, como as enciclopédias, possuem uma história que supera os 2000 anos, também são subdivididos por áreas de conhecimento, ou por regiões. De grande importância também são os *almanaques*, que não deixam de ser obras enciclopédicas e que possuem maior penetração educacional e social.

1. UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA

O conceito atual de enciclopédia surgiu na França, durante o século XVIII, em pleno clima intelectual do Iluminismo. Um grupo de filósofos e cientistas ilustres impulsionou um grande projeto: elaborar uma enciclopédia que fosse uma síntese de todo o saber. Esta tarefa foi protagonizada por personagens como Diderot, D'Alembert, Montesquieu e Voltaire, conhecidos como enciclopedistas.

Depois de alguns anos de intenso trabalho apareceu a primeira enciclopédia, a *1ª Encyclopédie*, em 1751, ano de sua primeira edição, também chamado de Enciclopédia ou Dicionário Racional das Ciências, Artes e Ofícios. Esta obra era algo mais que um dicionário enciclopédico, pois representava o espírito científico e crítico da época.

Encyclopédie, ou *dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (traduzido da língua francesa, Enciclopédia, ou dicionário racional das ciências, artes e profissões) foi uma das primeiras enciclopédias que alguma vez existiram, tendo sido publicada na França do século XVIII. Os últimos volumes foram publicados em 1772.



Sala do MESC, Biblioteca 2, sala Victor Lima

Esta grande obra, compreendendo 35 volumes, 71 818 artigos, e 2 885 ilustrações, foi editada por Jean le Rond d’Alembert e Denis Diderot. D’Alembert deixou o projeto antes do seu término, sendo os últimos volumes obra de Diderot. Muitas das mais notáveis figuras do iluminismo francês contribuíram para a obra, incluindo Voltaire, Rousseau e Montesquieu.

De acordo com Denis Diderot no artigo *Enciclopédie*, o objetivo da obra era “mudar a maneira como as pessoas pensam”. Ele e os outros contribuidores defendiam a secularização da aprendizagem, à distância dos jesuítas. Diderot queria incorporar todo o conhecimento do mundo para a obra, e esperava que o texto poderia disseminar todas as informações para as gerações atuais e futuras.

2. A ENCICLOPÉDIA FRANCESA SERVIU DE INSPIRAÇÃO AOS BRITÂNICOS

A primeira edição da *Enciclopédia Britânica* apareceu em 1768 e, desde então, não deixou de ser mais publicada, porém atualmente existe apenas uma versão digital.

No final do século XX, as enciclopédias convencionais foram perdendo sua utilidade com o surgimento da internet. Deve-se destacar que a enciclopédia tradicional tem uma série de inconvenientes: seu preço elevado, a necessidade de atualização permanente ou a falta de espaço. Com a revolução tecnológica, centenas de volumes podem caber em um *pendrive* ou CD. Esta mudança de formato não mudou a ideia original do modelo enciclopédico.

3. O PANORAMA ATUAL DAS ENCICLOPÉDIAS

As novas tecnologias permitem outras formas de entender as enciclopédias clássicas. Atualmente existem arquivos sonoros, formatos digitais com hipertextos, buscadores, ferramentas personalizadas e, definitivamente, procedimentos automatizados que multiplicam as possibilidades técnicas das enciclopédias.

O formato hierárquico e sua natureza em permanente evolução tornam obras enciclopédicas alvos perfeitos para publicação em formato digital. Praticamente todas as grandes enciclopédias tiveram uma versão em CD-ROM final do século XX. A versão em CD-ROM conta com a vantagem de ser portátil e de produção extremamente econômica. Além disso, uma enciclopédia em formato digital pode ter conteúdos como animações e áudio, impossíveis de serem inseridos numa tradicional publicação escrita. A inclusão de *hyperlinks* ligando artigos relacionados também é uma enorme vantagem do formato digital.

Por fim, o advento da internet possibilitou a criação das enciclopédias livres, sendo atualmente as mais conhecidas: a Everything2, a Encarta, a h2g2 e a Wikipédia. Nestas, pela primeira vez na história da humanidade, qualquer pessoa pode fazer contribuições e corrigir e/ou ampliar as entradas já existentes, o que resulta num banco de dados universal que é continuamente aperfeiçoado. Este tipo de enciclopédia permite ainda que o significado de um determinado verbete seja consultado em vários idiomas, expandindo os resultados da pesquisa. As enciclopédias impressas modernas do século XX realmente não têm mais valor.

Algumas enciclopédias famosas

Encyclopédie (1750–1772)

Encyclopædia Britannica (1768–1771)

Meyers Konversations-Lexikon (1839–1984)

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1935–1960)

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (1963–1995)

Enciclopédia Verbo Edição Século XXI

Enciclopédia Nacional Sueca

Enciclopédia Finlândia

Enciclopédia Barsa

Enciclopédia Caldas Aulete

Enciclopédia Delta-Larousse

Grande Enciclopédia Larousse Cultural

Enciclopédia Larousse da vida animal

Enciclopédia Mirador (1979)

Encarta

Brockhaus Enzyklopädie

Wikipédia

Knol

No caso do MESC, aceitamos doações de várias enciclopédias e temos as seguintes coleções para consultas e adorno da sala Biblioteca 2 (figura 2):

Encyclopædia Britannica (1768–1771)

Enciclopédia Barsa

Enciclopédia Delta-Larousse

Enciclopédia prática Jackson

Enciclopédia ilustrada da Ciência e da Técnica

Enciclopédia Universal Ilustrada

Enciclopédia Tesouro da Juventude

Enciclopédia Projeto Euro Brasileiro

Dicionário Caudas Aulete

Grande e novíssimo dicionário da Língua Portuguesa (Laudelino Freire)

Coleção Alegria da Infância

Obras completas de Monteiro Lobato

Enciclopédia Nouveau Larousse Illustré

Coleção Júlio Minhan – Maravilha da ciência, mistérios da biologia, harmonias da natureza e Nosso universo maravilhoso.

Enciclopédia Mirador (1979)

4. OS VENDEDORES DE ENCICLOPÉDIAS

O texto, de Eliana Rezende (2017), será transcrito na íntegra abaixo, pois descreve de forma crítica a atuação dos “vendedores de enciclopédia” com uma visão de futuro.

Olhando pela vidraça da janela da sala, chegando como uma novidade esperada, vem o vendedor de enciclopédia. Eram eles que traziam o mundo em puzzle e informações à conta-gotas em formatos de verbete.

Sempre bem engomados, ternos escuros, camisa de um branco reluzente, sapatos bem engraxados e as meias combinando ora com o sapato, ora com as calças, cabelos bem penteados, muitas vezes usando alguma pomada, sorriso aberto, voz macia. Ofereciam janelas para o mundo direto de nossas portas quando de dentro de suas malas faziam surgir coloridos livros, imagens, textos e toda uma parafernália de estímulo aos sentidos e à imaginação.

Sonhos, fantasias e até o mito de mascatear cultura vinham em meio à suas páginas ofertadas em diferentes composições e possibilidades. Muitas vezes folheadas ávidamente por dedos rápidos e olhares curiosos de clientes domiciliares.

Materializavam o sentido do saber e informação de um mundo que corria analogicamente, com notas de rodapé e com pesquisas cruzadas manualmente. Artefatos construídos com rigor interno e estética que fosse agradável aos olhos. Em grandes formatos favoreciam a visibilidade de letras e imagens, as capas duras ornadas em detalhes dourados faziam a diferença em qualquer prateleira ou estante. Perfiladas lado a lado davam a dimensão da abrangência dos temas que tratavam. Tê-las, por largos tempos era sinônimo



de status social e cultural.

As enciclopédias não eram para apressados, diletantes ou preguiçosos. Eram para os que tinham o prazer da degustação por caminhos de indagação e pesquisa. Por aqueles que de fato liam e buscavam conexões e compreensões.

Eram para os que a noite davam aos filhos a opção de escolher entre coloridos livros infantis histórias de duendes, fadas, Sacis, Emílias.

As enciclopédias foram por largos tempos sonhos de consumo e símbolo de status de camadas eruditas da população. Tê-las significava entre outras coisas ter acesso a um conjunto de informações diversas e grandes possibilidades de gerar conhecimento.

Mas o tempo foi passando e o personagem com o terno engomado e sua mala preta cheia de livros e folhetos demonstrativos não encontra mais nossas portas. Subiu no seu fusca e nos abandonou no tempo e no espaço.

Hoje é uma lembrança distante, quase perdida nas névoas do tempo.

O mundo wikipediano não tem mais lugar para este tipo urbano que habitou por tantas décadas nosso imaginário. No mundo de web 2.0, 3.0 o que temos são links, hiperlinks e uma enciclopédia colaborativa escrita por anônimos e reconstruída todos os dias. Suas fontes, muitas vezes duvidosas e equivocadas, são consultadas milhões de vezes em todas as línguas e dialetos possíveis e servem aos tempos que temos: de pressa, superficialidade e muitas vezes incapacidade de pesquisar, ler, compreender, construir conexões e tecer elucubrações e sínteses.

Não há aqui saudosismo piegas: há apenas a constatação da configuração de um novo tempo e de nossa relação com estes saberes constituídos e reunidos em um determinado local.

O saber era algo hierarquizado, localizado por verbetes e armazenado para consumo linear. Hoje a leitura e a apropriação da informação segue diferentes trilhas e possibilidades, algumas bem rasas outras com algumas lamina de profundidade.

O futuro será o melhor juiz deste tempo que produz informação como nenhuma outra época da história da humanidade, mas tenho cá minhas dúvidas se a produção de conhecimento obedeça a mesma métrica e curva ascendente. Temo que a qualidade apresente-se inversamente proporcional à quantidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NOBRE, Sérgio. Uma introdução à história das enciclopédias – a enciclopédia de matemática de Christian Wolff de 1716. **Revista Da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 34-46, jan | jul 2007. Disponível em <https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=81>. Acesso em 12 out.2021

Enciclopédias. Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Enciclopédia>> Acesso em 12 out.2021

RESENDE, Eliana. **O vendedor de enciclopédias**. 2017. Disponível em <<https://www.ambientelegal.com.br/o-vendedor-de-enciclopedias/>> Acesso em 11 out.2021



Espaço para leitura e pesquisa. Acervo MESCC.



Le Tour du Monde, André Henri Dargelas. Óleo sobre tela, 46 x 37,5 cm, ca. 1860. Coleção privada. Fonte: <https://www.christies.com/en/lot/lot-6011728>



Entendendo acervo como “conjunto de bens, de propriedade pública ou particular, que compõem patrimônio”, dizemos que o acervo do Museu da Escola Catarinense (MESC) é constituído de artefatos que dão suporte, organizam e determinam as práticas e relações que se estabelecem no interior da escola e têm papel de grande importância na definição de sua identidade. Assim sendo, eles não valem por sua singularidade, mas por sua capacidade de proporcionar o conhecimento de uma manifestação social, expressiva de uma das mais importantes formas de inserção do indivíduo na sociedade, a escola. O MESC possui em seu acervo várias coleções que são apresentadas ao longo do livro objetivando fornecer ao leitor uma completa visão do universo que constitui o Museu.

ISBN: 978-65-88565-61-2

